

Procuradoria Geral da República
4ª Câmara de Coordenação e Revisão

RELATÓRIO DE ATIVIDADES
2009

APRESENTAÇÃO

A 4ª Câmara de Coordenação e Revisão exerce o papel, no âmbito do Ministério Público Federal, de coordenar, integrar e revisar as ações institucionais destinadas à defesa do meio ambiente e do patrimônio cultural brasileiro.

Foi instituída pela Resolução nº 6, de 16 de dezembro de 1993, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, com base nos artigos 58 a 62 da Lei Complementar 75/93, que definem a organização, o funcionamento, a composição e a competência das Câmaras de Coordenação e Revisão.

Destacam-se as seguintes áreas de atuação da 4ª CCR:

Meio Ambiente

Agrotóxicos
Área de Preservação Permanente
Desmatamento
Fauna
Geração de Energia
Impactos socioambientais
Licenciamento Ambiental
Ordenamento Territorial
Organismos Geneticamente Modificados
Patrimônio Genético
Poluição
Recursos Hídricos
Resíduos Sólidos
Saneamento
Sistemas Viários
Unidades de Conservação
Zona Costeira

Patrimônio Cultural

Sítios Arqueológicos
Bens de Valor Arquitetônico e Paisagístico
Patrimônio Documental
Bens Imateriais
Bens Imóveis
Bens Móveis
Bens Naturais
Bens Paleontológicos
Conhecimentos Tradicionais
Sítios e Conjuntos Urbanos

A 4ª CCR é composta por três membros do Ministério Público Federal, um indicado pelo Procurador-Geral da República e dois pelo Conselho Superior, juntamente com seus suplentes, para um mandato de dois anos, entre integrantes do último grau de carreira, sempre que possível.

Um dos integrantes da Câmara de Coordenação e Revisão é designado pelo Procurador-Geral da República para a função executiva de Coordenador.

Para assessorar os Subprocuradores-Gerais da República, os Procuradores Regionais da República e os Procuradores da República nos Estados, a 4ª CCR dispõe de uma equipe constituída de analistas periciais, processuais e assessores, com formação multidisciplinar nas áreas de Administração de Empresa, Antropologia, Arqueologia, Arquitetura, Biblioteconomia, Biologia, Comunicação Social, Direito, Economia, Engenharia Agrônômica, Engenharia Florestal, Engenharia Sanitária, Engenharia Química, Geografia e Geologia, que atuam em tarefas especializadas na realização de perícias e exames necessários às atividades institucionais, lotados a maioria na PGR, sendo os demais nas Procuradorias da República nos Estados de Bahia, Minas Gerais, Pará, Pernambuco, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo, conforme detalhado no item 3.2 (Equipe – Gerência Técnica).

A Câmara, por intermédio de seus Membros e Procuradores da República nos Estados e Municípios, atuou intensamente no ano de 2009 na defesa do meio ambiente e do patrimônio cultural.

SUMÁRIO

Página

1. COMPOSIÇÃO

1.1 Membros Titulares	1
1.2 Membros Suplentes	1

2. REPRESENTANTES

2.1 Procuradorias da República nos Estados	2
2.2 Procuradorias Regionais da República	3
2.3 Comissões e Conselhos	3

3. EQUIPE JURÍDICA, TÉCNICA E ADMINISTRATIVA

3.1 Gerência Jurídica	4
3.2 Gerência Técnica	4
3.3 Gerência Administrativa	5
3.4 Estagiários	6

4. ATIVIDADES NO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO REVISIONAL

Quadro Demonstrativo	10
Gráficos Comparativos	13
4.1 Homologações de Arquivamento	15
4.1.1 Meio Ambiente	15
4.1.2 Patrimônio Cultural	71
4.1.3 Com Declínio de Atribuição	80
4.1.3.1 Meio Ambiente	80
4.1.3.2 Patrimônio Cultural	86
4.2 Arquivamentos Não Homologados	86
4.2.1 Ao Conselho Institucional do Ministério Público Federal	86
4.2.1.1 Meio Ambiente	86
4.2.2 Às Procuradorias da República nos Estados e no Distrito Federal	86
4.2.2.1 Meio Ambiente	86
4.2.2.2 Patrimônio Cultural	102
4.2.3 Às Procuradorias da República em Municípios	104
4.2.3.1 Meio Ambiente	104
4.2.3.2 Patrimônio Cultural	113
4.3 Procedimentos Convertidos em Diligências	114
4.3.1 À Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão	114
4.3.1.1 Meio Ambiente	114
4.3.2 À Gerência Jurídica da 4ª CCR	115
4.3.2.1 Meio Ambiente	115
4.3.2.2 Patrimônio Cultural	115
4.3.3 À Gerência Técnica da 4ª CCR	115
4.3.3.1 Meio Ambiente	115
4.3.3.2 Patrimônio Cultural	117
4.3.4 Aos Grupos de Trabalho	117
4.3.4.1 Meio Ambiente	117
4.3.5 Às demais Câmaras	117
4.3.4.1 Meio Ambiente	117
4.4 Conflito de Atribuição	119
4.4.1 Meio Ambiente	119
4.5 Deliberações em Termos de Ajustamento de Conduta	120
4.5.1 Meio Ambiente	120
4.5.2 Patrimônio Cultural	121
4.6 Outras Deliberações	122
4.6.1 Gratificação de Perícia	122
4.6.2 Prorrogações de ICP e PA	122
4.6.3 Consultas ao Colegiado e Outras Decisões	123

5. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA GERÊNCIA JURÍDICA	127
Quadro Demonstrativo	128
Gráficos Comparativos	129
5.1 Informações Técnicas	132
5.2 Notas Técnicas	133
5.3 Pareceres em PAs, ICPs e TACs	133
5.4 Outras Atividades	134
5.4.1 Apresentação de Palestras	134
5.4.2 Participação em Cursos, Congressos e Seminários	134
5.4.3 Reuniões em Brasília	134
5.4.4 Viagens a Serviço	135
5.5 Ações Propostas para o Próximo Exercício	135
6. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA GERÊNCIA TÉCNICA	137
Quadro Demonstrativo	140
Gráficos Comparativos	142
6.1 Informações Técnicas	147
6.1.1 Análise de EIA/Rima e Correlatos	147
6.1.2 Análise de Procedimentos/Documentação Técnica	148
6.1.3 Análise e Acompanhamento de TACs dos Estados	156
6.1.4 Participação em Processos Judiciais	157
6.1.5 Estudos sobre temas específicos	159
6.1.6 Relatório de Reunião	161
6.2 Notas Técnicas	161
6.3 Outras Atividades	164
6.3.1 Atendimentos Informais	164
6.3.2 Atividades Específicas para subsidiar atuação dos Membros	164
6.3.3 Ciclo de Palestras – Difusor Ambiental	165
6.3.4 Demandas Específicas para subsidiar elaboração de Informação Técnica e Nota Técnica	165
6.3.5 Demandas Específicas sem elaboração de Informação Técnica e Nota Técnica	166
6.3.6 Participação em Cursos, Congressos e Seminários	166
6.3.7 Participação em Palestras	168
6.3.8 Reuniões Externas em Brasília	168
6.3.9 Reuniões Internas	173
6.3.10 Viagens a Serviço	179
6.4 Ações Propostas para o Próximo Exercício	185
7. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA GERÊNCIA ADMINISTRATIVA	187
Quadro Demonstrativo	189
Gráficos Comparativos	190
7.1 Atividades Desenvolvidas	193
7.2 Outras Atividades	194
7.2.1 Participação em Cursos, Congressos e Seminários	194
7.2.2 Viagens a Serviço	194
7.3 Ações Propostas para o Próximo Exercício	194
7.4 Considerações Finais	195
8. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NA FUNÇÃO DE COORDENAÇÃO	197
8.1 Eventos Promovidos	197
8.1.1 Audiências Públicas	197
8.1.1.1 Plano Decenal de expansão de Energia 2008/2017	197
8.1.1.2 Construção da BR-319 na Amazônia	201
8.1.1.3 Futuro das Florestas no Brasil	202
8.1.2 Encontro Nacional	204
8.1.2.1 VIII Encontro Nacional sobre Meio Ambiente e Patrimônio Cultural	204

8.2 Grupos de Trabalho	211
8.2.1 Denominação	211
8.2.2 Reuniões Realizadas	212
8.2.3 Atividades Desenvolvidas	214
8.2.3.1 Acompanhamento Legislativo	214
8.2.3.1.1 Acordos e Convenções Internacionais em Meio Ambiente e Patrimônio Cultural	215
8.2.3.2 Águas	215
8.2.3.3 Amazônia Legal	219
8.2.3.3 Fauna	224
8.2.3.5 Licenciamento de Grandes Empreendimentos	225
8.2.3.5.1 Energia Nuclear	226
8.2.3.7 Patrimônio Cultural	227
8.2.3.4 Planejamento Estratégico	227
8.2.3.8 Poluição por Resíduos Sólidos e Esgotos	228
8.2.3.9 Transgênicos	233
8.2.9.10 Zona Costeira	234
9. RECOMENDAÇÕES EXPEDIDAS E ENUNCIADOS	236
9.1 Recomendações Expedidas	236
9.2 Enunciados	237

1. COMPOSIÇÃO

1.2 MEMBROS TITULARES

Sandra Verônica Cureau

Subprocuradora-Geral da República

Coordenadora

Mário José Gisi

Subprocurador-Geral da República

Lindôra Maria Araújo

Subprocuradora-Geral da República

1.2 MEMBROS SUPLENTE

José Leonidas Bellem de Lima

Procurador Regional da República – 3ª Região

Maria Soares Camelo Cordioli

Procuradora Regional da República – 1ª Região

Eliana Peres Torelly de Carvalho

Procuradora Regional da República – 1ª Região

2. REPRESENTANTES

2.1 PROCURADORIAS DA REPÚBLICA NOS ESTADOS

Acre

Dr. Anselmo Henrique Cordeiro Lopes

Alagoas

Dr. Bruno Baiocchi Vieira

Amapá

Dr. Antônio Carlos Marques Cardoso

Amazonas

Dr^a. Carolina Martins Miranda de Oliveira

Bahia

Dr. Wilson Rocha de Almeida Neto

Ceará

Dr. Alessandro Wilckson Cabral Sales

Distrito Federal

Dr. Francisco Guilherme Vollstedt Bastos

Espírito Santo

Dr^a. Elisandra de Oliveira Olímpio

Goiás

Dr. Adrian Pereira Ziemba

Maranhão

Dr. Alexandre Silva Soares

Mato Grosso

Dr. Mário Lúcio de Avelar

Mato Grosso do Sul

Dr. Wilson Rocha Assis

Minas Gerais

Dr^a. Mírian do Rozário Moreira Lima

Pará

Dr. José Augusto Torres Potiguar

Paraíba

Dr. José Guilherme Ferraz da Costa

Paraná

Dr. Luís Sérgio Langowski

Pernambuco

Dr. Anastácio Nóbrega Tahim Júnior

Piauí

Dr. Leonardo Carvalho Cavalcante de Oliveira

Rio de Janeiro

Dr. Maurício Ribeiro Manso

Rio Grande do Norte

Dr. Fábio Nesi Venzon

Rio Grande do Sul

Dr^a. Cristianna Dutra Brunelli Nácul

Rondônia

Dr^a. Nádia Simas Souza

Roraima

Dr. Clayton Ricardo de Jesus Santos

Santa Catarina

Dr. Ricardo Kling Donini

São Paulo

Dr^a. Rosane Cima Campiotto

Sergipe

Dr. Pablo Coutinho Barreto

Tocantins

Dr. Álvaro Lotufo Manzano

2.2 PROCURADORIAS REGIONAIS DA REPÚBLICA

1.^a Região – Distrito Federal

Dr^a. Eliana Peres Torelly de Carvalho

2.^a Região – Rio de Janeiro

Dr. Nívio de Freitas Silva Filho

3.^a Região – São Paulo

Dr^a. Darcy Santana Vitobello

4.^a Região – Rio Grande do Sul

Dr. Domingos Sávio Dresch da Silveira

5.^a Região – Recife

Dr. Francisco Chaves Dos Anjos Neto

2.3 COMISSÕES E CONSELHOS

2.3.1 Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio)

DR^a. Fátima Aparecida Borghi

Procuradora Regional da República – 3^a Região

Coordenadora do GT Transgênicos da 4^a CCR

2.3.2 Conselho Consultivo do IPHAN

DR^a Sandra Cureau

Subprocuradora-Geral da República

Coordenadora da 4^a CCR

2.3.3 Conselho Nacional do Meio Ambiente – Conama

DR^a Ana Cristina Bandeira Lins

Procuradora da República no estado de São Paulo

Titular

DR. Roberto Luís Oppermann Thomé

Procurador Regional da República – 4^a Região

Suplente

DR^a. Eliana Perez Torelly de Carvalho

Procuradora Regional da República – 1^a Região

Suplente

3. EQUIPE

3.1 GERÊNCIA JURÍDICA

Maria Rita Reis	Gerente Jurídica
Alessandra Waquim Rodrigues Lopes	Analista Processual (até 11 de maio)
Ariel Alexandre Vella Real Ferreira Ramos	Analista Processual (a partir de 24 de agosto)
Cincinato Teixeira de Siqueira Neto	Analista Processual (a partir de 19 de junho)
Helen Pinheiro de Sousa Barcelos	Analista Processual
Joel Carlo de Oliveira Mazo	Analista Processual
Lauro Antonio Cunha Barbosa	Analista Processual
Noemy Risoleta Cabeleira de Araujo	Analista Processual (até 21 de agosto)
Regina Sônia da Costa	Analista Processual

NOS ESTADOS

Daniela Massara R. de Oliveira	Analista Processual
---------------------------------------	---------------------

3.2 GERÊNCIA TÉCNICA

Marcos Cipriano Cardoso Garcia	Gerente Técnico
Alessandro Filgueiras da Silva	Biólogo
Amy Vasconcelos de Souza	Engenheira Sanitarista
Ana Gabriela Castello Branco dos Santos	Arquiteta
Aurélio Rodrigues de Loiola Júnior	Arquiteto
Carlos Alberto de Sousa Correia	Biólogo
Clauber Moraes Pachêco	Biólogo
Cristina de Queiroz Telles Maffra	Geóloga
Dalma Maria Caixeta	Engenheira Sanitarista
Denise Christina de Rezende Nicolaidis	Engenheira Florestal
Enéas da Silva Oliveira	Engenheiro Florestal
Iraildes Modesto da Conceição	Bióloga
Humberto Alcântara Ferreira Lima	Geólogo
Isabel Cavalcante Waga	Bióloga (a partir de 19 de fevereiro)
Joanildo Santiago de Souza	Engenheiro Florestal
Jorge Gomes do Cravo Barros	Geólogo
José Dias Pereira	Biólogo
Juliana Sarkis Costa	Engenheira Agrônoma
Kênia Gonçalves Itacaramby	Antropóloga
Luciana Adele Maria Bucci	Bibliotecária
Luciana Sampaio	Arquiteta
Ludimila Lamounier	Arquiteta

Marco Antonio Bichara	Engenheiro Civil
Maria Geraldina Salgado	Engenheira Sanitarista (até 2 de março)
Mirtes Duarte Magalhães	Bióloga
Murilo Lustosa Lopes	Engenheiro Sanitarista
Paula Moreira Felix Costa	Bióloga (até 4 de novembro)
Romina Faur Capparelli	Arquiteta
Rubens Hisanari Matsushita	Biólogo (a partir de 11 de maio)
Ruth Rodrigues Tabaczinski	Engenheira Sanitarista (a partir de 25 de maio)
Sandra Nami Amenomori	Arqueóloga
Sheila Telles Meyer	Engenheira Sanitarista
Thiago Guimarães Mundim	Engenheiro Florestal
Valdir Carlos da Silva Filho	Geógrafo
Wilson Guimarães da Silva Júnior	Engenheiro Químico

NOS ESTADOS

Adriana Oliva	PR/SP	Engenheiro Florestal
Aloysio Ferraz de Abreu	PR/PE	Engenheiro Sanitarista
Benedito Evilázio Lima da Silva	PR/PA	Engenheiro Sanitarista
Bequi Barros Behar Luizelli	PR/RS	Engenheiro Sanitarista
Cláudia Márcia Freire Lage	PR/MG	Arquiteta
Daniela Mara Hoffmann	PR/SC	Engenheira Sanitarista
Dario Vailati	PRM/Criciúma	Geólogo
Deborah Stucchi	PR/SP	Antropóloga
Eli Aparecido Leite	PR/SP	Engenheiro Sanitarista
Evandro Cesar Bergel	PR/RS	Biólogo
Fábio de Miranda Oliveira	PR/BA	Biólogo
Fábio Murilo Meira Santos	PR/PE	Geólogo
Gizela Barbosa do Nascimento	PR/MG	Arquiteta
Igor Soares Pinheiro	PR/MG	Engenheiro Sanitarista
Ítalo Lopes Borges	PR/SC	Biólogo
Márcia Pereira Franco	PR/RS	Arquiteta
Raiana Quirino de Souza Ziech	PR/MT	Engenheiro Florestal
Sandra Dias Costa	PR/SP	Bióloga
Sheila dos Santos Brasileiro	PR/BA	Antropóloga
Sidnei Luís da Cruz Zomer	PRM/Criciúma	Geólogo

3.3 GERÊNCIA ADMINISTRATIVA

Núcleo de Apoio Administrativo

Soraia Pereira Pessoa	Gerente Administrativo (a partir de 1º de julho) e Assistente de Comunicação
Jussara Puppim Zandonadi	Gerente Administrativo (até 10 de julho)

Chrystianne Maria da Cruz Quevedo
Davi da Silva Vieira
Elzimar Maria de Moura
Eny Fernandes
Karine Paula de Sousa Filadelpho

Leilesdiane da Costa Rocha
Luciana Rodriguez Zazycki

Lucimeire Carneiro Tavares

Miguelina Pereira da Rocha
Nilson Pereira Rocha Júnior
Paulo Luiz da Silva

Sthepany Amaral

Técnica Administrativa
 Técnico Administrativo
 Auxiliar Operacional
 Técnica Administrativa
 Técnico Administrativo
(até 23 de junho)
 Técnico Administrativo
 Técnico Administrativo
(até 4 de novembro)
 Técnico Administrativo
(a partir de 21 de outubro)
 Chefe da Secretaria
 Técnico Administrativo
 Auxiliar Operacional
(a partir de 8 de setembro)
 Técnico Administrativo
(a partir de 3 de setembro)

Núcleo de Apoio ao Colegiado

Gustavo Ferreira Souza
Bárbara Aparecida Ferreira
Jonata da Costa Avelar
Leila Aparecida da Fonseca Bueno

Chefe do Cartório
 Técnico Administrativo
 Técnico Administrativo
 Técnico Administrativo

3.4 ESTAGIÁRIOS

Cláudio Henrique Pereira dos Reis Cruz
Layse Ennes dos Santos Guimarães

Lidia Chaves Ferreira

Márcia Cristina Alves Hollanda Cunha

Rafael Lemes Guimarães

Informática
 Engenharia Florestal
(até 27 de novembro)
 Biblioteconomia
(até 10 de julho)
 Direito
(até 8 de janeiro)
 Geografia

4. ATIVIDADES NO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO REVISIONAL

Foram realizadas, no exercício de 2009, 48 (quarenta e oito) reuniões do Colegiado, sendo apreciados 2.075 (dois mil e setenta e cinco) processos em procedimentos administrativos e inquéritos civis públicos.

		TOTAIS
4.1	HOMOLOGAÇÕES DE ARQUIVAMENTO	1.674
4.1.1	Meio Ambiente	1.333
4.1.1.1	Agrotóxicos e Produtos Perigosos	71
6.1.2.1	Área de Preservação Permanente	234
6.1.2.2	Desmatamento	109
6.1.2.3	Fauna	122
6.1.2.4	Geração e Transmissão de Energia	51
6.1.2.5	Infra-Estrutura e Plantas Industriais	45
6.1.2.6	Ordenamento Territorial	72
6.1.2.7	Organismos Geneticamente Modificados	21
6.1.2.8	Patrimônio Genético	4
6.1.2.9	Poluição	159
6.1.2.10	Recursos Hídricos	30
6.1.2.11	Recursos Minerais	118
6.1.2.12	Resíduos Sólidos	51
6.1.2.13	Unidades de Conservação e Áreas Protegidas	150
6.1.2.14	Zona Costeira	58
6.1.2.15	Outros	38
4.1.2	Patrimônio Cultural	203
4.1.2.1	Arqueológico	12
4.1.2.2	Arquitetônico e Paisagístico	74
4.1.2.3	Bens Móveis	13
4.1.2.4	Documental	2
4.1.2.5	Imaterial	3
4.1.2.6	Patentológico	10
4.1.2.7	Sítios e Conjuntos Urbanos	72
4.1.2.8	Outros	17
4.1.3	Com Declínio de Atribuição	138
4.1.3.1	Meio Ambiente	134
4.1.3.1.1	Agrotóxicos e Produtos Perigosos	8
4.1.3.1.2	Área de Preservação Permanente	30
4.1.3.1.3	Desmatamento	13
4.1.3.1.4	Fauna	10
4.1.3.1.5	Geração e Transmissão de Energia	2
4.1.3.1.6	Infra-Estrutura e Plantas Industriais	2
4.1.3.1.7	Ordenamento Territorial	8
4.1.3.1.8	Poluição	22
4.1.3.1.9	Recursos Hídricos	3
4.1.3.1.10	Recursos Minerais	6
4.1.3.1.11	Resíduos Sólidos	13
4.1.3.1.12	Unidades de Conservação e Áreas Protegidas	12
4.1.3.1.13	Zona Costeira	1
4.1.3.1.14	Outros	4
4.1.3.2	Patrimônio Cultural	4
4.1.3.2.1	Arqueológico	1
4.1.3.2.2	Bens Móveis	1
4.1.3.2.3	Sítios e Conjuntos Urbanos	2

4.2	ARQUIVAMENTOS NÃO HOMOLOGADOS	260
4.2.1	Ao Conselho Institucional do Ministério Público Federal	4
4.2.1.1	Meio Ambiente	4
4.2.1.1.1	Área de Preservação Permanente	1
4.2.1.1.2	Fauna	3
4.2.2	Às Procuradorias da República nos Estados e no DF	170
4.2.2.1	Meio Ambiente	151
4.2.2.1.1	Agrotóxicos e Produtos Perigosos	1
4.2.2.1.2	Área de Preservação Permanente	44
4.2.2.1.3	Desmatamento	13
4.2.2.1.4	Fauna	16
4.2.2.1.5	Geração e Transmissão de Energia	3
4.2.2.1.6	Infra-Estrutura e Plantas Industriais	3
4.2.2.1.7	Ordenamento Territorial	4
4.2.2.1.8	Organismos Geneticamente Modificados	1
4.2.2.1.9	Patrimônio Genético	2
4.2.2.1.10	Poluição	7
4.2.2.1.11	Recursos Hídricos	3
4.2.2.1.12	Recursos Minerais	18
4.2.2.1.13	Resíduos Sólidos	1
4.2.2.1.14	Unidades de Conservação e Áreas Protegidas	32
4.2.2.1.15	Zona Costeira	2
4.2.2.1.16	Outros	1
4.2.2.2	Patrimônio Cultural	19
4.2.2.2.1	Arqueológico	1
4.2.2.2.2	Arquitetônico e Paisagístico	9
4.2.2.2.3	Documental	2
4.2.2.2.4	Sítios e Conjuntos Urbanos	6
4.2.2.2.5	Outros	1
4.2.3	Às Procuradorias da República em Municípios	86
4.2.3.1	Meio Ambiente	77
4.2.3.1.1	Área de Preservação Permanente	13
4.2.3.1.2	Desmatamento	6
4.2.3.1.3	Fauna	3
4.2.3.1.4	Geração e Transmissão de Energia	1
4.2.3.1.5	Infra-Estrutura e Plantas Industriais	2
4.2.3.1.6	Ordenamento Territorial	4
4.2.3.1.7	Organismos Geneticamente Modificados	1
4.2.3.1.8	Poluição	6
4.2.3.1.9	Recursos Hídricos	3
4.2.3.1.10	Recursos Minerais	14
4.2.3.1.11	Resíduos Sólidos	3
4.2.3.1.12	Unidades de Conservação e Áreas Protegidas	15
4.2.3.1.13	Zona Costeira	6
4.2.3.2	Patrimônio Cultural	9
4.2.3.2.1	Arqueológico	1
4.2.3.2.2	Arquitetônico e Paisagístico	3
4.2.3.2.3	Bens Móveis	1
4.2.3.2.4	Sítios e Conjuntos Urbanos	2
4.2.3.2.5	Outros	2
4.3	PROCEDIMENTOS CONVERTIDOS EM DILIGÊNCIAS	75
4.3.1	À Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão	3
4.3.1.1	Meio Ambiente	3
4.3.1.1.1	Geração e Transmissão de Energia	1
4.3.1.1.2	Outros	2
4.3.2	À Gerência Jurídica da 4ª CCR	6
4.3.2.1	Meio Ambiente	5
4.3.2.1.1	Área de Preservação Permanente	1
4.3.2.1.2	Desmatamento	1
4.3.2.1.3	Geração e Transmissão de Energia	1

4.3.2.1.4	Resíduos Sólidos	1
4.3.2.1.5	Outros	1
4.3.2.2	Patrimônio Cultural	1
4.3.2.2.1	Bens Móveis	1
4.3.3	À Gerência Técnica da 4ª CCR	24
4.3.3.1	Meio Ambiente	21
4.3.3.1.1	Agrotóxicos e Produtos Perigosos	2
4.3.3.1.2	Área de Preservação Permanente	5
4.3.3.1.3	Desmatamento	4
4.3.3.1.4	Fauna	3
4.3.3.1.5	Geração e Transmissão de Energia	4
4.3.3.1.6	Ordenamento Territorial	1
4.3.3.1.7	Poluição	1
4.3.3.1.8	Zona Costeira	1
4.3.3.2	Patrimônio Cultural	3
4.3.3.2.1	Arqueológico	1
4.3.3.2.2	Arquitetônico e Paisagístico	2
4.3.4	Aos Grupos de Trabalho da 4ª CCR	1
4.3.4.1	Meio Ambiente	1
4.3.4.1.1	Outros	1
4.3.5	Às demais Câmaras	41
4.3.5.1	Meio Ambiente	41
4.3.5.1.1	Desmatamento	7
4.3.5.1.2	Fauna	12
4.3.5.1.3	Ordenamento Territorial	1
4.3.5.1.4	Patrimônio Genético	1
4.3.5.1.5	Recursos Hídricos	1
4.3.5.1.6	Recursos Minerais	1
4.3.5.1.7	Unidades de Conservação e Áreas Protegidas	4
4.3.5.1.8	Outros	14
4.4	CONFLITO DE ATRIBUIÇÃO	3
4.4.1	Meio Ambiente	3
4.4.1.1	Agrotóxicos e Produtos Perigosos	1
4.4.1.2	Desmatamento	2
4.5	DELIBERAÇÕES EM TACS	13
4.5.1	Meio Ambiente	12
4.5.1.1	Área de Preservação Permanente	3
4.5.1.2	Desmatamento	1
4.5.1.3	Geração e Transmissão de Energia	1
4.5.1.4	Recursos Minerais	2
4.5.1.5	Unidades de Conservação e Áreas Protegidas	4
4.5.1.6	Zona Costeira	1
4.5.2	Patrimônio Cultural	1
4.5.2.1	Sítios e Conjuntos Urbanos	1
4.6	OUTRAS DELIBERAÇÕES	50
4.6.1	Gratificação de Perícia	3
4.6.2	Prorrogações de ICP e PA	19
4.6.3	Consultas ao Colegiado e Outras Decisões	28

..... Atividades no Exercício da Função Revisional

QUADRO DEMONSTRATIVO

PROCESSOS APRECIADOS PELOS MEMBROS EM REUNIÕES DO COLEGIADO 2.075

HOMOLOGAÇÕES DE ARQUIVAMENTO 1.674

MEIO AMBIENTE	AC	AL	AM	AP	BA	CE	DF	ES	GO	MA	MG	MS	MT	PA	PB	PE	PI	PR	RJ	RN	RO	RR	RS	SC	SE	SP	TO	TOTAL
Agrotóxicos/Prod. Perig.	2	-	1	1	1	5	7	1	-	-	4	-	-	1	-	5	-	6	13	-	1	-	7	3	1	12	-	71
APP	-	2	1	-	3	26	1	5	-	3	26	-	-	-	7	10	3	4	55	9	1	-	9	42	6	18	3	234
Desmatamento	1	-	7	3	6	8	2	3	1	-	16	-	-	3	-	7	6	5	9	-	2	1	5	9	2	9	4	109
Fauna	-	-	1	-	-	15	1	2	1	1	10	-	1	5	2	6	2	2	45	1	1	-	7	4	2	12	1	122
Geração/Trans. Energia	-	-	-	-	1	3	1	-	4	-	5	1	-	-	-	1	1	2	6	-	1	-	6	4	-	8	7	51
IE e Plantas Industriais	2	-	2	-	2	3	-	-	2	-	-	1	-	-	2	-	-	4	10	1	-	-	2	3	-	7	4	45
Ordenamento Territorial	-	-	-	-	2	5	14	-	-	-	8	-	-	1	-	2	-	-	14	-	-	-	2	11	2	11	-	72
OGM	1	-	1	-	-	2	8	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	6	1	-	-	-	-	-	-	1	-	21
Patrimônio Genético	1	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	4
Poluição	2	-	-	-	5	15	5	1	2	1	11	-	-	1	3	6	5	8	46	-	-	-	8	17	3	20	-	159
Recursos Hídricos	-	1	-	-	-	3	2	-	1	-	2	-	-	-	1	1	-	4	4	-	-	-	2	7	-	2	-	30
Recursos Minerais	-	1	1	1	3	1	-	1	5	-	13	-	-	2	-	1	-	5	24	-	-	1	19	13	3	12	12	118
Resíduos Sólidos	-	-	-	-	-	1	3	-	-	-	3	1	-	-	-	2	5	2	8	1	-	-	6	8	-	11	-	51
UC e Áreas Protegidas	1	-	3	-	2	9	11	2	1	-	11	1	-	6	-	5	1	5	60	3	3	-	3	12	1	8	2	150
Zona Costeira	-	-	-	-	5	5	-	3	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	25	1	-	-	1	10	-	7	-	58
Outros	2	-	-	1	-	1	1	1	-	-	-	-	-	1	2	2	12	1	5	-	-	-	1	1	-	6	1	38
SUBTOTAL	12	4	17	6	30	103	57	19	17	5	110	4	1	20	17	49	35	54	325	16	9	2	78	144	21	144	34	1.333
PATRIMÔNIO CULTURAL	AC	AL	AM	AP	BA	CE	DF	ES	GO	MA	MG	MS	MT	PA	PB	PE	PI	PR	RJ	RN	RO	RR	RS	SC	SE	SP	TO	TOTAL
Arqueológico	-	-	-	-	-	2	-	-	1	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1	-	-	-	1	4	-	2	-	12
Arquit. e Paisagístico	-	-	-	-	1	-	2	-	3	5	4	-	-	-	-	4	-	-	40	-	-	-	-	5	3	7	-	74
Bens Móveis	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	4	-	-	-	1	1	-	3	-	13
Documental	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	2
Imaterial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1	-	-	3
Paleontológico	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-	-	2	-	-	4	-	10
Sítios e Conj. Urbanos	-	-	1	1	4	4	9	-	3	-	6	-	1	1	-	6	-	-	20	-	1	-	5	2	2	6	-	72
Outros	-	-	-	-	1	-	1	-	-	-	-	1	-	1	-	-	-	-	6	-	-	-	1	1	-	4	1	17
SUBTOTAL	-	-	1	1	8	8	12	-	7	5	13	1	3	2	-	11	1	-	73	-	1	-	10	13	6	26	1	203
DECLÍNIO ATRIBUIÇÃO																												138
MEIO AMBIENTE	AC	AL	AM	AP	BA	CE	DF	ES	GO	MA	MG	MS	MT	PA	PB	PE	PI	PR	RJ	RN	RO	RR	RS	SC	SE	SP	TO	TOTAL
Agrotóxicos/Prod. Per.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	2	-	-	2	-	-	-	-	-	-	2	-	8
APP	-	-	-	-	1	2	-	1	-	-	1	-	-	-	-	1	1	-	6	1	-	-	2	5	3	6	-	30
Desmatamento	-	-	-	-	-	4	-	-	-	-	1	-	-	-	-	3	-	2	1	-	-	-	1	-	-	-	1	13
Fauna	-	-	1	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6	-	-	-	-	-	-	1	-	10
Geração/Trans. Energia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	2
IE e Plantas Industriais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	2
Ordenamento Territorial	-	-	1	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1	-	1	-	-	-	4	-	-	-	-	-	-	-	-	8
Poluição	1	-	-	-	-	1	-	-	-	-	2	-	-	-	3	1	7	2	2	-	-	-	-	-	-	3	-	22
Recursos Hídricos	-	-	1	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3
Recursos Minerais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	4	6
Resíduos Sólidos	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	2	3	1	1	-	-	-	1	-	1	1	1	13
UC e Áreas Protegidas	-	-	1	-	-	1	-	1	-	-	3	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1	3	1	12
Zona Costeira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	4
SUBTOTAL	1	-	5	-	1	11	2	2	-	1	11	-	1	-	4	10	14	7	24	1	-	-	4	5	5	17	8	134
PATRIMÔNIO CULTURAL	AC	AL	AM	AP	BA	CE	DF	ES	GO	MA	MG	MS	MT	PA	PB	PE	PI	PR	RJ	RN	RO	RR	RS	SC	SE	SP	TO	TOTAL
Arqueológico	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Bens Móveis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Sítios e Conj. Urbanos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	2
SUBTOTAL	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	4
TOTAL	13	4	23	7	39	122	72	21	24	11	134	5	5	22	21	70	51	61	422	17	10	2	92	162	32	189	43	1674

ARQUIVAMENTOS NÃO HOMOLOGADOS 260

CONSELHO INSTITUCIONAL MPF	AC	AL	AM	AP	BA	CE	DF	ES	GO	MA	MG	MS	MT	PA	PB	PE	PI	PR	RJ	RN	RO	RR	RS	SC	SE	SP	TO	TOTAL
MEIO AMBIENTE	AC	AL	AM	AP	BA	CE	DF	ES	GO	MA	MG	MS	MT	PA	PB	PE	PI	PR	RJ	RN	RO	RR	RS	SC	SE	SP	TO	TOTAL
APP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	1
Fauna	-	-	-	-	-	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3
PRS ESTADOS E DF	AC	AL	AM	AP	BA	CE	DF	ES	GO	MA	MG	MS	MT	PA	PB	PE	PI	PR	RJ	RN	RO	RR	RS	SC	SE	SP	TO	TOTAL
MEIO AMBIENTE	AC	AL	AM	AP	BA	CE	DF	ES	GO	MA	MG	MS	MT	PA	PB	PE	PI	PR	RJ	RN	RO	RR	RS	SC	SE	SP	TO	TOTAL
Agrotóxicos/Prod. Per.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
APP	-	-	1	-	-	30	-	-	-	-	2	-	-	-	1	1	-	1	2	-	-	-	-	5	1	-	-	44
Desmatamento	1	-	-	-	-	1	-	1	-	-	2	-	-	-	2	2	-	-	-	-	-	-	1	1	1	-	1	13
Fauna	-	-	-	-	-	10	-	-	-	-	1	-	-	1	-	1	-	-	3	-	-	-	-	-	-	-	-	16
Geração/Trans. Energia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	2	3
IE e Plantas Industriais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	3
Ordenamento Territorial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	4
OGM	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Patrimônio Genético	-	-	-	-	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2
Poluição	1	1	-	-	2	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1	7
Recursos Hídricos	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	3
Recursos Minerais	-	-	-	1	-	2	1	-	-	-	6	-	-	-	-	-	-	2	2	-	-	-	1	-	-	-	3	18
Resíduos Sólidos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1
UC e Áreas Protegidas	-	-	-	1	-	7	3	-	-	-	17	-	-	-	-	-	-	-	2	-	1	-	-	-	-	-	1	32
Zona Costeira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	2
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1
SUBTOTAL	2	1	1	2	3	54	5	1	-	-	31	-	-	1	3	6	-	3	10	1	1	-	3	11	2	2	8	151
PATRIMÔNIO CULTURAL	AC	AL	AM	AP	BA	CE	DF	ES	GO	MA	MG	MS	MT	PA	PB	PE	PI	PR	RJ	RN	RO	RR	RS	SC	SE	SP	TO	TOTAL
Arqueológico	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Arquit. e Paisagístico	-	-	-	-	-	2	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1	3	-	-	-	-	1	1	-	-	9
Documental	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	1	-	2
Sítios e Conj. Urbanos	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	1	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	6
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
SUBTOTAL	-	-	-	-	-	2	1	-	1	-	-	-	-	1	-	2	2	1	4	-	-	-	-	1	3	1	-	19
TOTAL	2	1	1	2	3	56	6	1	1	-	31	-	-	2	3	8	2	4	14	1	1	-	3	12	5	3	8	170
PRS EM MUNICÍPIOS	AC	AL	AM	AP	BA	CE	DF	ES	GO	MA	MG	MS	MT	PA	PB	PE	PI	PR	RJ	RN	RO	RR	RS	SC	SE	SP	TO	TOTAL
MEIO AMBIENTE	AC	AL	AM	AP	BA	CE	DF	ES	GO	MA	MG	MS	MT	PA	PB	PE	PI	PR	RJ	RN	RO	RR	RS	SC	SE	SP	TO	TOTAL
APP	-	-	-	-	-	1	-	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	5	-	-	-	-	3	-	2	-	13
Desmatamento	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	2	-	2	-	6
Fauna	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	1	-	3
Geração/Trans. Energia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
IE e Plantas Industriais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	1	-	2
Ordenamento Territorial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	1	-	4
OGM	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1
Poluição	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	2	-	1	-	6
Recursos Hídricos	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	3
Recursos Minerais	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	3	-	-	-	1	-	-	-	1	-	-	-	4	-	-	3	-	14
Resíduos Sólidos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	1	-	3
UC e Áreas Protegidas	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	6	-	-	-	-	-	-	1	4	-	-	-	-	-	-	2	-	15
Zona Costeira	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	-	-	-	2	-	-	-	6
SUBTOTAL	-	-	-	-	7	1	-	-	-	1	14	-	-	1	1	1	-	1	17	-	-	-	6	11	-	16	-	77
PATRIMÔNIO CULTURAL	AC	AL	AM	AP	BA	CE	DF	ES	GO	MA	MG	MS	MT	PA	PB	PE	PI	PR	RJ	RN	RO	RR	RS	SC	SE	SP	TO	TOTAL
Arqueológico	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1
Arquit. e Paisagístico	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	-	-	-	-	-	-	-	3
Bens Móveis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1
Sítios e Conj. Urbanos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	2
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	2
SUBTOTAL	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5	-	-	-	-	-	-	4	-	9
TOTAL	-	-	-	-	7	1	-	-	-	1	14	-	-	1	1	1	-	1	22	-	-	-	6	11	-	20	-	86

PROCEDIMENTOS CONVERTIDOS EM DILIGÊNCIAS																												75
À PFDC																												3
MEIO AMBIENTE	AC	AL	AM	AP	BA	CE	DF	ES	GO	MA	MG	MS	MT	PA	PB	PE	PI	PR	RJ	RN	RO	RR	RS	SC	SE	SP	TO	TOTAL
Geração/Trans. Energia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1
Outros	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	2
SUBTOTAL	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1	3
À GERÊNCIA JURÍDICA 4ª CCR																												5
MEIO AMBIENTE	AC	AL	AM	AP	BA	CE	DF	ES	GO	MA	MG	MS	MT	PA	PB	PE	PI	PR	RJ	RN	RO	RR	RS	SC	SE	SP	TO	TOTAL
APP	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Desmatamento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Geração/Trans. Energia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1
Resíduos Sólidos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
SUBTOTAL	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	2	-	5
PATRIMÔNIO CULTURAL	AC	AL	AM	AP	BA	CE	DF	ES	GO	MA	MG	MS	MT	PA	PB	PE	PI	PR	RJ	RN	RO	RR	RS	SC	SE	SP	TO	TOTAL
Bens Móveis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1
SUBTOTAL	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	2	-	5
TOTAL	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	2	-	6
À GERÊNCIA TÉCNICA 4ª CCR																												24
MEIO AMBIENTE	AC	AL	AM	AP	BA	CE	DF	ES	GO	MA	MG	MS	MT	PA	PB	PE	PI	PR	RJ	RN	RO	RR	RS	SC	SE	SP	TO	TOTAL
Agrotóxicos/Prod.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	2
APP	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1	1	-	-	5
Desmatamento	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1	-	-	-	4
Fauna	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1	-	3
Geração/Trans. Energia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	3	4
Ordenamento Territorial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Poluição	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1
Zona Costeira	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
SUBTOTAL	-	-	-	-	2	2	-	-	-	-	3	-	-	-	-	-	-	1	1	-	1	-	1	2	1	4	3	21
PATRIMÔNIO CULTURAL	AC	AL	AM	AP	BA	CE	DF	ES	GO	MA	MG	MS	MT	PA	PB	PE	PI	PR	RJ	RN	RO	RR	RS	SC	SE	SP	TO	TOTAL
Arqueológico	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1
Arquit. e Paisagístico	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	2
SUBTOTAL	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	1	-	3
TOTAL	-	-	-	-	2	3	-	-	-	-	3	-	-	-	-	-	-	1	2	-	1	-	1	2	1	5	3	24
AOS GRUPOS DE TRABALHO DA 4ª CCR																												1
MEIO AMBIENTE	AC	AL	AM	AP	BA	CE	DF	ES	GO	MA	MG	MS	MT	PA	PB	PE	PI	PR	RJ	RN	RO	RR	RS	SC	SE	SP	TO	TOTAL
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
SUBTOTAL	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
TOTAL	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
ÀS DEMAIS CÂMARAS																												41
MEIO AMBIENTE	1ª CCR				2ª CCR				3ª CCR				5ª CCR				6ª CCR				TOTAL							
Desmatamento	-				7				-				-				-				7							
Fauna	-				11				-				1				-				12							
Ordenamento Territorial	-				-				-				1				-				1							
Patrimônio Genético	-				-				-				1				-				1							
Recursos Hídricos	-				-				-				-				1				1							
Recursos Minerais	-				1				-				-				-				1							
UC e Áreas Protegidas	-				1				-				3				-				4							
Outros	-				2				-				10				2				14							
TOTAL	-				22				-				16				3				41							

CONFLITO DE ATRIBUIÇÃO																											3	
MEIO AMBIENTE	AC	AL	AM	AP	BA	CE	DF	ES	GO	MA	MG	MS	MT	PA	PB	PE	PI	PR	RJ	RN	RO	RR	RS	SC	SE	SP	TO	TOTAL
Agrotóxicos/Prod.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1
Desmatamento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2
TOTAL	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	3

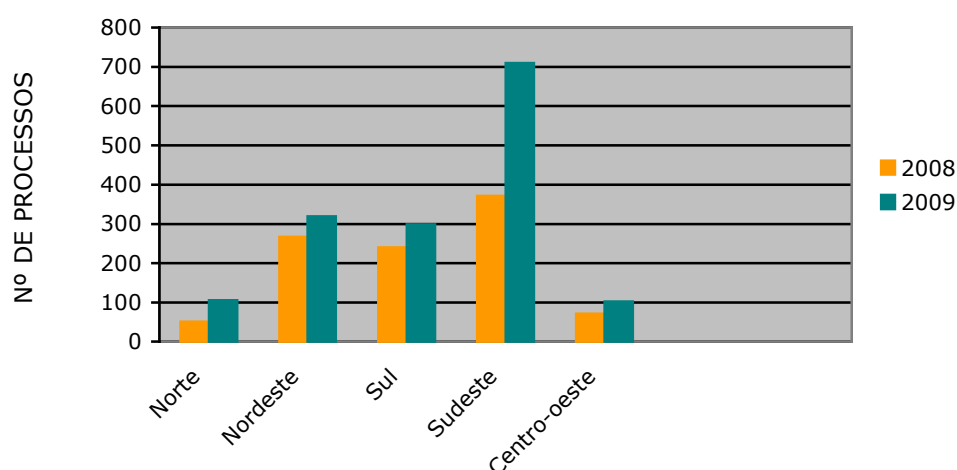
DELIBERAÇÕES EM TERMOS DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA																											13	
MEIO AMBIENTE	AC	AL	AM	AP	BA	CE	DF	ES	GO	MA	MG	MS	MT	PA	PB	PE	PI	PR	RJ	RN	RO	RR	RS	SC	SE	SP	TO	TOTAL
APP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	-	-	-	-	-	-	-	3
Desmatamento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	1
Geração/Trans. Energia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1
Recursos Minerais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1	-	-	-	2
UC e Áreas Protegidas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	-	-	-	-	-	-	-	-	4
Zona Costeira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	1
SUBTOTAL	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8	-	-	-	-	3	-	1	-	12
PATRIMÔNIO CULTURAL	AC	AL	AM	AP	BA	CE	DF	ES	GO	MA	MG	MS	MT	PA	PB	PE	PI	PR	RJ	RN	RO	RR	RS	SC	SE	SP	TO	TOTAL
Sítios e Conj. Urbanos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	1
SUBTOTAL	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8	-	-	-	-	1	-	-	-	5
TOTAL	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8	-	-	-	-	4	-	1	-	13

OUTRAS DELIBERAÇÕES 50																										
------------------------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

GRÁFICOS COMPARATIVOS

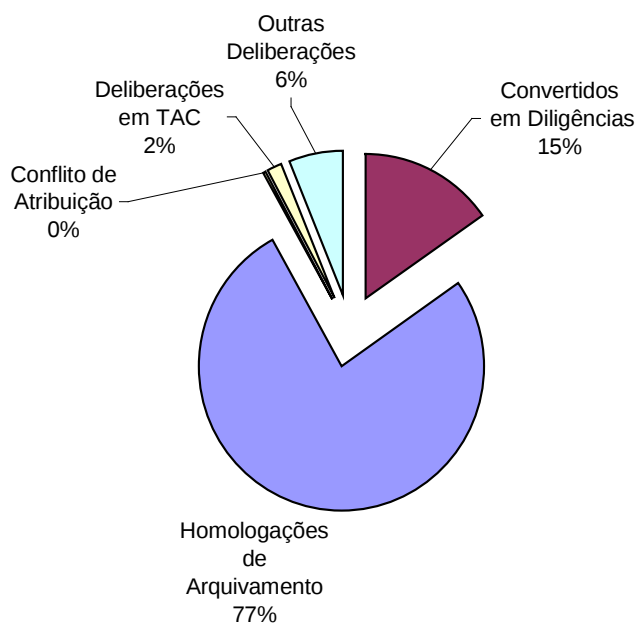
Processos apreciados pelos Membros

1.1 Por Região

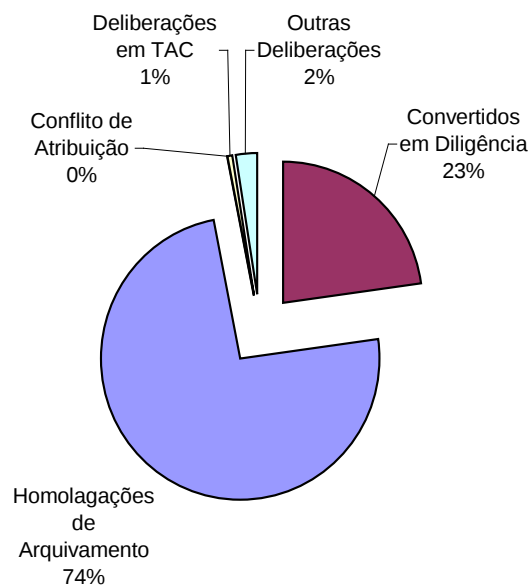


OBS: Incluídos os itens: Homologações de Arquivamento, Conflito de Atribuição e Deliberações em Termos de Ajustamento de Conduta.

1.2 Por Deliberação



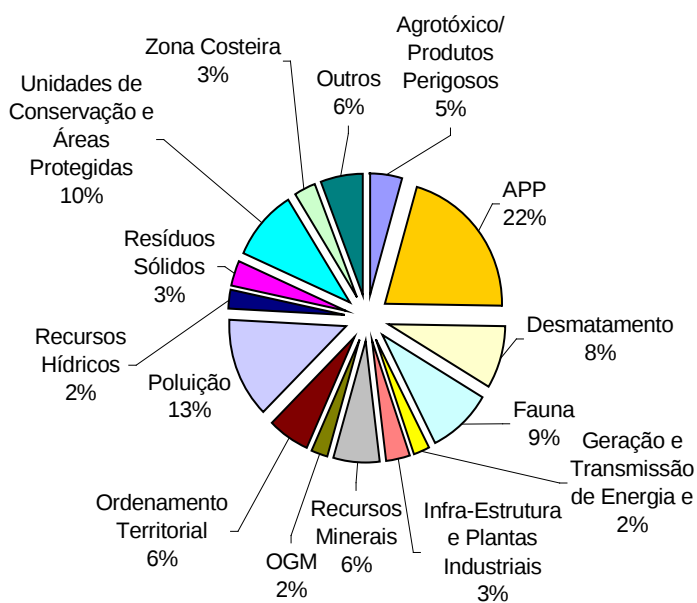
2008



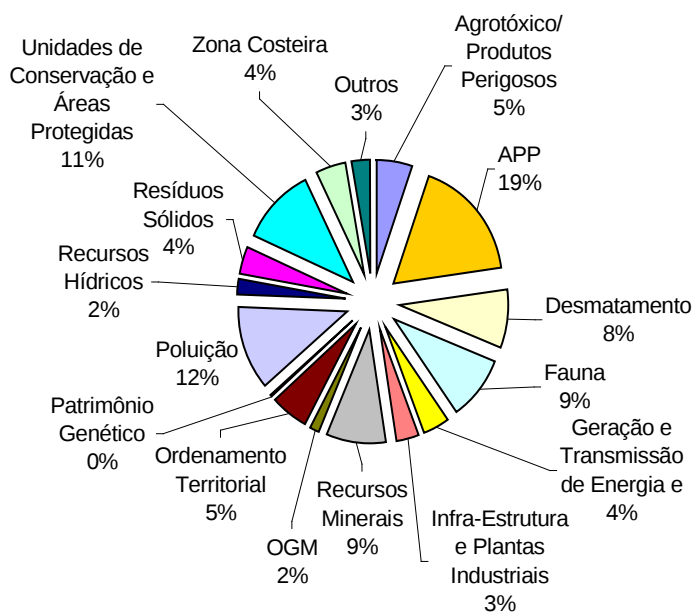
2009

1.3 Por Área de Atuação

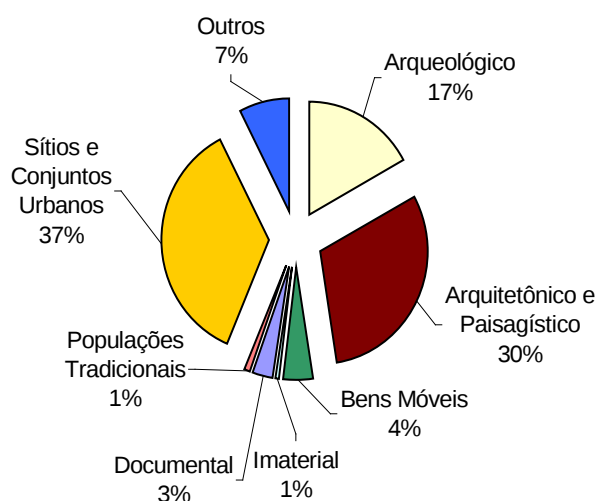
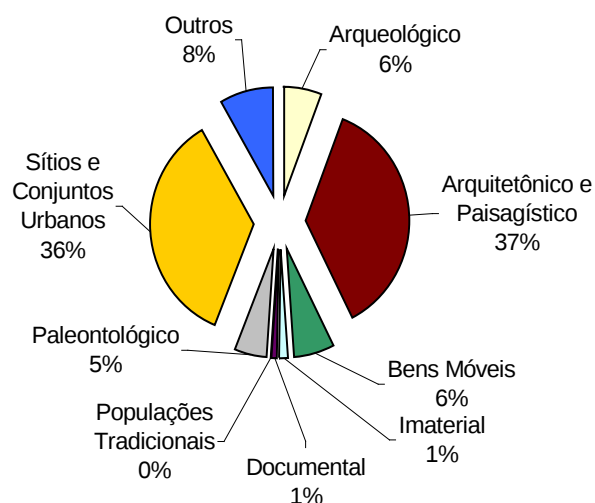
Meio Ambiente



2008



2009

Patrimônio Cultural**2008****2009****4.1 HOMOLOGAÇÕES DE ARQUIVAMENTO 1.674****4.1.1 Meio Ambiente 1.333****4.1.1.1 Agrotóxicos e Produtos Perigosos 71**

Assunto	Ata nº	Origem
Acidente com substância tóxica ocorrido com funcionário de empresa do ramo de carcinicultura, no Município de Aracati.	241	PRM/Limoeiro do Norte (CE)
Adoção das medidas legais necessárias para coibir a entrada de pneus usados no Estado do Amapá, advindos em tese da Guiana Francesa.	278	PR/AP
Adoção e regularidade de planos de radioproteção nos aeroportos situados em Minas Gerais administrados pela Infraero.	263	PR/MG
Análise de resíduos de agrotóxicos em morandos, no ano de 2003, pelo Instituto Nacional de Controle de Qualidade em Saúde da Fundação Osvaldo Cruz.	237	PRM/Caxias do Sul (RS)
Armazenamento e destinação dos rejeitos radioativos gerados pelas usinas nucleares de "Angra I" e "Angra II".	242	PRM/Angra dos Reis (RJ)
Armazenamento ilegal de material radioativo na sede da Indústrias Nucleares do Brasil (INB), em bairro residencial no Rio de Janeiro.	271	PR/RJ
Descarte impróprio de resíduos de Óxido de Etileno (ETO) e o nível de concentração do gás, acima das regras de regência, estaria afetando a saúde dos funcionários da empresa Becton Dickinson Indústrias Cirúrgicas Ltda (BD Medical do Brasil).	265	PR/PR
Descarte inadequado de pilhas, baterias para celulares e baterias automotivas, sem a devida fiscalização.	247	PR/RS
Descarte irregular de dejetos radioativos nos laboratórios do Campus do Porangabussu na UFC.	268	PR/CE

Despejo de material tóxico às margens da rodovia Br-020, na Cidade de caucaia, em área próxima ao rio Pau Barriga.	253	PR/CE
Despejo de resíduo tóxico, concentrado de zinco com metais pesados, que encobriu o mar na região do Porto de Angra dos Reis.	233	PRM/Angra dos Reis (RJ)
Destinação de baterias descartáveis de celular e pilhas.	265	PRM/São José dos Campos (SP)
Disposição indevida de resíduos de pneumáticos por empresas fabricantes e/ou importadoras, e por aquelas que comercializam pneus meia-vida, em desrespeito à Resolução n. 258/99 do Conama.	272	PR/MG
Empresas autuadas pelo Ibama em decorrência da comercialização irregular de pneus usados importados.	233	PRM/Londrina (PR)
Estoque pela empresa Taki-Agro de produto agrotóxico, causando desconforto ao moradores que residem próximos ao local.	258	PRM/Pouso Alegre (MG)
Gerenciamento ambiental de pilhas e baterias usadas.	269	PRM/Santa Cruz do Sul (RS)
Ilegalidades cometidas a partir da comercialização do agrotóxico Heptacloro.	274	PR/DF
Importação de resíduos perigosos pela empresa Concrebrás S/a	235	PRM/Nova Friburgo (RJ)
Instalação de "ecopontos" a fim de oferecer um destino certo aos pneus inservíveis.	240	PRM/Blumenau (SC)
Instalação de antenas transmissoras de radiação eletromagnéticas no município.	238	PRM/São José dos Campos (SP)
Instalação de torre de telefonia celular.	244 248	PRM/Petrópolis (RJ)
Instalação de uma torre de televisão, com possível emissão de radiação das ondas eletromagnéticas, no bairro de Aldeota.	254	PR/CE
Instalação e operação de antena de telefonia celular, Estação de Rádio—Base (ERBs), na Cidade de Chapecó.	276	PRM/Chapecó (SC)
Instalação indiscriminada de torres de telefonia móvel existentes em área urbana e de postos de gasolina.	263	PR/SE
Instalações clandestinas de torres de celular em área eminentemente residencial, próxima à rua Cônego Pinto de Mendonça, nº 228, Parque Araxá.	236	PR/CE
Irregularidades na comercialização, dosagens manuseio, armazenamento e transporte de produtos agrotóxicos, nos Municípios de Belém do São Francisco, Lago de Itaparica e Rio São Francisco.	261	PR/PE
Irregularidades na utilização de produtos para combate à malária, no Vale do Juruá.	249	PR/AC
Lançamento de agrotóxico em área rural do Vale do Ribeira e litoral sul de São Paulo, causando possíveis danos à saúde das pessoas.	263	PRM/Santos (SP)
Lançamento de mercúrio no leito do rio Tietê, colocando em risco também a saúde de funcionários que trabalham sem proteção.	253	PRM/Sorocaba (SP)
Lavra de minérios radioativos, especificamente urânio, pela CVRD, na província mineral de Carajás, situada no Município de Parauapebas.	263	PRM/Marabá (PA)
Legalidade de dispositivos dos Decretos n. 90.922/85 e 4.560/02, regulamentadores da Lei n. 5.524/68, que discutem o direito de profissionais técnicos industriais e agrícolas de nível médio, especialmente a respeito de prestação de assistência na compra, venda e utilização de agrotóxicos e afins.	254	PR/RS
Licenciamento para produção e comercialização do produto <i>parathion 600 – CE pikapau</i> .	254	PR/DF
Manipulação irregular de produtos químicos à base de organoclorados, organofosforados e metais epsados pela empresa ICOLUB Indústria e Comércio de Lubrificantes S/A, na Ilha do Governador.	268	PR/RJ
Matéria jornalística de que o Brasil poderia vir a se tornar um 'lixão' mundial de pneus, em virtude das importações de pneus usados.	271	PR/BA

Notícia jornalística acerca do uso indiscriminado de agrotóxicos e de suas consequências na saúde dos trabalhadores.	259	PR/PE
Notícia jornalística intitulada "Brasil pode virar lixão mundial de pneus", para apurar a importação de pneus usados por empresas sediadas no Estado de Rondônia.	275	PR/RO
Notícia veiculada na imprensa informando que várias cidades brasileiras sofriam com o lixo tóxico deixado a céu aberto.	277	PRM/Guarulhos (SP)
Portaria conjunta da Anvisa e Ibama objetivando a reavaliação dos ingredientes ativos Benomil e carbendazim.	245	PRM/Sorocaba (SP)
Portaria nº 03/2005 do GT Poluição por Resíduos Sólidos e Esgotos, com objetivo de verificar e acompanhar questões relativas à importação de pneus usados.	265	PRM/Marília (SP)
Proibição do uso de agrotóxico que contenha a substância denominada <i>fenitrothion</i> , no Município de Santiago.	239	PRM/Santa Maria (RS)
Proteção contra a radiação não-ionizante originária das Estações de Rádio-base (ERBs).	253	PRM/Joinville (SC)
Reavaliação do princípio ativo do agrotóxico <i>rolinan</i> , conhecido com <i>vinclozolin</i> , pelos órgãos competentes.	253	PR/SP
Regularidade da manutenção do registro do agrotóxico BRAVIK 600, sem a conclusão da avaliação ambiental.	264	PR/DF
Relação entre a má formação fetal e o contato dos genitores com agrotóxicos no Município de Camocim de São Félix.	239	PR/PE
Remoção de fontes de radiação indevidamente guardados, bem como a descontaminação das instalações afetadas pela empresa Tech-Ion.	255	PR/AM
Resíduos de agrotóxicos em morangos oriundos de plantações no Estado de Minas Gerais, em desconformidade com a legislação vigente.	278	PRM/Pouso Alegre (MG)
Trânsito de caminhões carregando produtos perigosos no Porto Seco Rodoviário de Uruguaiana e demais vias do município.	266	PRM/Uruguaiana (RS)
Utilização de agrotóxicos e de outras substâncias químicas proibidas por legislação federal e estadual na fabricação de raticidas e outros venenos.	234	PR/PE
Utilização de Bifelinas Policloradas (PCBs) nos equipamentos das instalações da empresa Souza Cruz S/a	237	PR/RJ
Utilização de Bifelinas Policloradas (PCBs) nos equipamentos das instalações da empresa White Martins.	237	PR/RJ
Utilização de Bifelinas Policloradas (PCBs) nos equipamentos das instalações da indústria Michelin Cia. Brasileira de Pneumáticos.	237	PR/RJ
Utilização de herbicidas no manejo de vegetação rasteira pela Usina Itaipu Binacional, na margem brasileira do lago Itaipu.	253	PRM/Foz do Iguaçu (PR)
Utilização do Brometo de Metila no território nacional, bem como a adequação de tal utilização ao Protocolo de Montreal.	232	PR/DF
Utilização do brometo de metila para fumigação de embalagens de madeira provenientes do exterior, no Aeroporto de Guarulhos.	244	PRM/Guarulhos (SP)
Utilização irregular do composto Brometo de Metila em tratamentos fitossanitários.	260	PR/ES
Utilização por empresa de <i>Bifelinas policloradas</i> como fluído de equipamento dielétrico.	255	PR/RJ

4.1.1.2 Área de Preservação Permanente – APP 234

Assunto	Ata nº	Origem
Abertura de estrada nas dunas na praia da Joaquina.	279	PR/SC
Acompanhamento das atividades de plantio de sementes transgênicas em terras indígenas.	264	PRM/Sousa (PB)
Acompanhamento de TAC firmado com o objetivo de adoção de	233	PRM/Uberaba

medidas para recuperação de APP, situada na localidade denominada "Melancia", às margens do Rio Grande.		(MG)
Acúmulo de lixo em área de mangue denominada Maceió Bessa.	248	PR/PB
Alargamento da rua Luna Pedrosa, localizada à beira-mar da praia do Poço e da construção de praça onde existem coqueiros e vegetação rasteira que impediriam o avanço do mar.	272	PR/PB
Alienação de áreas situadas no Manguezal do Pina e seus respectivos espelhos d'água, no Município de Recife.	247	PR/PE
Ampliação de dois poços de contenção de água nas margens de um córrego que corta a Fazenda Posses, localizada no Parna da Serra da Canastra, sem autorização dos órgãos ambientais competentes.	267	PRM/Passos (MG)
Aração de vegetação em APP à margem direita do córrego Sertãozinho. TAC.	234	PR/RJ
Aração na margem direita do rio Bonito, no entorno sul do Parna do Itatiaia.	254	PRM/Resende (RJ)
Aterramento de área de mangue para a implantação do Parque Memorial Arco Verde, em Olinda.	252	PR/PE
Aterramento de manguezal para construção irregular de um hipermercado, próximo à rodovia Cônego Domênico Rangoni, em Guarujá.	255	PRM/Santos (SP)
Aterramento irregular de área de manguezal, em Aracaju.	240	PR/SE
Aterro às margens da lagoa da Barra da Tijuca para instalação de condomínio.	240	PR/RJ
Aterro às margens da lagoa de Jacarepaguá para construção do Quartel da Polícia Militar.	240	PR/RJ
Aterro clandestino em área de manguezal.	235	PR/SE
Aterro em área de manguezal e abertura de canal de drenagem no loteamento denominado Balneário Jabaquara-Paraty, no Município de Paraty.	266	PRM/Angra dos Reis (RJ)
Aterro em terreno da Ilha do Fundão, sem a devida licença ambiental do órgão competente.	248	PR/RJ
Aterro em vegetação de manguezal, sem autorização competente, a amenos de trinta metros de curso d'água.	236	PR/SC
Atividade de carcinicultura em áreas de mangue, sem licença ambiental do Idema, no sítio Ponta da Salina, localizado no Município de Guamaré.	274	PR/RN
Circulação de lanchas e <i>jetskys</i> , lavagens de veículos às margens da barragem do rio Catú, no Município de Aquiraz.	271	PR/CE
Colocação de cerca de arame farpado no entorno de fazenda localizada, na praia do Ouvidor, no Município de Garopaba.	248	PRM/Tubarão (SC)
Colocação irregular de cerca na zona urbana do Município de Camocim.	236	PRM/Sobral (CE)
Construção de abrigos rústicos para pescadores em área de restinga.	278	PRM/Joinville (SC)
Construção de alvenaria em terreno de marinha com supressão da vegetação fixadora de dunas, no Município de Piçarras.	239	PRM/Itajaí (SC)
Construção de bar às margens do rio Parnaíba, no Município de Timon.	260	PRM/Caxias (MA)
Construção de cais de atracação para embarcações de médio porte e possível construção de antena para telefonia celular próxima a inúmeras residências, na Vila do Abrãao, situada na zona de amortecimento do Parque Estadual de Ilha Grande.	236	PRM/Angra dos Reis (RJ)

Construção de casa às margens do rio Madre, no Município de Palhoça, na área de proteção especial do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro.	242	PR/SC
Construção de casa de alvenaria às margens de nascente, no interior da APA da Serra da Mantiqueira, no Município de Bocaina de Minas.	268	PR/MG
Construção de casa de veraneio, com muro e aterro sobre espelho d'água, em imóvel situado na Ilha do Cavalo, na Baía da Ribeira. .	237	PRM/Angra dos Reis (RJ)
Construção de edifício no balneário Rincão, em área de restinga fixadora de dunas, no Município de Içara.	239	PRM/Criciúma (SC)
Construção de estrada e retirada de barro em APP, no Município de Carnaubal.	239	PR/CE
Construção de estrada, supressão de vegetação e edificações em área de curso d'água, bem como assoreamento de grota com nascente provocado pelo arrastamento de materiais sólidos, na localidade denominada Gentio, zona rural do Município de Morro do Pilar, nos limites da APA Morro da Pedreira e zona de amortecimento do Parna da Serra do Cipó.	252	PR/MG
Construção de guarita e muro na via de acesso à praia da Barra, na foz do rio Sauípe.	246	PR/BA
Construção de muro e fundação para construção sobre o espelho d'água, sem licença legalmente exigida, no Condomínio Praia do Sol, no Município de Angra dos Reis.	236	PRM/Angra dos Reis (RJ)
Construção de muro em loteamento não consolidado, em APP, sem as respectivas licenças da Feema e Ibama, na praia do Pontal, no Município de Arraial do Cabo.	266	PRM/São Pedro da Aldeia (RJ)
Construção de muros, rampas de concreto e deck de madeira na praia de Passa Terra, localizada em Ilha Grande, no Município de Angra dos Reis.	236	PRM/Angra dos Reis (RJ)
Construção de praças e museus do mangue, causando aterro de manguezal, no bairro Coroa do Meio.	248	PR/SE
Construção de sauna e quiosque à margem do rio Preto, no entorno do Parna de Itatiaia, no Município de Bocaina de Minas.	259	PRM/Varginha (MG)
Construção de um muro obstruindo a Lagoa de Saquarema, localizada no Município de Saquarema, assim como da supressão de vegetação na localidade.	270	PRM/São Pedro da Aldeia (RJ)
Construção de uma estrada, com supressão de área de APP, no interior da APA da Serra da Mantiqueira.	247	PR/MG
Construção do Condomínio Nogueira I, às margens do Rio Grande, no Município de São João Batista da Glória.	249	PRM/Passos (MG)
Construção do Projeto Pontal do Estaleiro às margens do Lago Guaíba.	255	PR/RS
Construção do prosseguimento da Avenida Litorânea, interligando com a Avenida Carlos Cunha, em área constituída por vegetação de mangue, no Município de São Luís.	271	PR/MA
Construção e parcelamento do solo ocorridos em área de mangue, para implantação do Condomínio Enseada dos Girassóis, no Município de Angra dos Reis.	269	PRM/Angra dos Reis (RJ)
Construção em APP, no loteamento Terra de Arroz, no Parna da Serra do Cipó.	272	PR/MG
Construção em área de restinga, na Armação do Pântano do Sul, em Florianópolis.	248	PR/SC
Construção em solo não edificável na praia Gragoata e da Carne	232	PRM/Angra dos Reis (RJ)

Seca, Saco do Mamanguá, em Paraty.

Construção irregular às margens da Lagoa da Conceição, em Florianópolis.	277	PR/SC
Construção irregular às margens de córrego, na circunvizinha da Rebio Tinguá, denominado Sítio mata Virgem, no Município de Nova Iguaçu.	236	PRM/São João de Meriti (RJ)
Construção irregular de 4 quadras poliesportivas, em APP.	278	PRM/Eunápolis (BA)
Construção irregular de casa em terreno de marinha, na praia da Armação, no Município de Penha.	271	PRM/Itajaí (SC)
Construção irregular de casa residencial, com supressão de vegetação fixadora de dunas e o assoreamento do estuário do rio Mamanguape, no Município de rio Tinto.	237	PR/PB
Construção irregular de casas em áreas de falésias, na praia de Quixabá, no Município de Aracati.	252	PR/CE
Construção irregular de muro de arrimo para contenção de talude acidentado, tangente às margens de rio local e corte de árvores em APP, no Parna do Itatiaia.	274	PRM/Resende (RJ)
Construção irregular de muro de praia no Iate Clube Aquidabã, sem a devida licença, na praia do Anil, em Angra dos Reis.	268	PRM/Angra dos Reis (RJ)
Construção irregular de muro na praia do Jardim, no Município de Angra dos Reis.	256	PRM/Angra dos Reis (RJ)
Construção irregular de rancho de pesca sobre as dunas da praia da Barra da Lagoa.	240	PR/SC
Construção irregular de residência na Avenida beira Mar, na praia da Meta, no Município Balneário Arroio do Silva.	242	PRM/Criciúma (SC)
Construção irregular de residência na margem esquerda do rio Ceará, no Município de Caucaia.	242	PR/CE
Construção irregular de residência no costão da praia de Cacupé, em Florianópolis.	242	PR/SC
Construção irregular de trapiche e quadra de esportes por empreendimento hoteleiro, na encosta do Morro do Tingá, Fazenda da Armação, no interior da APA do Anhatomirim.	254	PR/SC
Construção irregular de um muro erguido às margens do Rio Grande, no loteamento denominado Pier 2000, no entorno da UHE de Volta Grande, no Município de Água Comprida.	237	PR/MG
Construção irregular de um muro por particular, às margens da Lagoa Porangabuçu.	269	PR/CE
Construção irregular de vigas de concreto armado para desvio de curso d'água, no Condomínio Marina, no Município de Angra dos Reis.	269	PRM/Angra dos Reis (RJ)
Construção irregular de viveiro destinado á carcinicultura, em área de mangue, sem autorização competente, no Município de Arês.	241	PR/RN
Construção irregular do empreendimento Águas da Brava Residence, em área de restinga, localizada na Praia Brava, em Florianópolis.	269	PR/SC
Construção irregular e possível desmatamento em APP.	274	PRM/São Pedro da Aldeia (RJ)
Construção irregular em APP, com modificação de um riacho, aterro de praia, construção de muro de alvenaria sobre a praia, manilhamento de riacho, entre outros, por particular, em residência localizada no Município de Angra dos Reis.	253	PRM/Angra dos Reis (RJ)

Construção irregular no Sítio das margaridas, sem o devido licenciamento ambiental pelo órgão competente, na praia da Costa, no Município de Paraty	256	PRM/Angra dos Reis (RJ)
Construção sobre o costão rochoso na Ponta do Bananal, sem a devida licença ambiental, na Ilha Grande.	249	PRM/Angra dos Reis (RJ)
Construções comerciais irregulares na praia de Vigorelli, às margens da Baía de Babitonga.	243	PRM/Joinville (SC)
Construções irregulares de trapiches próximos ao Ponto 15 na costa da lagoa da Conceição, em Florianópolis.	239	PR/SC
Construções irregulares de uma lanchonete e uma casa em área sobre dunas e próxima a um riacho, localizada no Beco das Dunas, no Morro dos Conventos, no Município de Araranguá.	269	PRM/Criciúma (SC)
Construções irregulares na ilha do Cardoso, no Município de Cananéia.	236	PR/SP
Construções irregulares na localidade denominada Ponta do Silva, em Ilha Grande, Município de Angra dos Reis.	270	PRM/Angra dos Reis (RJ)
Construções irregulares nos condomínios Residencial Lavínia e Santa Isabel, e nas chácaras Santa Gertrudes, em área a partir de 100 (cem) metros da linha de ruptura do relevo. ACP.	261	PRM/Marília (SP)
Construções irregulares sobre vertentes, nascentes e córregos, no bairro João Paulo.	269	PR/SC
Construções na margem esquerda do rio Parnaíba, no Município de Barão de Grajaú.	279	PRM/Caxias (RS)
Construção de muro de arrimo às margens do rio Jequiá, no interior da Resexmar Lagoa do Jequiá, e destruição da vegetação nativa para construção de corredor de passagem à praia, em área de uso comum do povo.	255	PR/AL
Construção desordenada de casas em área de manguezal aterrado, localizada no Loteamento Acaú, na Praia de Acaú, no Município de Pitimbu.	236	PR/PB
Corte de aproximadamente dez árvores de porte médio, em APP, no Condomínio Loteamento Sítio Bom, no Município de Mangaratiba.	261	PRM/Angra dos Reis (RJ)
Corte de árvores de diversas espécies, às margens do rio Piedade, em área de manancial, na APA da Serra da Mantiqueira, no entorno do Parna do Itatiaia, no Município de Bocaina de Minas.	252	PRM/Varginha (MG)
Corte de árvores de eucaliptos, às margens de curso d'água, em propriedade rural denominada Sítio Buriqui, no bairro rural Bicas de Cima, no Município de Delfim Moreira.	258	PRM/Pouso Alegre (MG)
Corte de árvores em APP, na Estação Ecológica de Tamoios, sem autorização do Ibama.	232	PRM/Angra dos Reis (RJ)
Corte de árvores em APP, no interior da APA Serra da Mantiqueira, sem autorização do Ibama.	232	PRM/Pouso Alegre (MG)
Corte de árvores em APP, topo de morro, localizada no Engenho Pureza, no Município de Xexéu.	241	PR/PE
Corte de árvores localizadas no terreno de captação de água para abastecimento do Lageado São José.	240	PRM/Chapecó (SC)
Corte de cinco árvores em floresta considerada de preservação permanente, sem a devida autorização dos órgãos competentes, na Aldeia Jandaiguaba II, no Município de Caucaia.	271	PR/CE
Corte de cinco árvores exóticas da espécie cipreste às margens de curso d'água, no interior da APA da Serra da Mantiqueira.	239	PR/MG

Corte de vegetação às margens do rio Preto, no entorno do Parna do Itatiaia, no Município de Bocaina de Minas.	270	PR/MG
Corte de vegetação de Mata Atlântica, despejo de esgotos em manguezal e instalação de <i>camping</i> aparentemente clandestino, na região da Praia da Daniela, em Florianópolis.	273	PR/SC
Corte irregular da vegetação "capoeira fina", em APP, situada na APA da Serra da Mantiqueira, no Município de Itamonte. TAC.	234	PR/MG
Corte irregular de vegetação de caatinga, em APP, no assentamento Mundo Novo, no Município de Bezerras.	249	PRM/Caruaru (PE)
Criação de uma Ecovila, em APP, no Município de Garopaba.	270	PRM/Tubarão (SC)
Cumprimento da Recomendação nº 01/2001, dirigida ao INCRA, IAP e Ibama, com o escopo de garantir o respeito às áreas de preservação permanente, de reservas legal e de florestas nativas, quando da implementação da Reforma Agrária no Estado do Paraná.	244	PRM/Paranavaí (PR)
Danificar vegetação ciliar às margens de curso d'água, com o propósito de formar açude na Fazenda São Marcos, no Município de Gravatá.	240	PR/PE
Degradação de área de manguezal no interior da Esec Carijós.	240	PR/SC
Degradação de manguezal nas proximidades do rio da Draga, conhecido também como rio Santo Alberto, no Município de Georgino Avelino.	245	PR/RN
Demolição de muro de pedra que avançava sobre o mar e sobre costão rochoso, no Município de Angra dos Reis. ACP.	239	PRM/Angra dos Reis (RJ)
Desmatamento às margens do açude São Mateus, no Município de Canindé.	234 239	PR/CE
Desmatamento às margens do rio Acaraú.	262	PR/CE
Desmatamento às margens do rio Itajaí-Mirim, no Município de Brusque.	257	PRM/Itajaí (SC)
Desmatamento de área de mangue para instalação e operação de viveiro de carcinicultura, sem licença ambiental, no Município de Senador Georgino Avelino.	237	PR/RN
Desmatamento de área de manguezal e de ocupação de APP da Lagoa Guaraíras, no Município de Arêz.	270	PR/RN
Desmatamento de floresta ou demais formas de vegetação consideradas de preservação permanente na fazenda Pedra Branca.	246	PRM/Angra dos Reis (RJ)
Desmatamento de mata nativa e construção de 4 casa em área da Esec de Tamoios, situada na ilha do Sandri Praia do Coelho.	249	PRM/Angra dos Reis (RJ)
Desmatamento de mata nativa próximo a um córrego e topo de morro, na Fazenda São Gonçalo, no Município de Mariana.	236	PR/MG
Desmatamento de vegetação nativa na área denominada praia dos Padres, localizada no Município de Guarapari.	253	PR/ES
Desmatamento em APP, no Sítio Diamante, no Município de Redenção.	271	PR/BA
Desmatamento em área de manguezal, denominada Ilha da Catita, no Município de Igarassu.	232	PR/PE
Desmatamento em área de mata ciliar do rio Araguaia, no Município de Araguaatins. TAC.	269	PR/TO
Desmatamento em manguezal, faixa perpendicular ao leito do rio Pirangi, mediante o uso de explosivos, visando permitir a atividade da carcinicultura.	233	PR/CE

Desmatamento ilegal de terras, distribuição de lotes e poluição da água nos arredores dos açudes públicos que abastecem a cidade de Fortaleza.	278	PR/CE
Desmatamento ilegal em APP para construção de estacionamento, na praia do Pontal, Recreio dos Bandeirantes.	233	PR/RJ
Desmatamento ilegal, em APP, no assentamento Água Viva.	248	PRM/Petrolina (PE)
Desmatamento na proximidade da mata de proteção de nascentes e reserva florestal situado à estrada da Taquara, nº 420, em Petrópolis.	239	PRM/Petrópolis (RJ)
Desmatamento, aterramento e loteamento irregulares em APP, entre a Estrada de Jaconé e a Rua Beira do Canal, na localidade de Ponta Negra, no Município de Maricá.	272	PRM/Niterói (RJ)
Desmatamento, plantio de eucalipto e utilização de defensivos agrícolas às margens de nascentes e cursos d'água, na localidade conhecida como Toca do Lobo, no Município de Passa Quatro.	237	PRM/Pouso Alegre (MG)
Desmorte de dunas e falésias na praia de Redonda, no Município de Icapuí.	252	PR/CE
Destruição da nascente denominada "Lagoa Azul".	241	PR/RO
Destruição de mangue, no Município de Aracati.	265	PRM/Limoeiro do Norte (CE)
Destruição de vegetação protetora de mangue para prática de carcinicultura, no Município de Tibau do Sul.	268	PR/RN
Destruição de vegetação protetora de mangue, na Cidade do Camarão, no bairro do Igapó, em Natal.	265	PR/RN
Doações irregulares de áreas verdes do Loteamento Brisa Leste, às margens de açude, em Aquiraz.	249	PR/CE
Edificação de alvenaria e madeira, às margens do rio Grande, no bairro Recanto do Lago, no Município de Lagoa Comprida.	260	PRM/Uberaba (MG)
Edificação de residência em alvenaria e de muro, invadindo área de domínio público, na praia de Armação, no Município de Penha.	270	PRM/Itajaí (SC)
Edificação irregular do "Mercadão do Pescador" em terreno de marinha, no Município de Tramandaí.	262	PR/RS
Edificações em rochedos ou às suas margens, e na beira das praias de Ubatuba e Itaguaçu, no Município de São Francisco do Sul.	238	PRM/Joinville (SC)
Edificações irregulares em APP, no Lago Norte próximo à Vila do Varjão, em área localizada na APA do Planalto Central.	242	PR/DF
Edificações irregulares na praia da Pedra do Sal, no Município de Parnaíba.	236	PR/PI
Evento na praia de Jacaré, em APP, sem as devidas autorizações dos órgãos de fiscalização ambiental, no Município de Cabedelo.	261	PR/PB
Expansão irregular de um campo de futebol popular em área de mangue, com possível aterramento.	277	PR/SE
Exploração mineral de argila e atividades agropecuárias, às margens do rio Paranapanema.	276	PRM/Presidente Prudente (SP)
Extração de areia em APP, sem prévia autorização.	256	PRM/Angra dos Reis (RJ)
Extração de areia no sítio Cocó, Gleba 5S, em área de dunas fixadas sobre vegetação arbórea, sem autorização do órgão ambiental competente.	237	PR/CE
Extração de barro, em APP, para aterramento de trecho da BR-116.	247	PR/CE

Fechamento do acesso, bem como possível edificação de imóvel particular, no local denominado "Cidade Balneária de Itaipu", à margem da Lagoa de Itaipu.	239	PRM/Niterói (RJ)
Fixação de relógio no calçadão da praia de Copacabana, como parte das comemorações dos 500 anos do Descobrimento do Brasil, possivelmente em terreno de marinha de propriedade da União Federal.	274	PR/RJ
Impedimento de acesso à praia em trecho da costa litorânea do Município de Coruripe.	258	PR/AL
Implantação da Reserva Natural do Olandi-Jurerê, na área da Esec Carijós e em remanescentes de manguezal.	247	PR/SC
Implantação de estrada nas glebas situadas na área sul da prainha Branca, na ilha de Santo Amaro, no Município de Guarujá.	236	PRM/Santos (SP)
Implantação do empreendimento denominado Volta Grande Praia e Pesca, às margens do rio Grande, no Município de Conceição das Alagoas.	263	PRM/Uberaba (MG)
Implementação do projeto de urbanização Lagoa da Vila Cazumba.	253	PR/CE
Incêndio e drenagem de banhado na localidade de Estreito, no Município de São José do Norte.	238	PRM/Rio Grande (RS)
Incêndio na vegetação rasteira localizada em encosta de morro, próximo ao rio Sant'ana, no Município de Santa Branca.	276	PR/RJ
Instalação de posto de gasolina, aterros e construções próximos ao manguezal do Itacorubi, bem como ocupações às margens do curso d'água do rio Sertão, em Florianópolis.	237	PR/SC
Instalação de unidade industrial de celulose, pasta de alto rendimento branqueada e papel da VCP S/A, atingindo área de APP, em um dos municípios da região sul do Estado do Rio Grande do Sul.	248	PRM/Pelotas (RS)
Instalação de vazadouro de lixo doméstico à céu aberto, em APP do Parque Estadual de Ilha Grande, situado na Vila do Abraão.	232	PRM/Angra dos Reis (RJ)
Instalação do empreendimento denominado Loteamento Santo Antônio do Rio Grande, situada às margens do rio Grande, no Município de Fronteira.	271	PRM/Uberaba (MG)
Instalação irregular de engenhos publicitários em APP, às margens da BR-040.	277	PRM/São João de Meriti (RJ)
Instalação irregular de loteamento em área de mangue, na praia de Biguaçu.	274	PR/SC
Invasão de área de mangue, próximo a ponte Barra/Aracaju, no Município de Barra dos Coqueiros.	241	PR/SE
Invasão por ambulantes de área localizada às margens da lagoa de Itaipú, recentemente reconhecida como APA.	249	PRM/Niterói (RJ)
Irregularidades cometidas, no arrendamento de terreno situado em área de mangue, para fins de importação, exportação, armazenamento, comercialização, refino e formulação de derivados de petróleo, sem o estudo e o relatório de impacto ambiental.	271	PR/PB
Irregularidades em APP, às margens da UHE de Ilha Solteira, no rio Paraná.	243	PRM/Jales (SP)
Irregularidades em aterro de manguezal na praia de Jabaquara, sem autorização competente, no Município de Paraty.	236	PRM/Angra dos Reis (RJ)
Irregularidades em relação ao parcelamento e loteamento em APP, às margens do rio Grande, e a existência de atividades antrópicas em região de proteção ambiental, ao longo da Represa da UHE de Água Vermelha, e corrente de água natural, no Município de Paulo Faria.	266	PRM/São José do Rio Preto (SP)

Irregularidades na ocupação de APP do rio Piracicaba, agravada por projeto denominado Beira Rio.	247	PRM/Piracicaba (SP)
Irregularidades na realização do evento "Jesus Vida Verão", em área de restinga, no Município de Vila Velha.	277	PR/ES
Irregularidades praticadas por proprietários de terras nos costões entre Garopaba e Imbituba, consubstanciadas em fechamentos de servidões, trilhas e passagens, impedindo a circulação de pessoas no local conhecido como Caminhos do Rei.	266	PRM/Criciúma (SC)
Isolamento de área e cobrança de taxa de estacionamento na praia do Bom Será, localizada às margens do rio Tocantins em Tupirama.	236	PR/TO
Lançamento de entulhos em área de manancial no Parque Municipal Cremerie, nos limites da APA Petrópolis, no bairro Quitandinha.	259	PR/RJ
Laudos divergentes, produzidos pelo Ibama/Campos dos Goytacazes e Ibama/RJ, sobre as dimensões das áreas de preservação permanente da Fazenda Santa Rita do Pau Funcho, para fins de desapropriação para implantação de projeto de assentamento.	279	PRM/Campos dos Goytacazes (RJ)
Licenciamento ambiental de empreendimentos em APPs, situados no entorno do reservatório da UHE de Lajeado - Luís Eduardo Magalhães.	263	PR/TO
Licenciamento ambiental relativo à construção da Unisep, em área de nascente, no Município de Francisco Beltrão/PR.	266	PRM/Francisco Beltrão (PR)
Obra em solo não edificável na Lagoa Antônio Miguel, no Município de Itaitinga.	232	PR/CE
Obra irregular em APP no Município de Itaitinga.	239	PR/CE
Obras de recuperação e alargamento do passeio público (deck de madeira) na Av. Das Rendeiras, na Lagoa da Conceição, em Florianópolis.	268	PR/SC
Obras de terraplanagem para construção de cancha destinada à corrida de cavalos, às margens do rio Uruguai, no Município de Uruguiana.	260	PRM/Uruguiana (RS)
Obras irregulares e atividades poluidoras na zona de amortecimento da Flona de Ipanema, comprometendo as nascentes d'água e córregos da bacia do rio Ipanema, contígua ao loteamento residencial Jardim Colonial I, no Município e Araçoiaba da Serra.	233	PRM/Sorocaba (SP)
Obras irregulares em área de manguezal pela empresa Costabella Empreendimentos Imobiliários Ltda.	237	PR/RJ
Obstrução de acesso à praia na rua João Vieira Simões, na Ilha do Frade, em Vitória.	266	PR/ES
Obstrução de passagem para visitação pública na praia do Abraãozinho em Iha Grande, no Município de Angra dos Reis.	254	PR/RJ
Obstrução do acesso à praia de Riacho Doce, por construção irregular de cerca, no Município de Conceição da Barra.	238	PRM/São Mateus (ES)
Ocupação dos terrenos de marinha relativos às glebas denominadas Teteus e Carnaubinha, localizadas no Município de Luís Correia.	244	PR/PI
Ocupação e cercamento irregular em área de dunas, bem como a supressão de vegetação de restinga, no Município de Governador Celso Ramos.	262	PR/SC
Ocupação e descaracterização de APP, localizada no Parque Municipal das Dunas, na Lagoa da Conceição em Florianópolis.	233	PR/SC
Ocupação indevida de APPs em área pertencente à antiga RFFSA, localizada às margens da Rodovia Anhanguera, no bairro Sousa de	274	PRM/Piracicaba (SP)

Queiroz, no Município de Leme.

Ocupação irregular às margens da UHE Água Vermelha, no Loteamento Messias Borges Leite, no Município de Cardoso.	237	PRM/São José do Rio Preto (SP)
Ocupação irregular às margens da UHE Volta Grande, no Município de Conceição das Alagoas.	263	PRM/Uberaba (MG)
Ocupação irregular de área de dunas, no Município de Aquiraz.	244	PR/CE
Ocupação irregular de área de mangue na Lagoa de Guaraíra, no Município de Georgino Avelino.	273	PR/RN
Ocupação irregular em APP, às margens de rio, no bairro de Passaré.	252	PR/CE
Ocupação irregular na ilha das peças, no entorno do Parna do Superagüi, no Município de Guaraqueçaba.	241	PRM/Paranaguá (PR)
Ocupação irregular na ilha Duas Irmãs, no Município de Paraty.	236	PRM/Angra dos Reis (RJ)
Ocupação irregular na Montanha das Três Pedras, situada entre as Ruas Euclides da Cunha e Estephania Goethnauer, Alto da Serra, em APP, no município de Petrópolis.	266	PRM/Petrópolis
Ocupações e construções irregulares de casas no costado de pedras e vegetação na lateral esquerda da praia do Pântano Sul, em Florianópolis.	238	PR/SC
Ocupações irregulares às margens da Lagoa de Itaipu.	254	PR/RJ
Ocupações irregulares às margens da represa de Água Vermelha, no Rio Grande, situada nos Municípios de Cardoso e Mira Estrela.	236 268	PR/SP
Ocupações irregulares na praia dos Naufragados, no interior do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro.	239	PR/SC
Ocupações irregulares, seguidas de desmatamentos, em áreas de restinga e mangue, localizadas nas regiões do Quarentenário e da Vila Ponte Nova, no Município de São Vicente.	269	PRM/Criciúma (SC)
Omissão em fiscalizar e promover ações visando a manutenção de APP situada na praia da Enseada, bem como em efetivar a limpeza da referida área impedindo a proliferação de animais nocivos e prejudiciais à população em geral, pelo Município de São Francisco do Sul.	268	PRM/Joinville (SC)
Plantação de soja e de cana-de-açúcar, às margens do reservatório da UHE Mascarenhas de Moraes, inserida na zona de amortecimento do Parna Serra da Canastra, no Município de Delfinópolis.	236	PRM/Passos (MG)
Plantio de canaviais às margens do rio Grande, na fazenda Porto Velho, no Município de Orindiúva.	245	PRM/São José do Rio Preto (SP)
Poluição no balneário das Ándreas, situado no sítio Gameleira, no Município de Pacatuba.	253	PR/CE
Possível danos ao córrego pelas atividades executadas nas glebas do Assentamento de Muribeca, no distrito de São Pedro do Itabapoana, no Município de Mimoso do Sul.	246	PRM/Cachoeiro do Itapemirim (ES)
Prática indevida de carcinicultura em áreas componentes de manguezal do Delta da Parnaíba.	236	PRM/Sobral (CE)
Programa de Recomposição da mata ciliar do São Francisco, realizado pela Chesf em parceria como o Instituto de Desenvolvimento Social e do Trabalho de Pernambuco (IDST/PE).	257	PRM/Petrolina (PE)
Projeto de construção em área em desacordo com o Código Florestal Brasileiro, referente ao reassentamento urbano na área da Vila Nova, em decorrência das obras do Cristal Shopping.	235	PR/RS

Projeto de lei que visa alterar o zoneamento de área de terras no entorno da Lagoa da Conceição.	240	PR/SC
Projeto de urbanização de loteamentos às margens do córrego da Tapera.	265	PRM/Petrópolis (RJ)
Queima de floresta em APP, no interior da APA da Serra da Mantiqueira. TAC.	245	PRM/Varginha (MG)
Queimada de mangue na região conhecida por Cafundó, no Município de Sirinhaém.	249	PR/PE
Queimada e desmatamento em APP, nascente de Igarapé, inclusive para construção de um forno para a fabricação de carvão, no ramal Chico Mete Marcha – Tarumã-Açu, no Município de Manaus.	248	PR/AM
Queimada e desmatamento em topo de morro e área de nascente na localidade denominada Alto dos Michéis – Riograndina.	275	PRM/Nova Friburgo (RJ)
Queimada em APP, no Município de Itamonte.	273	PRM/Pouso Alegre (MG)
Queimadas em APP, desmatamento em área de reserva legal e caça de animais silvestres na Fazenda “País Maharishi da Paz Mundial Fazenda Védica Maharishi – Vasantha”, que teriam sido perpetrados por “sem-terras” acampados no interior da propriedade.	261	PR/CE
Rally denominado Rota Verão no ano de 2005, em área de restinga, dunas, banhados e margens de cursos hídricos, nos Municípios de Pinhal e Capivari.	239	PR/RS
Realização do evento “Smartbiz Party”, na praia do Cedro, em Palhoça.	274	PR/SC
Recuperação de vegetação de Mata Atlântica e área de mangue na ilha do Tiriri.	234	PR/PI
Regularidade no licenciamento ambiental de parque temático com teleférico, situado em zona de beira de rio e beira mar, no Município de Tramandaí.	240	PR/RS
Reinstalação de energia elétrica em comunidades que se situaram à margem dos cursos d’água, no interior da APA de Guaraqueçaba.	249	PRM/Paranaguá (PR)
Remoção de vegetação na confluência do córrego Pombo com o rio Pirapitinga e extração de saibro, dentro do raio de proteção do curso d’água, sem licença ambiental, no entorno do Parna do Itatiaia, no Município de Capelinha.	239	PR/RJ
Replanteio de matas com espécies nativas ao longo dos cursos de água e também em área correspondente a 20% da superfície dos imóveis rurais. ACP.	264	PR/SP
Supressão de floresta em APP, em razão da implantação do Condomínio Rock Valley, na estrada do Capoeirão, em Araras.	234	PRM/Petrópolis (RJ)
Supressão de quatro árvores nativas próximo à açude. TAC.	235	PR/RS
Supressão de vegetação às margens da UHE de Ilha Solteira, no córrego do Arara, no Município de Santa Albertina.	264	PRM/Jales (SP)
Supressão de vegetação às margens do córrego de Vacaria, no Município de Santana do Riacho.	266	PR/MG
Supressão de vegetação de mangue pela Energipe.	237	PR/SE
Supressão de vegetação de mata ciliar e em topo de morro, localizada na divisa dos Municípios de Luiz Alves e Navegantes.	233	PRM/Itajaí (SC)
Supressão de vegetação em APP, localizada no Parna da Tijuca, sem autorização do órgão ambiental competente. TAC.	268	PR/RJ
Supressão de vegetação em APP, para construção de empreendimento	236	PR/CE

imobiliário, no entorno do Parque do Cocó.

Supressão de vegetação nativa em APP, entorno de nascentes e às margens de um curso d'água.	244	PRM/Concordia (SC)
Supressão de vegetação nativa em área de mangue, bem como de mata ciliar de lagoa para implantação de viveiro de carcinicultura, sem autorização do órgão competente.	239	PR/RN
Supressão de vegetação no interior da APA Petrópolis, sem licença ambiental, para construção de nova ala do Grande Hotel, no Município de Petrópolis.	260	PRM/Petrópolis (RJ)
Supressão irregular de vegetação e uso de fogo em APP, em propriedade localizada na Serra do Cipó, no Município de Santana do Riacho. TAC.	267	PR/MG
Suspeita de aterro de uma mina d'água no bairro Telespark, e que uma ONG, intitulada "Vale Verde", teria recebido dinheiro da Petrobras para deixar de denunciar irregularidades ambientais.	239	PRM/São José dos Campos (SP)
Terraplanagem em uma nascente, no interior do Parna do Itatiaia.	237	PRM/Resende (RJ)
Trânsito e estacionamento irregulares de veículos na praia do Sanco do Indaiá, em Ilhabela.	271	PRM/São José dos Campos (SP)
Utilização de agrotóxicos, pesca predatória e queimadas na região dos baixios do lago de Sobradinho.	260	PRM/Petrolina (PE)
Utilização irregular de faixa de praia como estacionamento defronte a um bar restaurante, na praia de Lagoinha.	238	PR/SC
Violação ao direito de livre acesso à praia dos Ossos, no Município de Armação dos Búzios.	258	PRM/São Pedro da Aldeia (RJ)

4.1.1.3 Desmatamento 109

Assunto	Ata nº	Origem
Ação de usucapião de área da Serra do Mar, entre municípios do Estado de Santa Catarina e Paraná.	243	PRM/Joinville (SC)
Ações adotadas pelos órgãos ambientais para a identificação e defesa das áreas remanescentes de Mata Atlântica no Estado de Minas Gerais.	253	PR/MG
Acompanhamento da fiscalização sobre a atuação das madeiras na região do "Bico do Papagaio".	254	PR/TO
ACP referente a área de abrangência da Mata Atlântica, prevista pelo Decreto 750/93, haja vista o interesse na liberação de licenciamento e autorizações para projetos de supressão de vegetação nativa.	236	PR/SC
Animais soltos em área de várzea na Comunidade Piedade, na região do Lago Grande, no Município de Santarém. TAC.	252	PRM/Santarém(PA)
Aplicação de agente químico em árvore centenária, em Fortaleza, objetivando sua retirada de forma ilegal.	233	PR/CE
Apurar os efeitos da edição da IN nº 03/2008, da SDS, que desobriga de licença ambiental o auto-abastecimento madeireiro de pequena escala.	275	PR/AM
Atuação do Programa de Monitoramento e Controle da Mata Atlântica, denominado Operação Descobrimento, sobre eventual retomada de desmatamento no sul da Bahia.	247	PRM/Ilhéus (BA)
Aumento do índice de desmatamento ilegal na área de floresta Amazônica compreendida pelo Estado do Acre.	266	PR/AC
Comercialização de castanheira serrada, sem a devida emissão da ATPF pelo Ibama.	258	PR/SP
Comercialização de madeira serrada de diversas espécies, sem a licença do órgão ambiental competente e sem Autorização para	240	PR/SP

Transporte de Produto Florestal (ATPF).		
Construção de estrada com a derrubada irregular de araucárias, no Município de Francisco Beltrão.	269	PRM/Francisco Beltrão (PR)
Construção de praça, com o consequente corte de castanholeiras, em frente a cadetral Nossa Senhora das Mercês no Município de Itapipoca.	236	PRM/Sobral (CE)
Controle de fogo na faixa de domínio da rodovia BR-259.	245	PRM/Colatina (ES)
Corte de uma árvore denominada Aricurana, em área de Mata Atlântica, no Município de Paraty.	244	PRM/Angra dos Reis (RJ)
Corte ilegal de Garapuvú, no Morro da Armação, no Município de Penha.	237	PRM/Itajaí (SC)
Corte indevido de árvores no trecho da rodovia BR-290.	261	PRM/Uruguaiana (RS)
Corte seletivo de área de Mata Atlântica, sem autorização competente, na Fazenda Santa Terezinha, no Município de Gravatá.	259	PR/PE
Corte seletivo de vegetação proveniente da Mata Atlântica, situada na Fazenda Mata Verde, sem autorização do órgão ambiental competente, no Município de Camocim de São Félix.	263	PR/PE
Corte, extração e venda de árvores do <i>campus</i> da Universidade Federal do Paraná (UFPR).	265	PR/PR
Denúncia da Funai referente à possíveis irregularidades na execução de projeto de recuperação ambiental realizado pelo Instituto Estadual de Florestas – IEF/MG na Terra Indígena Krenak, no Município de Resplendor.	234	PR/MG
Derrubada de cobertura florestal em assentamentos da região, para conversão de áreas em pasto, no Município de Santana do Araguaia.	261	PRM/Marabá (PA)
Derrubada de uma árvore de grande porte, no Município de Parnaíba.	239	PR/PI
Desapropriação irregular de imóvel localizado no litoral norte na fazenda Monte Cristo, com área remanescente de Mata Atlântica.	239	PR/BA
Desapropriação no interior da Fazenda Cabral, pelo INCRA, no Município de Japaratuba.	262	PR/SE
Descumprimento de TAC para Projetos de Assentamento de Reforma Agrária firmado entre o INCRA, a Associação Libertação dos Assentados da fazenda Maringá/Monte Castelo e o IEF, tendo como objeto a liberação de crédito habitacional referente ao Projeto de Assentamento Maringá.	248	PRM/Uberlândia (MG)
Descumprimento pelo Ibama da IN nº 03/05 do MMA, que trata da autorização de desmatamento, bem como da falta de Plano de Manejo Florestal Simplificado no Estado de Roraima.	243	PR/RR
Descumprimento por parte de Municípios do Vale do Itajaí de convênios, celebrados com a Fatma e com o Ibama, que objetivam regularizar as solicitações simples para o corte de palmito Juçara.	234	PRM/Blumenau (SC)
Desmatamento de área arborizada, situada à rua Professor Rodolfo Belz, em Curitiba.	237	PR/PR
Desmatamento de área de vegetação nativa para cultivo de soja, na Região de Chapada Grande, no Município de Regeneração.	255	PR/PI
Desmatamento de Mata Atlântica nas localidades de Engenhos, Estivas e Rinoceronte.	238	PR/PE
Desmatamento de mata nativa, por particular, sem licença prévia.	258	PR/CE
Desmatamento de vegetação nativa e falta de averbação de termo de compromisso de manutenção de reserva legal na matrícula de imóveis.	233	PRM/Londrina (PR)
Desmatamento e descarte de lixo doméstico em local impróprio por parte dos indígenas Kaingangs.	276	PRM/Caxias do Sul

Desmatamento e fabricação de carvão, efetuados por carvoeiros dos Municípios de Canindé, Paramoti, Itatira e Santa Quitéria, com intuito de comercializar o produto em churrascarias de Fortaleza.	274	PR/CE
Desmatamento e loteamento de uma área denominada Fazenda Mont Serrat, situada na estrada Cruz Grande, no Município de Itapevi.	269	PR/SP
Desmatamento e poluição de Igarapé em propriedade localizada na estrada BR-174, km 21, Ramal Pau Rosa, no Sítio Santa Rita, em Manaus.	239	PR/AM
Desmatamento e queimadas desordenadas para o cultivo do solo e criação das pastagens no estado.	255	PR/CE
Desmatamento em área de Mata Atlântica no Município de Paulista.	258	PR/PE
Desmatamento em área de Mata Atlântica, efetuados no período de 2004/2006, pela Destilaria Carvão, no Município de Capela.	235	PR/SE
Desmatamento em área de propriedade particular para implantação de Centro de Treinamento Esportivo, na Rua Santa Catarina.	259	PRM/Joinville (SC)
Desmatamento em obras do Condomínio Vivendas em Sossego, em Vargem Pequena, sem a devida autorização dos órgãos competentes.	233	PR/RJ
Desmatamento em uma área às margens da BR-251 para plantar soja e outros, pela Comunidade Colônia Agrícola Nova Betânia.	243	PR/DF
Desmatamento ilegal atrás dos Condomínios dos Jornalistas, no bairro Parque dos Ingleses.	266	PR/AM
Desmatamento irregular em área de mata nativa, no Município de Arraial d'Ajuda.	278	PRM/Eunápolis (BA)
Desmatamento na Fazenda Cocóis, no Município de Ubaitaba.	265	PRM/Ilhéus (BA)
Desmatamento na Terra Indígena Caramuru Paraguassu, na Região de Águas Vermelhas, no Município de Pau Brasil.	267	PRM/Ilhéus (BA)
Desmatamento para construção de emissário de esgoto na Fazenda Experimental Getúlio Vargas.	234	PRM/Uberaba (MG)
Desmatamento pela implantação de assentamento pela Fundação Ruralminas, no Município de Chapada Gaúcha.	255	PR/MG
Desmatamento, seguidos de queimada, realizado na Floresta da Tijuca, mais precisamente do lado contrário do morro da Formiga.	273	PR/RJ
Desmate em corte raso na região oeste do Estado da Bahia, em desacordo com o Código Florestal.	271	PRM/Barreiras (BA)
Estocagem de madeira nobre pela Companhia Industrial Pirapama, no Município de Escada.	260	PR/PE
Execução do Plano de Manejo Florestal Sustentado (PMFS) para exploração de candeia, na Fazenda Manguara, no Município de Itamonte.	269	PR/MG
Existência de depósito de cortes de madeiras e queimadas com degradação e poluição ambiental, no Município de Parnaíba.	243	PR/PI
Expansão das lavouras em terras lindeiras à BR 251, no trecho que corta o Município de Unaí.	264	PRM/Patos de Minas (MG)
Exploração de "cipó-titica" e "cipó-cebolão" nos Assentamentos de Reforma Agrária Lourenço e Carnot, no Município de Calçoene.	260	PR/AP
Exploração ilegal de madeiras na Terra Indígena Hi-Merimã.	273	PR/AM
Extração e guarda de bromélias, sem a devida autorização do órgão ambiental competente, no Sítio Pedra Aguda, em Bom Jardim.	279	PRM/Nova Friburgo (RJ)
Extração ilegal de madeira no Complexo Faendas Runidas, nos Municípios de Aragominas, Santa Fé do Araguaia e Araguaianã.	248	PR/TO
Fixação de placas promocionais em árvores nativas ao longo da rodovia BR-280, entre o Trevo de Jaraguá do Sul e o Trevo de Balneário Barra do Sul.	233	PRM/Joinville (SC)

Implantação de base florestal com plantio de eucaliptos e apuração eventual de dano ambiental no Estado do Rio Grande do Sul.	272	PRM/Bagé (RS)
Incêndio florestal em terreno próximo à usina Termoeletrica de Igarapé, às margens da BR 262.	266	PR/MG
Invasão e devastação da área verde do conjunto habitacional Jardim Primavera para construção de calçada.	246	PR/CE
Irregularidade no licenciamento para implementação de projeto de assentamento, no Município de Jampruca.	241	PRM/Governador Valadares (MG)
Irregularidades na atividade de comercialização de madeira nativa.	270	PRM/São João de Meriti (RJ)
Irregularidades na destinação de madeira apreendida pelo Ibama, no Município de Gurupi.	279	PR/TO
Irregularidades na doação com encargo de madeira irregular apreendida pelo Ibama.	237	PR/DF
Irregularidades na exploração e na exportação do fruto da aroeira-vermelha, conhecido popularmente como pimenta-rosa.	264	PR/ES
Irregularidades na liberação de autorizações para desmatamento emitidas pelo Ibama.	277	PR/RO
Irregularidades nas autorizações de corte seletivo e manejo florestal em área de domínio da Mata Atlântica no Estado de Santa Catarina.	232	PRM/Chapecó (SC)
Irregularidades no corte de vegetação em área de Mata Atlântica para construção de residência, no Município de São Sebastião.	240	PRM/São José dos Campos (SP)
Irregularidades nos Projetos de Assentamentos de Reforma Agrária no Estado.	279	PR/RO
Irregularidades ocorridas na emissão da Autorização para Transporte de Produto Florestal (ATPF).	235	PRM/Sorocaba (SP)
Liberação de madeira apreendida pelo Ibama, para a construção do Abrigo Madre Teresa de Calcutá e do Mosteiro Cistercense.	278	PR/AP
Licenciamento ambiental da Fazenda São José da Boa Vista, imóvel desapropriado para fins de reforma agrária, no Município de Campina Verde.	253	PRM/Uberaba (MG)
Licenciamento ambiental do Projeto de Assentamento na Fazenda Estrela do Norte, no Município de Resplendor.	233	PRM/Governador Valadares (MG)
Ocupação irregular de área de Mata Atlântica, causando o desmatamento da vegetação original, próximo ao Município de Caeté.	262	PR/MG
Ocupação irregular de trecho da rodovia BR-040, próximo ao Município de Duque de Caxias.	266	PRM/São João do Meriti (RJ)
Omissão do Dnit pela não construção de aceiros às margens das rodovias federais, o que facilita a propagação de incêndios na regiões próximas.	255	PR/MG
Pedido de doação de peças de madeira serrada apreendidas para utilização em Projeto de Produção de Mudas de Espécies nativas das Florestas do Estado do Amapá, no Município de Tartarugalzinho	265	PR/AP
Poda irregular de árvore da espécie Oiti, sem autorização ambiental.	239	PR/PE
Preservação e manutenção de uma árvore em Goiânia.	259	PR/GO
Programa governamental para exploração de madeira no alto Solimões, denominado Programa Zona Franca Verde.	276	PRM/Tabatinga (AM)
Projeto de assentamento do INCRA denominado Myriam, no Município de Ibiá.	238	PRM/Uberaba (MG)
Projeto de assentamento rural em imóvel rural desapropriado pelo INCRA.	271	PRM/Governador Valadares (MG)
Proposta de TAC a ser firmado entre o Sindicato Rural de Santarém (SIRSAN) e o Instituto de Conservação Ambiental The Nature Conservancy do Brasil (TNC), objetivando a regularização ambiental e	273	PRM/Santarém (PA)

fundiária das propriedades rurais na região de Santarém e municípios vizinhos.

Queima de palha de cana-de-açúcar. ACP.	235	PRM/Piracicaba (SP)
Queimada e supressão de vegetação em área de Mata Atlântica, no Município de Nova Iguaçu.	249	PRM/São João do Meriti (RJ)
Queimada para cultivo de cana-de-açúcar em propriedade particular, sem autorização do órgão competente, no Município de Camutanga.	250	PR/PE
Queimadas com consequente poluição em zona residencial, no bairro Reis Velloso, em Parnaíba.	233	PR/PI
Queimadas e poluição na zona residencial próxima às Avenidas Padre Raimundo José Vieira, Nossa Senhora de Fátima, São Sebastião e no bairro Reis Veloso, no Município de Parnaíba.	250	PR/PI
Queimadas por agricultores no sertão central do Estado do Ceará.	235	PRM/Limoeiro do Norte (CE)
Realização de audiência pública para tratar o EIA/RIMA referente ao integral desmatamento, para posterior retirada e comercialização de material mineral do solo.	277	PR/AM
Regularidade nos licenciamentos ambientais de projetos de reflorestamento pela Simara Siderúrgica Marabá S/A (Simasa), no Município de São Bento do Tocantins.	256	PR/TO
Retirada ilegal de madeira na área do assentamento Tarumã-Mirim, no Sítio Boa Esperança.	249	PR/AM
Suposta compra de terras em faixa de fronteira pela empresa estrangeira Stora Enzo, com um projeto para plantio de eucaliptos.	242	PR/RS
Supressão de espécies da flora da Mata Atlântica, em risco de extinção, mesmo após o deferimento da liminar nos autos de ACP, proposta pela ONG Instituto Sócio Ambiental – ISA e o MPF, contra o Ibama.	271	PR/SC
Supressão de vegetação nativa de Mata Atlântica, em propriedade situada na estrada São João Marcos, no Município de Magaratiba.	236	PRM/Angra dos Reis (RJ)
Supressão de vegetação nativa em área destinada à titulação de território quilombola, no Município de Dr. Ulysses.	278	PR/PR
Supressão irregular de vegetação nativa de cerrado e carvoejamento na área do projeto de assentamento São Pedro, no Município de Patrocínio.	263	PRM/Patos de Minas (MG)
Supressão irregular de vegetação nativa em área objeto de construção de conjunto habitacional.	275	PR/SP
Trabalhadores em condições degradantes e sem observância dos preceitos fiscais e previdenciários na extração de resina de pinus.	268	PRM/Ourinhos (SP)
Transporte de palmito semi-industrializado sem a devida licença emitida pelo órgão ambiental competente.	268	PR/RJ
Utilização de lenha nativa como fonte energética para seu processo industrial, pela empresa Bunge Alimentos S/A, no Município de Erval Grande.	267	PRM/Erechim (RS)
Utilização de lenha nativa do Cerrado piauiense como matriz energética.	257	PR/PI
Utilização de lenha nativa pela empresa Bunge S/A no Estado do Piauí.	244	PRM/Ourinhos (SP)
Utilização de motoserras, em floresta ou demais formas de vegetação sem porte ou registro junto ao órgão competente, no Município de Brusque.	250	PRM/Itajaí (SC)
Venda de parte do terreno da AABB, que abriga remanescente de Mata Atlântica.	276	PR/ES

4.1.1.4 Fauna 122

Assunto	Ata nº	Origem
Abandono de um leão por um circo, que após recolhido pelo Ibama/MT, e encaminhado ao zoológico da Universidade Federal do Mato Grosso, estaria em condições inadequadas.	275	PR/MT
Abatedouro clandestino de gado no Hotel Fazenda Lamim, no interior da APA da Mantiqueira, localizado no Distrito de Bagagem.	262	PRM/Resende (RJ)
Acompanhamento da assinatura de TAC entre o Ibama e representantes do setor pesqueiro, visando definir novas regras para preservação do peixe Pargo no litoral de diversos estados da região Norte e Nordeste.	257	PR/PE
Acompanhar a implementação, na Baía de Babitonga, do Programa Nacional de Desenvolvimento da Maricultura em Águas da União.	272	PRM/Joinville (SC)
Ameaça a ninhal de garças azuis, devido à existência de obras em andamento realizadas pela Codesp.	269	PRM/Santos (SP)
Animais (gado) solto em área de várzea no igarapé da Praia, afugentando animais silvestres, no Município de Santarém.	235	PRM/Santarém (PA)
Apreensão, durante o período de defeso, de quinze lagostas vivas e ainda por portar armas e apetrechos de pesca, no mar da Barra do Ceará, em Fortaleza.	278	PR/CE
Apuração no âmbito daquela PRM a disseminação nociva do Caramujo Africano (<i>Achatina fulica</i>) e acompanhar as medidas de controle.	268	PRM/São Bernardo do Campo (SP)
Aquisição de passeriformes canoros sem o Certificado de Transação de Passeriforme.	235 266	PRM/Volta Redonda (RJ)
Avaliar condições de permanência de animais domésticos abandonados no interior do Parque Lage, no complexo do Parna da Tijuca.	274	PR/RJ
Captura de caranguejos, no período de defeso, na Resexmar de Soure, no Município de Soure.	266	PR/PA
Captura de caranguejos, sem autorização do Ibama, em Fernando de Noronha.	276	PR/PE
Captura irregular do peixe Pargo (<i>Lutjanus purpureus</i>). TAC.	253	PR/PA
Cessaçã do período de defeso na bacia hidrográfica do rio Uruguai, em razão da piracema e do baixo nível de água no leito do rio, provocado pela estiagem sazonal.	264	PRM/Uruguaiana (RS)
Comercialização de 5,0 Kg de lagostas miúdas na praia do Futuro, no Município de Fortaleza.	257	PR/CE
Comercialização de camarão verdadeiro (ferrinho), em período de defeso, na localidade de Pedra de Guaratiba.	254	PR/RJ
Comercialização de espécies da fauna silvestre nacional, <i>Passeriforme Canoros</i> , sem acompanhamento e a emissão de certificado de transação de passeriforme pelo órgão ambiental competente.	265	PR/RJ
Comercialização de lagosta no tamanho inferior ao permitido.	240 274	PR/CE
Comercialização de lagostas inteiras imaturas.	263	PR/CE
Comercialização de pássaros selvagens da região, na pracinha do Conjunto Esperança II, no Município de Parnaíba.	244	PR/PI
Comercialização de pássaros selvagens da região, na pracinha do Conjunto Esperança, no Município de Parnaíba.	249	PR/PI
Comercialização de sardinha verdadeira, no período de defeso.	240	PR/RJ
Comércio clandestino de aves silvestres no Município de São Luís.	263	PR/MA
Comércio de lagosta vermelha capturada em período defeso.	233	PRM/Macaé (RJ)

Condições do criadouro de animais, localizado no Hotel Bourbon, para abrigar as aves apreendidas pelo Ibama.	260	PRM/Foz do Iguaçu (PR)
Condições dos órgãos públicos de fiscalização da pesca do rio Uruguai.	253	PRM/Uruguaiana (RS)
Consumo de espécie da fauna silvestre (carne de caça), em jantar promovido por clube, em Porto Alegre.	239	PR/RS
Criação de uma APA para recepção de espécies apreendidas de criador amadorista de passeiformes, evitando o comércio ilegal.	247	PRM/Governador Valadares (MG)
Descumprimentos de TACs resultantes da operação Zoo Legal.	242	PR/CE
Entrada e saída do país de animais domésticos sem atestado zoosanitário internacional.	258	PR/RJ
Exploração de campos naturais de invertebrados aquáticos, sem autorização do órgão ambiental competente.	262	PR/RJ
Exploração irregular de áreas de pesca no Estado.	248	PR/AM
Exposição de tubarões-lixia e peixes exóticos no Shopping Arcádia Mall, sem autorização do Ibama.	254	PRM/Petrópolis (RJ)
Exposição e venda de espécimes da fauna silvestre brasileira nativa, sem a devida autorização legal.	234	PR/RJ
Falta de condições de trabalho e a precariedade do atendimento aos animais armazenados no Centro de Triagem de Animais Silvestres do Rio de Janeiro, tal como falta de ração, medicamentos e viveiros.	265	PR/RJ
Fiscalização de locais que mantêm animais selvagens em cativeiros, tais como circos, além de outras irregularidades relacionadas.	262	PRM/Santos (SP)
Grande número de tubarões capturados na costa de Sergipe.	254	PR/SE
Inexistência de fiscalização no comércio de produtos veterinários na Município de Gravataí.	279	PR/RS
Infestação da espécie exótica invasora <i>Limnoperma Fortunei</i> (mexilhão dourado), no rio Paranaíba.	269	PRM/Uberlândia (MG)
Infestação da espécie exótica invasora mexilhão dourado, " <i>Limnoperma Fortunei</i> ", no Município de Nova Friburgo.	268	PRM/Nova Friburgo (RJ)
Inoperância dos órgãos públicos de fiscalização de pesca da lagosta durante o período de defeso.	278	PR/CE
Inserção, criação e dispersão irregulares de espécie exótica denominada Caramujo Africano (<i>Achatina fulica bowdich</i>) no País.	249	PR/GO
Irregularidade consistente na elaboração de lista de passeriformes em nome de particular, contendo informação de manutenção ilegal de ave silvestre brasileira em cativeiro.	271	PRM/Piracicaba (SP)
Irregularidade do projeto Granja Carolina, com o estabelecimento de um grande empreendimento imobiliário junto ao km 34 da rodovia Raposo Tavares, com possível ameaça a espécies em extinção.	269	PR/SP
Irregularidade na expedição de ato administrativo por parte do Ibama referente à manipulação de anilhas por criadores de pássaros.	269	PR/RJ
Irregularidades decorrentes da atividade de carcinicultura no litoral sul da Paraíba.	256	PR/PB
Irregularidades em cultivo de camarões, no local denominado Várzea da Ponte/Várzea do Saco, situado na margem esquerda do rio Pirangi, no Município de Beberibe.	233	PRM/Limoeiro do Norte (CE)
Irregularidades na criação de tilápias em tanques-rede no rio Paranapanema.	256	PRM/Sorocaba (SP)
Irregularidades na portaria do Ibama relativa a criadores amadoristas de aves passeriformes.	233	PR/SP
Irregularidades na proibição da manutenção em cativeiro, transposrte intermunicipal, beneficiamento e comercialização do caranguejo uça em todo estado.	249	PR/ES
Irregularidades no âmbito da administração pública municipal,	246	PR/PE

estadual e federal em razão de não disponibilizarem serviço de proteção aos animais operante em horário integral.		
Irregularidades no criadouro Conservacionista Bela Vista.	249	PR/MG
Irregularidades no criadouro conservacionista denominado "Casa da Tartaruga".	237	PR/SP
Irregularidades no porte de carteira profissional de pesca por moradores da região.	244	PRM/Franca (SP)
Irregularidades no uso de petrechos (compressores) na captura de peixes ornamentais.	260	PR/CE
Licenciamento de atividade de avicultura desenvolvida no interior da APA do cafuringa.	253	PR/DF
Manutenção de um tartaruga da Amazônia em cativeiro, sem a devida autorização do órgão ambiental competente.	259	PRM/Santarém (PA)
Manutenção em cativeiro de animais da fauna silvestre brasileira, sem licença do órgão competente.	245	PRM/ São João de Meriti (RJ)
Manutenção em cativeiro de animais da fauna silvestre, sem autorização legal.	236 237 239 264 266 279	PR/RJ
Manutenção em cativeiro de aves da fauna silvestre, sem autorização do Ibama.	232 259	PR/RJ
Manutenção em cativeiro de espécies de aves silvestres, no Município de Gravatá.	265	PR/PE
Manutenção em cativeiro de um macaco-prego.	246 260 276	PR/CE
Matança indiscriminada de 80 pássaros a espécie Pintassilgo Europeu pelo Ibama/SP.	255	PR/SP
Matéria jornalística acerca do extermínio de aves, no Município de Aiuaba.	244	PRM/Juazeiro do Norte (CE)
Maus tratos a animais do Circo Garcia.	248	PR/RJ
Maus tratos a animais em pesquisa de implante dentário na Universidade Federal de Santa Maria.	259	PRM/Santa Maria (RS)
Maus tratos a duas araras que integram a exposição cultural denominada "Tropicália", no Museu de Arte Moderna (MAM), no Rio de Janeiro	233	PR/RJ
Mortandade de 41 (quarenta e uma) toneladas de peixes da espécie "armal" (<i>Pterodoras granulosus</i>), ocorrida durante procedimento de instalação da 13ª turbina da UHE de Porto Primavera.	235	PRM/Presidente Prudente (SP)
Mortandade de cervos-do-pantanal, em decorrência da operação de enchimento do reservatório da UHE de Porto Primavera, bem como a morte de outros cervos nas regiões do rio Aguapeí e do rio do Peixe.	260	PRM/Presidente Prudente (SP)
Mortandade de elevado número de peixes no Canal do Camburi, em Vitória.	258	PR/ES
Mortandade de expressiva quantidade de animais, decorrente do envenenamento por ingestão de resíduos gerados no processo de produção do Abatedouro Guaiúba Agropecuária S/A, em Fortaleza.	252	PR/CE
Mortandade de peixes nas épocas de redução do volume das águas na região de Cachoeira do Teotônio, em Porto Velho.	265	PR/RO

Morte de baleia por espinhéis na praia de Massambaba, no Município de Arraial do Cabo.	235	PRM/São Pedro da Aldeia (RJ)
Negligência pelos governos federal e estadual no combate ao comércio ilegal de animais silvestres no estado.	255	PR/RJ
Pesca da sardinha, durante o período de defeso, nas praias do Município de Armação dos Búzios.	265	São Pedro da Aldeia (RJ)
Pesca de camarão, no período do defeso.	233 237 244	PRM/Angra dos Reis (RJ)
Pesca de tubarões no litoral pernambucano, realizada para fins científicos.	241	PR/PE
Pesca do peixe da espécie "Saramonete" imaturo, com risco de extinção, no litoral pernambucano.	258	PR/PE
Pesca durante o período de defeso na Baía de Babitonga.	250	PR/SC
Pesca em lancha equipada com espinhel e covos, sem a devida licença do órgão competente.	279	PR/CE
Pesca em local interditado pelo órgão competente, na Baía de Paraty Mirim.	232	PRM/Angra dos Reis (RJ)
Pesca ilegal de camarão, no Município de Angra dos Reis.	256	PRM/Angra dos Reis (RJ)
Pesca ilegal no período de defeso, na temporada 1997/1998.	241	PR/PA
Pesca ilegal, realizada por particular, a bordo de embarcação provida de traineira, ocorrida na Baía de Sepetiba.	276	PR/RJ
Pesca irregular de corvina no litoral do Rio Grande do Sul, por embarcações de Santa Catarina.	250	PRM/Itajaí (SC)
Pesca irregular no rio Uruguai, sem autorização do órgão ambiental competente.	248	PRM/Carazinho (RS)
Pesca predatória na APA dos Tamoios.	251	PRM/Angra dos Reis (RJ)
Pesca predatória na praia da Galheta.	237	PR/SC
Pesca predatória no rio Araguari e nos reservatórios das UHEs Capim Branco I e II.	248	PRM/Uberlândia (MG)
Pesca predatória por meio de traineiras com rede de arrasto na Baía de Guanabara.	275	PR/RJ
Pesca predatória, com utilização de técnicas de arrasto, na Lagoa de Santo Antônio, na APA Carste Lagoa Santa, no Município de Pedro Leopoldo.	266	PR/MG
Pesca profissional, sem autorização do órgão competente, na praia de São Cristóvam, no Município de Areia Branca.	260	PRM/Mossoró (RN)
Pesca subaquática com arpão no rio São Francisco, a partir da ponte de Três Marias.	264	PRM/Sete Lagoas (MG)
Posse de um papagaio da espécie <i>amazona estiva</i> , sem autorização do órgão ambiental competente.	269 278	PR/RJ
Prática de pesca predatória no litoral sergipano.	273	PR/SE
Prática irregular de carcinicultura, com a mortandade de peixes e crustáceos no rio Mandacaru, no Município de Cabedelo.	237	PR/PB
Proibição da pesca no lago da Represa de Emborcação.	266	PRM/Uberlândia (MG)
Questionamento da legalidade e mérito técnico da Portaria Interministerial nº 1.426, de 11/07/08, que proíbe em todo o território nacional, o tratamento da Leishmaniose Visceral em cães infectados ou doentes.	275	PR/MG

Regularidade e cumprimento da IN nº 25/2004 referente à captura e abate do javali (<i>Sus crofa</i>) em vários municípios da Serra Gaúcha.	249	PRM/Caxias do Sul (RS)
Regularização de atividade de criação de javalis.	262	PRM/Nova Friburgo (RJ)
Reprodução ameaçada da tartaruga marinha na região dos Lagos.	233	PRM/São Pedro da Aldeia (RJ)
Tráfego de pescado no Parna do Araguaia.	240	PR/TO
Transporte de camarão branco, capturados no período de defeso, no Município de Itaguaí.	235	PR/RJ
Transporte irregular de sardinha verdadeira (<i>Sardinella brasiliense</i>) de tamanho inferior a 17 cm, apreendidas no Cais da Lapa.	233	PRM/Angra dos Reis (RJ)
Transporte irregular de sardinha, no período do defeso.	234	PR/RJ
Utilização de método de vivissecção, em aulas práticas ministradas no curso de medicina veterinária da Universidade Federal de Viçosa.	273	PR/MG
Utilização de três armadilhas de apreensão de animais, em propriedade particular, no Parna do Itatiaia.	261	PRM/Resende (RJ)
Utilização do método de vivissecção em aulas ministradas no curso de Medicina Veterinária da UFMG.	259	PR/MG
Violência praticada contra animais em atividades de montaria e provas de laço.	276	PRM/Londrina (PR)

4.1.1.5 Geração e Transmissão de Energia 51

Assunto	Ata nº	Origem
Acompanhamento dos estudos de implantação da UHE no rio Madeira, em Rondônia.	271	PR/RO
Acompanhar o licenciamento de instalação e operação concedido à UHE de Campos Novos.	239	PRM/Joaçaba (SC)
Conduta irregular de servidor do Ibama/TO em relação à empresa Enerpeixe, na condução do licenciamento ambiental do empreendimento AHE Peixe Angical.	273	PR/TO
Construção de subestação da Light na Fazenda Viegas, no bairro Senador Camará, sem autorização dos órgãos competentes.	237	PR/RJ
Desmatamento ilegal em função da implementação de linha de transmissão elétrica em Taquaruçu-Assis-Sumaré.	273	PR/SP
Edificadas em áreas desapropriadas por esta Companhia para a formação do lago da UHE de Emborcação.	275	PR/GO
Estudos complementares ao EIA/RIMA da construção da PCH Mucuri, pela exclusão da comunidade quilombola dos Marques, também conhecida por Córrego Palmerinha, localizada no Município de Carlos Chagas.	247	PR/MG
Ilegalidade no licenciamento de usina termelétrica, a ser implantada nas proximidades do Parna da Restinga de Jurubatiba, em Macaé.	245	PRM/São Pedro da Aldeia (RJ)
Impactos sofridos pela população ribeirinha, afetada pela construção da UHE Campos Novos.	259	PRM/Joaçaba (SC)
Implantação da PCH São Bernardo, na divisa dos Municípios de Pinhal da Serra e Barracão, no Rio Grande do Sul.	269	PRM/Caxias do Sul (RS)
Implantação de usina hidrelétrica na fazenda Dourado, no Município de Jaborandi.	237	PR/BA
Implantação do projeto de eletrificação de toda Ilha Grande, sem realização de EIA/RIMA.	237	PR/RJ
Implantação do projeto de instalação de turbina eólica, em Fernando de Noronha.	247	PR/PE
Implantação e exploração da PCH Esmeralda, localizada no rio	240	PRM/Caxias do Sul

Bernardo José, na divisa dos Municípios de Barracão/RS e Pinhal da Serra/RS.

(RS)

Inativação de fonte de água mineral, em decorrência da construção da UHE Foz do Chapecó.	279	PRM/Erechim (RS)
Indenização pelo Consórcio Investco S/A a proprietário de imóvel impactado pela construção da UHE de Lajeado – Luís Eduardo Magalhães.	271 279	PR/TO
Infrações socioambientais decorrentes da implementação do aproveitamento hidrelétrico UHE Cana Brava, localizado em Minaçu, GO, bem como analisar impactos sobre a Terra Indígena Avá-Canoeiro.	236 237 238	PR/GO
Instalação de rede de transmissão de energia elétrica dentro do perímetro do Parna do Itatiaia.	269	PR/MG
Instalação de subestação de energia elétrica em possível área residencial do Município de Florianópolis.	260	PR/SC
Instalação de Usina Binacional da Garabi.	253	PRM/Uruguaiana (RS)
Instalação de usina eólica no litoral do estado.	238	PR/PI
Instalação de usina termelétrica no Município de Araçoiaba da Serra, no entorno da Flona Ipanema.	253	PRM/Sorocaba (SP)
Instalação irregular de usinas eólicas nas dunas do Distrito de canoa Quebrada, no Município de Aracati.	241	PRM/Limoeiro do Norte (CE)
Inviabilidade na instalação de termelétrica flutuante, de responsabilidade da Coelce e Governo do Estado, a ser instalada no Porto do Pecém, no Município de São Gonçalo do Amarante.	239	PR/CE
Irregularidade no licenciamento ambiental do projeto de instalação da UHE de Santa Rosa 1, a ser localizada no Rio Preto.	268	PR/RJ
Irregularidade no licenciamento emitido pelo Ibama, em parceria com a Feema, para a instalação da Usina Nuclear Angra III.	254	PRM/Angra dos Reis (RJ)
Irregularidades a instalação da UHE São Domingos no rio Verde.	232	PRM/Três Lagoas (MS)
Irregularidades na construção e funcionamento da UHE Aimorés.	243 261	PRM/Governador Valadares (MG)
Irregularidades na implantação da UHE de Lajeado – Luís Eduardo Magalhães pela Empresa Investco S/ª TAC.	263 265	PR/TO
Irregularidades nas concessões de licenças ambientais para implantação de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs), nos municípios abrangidos pela Subseção Judiciária Federal de Tupã.	262	PRM/Tupã (SP)
Irregularidades nas fundações dos edifícios dos reatores principal e auxiliar da Usina Termonuclear de Angra II.	233	PRM/Angra dos Reis (RJ)
Jazida de diamantes no leito do rio Tibagi, ameaçada pela construção da UHE de Mauá, que acabaria por inundar a mencionada área.	261	PRM/Ponta Grossa (PR)
Licenciamento ambiental da UHE da Cachoeira da Luz, no Município de Dianópolis.	270	PR/TO
Licenciamento ambiental da UHE de Baguari, a ser implantada às margens do rio Doce.	237	PRM/Governador Valadares (MG)
Licenciamento ambiental da UHE Fumaça, no Município de Almas.	265	PR/TO
Licenciamento ambiental da UHE Lucas Nogueira Garcez, no Município de Salto Grande.	236	PRM/Ourinhos (SP)
Licenciamento ambiental da UHE Santo Antônio e Jirau, na bacia hidrográfica do rio Madeira, no estado de Rondônia.	236	PR/DF

Licenciamento ambiental do Parque de Energia Eólica no Município de Rio Grande.	240	PRM/Rio Grande (RS)
Licenciamento ambiental do parque de energia eólica no Município de Santa Vitória do Palmar.	245	PRM/Rio Grande (RS)
Manifestações contra a implantação da UHE de Barra Grande, construída no Município de Anita Garibaldi, em Santa Catarina e Pinhal da Serra, no rio Grande do Sul.	236	PR/SC
Monitoramento dos programas antrópicos decorrentes da construção da UHE Porto Primavera.	261 (2)	PRM/Presidente Prudente (SP)
Processo de licenciamento ambiental dos aproveitamentos hidrelétricos do Fundão e Santa Clara, no rio Jordão, na bacia hidrográfica do rio Iguaçu.	250	PR/PR
Projeto de implantação de termoeletrica no Município de São José dos Campos.	248	PRM/São José dos Campos (SP)
Prorrogação de outorga de concessão à CBA, para aproveitamento hidráulico da UHE de Itupararanga, no Município de Votorantim.	259	PRM/Sorocaba (SP)
Teste de resfriamento no terminal de Regaseificação de Gás Natural Liquefeito no Porto de Pecém.	263	PR/CE

4.1.1.6 Infra-Estrutura e Plantas Industriais 45

Assunto	Ata nº	Origem
Acompanhar a instalação do gasoduto Cruz del Sur entre o Brasil e a Argentina, para ligar Buenos Aires a Porto Alegre.	235	PRM/Pelotas (RS)
Alteração do projeto de engenharia da Rodovia Contorno Leste de Curitiba, visando propiciar o acesso direto ao Município de Quatro Barras.	260	PR/PR
Ampliação da fábrica da Ambev, no Município de Jaguariúna.	268	PRM/Campinas (SP)
Ampliação da rodovia BR-116, na altura de Piabetá, sem o devido licenciamento do Ibama.	234	PRM/São Gonçalo (RJ)
Construção da Ferrovia Transnordestina, no trecho Missão Velha/CE – Salgueiro/PE.	261	PRM/Juazeiro do Norte (CE)
Construção de “estrada ecológica”, por meio das Ilhas do Peso e de Vera Cruz, ligando os Municípios de Canavieiras e Belmonte.	261	PRM/Ilhéus (BA)
Construção de estrada passando pela área de projeto de assentamento, no Município de Sena Madureira.	244	PR/AC
Construção de gasoduto, entre as cidades de João Pessoa e Campina Grande, com ocorrência de processo de erosão e assoreamento do rio Curimataú.	261	PR/PB
Construção de túnel entre os bairros do Leblon e São Corado no Rio de Janeiro.	238	PR/RJ
Construção de viaduto na chamada Rótula do Coroadó, cujas obras teriam reflexos na área florestal do INPA.	277	PR/AM
Construção do Anel Viário da Pipa, no Município de Tibau do Sul.	278	PR/RN
Construção do gasoduto Brasil-Bolívia.	273	PR/SC
Construção irregular de aeródromo na área da Lagoa da Precabura, no Município de Eusébio.	279	PR/CE
Derrocada de manilhas em trecho de rodovia de responsabilidade do DNIT.	266	PRM/Anápolis (GO)
Desapropriação de imóvel para construção de Anel Viário, localizado na RPPN Sobrado, no Município de Morrinhos.	249	PR/GO
Desativar o aeródromo do Campos III da UFPB, em Bananeiras.	268	PR/PB

Duplicação da rodovia federal BR-101, no trecho do Município de Araranguá.	271	PRM/Criciúma (SC)
Erosão provocada por restauração de rotatória, no Município de Paranaíba.	248	PRM/Três Lagoas (MS)
Estado de conservação da estrada de ferro e de rodagem sobre a ponte e às margens da Represa dos Alagados, no Município de Ponta Grossa.	271	PRM/Ponta Grossa (PR)
Expansão do Porto de Santos sobre a área denominada Valongo-Paquetá (antigo cais desativado).	259	PRM/Santos (SP)
Implantação de Terminal Pesqueiro na Área do Antigo Estaleiro ISHIBRAS no Rio de Janeiro.	262	PR/RJ
Implantação do projeto Teleférico Lagoa, no Município do Rio de Janeiro.	269	PR/RJ
Irregularidades na construção do Porto Turístico Municipal no canal do Itajuru, em Cabo Frio.	244	PRM/São Pedro da Aldeia (RJ)
Irregularidades na desapropriação de terras privadas para implantação de infra-estrutura aeroportuária, no Município de Tibagi.	250	PRM/Ponta Grossa (PR)
Irregularidades na pavimentação da rodovia BR-364, no trecho compreendido entre os Municípios de Sena Madureira e Feijó.	235	PR/AC
Irregularidades nas atividades portuárias do Porto de Angra dos Reis, devendo os responsáveis apresentarem ao MPF o EIA/RIMA de toda atividade de fundeamento e atracamento de embarcações, além do plano de emergência e contingência para o caso de descarga acidental de substâncias nocivas ou perigosas.	239	PRM/Angra dos Reis (RJ)
Irregularidades nas obras da construção da BR-307 que liga São Gabriel da Cachoeira (AM) a Cruzeiro do Sul (AC).	267	PR/AM
Irregularidades no empreendimento de produção de óleo e gás natural no Campos de Marlim Sul da Bacia de Campos.	270	PR/RJ
Irregularidades no licenciamento da duplicação da rodovia Fernão Dias, bem como com ocorrências de atropelamento de animais silvestres.	238	PR/SP
Irregularidades no projeto de expansão e ampliação do Porto de Sepetiba, no Município de Itaguaí.	267	PRM/Angra dos Reis (RJ)
Irregularidades nos projetos de expansão portuária, que representam uma ameaça à vegetação existente às margens do Estuário de Santos.	261	PRM/Santos (SP)
Irregularidades no licenciamento ambiental da estrada que liga o Município de Miracema à UHE de Lajeado – Luís Eduardo Magalhães.	240	PR/TO
Licenciamento ambiental da rodovia TO-222, trecho Filadélfia a Araguaína.	275	PR/TO
Licenciamento ambiental da rodovia TO-335, trecho Couto Magalhães e Rodovia TO-164.	273	PR/TO
Licenciamento ambiental das Rodovias Transamazônica (BR 230); Transbico (T 010); Rodovia 276 e Darcy Marinho, que margeavam a área indígena da etnia Apinajé.	273	PR/TO
Licenciamento ambiental do gasoduto Meio Norte, ligando os estados do Maranhão, Piauí e Ceará.	258	PR/CE
Licenciamento ambiental do Terminal Portuário Portonave S/A – Terminais Portuários de Navegantes.	257	PRM/Itajaí (SC)
Necessidade de realização de EIA/RIMA e EIV para o novo traçado da via expressa local, denominada Via Norte.	260	PRM/São José dos Campos (SP)
Obras de ampliação da Rodovia BR 116/SP. TAC.	266	PR/SP
Obras no Arroio Laracha, naquele município, as quais relataram temer que venham a provocar inundações em suas residências em época de cheia.	265	PRM/Rio Grande (RS)
Processo de planejamento e construção de ponte sobre o rio Paraíba do Sul, naquele Município.	279	PRM/Campos dos Goytacazes (RJ)

Projeto de duplicação do elevador do Joá, sem o devido EIA.	252	PR/RJ
Projeto Portal da Amazônia, que compreende a construção da Orla da Estrada Nova, a Macrodrenagem da Bacia Hidrográfica da Estrada Nova e a duplicação da Avenida Bernardo Sayão, bem como do Projeto Orla de Belém.	236	PR/PR
Prospecção de petróleo mediante pesquisa sísmica na bacia de Santos.	279	PRM/Santos (SP)
Reforma da pista do Aeródromo Cairu Lorenzo, em Morro de São Paulo, no Município de Cairu.	261	PRM/Ilhéus (BA)

4.1.1.7 Ordenamento Territorial..... 72

Assunto	Ata nº	Origem
Acompanhamento da revisão do Plano Diretor Municipal da Ilha Grande.	240	PRM/Angra dos Reis (RJ)
Aterro de um curso d'água e extração mineral irregular em razão dos trabalhos de terraplanagem para implantação de um loteamento no Município de Morro da Fumaça.		PRM/Criciúma (SC)
Aterros não licenciados para implantação de empreendimentos imobiliários.	263	PR/SE
Avanço dos condomínios horizontais, em especial nas praias de Arroio do Sal, Capão da Canoa, Torres e Xangri-lá.	237	PR/RS
Concurso público para construção de um bairro novo, na cidade de São Paulo.	277	PR/SP
Construção de condomínio em terreno de marinha no Bairro de Juquehy, no Município de São Sebastião.	259	PRM/São José dos Campos (SP)
Construção de condomínio unifamiliar denominado Barlavento.	237	PRM/Angra dos Reis (RJ)
Construção de muro, sem a devida licença ambiental, no Condomínio Santa Bárbara, integrante do Setor Habitacional Tororó.	252	PR/DF
Construção do Condomínio Verde Vale, localizado no entorno do Parque Estadual da pedra Branca, em vargem Grande.	249	PR/RJ
Construção do Hotel Internacional Costão do Santinho, na praia do Ingleses, em Florianópolis.	237	PR/SC
Construção do Shopping Center Leblon na cidade do Rio de Janeiro.	269	PR/RJ
Construção de empreendimento hoteleiro, no distrito de Trancoso, no Município de Porto Seguro.	251	PRM/Ilhéus (BA)
Criação de unidade de conservação em área situada na zona urbana de Fortaleza, de propriedade da ECT e do Exército Brasileiro.	232	PR/CE
Demora da CEF no repasse de recursos para implementação de área verde no Residencial Santa Mônica.	266	PRM/Uberlândia (MG)
Desmatamento na Estrada Correia da Veiga, para implantação do projeto "Condomínio Residencial Campo Belo", na APA Petrópolis.	232	PR/RJ
Edificações multifamiliares irregulares, na rua Almirante Barroso, nº 123, sem o devido projeto de construção e o consequente alvará de licenciamento aprovados, no Município de Torres.	258	PR/RS
Implantação de empreendimento imobiliário localizado na Av. Lúcio Costa, nº 27, da APA de Marapendi, na Barra da Tijuca.	232	PR/RJ
Implantação de loteamento às margens do Rio Grande, na zona rural de Conceição das Alagoas.	236	PRM/Uberaba (MG)
Implantação de loteamento em APP, dentro do Parna da Serra da Bocaina.	233	PRM/Angra dos Reis (RJ)
Implantação de loteamento localizado no Bairro da Juréia, Distrito de	254	PRM/São José dos

Maresias, englobando parte de faixa de marinha, do Morro da Juréia, e ainda terras pertencentes à reserva indígena dos índios guaranis.		Campos (SP)
Implantação de loteamento sem o prévio licenciamento ambiental, no interior de APA, no Município de Viçosa do Ceará.	262	PRM/Sobral (CE)
Implantação de loteamento, sem prévia autorização do órgão competente, na estrada Paraty – Cunha, no Município de Paraty.	236	PRM/Angra dos Reis (RJ)
Implantação de loteamentos às margens do Rio Grande, no Município de Uberaba.	248	PRM/Uberaba (MG)
Implantação de loteamentos no Município de São Francisco do Sul, em área de mangue, dunas e vegetação de restinga, bem como em terrenos de marinha.	246	PRM/Joinville (SC)
Implantação do Condomínio Monte dos Reis II e III, sem autorização competente, localizado no Jardim Bangu.	232	PR/RJ
Implantação do empreendimento residencial denominado Alphaville.	277	PRM/Juiz de Fora (MG)
Implantação do loteamento “Jardim Fluminense” na Baía da Guanabara, por meio de aterramento.	248	PR/RJ
Implantação do loteamento “Maria Augusta”, localizado no bairro Santa Catarina, no Município de Joinville.	262	PRM/Joinville (SC)
Implantação do Loteamento “Village das Águas Claras”, em APP, às margens do Rio Grande, no Município de Delfinópolis.	248	PRM/Passos (MG)
Implantação do loteamento denominado “Chácara Serimbura”, inserido no interior da APA do Banhado.	239	PRM/São José dos Campos (SP)
Implantação do loteamento denominado “Península do Sol”, às margens do Lago de Furnas, no Município de São José da Barra.	239	PRM/Passos (MG)
Implantação do loteamento residencial Villas Jurerê, em Florianópolis.	262	PR/SC
Implantação irregular de condomínio na avenida Perimetral Sul, no loteamento Aruana.	241	PR/SE
Implantação irregular de empreendimento hoteleiro denominado “Hotel Ecoturístico dos Golfinhos”, na praia dos Currais, também conhecida como Baía dos Golfinhos, no Município de Governador Celso Ramos.	277	PR/SC
Implantação irregular de loteamento denominado “Condomínio Recanto Real”, localizado na região Administrativa de Sobradinho. ACP.	237	PR/DF
Implantação irregular de loteamento denominado “Condomínio São Bento”, às margens da rodovia GO 239, na zona de amortecimento do Parna da Chapada dos Veadeiros, sem autorização competente.	237	PR/DF
Implantação irregular de loteamento na faixa marginal da lagoa do Piripiri, na praia de João Francisco, no Município de Quissamã.	239	PRM/Campos dos Goytacazes (RJ)
Implantação irregular de loteamento, sem a devida autorização, na APA Carste de Lagoa Santa.	253	PR/MG
Implantação irregular do empreendimentos imobiliários e concessão irregular de licença ambiental ao Loteamento Nova Friburgo, ameaçando o ecossistema na área do entorno do Parna da Chapada dos Veadeiros, no Município de Alto Paraíso.	236	PR/DF
Implantação irregular do empreendimentos imobiliários e concessão irregular de licença ambiental ao Loteamento Jardim Planalto, ameaçando o ecossistema na área do entorno do Parna da Chapada dos Veadeiros, no Município de Alto Paraíso.	236	PR/DF
Implantação irregular do loteamento denominado “Vale do Cipó”, às margens do reservatório da UHE de Igarapava, margens do Rio	249	PR/MG

Grande, no Município de Conquista.		
Implantação irregular do Loteamento Jardim Planalto, no entorno do Parna da Chapada dos Veadeiros, no Município de Alto Paraíso.	241	PR/DF
Implantação irregular dos Loteamentos São Jorge I e II, no Município de Alto Paraíso.	241	PR/DF
Implementação irregular de loteamentos na Praia do Capri, em São Francisco do Sul.	256	PRM/Joinville (SC)
Instalação de um empreendimento de armazenamento e distribuição de combustível e outros derivados de petróleo, a Distribuidora Nacional de Petróleo Ltda. (DNP), no bairro da Prainha, na orla do rio Tapajós.	240	PRM/Santarém (PA)
Irregularidades à cessão da área do Emissário Submarino de Santos e ao processo de licitação para construção do Museu Pelé no local.	269	PRM/Santos (SP)
Irregularidades na concessão de autorizações para empreendimentos diversos no Município de Porto Seguro.	269	PRM/Ilhéus (BA)
Irregularidades na construção do condomínio Wembley Tênis, localizado na praia das Toninhas, em Ubatuba.	246	PRM/Taubaté (SP)
Irregularidades na construção do loteamento Bandeirante, localizado à Rodovia Baldicero Filomeno, no Distrito do Ribeirão da Ilha.	233	PR/SC
Irregularidades na edição do Plano Diretor de Petrolina, convertido na Lei nº 1.875/2006 e suas implicações ao erário.	263	PRM/Petrolina (PE)
Irregularidades na instalação de um conjunto habitacional denominado "Jardim Vicente de Carvalho II", em área de preservação ambiental, no Município de Bertioga.	274	PRM/Santos (SP)
Irregularidades no Plano de Desenvolvimento do Campeche, dentro do Plano de Desenvolvimento para a Região Sul da Ilha de Santa Catarina.	260	PR/SC
Irregularidades praticadas pela concessionária de energia elétrica AMPLA, consubstanciadas na instalação de rede elétrica, relógios de luz e postes em residências situadas em áreas invadidas e em loteamentos clandestinos, no Município de Cabo Frio.	263	PRM/São Pedro da Aldeia (RJ)
Licenciamento ambiental do Condomínio Privê Residencial Mônaco, localizado na APA do Planalto Central.	265	PR/DF
Licenciamento ambiental do Condomínio Residencial Bianca, integrante do setor habitacional Boa Vista, localizado na APA do Planalto Central.	252	PR/DF
Licenciamento ambiental do Setor Habitacional Taquari, localizado no interior da APA do Planalto Central.	274	PR/DF
Licenciamento do loteamento Porto Coqueiral, em Porto de Galinhas, área vizinha à RPPN Nossa Senhora do Oiteiro de Maracápe, no Município de Ipojuca.	258	PR/PE
Loteamento irregular, denominado estância Beira Rio, às margens do reservatório da UHE de Água Vermelha.	236	PRM/São José do Rio Preto (SP)
Loteamentos irregulares em terrenos localizados às margens do Rio Grande, no entorno da UHE de marimbondo, no Município de Guaraci.	238	PRM/São José do Rio Preto (SP)
Matéria jornalística a cerca da solicitação de empréstimos junto ao BIRD, em obras de infra-estrutura em parcelamentos irregulares existentes nas Colônias Agrícolas Vicente Pires e Arniqueiras.	269	PR/DF
Ocupação irregular e desordenada na rua Luís Maske, situada no bairro de Itoupavazinha, no Município de Blumenau.	267	PRM/Blumenau (SC)
Processo de licenciamento ambiental pela implantação do empreendimento Ilha Pura, na Barra da Tijuca.	269	PR/RJ
Programa de Desenvolvimento da Infra-Estrutura Turística de Santa Catarina (Prodetur/SC).	260	PR/SC
Projeto de construção da Avenida Costa-Oeste na área do Grande Pirambu/Barra do Ceará, que ocasionará a retirada de moradores	232	PR/CE

tradicionais.

Projeto de construção de salão paroquial na praça pública denominada Praça do Pescador pelo pároco da Igreja Matriz Nossa Senhora da Saúde.	248	PR/CE
Projeto de ecoturismo a região da Prainha do Canto Verde.	259	PRM/Limoeiro do Norte (CE)
Projeto de Lei Complementar para revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial de área que inclui Unidades de Conservação Federal.	272	PR/DF
Projeto de verticalização para construção de edifícios de até 9 andares nas praias do Município de São Sebastião por ato legislativo local.	248	PRM/São José dos Campos (SP)
Regularidade do licenciamento ambiental da construção da sede administrativa do Departamento de Polícia Rodoviária Federal.	240	PR/DF
Regularidade do processo de licenciamento ambiental da criação da "Cidade do Itapoã", em Brasília.	267	PR/DF
Regularidade do projeto do Condomínio Mares do Campeche I e II, a ser instalado no bairro do Campeche em Florianópolis.	261	PR/SC
Regularidade nos loteamentos a serem implantados no Bairro Vargem Grande, pela possibilidade de estarem inseridos na APA Mantiqueira e na APA Paraíba do Sul.	254	PRM/São José dos Campos (SP)
Supressão de vegetação, poluição do rio dos Índios e rio Bonito, e uso de produtos tóxicos, sem permissão do órgão ambiental, pela rede hoteleira do Município de Conservatória.	232	PR/RJ

4.1.1.8 Organismos Geneticamente Modificados 21

Assunto	Ata nº	Origem
Acompanhamento da atuação dos órgãos de fiscalização nas questões de biossegurança, relacionadas com atividades envolvendo OGMs.	278	PR/PR
Acompanhamento das atividades exercidas pelos órgãos e entidades de registro e fiscalização referente ao cultivo de produtos transgênicos nos municípios investigados no Estado do Amazonas.	262	PRM/Tabatinga (AM)
Acompanhamento e avaliação do processo de liberação comercial de milho geneticamente modificados.	272	PR/DF
Atuação da CTNBio nas deliberações sobre a importação de milho transgênico para uso em ração animal.	245	PR/DF
Aumento da utilização do herbicida Glifosato na cultura de soja transgênica, com eventual inobservância do limite máximo de resíduos.	271	PR/DF
Aumento do uso do herbicida glifosato nas culturas de soja transgênica RR e a contaminação de OGM em lavoura convencional.	236	PR/AC
Aumento do uso do herbicida glifosato nas culturas de soja transgênica no estado.	250	PR/RJ
Comercialização irregular de produtos contendo em sua composição soja geneticamente modificada ou que contenham seus resíduos.	243	PR/DF
Contrabando de OGMs e seus derivados, bem como de agrotóxicos.	257	PRM/Pato Branco (PR)
Ilegalidades na comercialização e plantio de OGM's na região daquela Procuradoria.	275	PRM/Juazeiro do Norte (CE)
Importação, plantio e comercialização de sementes transgênicas de algodão.	261	PRM/Patos de Minas (MG)
Inexistência de atuação visando ao acompanhamento e fiscalização do plantio de sementes transgênicas no âmbito da PRM/Bragança	245	PRM/Bragança

Paulista.

Paulista (SP)

Introdução ilegal de milho transgênico no País, bem como o descontrole na fiscalização das importações autorizadas pela CTNBio.	250	PR/DF
Irregularidades na aprovação pela CTNBio pela liberação comercial de soja geneticamente modificada, tolerante ao herbicida <i>Roundup ready</i> .	246	PR/DF
Liberação comercial de variantes de milho geneticamente modificados.	234 246 255 256	PR/PR
Pesquisas com OGMs pela UFC, sem o Certificado de Qualidade em Biossegurança.	270	PR/CE
Suspensão de liberações comerciais pela CTNBio de OGMs, até que sejam promovidas a edição e publicação de resoluções normativas em consonância com a lei de Biossegurança.	254	PR/DF
Verificação dos procedimentos dos órgãos e entidades públicas responsáveis pela reavaliação dos agrotóxicos formulados à base de glifosato.	272	PR/DF

4.1.1.9 Patrimônio Genético 4

Assunto	Ata nº	Origem
Apropriação de recursos biogenéticos e conhecimento de comunidades tradicionais, sem a devida autorização.	258	PR/SE
Apurar o acesso a amostras de componentes do patrimônio genético pela empresa Extracta Moléculas Naturais S.ª, relacionado ao contrato de bioprospecção entre a referida empresa e a Glaxosmithklein, GSK.	262	PR/DF
Remessa para o exterior de componente do patrimônio genético, podendo estar configurada a ocorrência de biopirataria.	247	PR/CE
Seitas religiosas estrangeiras mapeando área da Amazônia e usurpando riquezas naturais da região.	261	PR/AC

4.1.1.10 Poluição 159

Assunto	Ata nº	Origem
Abandono de resíduos sólidos e líquidos provenientes das atividade de empresa de calçados, em terreno municipal. Posterior remessa à 5ª CCR.	242	PRM/Uruguaiana (RS)
Acompanhamento das medidas adotadas, pelo Governo Federal, para o cumprimento do Protocolo de Quioto.	244	PRM/São João de Meriti (RJ)
Alagamento do Córrego do Cágado localizado em Arati, alcançando os rios Pomba e Paraíba do Sul, devido ao grande escoamento de líquido contendo lignina (licor negro) e sais utilizados no processo de digestão de madeira, decorrente do rompimento do dique de contenção de rejeitos situado na Fazenda Bom Destino pertencente às empresas Cataguases Indústria de Papel e Florestal Cataguases, no Distrito de Cataguases.	239	PRM/Campos dos Goytacazes (RJ)
Armazenamento inadequado de combustível.	245	PRM/Niterói (RJ)
Atividade potencialmente poluidora por empresa no ramo de limpeza de fossa, sem as devidas licenças ambientais, no Município de Guaratuba.	267	PRM/Paranaguá (PR)
Ausência de monitoramento ambiental pela Petrobrás Transportes S/A – Transpetro, na região de São Francisco do Sul.	268	PRM/Joinville (SC)
Autuação e à interdição de todos os postos de combustíveis que estavam operando sem a licença ambiental de operação ou sem	265	PRM/Blumenau

autorização específica da ANP.		(SC)
Barulho excessivo produzido por festas noturnas promovidas no <i>Campus</i> de Umuarama da Universidade Federal de Uberlândia.	268	PRM/Uberlândia (MG)
Base flutuante fundeado que opera com abastecimento de embarcações marítimas, a cerca de 100 metros da praia do Arrastão, no Município de São Sebastião.	276	PRM/São José dos Campos (SP)
Coletar informações sobre estado das embarcações que trafegam na costa fluminense e medidas adotadas para minimizar o impacto ambiental decorrente do derramamento de óleo no mar.	252	PRM/Macaé (RJ)
Construção de posto de abastecimento e serviço pela Petrobras, sem licença da Feema.	235	PR/RJ
Contaminação da represa de Peixoto pelo lançamento de esgoto " <i>in natura</i> ".	248	PRM/Passos (MG)
Contaminação de água denominada Fonte Kelau, pelo sistema de esgoto do Condomínio Vale São Fernando, no bairro de Araras.	248	PR/RJ
Contaminação do Canal do Porto em Vicente de Carvalho.	260	PRM/Santos (SP)
Contaminação por coliformes fecais das águas dos reservatórios da UHE de Mascarenhas de Moraes e Furnas em razão do despejo de esgoto pelo Município de Capitólio e outros.	256	PRM/Passos (MG)
Contaminação por coliformes fecais das águas dos reservatórios da UHE de Mascarenhas de Moraes e Furnas em razão do despejo de esgoto pelo Município de Ilícinea e outros.	256	PRM/Passos (MG)
Danos ambientais causados pela unidade de co-processamento de resíduos industriais Essencis Co-processamento Ltda, atingindo os bairros de Parque Boneville, Parque Iriri, Barão de Iriri e Vila Inca, situados no Município de Magé.	268	PRM/São Gonçalo (RJ)
Degradação ambiental pelo Curtume Moderno, em Petrolina.	261	PR/PE
Degradação da bacia hidrográfica do rio Tijucas, principalmente pelo lançamento de efluentes em seu leito.	258	PR/SC
Derramamento de óleo na praia da Ribeira, Ilha do Governador, vindo da direção da Ponte Rio – Niterói.	233	PR/RJ
Derramamento de óleo ocorrido no interior da Baía da Guanabara, nas proximidades da enseada de Jurujuba.	241	PR/RJ
Derramamento de esgoto <i>in natura</i> ao mar, pelo Condomínio Porto Bracuhy e a Imobiliária Santa Rita.	253	PRM/Angra dos Reis (RJ)
Derramamento de óleo de origem desconhecida entre as praias de São Marcos e do Meio.	271	PR/MA
Derramamento de óleo de origem desconhecida nas proximidades do Parnamar de Abrolhos, atingindo praias da região, no início de 1998.	255	PRM/Eunápolis (BA)
Derramamento de óleo na Baía de Guanabara.	234 266	PR/RJ
Derramamento de óleo na Ilha Grande, no Município de Angra dos Reis.	243	PR/RJ
Derramamento de óleo nas áreas do Porto Organizado de Santos.	238 241 258 265 271	PRM/Santos (SP)
Derramamento de óleo nas proximidades da Baía de Ilha Grande, em Angra dos Reis.	255	PRM/Angra dos Reis (RJ)
Derramamento de óleo nas proximidades da Ilha d'Água, na Baía de Guanabara.	261	PRM/Niterói (RJ)

Derramamento de óleo no Porto do Mucuripe.	263	PR/CE
Derramamento de óleo ocorrido no Parna da Lagoa do Peixe e demais áreas do litoral gaúcho, abrangidas entre os municípios de Torres e Tavares.	241	PR/RS
Derramamento de petróleo ocorrido no Campo de Produção da Petrobras, localizado na fazenda Belém. TAC.	252	PRM/Limoeiro do Norte (CE)
Derrame de óleo em toda a extensão da praia da Estação de Rádio da Marinha no Rio de Janeiro (ERMJR).	268	PR/RJ
Derretimento e fundição de materiais fotográficos a céu aberto em zona urbana, derramamento de óleo diesel direto no solo e funcionamento sem licença ambiental pela empresa "Ferro Velho Gordo".	255	PRM/Paranavaí (PR)
Descarte de resíduos de fixadores, utilizados na revelação de filmes e materiais radiográficos.	270	PRM/Santa Cruz do Sul (RS)
Descarte irregular de resíduos de fixadores e reveladores utilizados na revelação de filmes gráficos e radiográficos.	262	PRM/Santa Cruz do Sul (RS)
Descumprimento do cronograma previsto na Resolução do Conama n. 315/2002, que determina que a partir de janeiro/2009 o combustível comercializado no Brasil fosse apresentado com uma concentração máxima de 50 ppm de enxofre.	263	PR/PA
Despejo de dejetos provenientes da criação de suínos.	233	PR/SC
Despejo de dejetos, fumaça, emissão de ruídos, entre outros, ocasionados pela fábrica de papel Santa Terezinha S/A, localizada na rodovia Capitão Barduíno.	248	PRM/Bragança Paulista (SP)
Despejo de esgoto <i>in natura</i> nas águas dos reservatórios da UHE Mascarenhas de Moraes e Furnas pelo Município de Alpinópolis.	255	PRM/Passos (MG)
Despejo de esgoto <i>in natura</i> nas águas dos reservatórios da UHE Mascarenhas de Moraes e Furnas pelo Município de Guapé.	255	PRM/Passos (MG)
Despejo de lixo e colocação de <i>outdoors</i> nas praias de São Francisco de Itabapoana e Santa Clara.	263	PRM/Campos dos Goytazaces (RJ)
Despejo de material, lixo e entulho, em área vizinha à Escola Municipal Marcos Waldemar de Freitas Reis, causando mau cheiro, poluindo o lençol freático e toda a área úmida ao redor da Lagoa de Itaipu.	275	PRM/Niterói (RJ)
Despejo de sangue de boi no rio das Velhas, no Município de Sabará.	252	PR/MG
Despejo irregular de dejetos e esgoto doméstico a céu aberto no Município de Viçosa do Ceará.	232	PR/CE
Dispersão de limalha de ferro oriunda de siderúrgica que operaria na região da praia do Saco, em Mangaratiba.	268	PRM/Angra dos Reis (RJ)
Embarque e desembarque de coque verde de petróleo (CVP) na Vila naval do Recife, no Porto de Recife.	242	PR/PE
Emissão de efluentes líquidos e gasosos altamente poluentes na Baía de Sepetiba pela empresa Cortume Carioca integrante do Distrito Industrial de Santa Cruz.	252	PR/RJ
Emissão de esgotos em rede de águas pluviais pelo Quiosque 1, na Av. Borges de Medeiros, comprometendo o ecossistema da Lagoa Rodrigo de Freitas.	270	PR/RJ
Emissão de gases de acordo com padrões estabelecidos pelo Procomve nas rodovias do Estado de Santa Catarina.	260	PRM/Blumenau (SC)
Emissão de ruídos em horários e intensidade acima do permitido por trio elétrico em evento festivo.	248	PR/PI
Emissão e despejo de rejeitos químicos na rede coletora de esgoto, sem o devido tratamento, provenientes do processo industrial da empresa Indústria de Alimentos Piraquê S.ª	277	PRM/Petrópolis (RJ)
Escoamento de esgotos de Santa Vitória do Palmar, no Lago Mirim.	259	PRM/Rio Grande (RS)

Escoamento de esgotos, sem tratamento necessário, no Riacho Passaré.	259	PR/CE
Estado de conservação e limpeza das imediações dos postos da Polícia Rodoviária Federal nos municípios de Serra e Linhares.	276	PR/ES
Estudos técnicos apresentados pela Petrobrás sobre as emissões de mercúrio na queima do gás natural importado da Bolívia.	260	PR/PR
Excessivo barulho produzido por um exaustor instalado nos fundos do Fórum Octavio Kelly.	233	PRM/Niterói (RJ)
Falta de condição ambiental de trabalho no setor de transporte daquela Procuradoria.	255	PRT/1ª Região
Fixação de painéis publicitários de patrocinadores do carnaval/2007 no canteiro central e nas margens do canal da Avenida Agamenon Magalhães, bem como em postes de acesso ao Palácio do Governo.	261	PR/PE
Formação de espuma na lagoa de decantação da Empresa Municipal de Saneamento de Balneário Camboriú (Emasa).	263	PRM/Itajaí e Brusque (SC)
Forte odor exalado das lagoas de contenção da Indústria Cosan, na entrada da cidade de Barra Bonita.	233	PRM/Jaú (SP)
Funcionamento clandestino de fábrica de reciclagem de sacolas de plástico, na Av. Tabela José Gama Filho.	235	PR/CE
Funcionamento da Universidade Estácio de Sá sem Licença de Operação a ser emitida pelo Ibama.	264	PR/RJ
Funcionamento de empresa do ramo de cerâmica, sem a devida licença ambiental.	240	PR/CE
Funcionamento de empresa do ramo de fabricação de esquadrias, sem a devida licença de operação expedida pelo órgão estadual competente.	238	PR/RJ
Funcionamento de empresa do ramo de hipermercado, sem a devida licença ambiental.	239	PR/RJ
Funcionamento de empresa do ramo de móveis, sem a devida licença de operação expedida pelo órgão estadual competente.	233	PR/RJ
Funcionamento de empresa do ramo de processamento de trigo, sem a devida licença de operação expedida pelo órgão estadual competente.	272	PRM/Foz do Iguaçu (PR)
Funcionamento de empresa do ramo de produtos farmacêuticos, sem a devida licença ambiental.	264	PR/RJ
Funcionamento de empresa do ramo de produtos químicos e farmacêuticos, sem a devida licença ambiental.	244	PRM/São João de Meriti (RJ)
Funcionamento de empresa do ramo de tratamento e reciclagem de óleo de corte oriundo da indústria metal-mecânica, localizada no Município de Araquari.	265	PRM/Joinville (SC)
Funcionamento de empresa no ramo de construção e reparo de embarcações e estruturas flutuantes, sem a devida licença do órgão ambiental competente.	275	PRM/Angra dos Reis (RJ)
Funcionamento de empresa no ramo de oficina de automóveis, sem o devido licenciamento ambiental.	279	PR/RJ
Funcionamento de empresa no ramo de recuperação de sucatas e demais resíduos, sem licença de operação emitida pela Feema.	276	PRM/Volta Redonda (RJ)
Funcionamento de posto de gasolina de propriedade de União, sem licença ambiental.	249	PR/GO
Funcionamento de uma fábrica que manuseia produtos químicos, com contaminação do solo e da água dos lençóis subterrâneos.	237	PRM/São João de Meriti (RJ)
Grande quantidade de monóxido de carbono e fuligem gerada pelas queimadas na área que circunda a linha férrea do METROREC, no bairro do Coque, em Recife.	266	PR/PE
Ilegalidade no processo licitatório que trata da concessão de uso da área da plataforma do emissário submarino de esgoto do Município de Santos.	247	PRM/Santos (SP)

Instalação de pólo farmacológico no Município de Goiânia.	271	PR/PE
Instalação de um novo terminal de passageiros e cargas no Aeroporto Internacional Pinto Martins, podendo causar poluição à Lagoa de Itaóca, no Município de Fortaleza.	232	PR/CE
Instalação e funcionamento irregular de postos revendedores ou de abastecimentos de combustíveis e derivados de petróleo, nas áreas residenciais de Tabatinga, no Município de Caraguatatuba.	267	PRM/São José dos Campos (SP)
Irregularidade em licença concedida pela Feema à empresa Indústria e Comércio de Ostras Catavento Ltda, com sede no Município de Iguaba Grande.	262	PRM/São Pedro da Aldeia (RJ)
Irregularidades na construção de hipermercado no Setor Terminal Norte, tais como: deposição indevida de resíduos, carreamento de sedimentos pelo intenso movimento da terra e problemas no trânsito.	255	PR/DF
Irregularidades na construção sobre a plataforma do emissário submarino de Santos.	269	PRM/Santos (SP)
Irregularidades na emissão dos resíduos produzidos pela combustão do diesel causando diversos problemas respiratórios e cardiovasculares à população brasileira. ACP.	266	PR/PB
Irregularidades na execução de obra de 12 andares, na Quinta da Boa Vista, sem observar o gabarito oficial, com aumento da saída do esgoto no canal da Rua Francisco Bicalho.	270	PR/RJ
Irregularidades no tráfego de caminhões pelo centro da cidade de Concórdia/SC, e a existência de legislação de trânsito que trate do assunto em questão	262	PRM/Concórdia (SC)
Irregularidades no tratamento de resíduos sólidos no Aterro Sanitário de Blumenau, consistente no derramamento de chorume em um corpo hídrico, sem qualquer tipo de tratamento.	276	PRM/Blumenau (SC)
Irregularidades nos filtros da fábrica Cimento Sergipe S/A – Cimesa, localizada no Município de Laranjeiras.	233	PR/SE
Irregularidades praticadas pela empresa Ecobrás Centro Ecobiótico do Brasil Ltda., por não possuir licença de operação e por lançar resíduos sólidos, líquidos, gasosos e detritos, óleos ou substâncias oleosas.	264	PR/RJ
Irregularidades praticadas por empresas de saneamento dos municípios que circundam a Lagoa de Araruama e a falta de esgotos sanitários.	261	PRM/São Pedro da Aldeia (RJ)
Lançamento clandestino de esgoto na rede de água pluvial na praia da Armação, no Município de Penha.	242	PRM/Itajaí (SC)
Lançamento de chorume na Baía da Guanabara advindo do Aterro do Morro do Céu.	279	PRM/Niterói (RJ)
Lançamento de efluentes industriais no rio Jaguaribe, no Município de Fortim.	246	PRM/Limoeiro do Norte (CE)
Lançamento de efluentes líquidos contendo metais pesados, pela Bayer do Brasil S/A, na baía de Guanabara.	272	PRM/São João de Meriti (RJ)
Lançamento de efluentes líquidos e derivados de petróleo no rio Paranapanema.	262	PRM/Jacarezinho (PR)
Lançamento de efluentes líquidos na Baía da Guanabara, por empresa do ramo de frigoríficos.	245	PRM/Niterói (RJ)
Lançamento de elementos poluentes na atmosfera pela empresa Duas Rodas Industrial Ltda. TAC.	238	PRM/Jaraguá do Sul (SC)
Lançamento de esgoto <i>in natura</i> na represa do rio Grande, no Município de Rifaina.	243	PRM/Franca (SP)
Lançamento de esgoto sanitário, sem o devido tratamento, nas águas do rio Paranaíba.	249	PR/GO
Lançamento de esgotos domésticos nas praias do Município de Penha.	249	PRM/Itajaí (SC)
Lançamento de óleo por postos de gasolina e oficinas mecânicas na praia de São Francisco.	246	PRM/Niterói (RJ)

Lançamento de todo o esgoto da cidade, sem o devido tratamento prévio, nas águas das baías norte e sul de Florianópolis.	263	PR/SC
Lançamento irregular de esgoto na praia de Baraqueçaba, em São Sebastião.	255	PRM/São José dos Campos (SP)
Lançamento irregular de esgoto na Praia do Malhado, no Município de Ilhéus.	270	PRM/Ilhéus (BA)
Lavadores de carros às margens do rio Poty, em Teresina.	249	PR/PI
Necessidade de retirada de entulho resultantes da demolição de uma casa.	236	PR/SC
Omissão dos órgãos municipais e estaduais quanto à repressão da poluição sonora no Município de Rio Branco.	232	PR/AC
Pichamentos que prejudicam a estética urbana.	270	PR/PI
Plantio irregular de monocultura de eucalipto e lançamento indevido de efluentes às margens do rio Paraíba do Sul.	262	PRM/São José dos Campos (SP)
Poda de árvores e, possível, lançamento dos troncos e galhos no rio Paraíba.	261	PRM/Campos dos Goytacazes (RJ)
Poluição da bacia hidrográfica do rio Araranguá pela rizicultura.	236	PRM/Criciúma (SC)
Poluição da Lagoa de Itaperoaba, localizada no bairro de Serrinha, em Fortaleza.	266	PR/CE
Poluição da lagoa Seca pela falta de saneamento básico na área, no Município de Messajana.	250	PR/CE
Poluição da nascente do Córrego Olhos D'água pela ausência de tratamento do esgoto na construção de hotel.	266	PR/DF
Poluição decorrente de invasão do riacho do Moinho do Campo da Tuca, Bairro Partenon, em Porto Alegre.	239	PR/RS
Poluição do riacho do Moinho devido a ocupação desordenada da área, em Porto Alegre.	239	PR/RS
Poluição sonora decorrente, provavelmente, de ondas de rádio transmissão e de TV a cabo.	279	PR/SE
Poluição sonora e acúmulo de sujeira decorrentes da inauguração de um clube de eventos na zona residencial de Parnaíba, bem como infrações de trânsito em frente ao clube e o descaso das autoridades locais.	232	PR/PI
Poluição sonora na Praia do Itararé em São Vicente, decorrente da instalação de barraca.	260	PRM/Santos (SP)
Poluição sonora oriunda de fontes de natureza difusa, particularmente de veículos automotores, no Município de Salvador.	241	PR/BA
Poluição sonora provocada pelo estabelecimento denominado Restaurante Colher de Pau.	270	PR/CE
Poluição sonora provocada por algumas barracas na praia do Futuro.	261	PR/CE
Poluição sonora, causada pela empresa Supermix Concreto S/A, localizada no bairro Jardim Seminário, no Município de Francisco Beltrão.	274	PRM/Francisco Beltrão (PR)
Poluição sonora, por veículos de som, no Município de Parnaíba.	234	PR/PI
Possível existência do molusco <i>Limnoperna Fortunei</i> , animal que causa a poluição de cursos de água.	263	PRM/São Miguel do Oeste (SC)
Proibição de eventos e atividades com intensidade sonora maior que o previsto em lei na Universidade Federal da Bahia – UFBA.	267	PR/BA
Proibir a utilização de carros de alto-falantes, trios-elétricos ou qualquer outro aparelho de som em veículos, acima de 50 decibéis, para fins de publicidade comercial.	240	PR/SP
Promoção de ações cabíveis para que o mercado nacional disponha, na data prevista na Resolução Conama nº 315/2002, contra a concentração de enxofre no óleo diesel.	277	PR/PB

Promoção de evento festivo chamado "Lounge Olho Vivo", a ser realizado no "Bar kathmandu", localizado na praia de Aruana, em Aracaju.	240	PR/SE
Promover ações para que sejam cumpridos os prazos contidos na Resolução do Conama nº 315/20002, referente a diminuição do teor de enxofre no diesel.	236	PR/AC
Queimada de asfalto e lixo vegetal.	234	PR/CE
Realização de testes de motores de aeronaves de porte superior a F-50, no Aeroporto Internacional de Brasília.	260	PR/DF
Recuperação e monitoramento ambiental da emissão de agentes poluentes pelas indústrias do Distrito Industrial da bacia do rio Guandu.	232	PR/RJ
Regularidade do processo de licenciamento ambiental por empresa no ramo de fertilizantes, localizada no Município de São Francisco do Sul.	274	PRM/Joinville (SC)
Remendo irregular em casco de rebocador que poderia provocar acidentes.	248	PRM/Niterói (RJ)
Ruído intenso no entorno do Aeroporto Eduardo Gomes.	278	PRM/Ilhês (BA)
Suspensão dos shows pirotécnicos que se realizam na abertura e no encerramento da Festa de São João.	234	PRM/Campina Grande (PB)
TAC firmado com algumas instituições municipais objetivando exigir a fixação de placas informando o exame de balneabilidade das praias de Niterói.	244	PRM/Niterói (RJ)
Tombamento de carreta que transportava Xileno (xilol) nas águas do açude Umarizeiras, nas proximidades da cidade de Iguatu.	239	PR/CE
Tombamento de composição de trens, cuja carga atingiu o Córrego da Alegria.	241	PRM/Uberaba (MG)
Tombamento de veículo carregado de ácido clorídrico na BR-040, próximo a Rebio do Tinguá.	240	PRM/Petrópolis (RJ)
Tratamento de dejetos sanitários provenientes de hospitais da rede pública do Município de Niterói.	272	PRM/Niterói (RJ)
Utilização de aeronaves proibidas pela Organização de Aviação Civil Internacional pelo alto nível de ruído, para transporte irregular de cargas.	271	PR/DF
Utilização de combustível adulterado por adição de solvente, no Município de Barra Mansa.	260	PRM/Volta Redonda (RJ)
Vazamento de 27 toneladas de produtos químicos a granel na BR-040, KM 633, próximo ao Município de Conselheiro Lafaiete.	277	PR/MG
Vazamento de óleo hidráulico da UHE de Porto Colômbia, localizada no rio Grande, no Município de Planura.	268	PRM/Uberaba (MG)
Vazamento de óleo na plataforma PXA-1 da Petrobras, em Paracuru.	245	PR/CE
Vazamento de óleo por navio petroleiro em São Sebastião.	249	PRM/São José dos Campos (SP)
Vazamento de óleo por rompimento na parede de duto ocorrido na refinaria Henrique Lage (Revap).	248	PRM/São José dos Campos (SP)
Vazamento de óleo, ocorrido em 2000, no canal que liga a Refinaria de Petróleo Henrique Lages da Petrobras ao rio Paraíba do Sul.	257	PR/SP
Vazamento de toneladas de ácido sulfúrico em tubulação que interliga indústrias de fertilizantes no Distrito Industrial de Rio Grande (DIRG).	236	PRM/Rio Grande (RS)
Vazamento e derrame de GPL e óleo diesel ao mar, no Terminal Aquaviário da empresa Transpetro – Petrobras S/A, situada no Complexo Portuário de Suape, no Município de Ipojuca.	262	PR/PE
Vazamento e escoamento de esgoto a céu aberto, no Município de Caratinga.	240	PRM/Ipatinga (MG)

4.1.1.11 Recursos Hídricos 30

Assunto	Ata nº	Origem
Acompanhamento das atividades do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Cubatão.	267	PRM/Joinville (SC)
Alterar e retificar o curso do rio Mãe Luzia, para futura extração de seixo da área alterada.	266	PRM/Criciúma (SC)
Assoreamento de uma barraginha pelo manejo equivocado de plantação de eucalipto.	232	PR/MG
Aterro do riacho Nanci, no Município de Guaramiranga.	278	PR/CE
Aterro e canalização de uma nascente, alimentadora do afluente do rio Avariú, em Município de São José dos Pinhais.	270	PR/PR
Aterro irregular no rio Paraíba do Sul, na localidade de Iterere.	276	PRM/Campos dos Goytacazes (RJ)
Atividade de prospecção de água de poço situado em prédio comercial, para atividade de construção civil.	266	PR/CE
Avaliação da qualidade da água da bacia hidrográfica do litoral do Paraná.	247	PRM/Paranaguá (PR)
Captação de água por meio de funcionamento de poço tubular profundo, causando rebaixamento do lençol freático.	258	PR/SC
Captação irregular de água pela Saneago, na área do entorno do Parna da Chapada dos Veadeiros.	249	PR/DF
Construção irregular de barragem de cimento no córrego do Sobrado, no interior da Fazenda Dallas, situada no Município de Buritizeiro.	256	PR/MG
Danos causados ao aquífero termal de Caldas Novas, pela construção do reservatório da UHE de Corumbá I.	248	PR/GO
Dragagem do rio das Pedras.	278	PR/RJ
Exploração desordenada do lençol freático no sertão nordestino, abrangendo os Estados da Bahia, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Tocantins e, mais precisamente, no Estado de Minas Gerais, o Vale do Jequitinhonha e os Municípios de Ireci, Ibipitanga e Tanquinovo, causando danos ao subsolo árido.	260	PRM/Campina Grande (PB)
Ilegalidades nas ações adotadas pela Sabesp, que visam possível captação de água no rio Sapucaí para abastecimento da Cidade de Franca.	250	PRM/Franca (SP)
Implantação do projeto de revitalização e conservação da bacia hidrográfica do rio São Francisco.	275	PR/PE
Instalação de redes-tanque no rio Paranapanema por particular, em localidade próxima ao Município de Itambaracá.	261	PRM/Jacarezinho (PR)
Instalação de redes-tanque no rio Paranapanema por particular.	261	PRM/Londrina (PR)
Irregularidade na construção de um canal d'água, para reter e desviar tanto cursos naturais quanto pluviais, no Município de São Sepé.	273	PRM/Santa Maria (RS)
Irregularidades na captação de água do rio Fleith, localizado na Serra da Tromba, próximo ao Município de Joinville.	232	PRM/Joinville (SC)
Irregularidades na construção de pequena barragem para fins de piscicultura, no Parna da Serra da Bocaina.	233	PRM/Angra dos Reis (RJ)
Irregularidades na construção de ponte no leito do rio dos Cedros, no Município de Timbó.	240	PRM/Blumenau (SC)
Irregularidades no projeto Plano Global e Integrado de Defesa contra	263	PRM/Blumenau

as Enchentes/Ecosistema da Bacia Hidrográfica do Rio Itajaí-Açu (Plade), elaborado pelo Poder Executivo do Estado de Santa Catarina.		(SC)
Lesividade na captação de água do rio Mogi Guaçu, autorizada pela ANA, que visa à operação de usinas termoeletricas em área localizada às margens da rodovia SP-340.	249	PRM/São João da Boa Vista (SP)
Licenciamento ambiental do projeto de Integração do rio São Francisco com as bacias hidrográficas do Nordeste Setentrional.	239	PR/DF
Pequeno represamento para irrigação de lavoura, sem autorização do órgão competente.	263	PRM/Itaperuna (RJ)
Redução de áreas alagadas no local denominado "Várzea da Marituba", em consequência da diminuição do volume das águas do rio São Francisco, além da ausência de enchentes naturais e periódicas, principalmente após a construção da barragem de Xingó.	274	PR/AL
Regularidade da dragagem realizada na foz do rio Perequê, no Município de Porto Belo.	273	PRM/Itajaí (SC)
Retirada de água das Lagoas Opaia e Tapabuá para utilização em irrigação em áreas públicas e na construção civil.	255	PR/CE
Sabotagem dos poços de captação de água mineral da empresa Fonte Mineral, ocasionando risco de dano ambiental por contaminação do aquífero explorado.	261	PRM/Caxias dos Sul (RS)

4.1.1.12 Recursos Minerais 118

Assunto	Ata nº	Origem
Acompanhamento da execução do TAC firmado entre a empresa Ibramil – Ibracoque Mineração Ltda. e a Fatma, com vistas à adequação legal das atividades de mineração e transformação de carvão mineral.	242	PRM/Criciúma (SC)
Cadastro irregular de empresas exploradoras de areia no rio Preto, no Município de São José do vale do Rio Preto, sem constar nos registros a devida autorização do DNPM e a licença da Feema.	277	PRM/Petrópolis (RJ)
Comprometimento das estruturas físicas de duas residências, pela negligência na sustentação das galerias subterrâneas de antiga mina de carvão, na rua Otílio Macêdo, no bairro de Santa Libera, no Município de Forquilha.	244	PRM/Criciúma (SC)
Descumprimento do Regimento Interno do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São João (CBHSJ) referente à liberação de mineração de areia no leito do rio São João.	259	PRM/São Gonçalo (RJ)
Estrondos oriundos de extração mineral.	277	PRM/Criciúma (SC)
Existência de minas carboníferas nos limites daquela Subseção Judiciária Federal.	233	PRM/Cachoeira do Sul (RS)
Exploração de areia do leito do rio das Contas, próximo à Ponte Nova, no Município de Ubatã.	246	PR/BA
Exploração de calcário pela empresa Calcário de Taguatinga Ltda, no Município de Taguatinga.	256	PR/TO
Exploração de calcário pela empresa Cia. De Mineração Tocantins (Mineratins), no Município de Guará.	256	PR/TO
Exploração de calcário pela empresa Coleme Mineração Ltda, no Município de Taipas do Tocantins.	256	PR/TO
Exploração de calcário pela empresa Mineração Vale do Araguaia Ltda, no Município de Taipas de Xambioá.	259	PR/TO
Exploração de calcário, pela empresa Mineradora Roncador Ltda, na Fazenda Cocal, no Município de Couto Magalhães.	260	PR/TO
Exploração de granito na APA Petrópolis.	240	PRM/São João de Meriti (RJ)

Exploração de lavra de areia, sem autorização do órgão competente, no Município de São José do Vale do Rio Preto.	253	PR/RJ
Exploração irregular de calcário causando cavidades subterrâneas naturais, na Fazenda Bomba, no Município de Posse.	254	PR/GO
Exploração irregular de calcário na zona rural de Maruim.	240	PR/SE
Exploração irregular de granito na fazenda Serrinha, no Município de Guapó.	247	PR/GO
Exploração irregular de granito, sem a devida licença ambiental em área denominada Fazenda Conceição do Suruí, localizada em Magé.	256	PRM/São Gonçalo (RJ)
Exploração irregular de pedra, sem o devido licenciamento ambiental.	233	PR/CE
Exploração irregular de seixos na calha principal do Rio Branco, no Município de Caracaraí.	252	PR/RR
Exploração mineral de ouro na localidade denominada "Fazenda Julião", no Município de Guaraciaba.	235	PR/MG
Exploração de pedra em terreno particular sem a devida licença ou autorização.	262	PRM/Santarém (PA)
Extração irregular de areia no leito dos rios da bacia hidrográfica do rio São João.	247	PRM/São Gonçalo (RJ)
Extração irregular de basalto, sem a devida autorização do órgão competente, na localidade de Travessão São Martinho, no Município de Flores da Cunha.	235	PR/RS
Extração irregular de basalto, sem a devida autorização do órgão competente, na localidade de Travessão Riachuelo, no Município de Flores da Cunha.	235	PR/RS
Extração clandestina de ouro do leito do rio Paraíba do Sul, por meio de balsa, na localidade de Itaocara.	275	PRM/Campos dos Goytacazes (RJ)
Extração de areia na fazenda São Felix, em engenho Velho, no Município de Santa Lúcia, sem autorização do órgão ambiental competente.	269	PRM/Araraquara (SP)
Extração de areia no leito do rio Itapeçerica, sem a devida autorização do órgão competente.	259	PR/MG
Extração de carvão mineral em subsolo denominado Mina Santa Cruz, no Município de Içara.	261	PRM/Criciúma (SC)
Extração de diamante, sem a devida autorização e licença ambiental pelo órgão estadual competente, na Fazenda Ouro/Muquém, zona rural do Município de Coromandel.	256	PR/MG
Extração de minério basalto, na localidade de Linha 10 de Julho, Vila Santana, no Município de Antônio Prado. TAC.	261	PRM/Caxias dos Sul (RS)
Extração de pedras e areia de leito de rio, sem autorização dos órgãos ambientais competentes.	271	PRM/Teresópolis (RJ)
Extração de quartzito metamorfozado e/ou arenito, sem autorização do órgão competente, no Município de Pirenópolis.	232	PRM/Anápolis (GO)
Extração de saibro e argila na estrada geral de Gravatá, sem licença de operação, no Município de Penha.	243	PRM/Itajaí (SC)
Extração de saibro, sem autorização de órgão competente, no sítio Valerim, na Estrada Geral do rio Tavares, s/nº, em Florianópolis.	252	PR/SC
Extração de sienito, sem autorização do órgão competente, no limite da APA Gericinó-Mendanha.	232	PR/RJ
Extração ilegal de candeia, em área localizada no interior da APA da Serra da Mantiqueira, no Município de Itamonte.	248	PR/MG

Extração ilegal de pedras para calçamento em área de domínio do Dnit, na BR 386, no Município de Iraí.	246	PRM/Carazinho (RS)
Extração irregular de areia às margens do rio Jaguari Mirim.	258	PRM/São João da Boa Vista (SP)
Extração irregular de areia na Fazenda Duas Américas, de propriedade particular, sem autorização do órgão ambiental competente, naquele município.	275	PRM/Eunápolis (BA)
Extração irregular de areia na localidade de Barra Alegre, no Município de Macuco.	257	PRM/Nova Friburgo (RJ)
Extração irregular de areia no leito do rio Brumado, no Município de São Brás do Suauí.	253	PR/MG
Extração irregular de areia no leito do rio Grande, nas proximidades do Município de Orindiúva.	279	PRM/São José do Rio Preto (SP)
Extração irregular de areia no Município de Riachuelo.	269	PR/SE
Extração irregular de areia, às margens do rio Caracará, no Município de Cachoeira do Arari.	268	PR/PA
Extração irregular de areia, na localidade de Poço Fundo, no Município de São José do Vale do Rio Preto.	277	PRM/Petrópolis (RJ)
Extração irregular de areia, no Município de Seropédica.	278	PR/RJ
Extração irregular de areia, no sítio do Bairro do Baicô, no Município de Iguapé.	254	PRM/Santos (SP)
Extração irregular de areia, pela empresa Areal Luci e Ana Ltda., na bacia do rio São João, no Município de Silva Jardim.	279	PRM/São Gonçalo (RJ)
Extração irregular de areia, por parte da empresa Hamilton Barbosa Pinto ME, sem autorização dos órgãos competentes, no local denominado bairro Ponte de Ferro, Município de Paraisópolis.	268	PR/MG
Extração irregular de areia, sem autorização do DNPM e da feema, no Município de São José do Vale do Rio Preto.	260	PRM/Petrópolis (RJ)
Extração irregular de argila às margens do rio Paranapanema, no Município de Ibirarema, sem as devidas licenças.	243	PRM/Ourinhos (SP)
Extração irregular de argila na localidade de "Rio da Dona", no Município de Tijucas.	249	PR/SC
Extração irregular de argila na localidade de "Vila Damiani", no Município de Ipê.	249	PRM/Caxias do Sul (RS)
Extração irregular de argila no local denominado Granja Solidão/Loteamento Socorro, em Itamaracá.	261	PR/PE
Extração irregular de argila, por particular, na localidade de Divisa, sem autorização dos órgãos ambientais competentes.	279	PRM/Santa Cruz do Sul (RS)
Extração irregular de argila, sem autorização do DNPM e sem licença ambiental, na fazenda Fomento, no Município de São Luiz do Quitunde.	265	PR/AL
Extração irregular de basalto em propriedade particular, localizada na Capela São Vicente, Município de Ipê.	257	PRM/Caxias do Sul (RS)
Extração irregular de basalto na Linha Santa Libra, no Município de Flores da Cunha.	252	PRM/Caxias do Sul (RS)
Extração irregular de basalto na localidade de Vendinha do Mel, no Município de Ipê	237	PRM/Caxias do Sul (RS)
Extração irregular de basalto, em propriedade particular, na Vila Damiani, no Município de Ipê.	264	PRM/Caxias do Sul (RS)
Extração irregular de basalto, na localidade de Capela Navegantes,	235	PRM/Caxias dos

no Município de Nova Roma do Sul.		Sul (RS)
Extração irregular de basalto, no imóvel localizado na Linha do Riachuelo, no Município de Flores da Cunha.	278	PR/RS
Extração irregular de basalto, sem autorização competente, no Município de Ibiporã.	240	PRM/Londrina (PR)
Extração irregular de cascalho da Fazenda Papagaio, no Município de Santo Antônio da Platina.	261	PRM/Jacarezinho (PR)
Extração irregular de cascalho do Arroio Castelhana, na localidade de Linha Antão Baixo, Município de Venâncio Aires.	275	PRM/Santa Cruz do Sul (RS)
Extração irregular de cascalho, na localidade de Monte Alverne, no Município de Venâncio Aires.	279	PRM/Santa Cruz do Sul (RS)
Extração irregular de diamantes, sem a devida autorização do órgão competente, às margens do rio Tijucu, em região próxima à fazenda Retiro, no Município de Ituiutaba.	260	PR/MG
Extração irregular de granito para utilização em construções, na localidade denominada "Fazenda dos Costas", no Município de Camacho.	235	PR/MG
Extração irregular de granito, sem a devida licença ambiental, na Fazenda Anaconda, no Distrito de Ipuca. TAC.	254	PR/RJ
Extração irregular de ouro às margens do rio Piracicaba.	232	PR/MG
Extração irregular de ouro no rio do Carmo, sem a devida licença ambiental, na zona rural do Município de Barra Longa.	254	PR/MG
Extração irregular de pedras (cascalho) na "Antiga Fazenda de São João da Forquilha", sem licença ambiental, no Município de Sananduva.	241	PRM/Erechim (RS)
Extração irregular de quartzo, no interior da APA Cachoeira das Andorinhas, nos Municípios de Ouro Preto e Mariana.	275	PR/MG
Extração irregular de quartzo, sem autorização do órgão competente, no Município de Carmo do Rio Claro.	237	PR/MG
Extração irregular de recursos minerais, sem a competente concessão e licença, em área pertencente à empresa Madenovo.	239	PRM/Blumenau (SC)
Extração irregular de saibro no Cerro São Maximiano, no Município de Guaíba.	240	PR/RS
Extração irregular de saibro, sem a devida autorização ou concessão.	241	PR/RJ
Extração irregular de seixo e areia no rio Negro, entre as terras indígenas Médio Rio Negro II e rio Teá.	240	PR/AM
Extração irregular de terra e cascalho na Fazenda Serra Dourada, no Município de Rio Claro.	259	PRM/Piracicaba (SP)
Extração mineral irregular na localidade de Monte Serrat, no Município de Brusque.	247	PRM/Itajaí (SC)
Extrações clandestinas de areia e saibro, no Município de Santo Amaro.	278	PR/BA
Falta de segurança e sinalização adequada nos arredores de pedreira desativada.	253	PRM/Novo Hamburgo (RJ)
Grande quantidade de poeira no trevo de cruzamento da Rodovia Gabriel Arns com a Rua Nereu Belolli, provocado pelo tráfego de caminhões que transportam carvão para as mineradoras Cooperminas e Carbonífera Criciúma S.ª, no Município de Forquilha.	261	PRM/Criciúma (SC)
Irregularidades na concessão de alvarás para exploração de brita por parte do DNPM, no Município de Anapólis.	253	PR/GO
Irregularidades na extração de areia e cascalho no leito do rio	260	PRM/Presidente

Paraná, no Município de Paulicéia.		Prudente (SP)
Irregularidades na extração do minério de berílio, ocasionando o embargo pelo Ibama/TO.	240	PR/TO
Irregularidades na permissão de lavra garimpeira por parte do DNPM.	252	PR/GO
Lavra de areia, sem autorização do órgão competente, às margens do rio Itapemirim, no Município do Cachoeiro do Itapemirim.	258	PR/ES
Lavra ilegal de areia, sem autorização do DNPM e a licença da Feema, realizada próxima ao Município de São José do Vale do Rio Preto.	263	PRM/Petrópolis (RJ)
Lavra irregular de areia e argila no Município de São José dos Pinhais.	264	PR/PR
Lavra irregular de areia no leito do rio Jacuí, sem autorização do DNPM e licença da Fepam, no Município de Rio Pardo/RS.	261	PRM/Santa Cruz do Sul (RS)
Lavra irregular de areia, sem autorização do DNPM e sem licença da FEEMA, em Petrópolis.	261	PRM/Petrópolis (RJ)
Lavra irregular de areia, sem autorização dos órgãos competentes, na estrada da Cachoeira, s/n, em São José do Vale do Rio Preto.	265	PRM/Petrópolis (RJ)
Lavra irregular de granito, na Fazenda Santa Clara, no Município de Itaobim.	263	PRM/Governador Valadares (MG)
Lavra irregular de granito, pela empresa JMZ Indústria de Pedras e Material de Construção Ltda.	276	PRM/Petrópolis (RJ)
Licença ambiental para exploração de recurso mineral em jazida localizada na região sudeste do Estado.	279	PR/TO
Licenciamento para exploração de calcário pela empresa Calcário Dianópolis Ltda, no Município de Novo Jardim.	252	PR/TO
Licenciamento para exploração de calcário pela empresa Costa Lira Ltda, no Município de Barra do Ouro.	252	PR/TO
Licenciamento para exploração de calcário pela empresa Mineração Rio Formoso, no Município de Formoso do Araguaia.	252	PR/TO
Licenciamento para exploração de calcário pela empresa Nativa Mineração Ltda., no Município de Natividade.	250	PR/TO
Manutenção de minas de extração de carvão, sem recolher a Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM), pela empresa Carbonífera Catarinense Ltda., desde o mês de maio de 2007.	257	PRM/Criciúma (SC)
Pesquisa mineral em jazida de ferro, sem a devida licença ambiental, localizada no Município de Tamarana.	246	PRM/Londrina (PR)
Possível dever de indenização ao proprietário de terreno em que teria sido autorizada, pelo DNPM, atividade de pesquisa mineral à empresa Areal dos Arcos de Queimados Ltda.	266	PRM/São João do Meriti (RJ)
Prática irregular de atividade garimpeira pelas empresas Mineração Amapari Ltda. e Mineração Santa maria Ltda., na localidade denominada Santa Maria do Vila Nova, no Município de Mazagão e Macapá.	239	PR/AP
Recuperação de área de extração de areia que fora abandonada, após exploração irregular.	264	PRM/São Pedro da Aldeia (RJ)
Retirada de areia e de pedra seixo do rio Tejupeba, localizado no Povoado de Tejupeba II, no Município de Itaporanga D'ajuda.	269	PR/SE
Retirada de areia, pela Prefeitura, no leito do rio Matinhos.	246	PR/PR
Retirada de pedra na costeira e construção de muro no entorno da Ilha Francisca, na Baía da Ilha Grande.	253	PRM/Angra dos Reis (RJ)
Solicita ao MP que recomende o poder público a incluir nos editais de licitação para compra de minério (areia, saibro, seixo, etc.), a prévia	263	PR/TO

apresentação das licenças e registros previstos em lei.

TAC firmado entre a Fatma e a Empresa Coque Catarinense Ltda. – Cocalit, com vistas à adequação legal das atividades de mineração.	232	PRM/Criciúma (SC)
Utilização irregular de Águas Termais e ausência de licença ambiental pelo Balneário “Paraíso das Águas”, no Município de Três Arroios.	277	PRM/Erechim (RS)
Utilização irregular de argila por olaria não licenciada, no Município de Cândido Mota.	272 (3)	PRM/Assis (SP)
Utilização irregular de argila por olaria não licenciada, no Município de Paraguaçu Paulista.	272	PRM/Assis (SP)
Utilização irregular de explosivos na operação da Pedreira Triângulo, no Município de Ibicaré.	271	PRM/Joaçaba (SC)
Verificação de irregularidades por empresas que exercem atividades minerárias na região da Subseção Judiciária de Assis.	245	PRM/Assis (SP)

4.1.1.13 Resíduos Sólidos..... 51

Assunto	Ata nº	Origem
Acompanhamento de perícia no projeto de biorremediação aplicado em determinadas células de lixo do aterro sanitário celular da BR-040, no Município de Belo Horizonte.	269	PR/MG
Acompanhamento do relatório da Cetesb acerca da qualidade dos aterros e lixões nas regiões da Baixada Santista.	248	PR/SP
Acompanhamento do TAC relativo à implantação de aterro sanitário para a deposição de resíduos sólidos, domésticos, industriais e hospitalares na localidade denominada Santa Libra, no Município de Forniçilha.	270	PRM/Criciúma (SC)
Ausência de boca de lobo na rua Oiticica Lins, n. 754, bairro Areias, ocasionando acúmulo de águas.	265	PR/PE
Ausência de interesse do Município em implantar o sistema de tratamento de esgoto Flot Flux.	268	PRM/Joinville (SC)
Condições precárias das instalações sanitárias dos moradores do Conjunto Solidariedade, no Município de Parnaíba.	233	PR/PI
Construção de aterro pela Companhia Brasileira de Alumínio, em Cerro Azul, destinado a receber resíduos de mineração.	257	PR/PR
Construção de uma ETE às margens do rio Jaboatão, no Município de Cabo de Santo Agostinho.	277	PR/PE
Construção irregular de uma fossa sumidouro em praça pública, no Município de Parnaíba.	244	PR/PI
Contaminação da represa de Furnas decorrente do lançamento <i>in natura</i> de esgoto do Município de Carmo do Rio Claro.	238	PRM/Passos (MG)
Cumprimento do decreto que instituiu a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis.	252	PRM/Presidente Prudente (SP)
Cumprimento do decreto que instituiu a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis.	260	PRM/Franca
Depósito clandestino de lixo, ocasionando a atração de aves nas proximidades da cabeceira da pista do Aeroporto Salgado Filho.	260	PR/RS
Depósito de lixo urbano, em área contígua ao aeroporto local, favorecendo concentração de pássaros em área de segurança aeroportuária, no Município de São José dos Campos.	260	PRM/São José dos Campos (SP)

Depósito irregular de resíduos sólidos, no Município de Barra do Piraí.	253	PR/RJ
Derramamento de esgoto <i>in natura</i> no Oceano Atlântico, pelo Condomínio Porto Bracuhy e a Imobiliária Santa Rita, situados no Município de Angra dos Reis.	236	PR/RJ
Derramamento de resíduos sólidos e chorume, bem como irregularidades na prestação de serviços de coleta de lixo, no Município de Barras.	232	PR/PI
Descarte irregular de resíduos de fixadores e reveladores utilizados na revelação de filmes gráficos e radiográficos.	264	PRM/Erechim (RS)
Despejo de resíduos de esgoto sanitário em área de recuperação ambiental na localidade de Vila da Glória, no Município de São Francisco do Sul.	240	PRM/Joinville (SC)
Destinação inadequada de resíduos sólidos pelo Município de Joinville.	260	PRM/Joinville (SC)
Destinação inadequada de resíduos sólidos pelo Município de Sapucaia.	233	PR/RJ
Disposição inadequada de lixo e resquícios de queimada em área localizada em frente ao Clube da Assefaz.	237	PR/DF
Encerramento do depósito de lixo "Lixão da Pedreira" e regularidade da destinação de resíduos sólidos urbanos residenciais, industriais e dos serviços de saúde, no Município de Campos Novos.	237	PRM/Joaçaba (SC)
Escoamento do esgoto em área de mangue e lixo jogado diretamente na rua, no Bairro Edson Queiróz, em Fortaleza.	264	PR/CE
Falta de saneamento básico, aterro, nos lixões das cidades de Bertiooga, Ubatuba, São Sebastião, Caraguatatuba e Ilhabela, afetando, por conseguinte, o litoral norte paulista.	263	PRM/São José dos Campos (SP)
Fiscalização e controle dos órgãos públicos competentes quanto à comercialização de produto biológico para fins de tratamento de efluentes domésticos e industriais.	268	PRM/Arararaquara (SP)
Implantação de uma Estação de Tratamento de Esgoto (ETE), pela Sabesp, causando danos ao rio Paranapanema e à qualidade do ar, no Município de Piraju.	233	PRM/Ourinho (SP)
Implantação do Sistema de Esgoto no Município de Campos de Jordão	236	PRM/Taubaté (SP)
Implantação irregular de um aterro sanitário no Município de Itapevi.	236	PR/SP
Implementação da Coleta Seletiva Solidária pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal com sede em Mato Grosso do Sul.	247	PR/MS
Implementação de coleta seletiva de resíduos sólidos no recinto daquela Procuradoria.	277	PRM/Santa Maria (RS)
Impugnação ao edital da FNMA referente ao "Fomento a Projetos de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos Urbanos", por não apresentar o EIA.	235	PRM/Campinas (SP)
Instalação de aterro sanitário, unidade de brintagem de resíduos da construção civil, unidade de armazenamento temporário, unidade de tratamento de resíduos hospitalares, no município de Itaboraí.	275	PRM/São Gonçalo (RJ)
Irregularidade na destinação final e na forma de tratamento do esgoto sanitário oriundo da embarcação Príncipe de Joinville III.	242	PRM/Joinville (SC)
Irregularidades com lixões no Municípios de Parnaíba.	235	PR/PI
Irregularidades na coleta de lixo hospitalar e domiciliar, no Município de Parnaíba.	249	PR/PI
Irregularidades na coleta e separação dos resíduos sólidos, lixo hospitalar, no Hospital Universitário Onofre Lopes (HUOL), em Natal.	239	PR/RN

Irregularidades na destinação de resíduos domésticos e hospitalares no Posto de Saúde do Acampamento Indígena de Candóia, no Município de Faxinalzinho.	275	PRM/Erechim (RS)
Irregularidades no depósito de resíduos sólidos no Município de Rio das Flores.	237	PR/RJ
Irregularidades no depósito de resíduos sólidos no rio São Miguel, no Município de Santo Antônio do Caiuá, bem como na destinação dos resíduos domésticos e industriais no município.	238	PRM/Paranavaí (PR)
Irregularidades no funcionamento de depósito de lixo a céu aberto, sob responsabilidade do Município de Arraial do Cabo, na praia Grande.	263	PRM/São Pedro da Aldeia (RJ)
Licenciamento ambiental das empresas que operam com sistemas de incineração de resíduos sólidos provenientes de serviço de saúde.	238	PRM/Uruguaiana (RS)
Lixão a céu aberto instalado no Distrito de Conservatória, no Município de Valença.	263	PR/RJ
Manutenção de lixão, sem o devido aterro sanitário, no Município de Uruguaiana.	261	PRM/Uruguaiana (RS)
Rede de tratamento de esgoto no Município de Rio do Sul e verificação se os dejetos seriam lançados diretamente no rio Itajaí Açú e seus afluentes.	265	PRM/Rio do Sul (SC)
Regularidade do processo de licenciamento ambiental do sistema de saneamento na região abrangida pelas áreas denominadas Águas Claras, Vicente Pires, Arniqueira, Vereda Grande, Vereda da Cruz, no Município de Brasília.	266	PR/DF
Renovação da licença de operação, pela Fatma, para empresa na atividade de tratamento de efluentes.	236	PRM/Joinville (SC)
Tratamento irregular de resíduos sólidos no Município de Estrela do Indaiá.	252	PRM/Divinópolis (MG)
Utilização de um matagal existente na rua Cuba como depósito de lixo e esconderijo de meliantes, em Quitandinha, no Município de Petrópolis.	269	PRM/Petrópolis (RJ)
Utilização irregular do lodo resultante do tratamento de esgoto na recuperação de áreas degradadas e na agricultura.	254	PR/DF
Verificação do cumprimento, no âmbito da PRM/São José do Rio Preto, das normas do Decreto que institui a separação dos resíduos descartados pelos órgãos públicos e entidades da administração pública federal direta e indireta, bem como a destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis.	239	PRM/São José do Rio Preto (SP)

4.1.1.14 Unidades de Conservação e Áreas Protegidas 150

Assunto	Ata nº	Origem
Abandono de lixo e detritos às margens da rodovia Rio-Teresópolis, causando danos ambientais ao Parna da Serra dos Órgãos.	275	PRM/São Gonçalo (RJ)
Abertura de estrada no entorno do Parna Itatiaia e na APA da Serra da Mantiqueira, sem a devida autorização, no Município de Bocaina de Minas.	233	PRM/Varginha (MG)
Acompanhamento do Projeto de Lei Complementar nº 35/03, que cria a APA IV.	244	PRM/São José dos Campos (SP)
Acompanhar a transferência de atribuições nas autorizações de planos de manejo do Ibama para a Sema.	253	PR/PA
Adequação do Conselho Gestor da APA Petrópolis à Portaria Ibama nº 27/2005 que altera a sua natureza e acompanhamento da elaboração	238	PRM/Petrópolis (RJ)

do Plano de Manejo da referida unidades de conservação.

Administração do Parque Natural Municipal das Nascentes do Garcia, criado por Lei Municipal de 1998, que atualmente encontra-se integralmente inserido no Parna da Serra do Itajaí, criado por Decreto Presidencial em 2004.	250	PRM/Blumenau (SC)
Alteração do perímetro da APA Mina do trevo, devido a nova Lei Municipal nº 1.138/96, reduzindo o limite destinado à proteção de mananciais d'água no Município de Siderópolis.	236	PRM/Criciúma (SC)
Animais domésticos soltos em área regularizada do Parna da Serra da Canastra.	248	PRM/Passos (MG)
Atividade de empresa do ramo de moagem e empacotamento de cereais, em Céu Azul, na zona de amortecimento do Parna do Iguaçu, sem Licença de Operação.	238	PRM/Foz do Iguaçu (PR)
Atividade de mergulho com golfinhos rotadores em desacordo com o Plano de Manejo do Parnamar, em Fernando de Noronha.	263 265	PR/PE
Atraso na transformação da Fazenda Paraíso das Abelhas em Reserva Particular do Patrimônio Nacional, no Município de Sapucaia.	277	PRM/Petrópolis (RJ)
Audiência Pública para viabilizar a criação do Parna da Serra Grande, na cidade de Guaraciaba.	255	PR/CE
Averbação de reserva legal, em certidão de registro público de imóvel pertencente a Universidade Federal de Alfenas.	279	PRM/Varginha (MG)
Cobrança indevida de serviços, pela Cooptur, pela entrada denominada "Portão de Neblina", no Parna de Ubajara.	244	PRM/Sobral (CE)
Colocação de madeiras de eucalipto e dormentes usados de ferrovias para a proteção da trilha que liga a praia Mole à praia de Galheta, para conservação do Parque da Galheta, em Forianópolis.	241	PR/SC
Concessão de Licença Ambiental à empresa siderúrgica Barra Sul Metais, autorizando a realizar as atividades de coleta, transporte e comercialização de resíduos classe IIA e IIB, como sucata metálica ou não, plástico, vidro e papel, considerando tratar-se de empresa que encontrava-se possivelmente localizada no entorno da Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE).	273	PRM/Volta Redonda (RJ)
Concessão de licenciamentos ambientais na APA do Rio Descoberto sem a participação ou conhecimento do Ibama.	271	PR/DF
Construção de aterro e desvio do curso do rio no imóvel situado na rua Mosela, 2132, em Petrópolis/RJ, dentro dos limites da APA/Petrópolis. TAC.	261	PRM/Petrópolis (RJ)
Construção de caixa de captação de água na APA da Serra da Mantiqueira, no Município de Wenceslau Braz.	256	PRM/Pouso Alegre (MG)
Construção de casa de veraneio e cais, na Ilha de Imboassica, pertencente à Esec de Tamoios, em Angra dos Reis.	275	PRM/Angra dos Reis (RJ)
Construção de casas na Ladeira Ary Barroso, no bairro do Leme, área inserida na APA dos Morros da Babilônia e São João.	264	PR/RJ
Construção de platô, sem autorização do órgão ambiental competente, no interior da APA de Petrópolis.	246	PR/RJ
Construção de ponte de pedestre ligando a praia do Mata-Fome à praia do Garrote, sem a devida autorização, na Resex de Soure, na Ilha do Marajó.	258	PR/PA
Construção de quatro galpões e uma central de compostagem, na Zona de Proteção Ambiental (ZPA – 4), em Natal.	274	PR/RN
Construção de um imóvel residencial no interior do Parna do Itatiaia,	263	PRM/Resende (RJ)

sem autorização do órgão ambiental competente.

Construção do Porto de Itambi no interior da APA de Guapimirim, sem autorização dos órgãos ambientais.	278	PRM/São Gonçalo (RJ)
Construção e reforma de edificação na Parna Serra da Bocaina, no Sítio Paz do Senhor, no Município de Paraty.	255	PRM/Angra dos Reis (RJ)
Construção irregular da adutora do sistema Vargem Grande, em área de preservação ambiental, no bairro de Mosela, em Petrópolis.	267	PRM/Petrópolis (RJ)
Construção irregular de uma casa no Parna da Serra da Bocaina.	236	PRM/Angra dos Reis (RJ)
Construção irregular em área de preservação ambiental, no condomínio Sítio Bom, situado na rodovia Rio-Santos, no Município de Mangaratiba/RJ.	268	PR/RJ
Construção irregular na APA de Petrópolis do novo terminal rodoviário, no Município de Petrópolis.	244	PRM/Petrópolis (RJ)
Construção irregular na Ilha Tucum de Dentro, em Angra dos Reis, integrante da Esec de Tamoios.	268	PRM/Angra dos Reis (RJ)
Construção irregular na localidade denominada Ponte de Cimento, nos limites do Parna Serra da Bocaina, no Município de Paraty.	255	PRM/Angra dos Reis (RJ)
Construção irregular, com risco de deslizamento, no interior da APA Petrópolis.	238	PRM/Petrópolis (RJ)
Construções em local com zoneamento monitorado, à rua Correa Lima, bairro Valparaíso, na APA Petrópolis.	278	PRM/Petrópolis (RJ)
Construção de residências, sem o devido licenciamento ambiental, na APA dos Tamoios.	251	PRM/Angra dos Reis (RJ)
Corte de árvores e construção de empreendimento imobiliário nas proximidades do Parque Municipal Burle Marx, em São Paulo.	239	PR/SP
Corte de árvores exóticas, em área de uso público, no Parna de Brasília.	257	PR/DF
Corte de árvores nativas, em área inserida na APA da Serra da Mantiqueira, no Município de Bocaina de Minas.	234	PR/MG
Corte não autorizado de moirões (lascas) de madeira, na Fazenda Aleluia, no entorno do Parna do Itatiaia.	261	PRM/Resende (RJ)
Corte seletivo de 10 árvores de candeia nativa de grande porte, em propriedade particular, no interior da APA da Serra da Mantiqueira, no Município de Aiuruoca.	279	PR/MG
Criação da Reserva da Fauna da Baía da Babitonga, situada no Município de São Francisco do Sul.	237	PR/SC
Criação da Unidade de Conservação Federal de Xingó.	269	PR/SE
Criação de unidade de conservação em área pertencente à EBCT e ao Ministério do Exército, situada na zona urbana de Fortaleza.	275	PR/CE
Cumprimento da legislação ambiental, pelos órgãos públicos responsáveis, quanto ao Parna Serra do Itajaí.	261	PRM/Blumenau (SC)
Degradação em área destinada à RPPN, localizada nas proximidades do Parque de Goiapaba – Açú, no Município de Fundão.	234	PR/ES
Demarcação da Flona Tapajós, que supostamente passaria a abranger a área onde estão localizadas as comunidades situadas no Município de Belterra.	265	PRM/Santarém (PA)
Demolição de ponte de madeira sobre o antigo Córrego dos Currais, hoje denominado Rio D'água Quente, na localidade de São José da Serra, na APA Morro da Pedreira, no Município de Jaboticatubas, e	235	PR/MG

sua substituição por ponte de alvenaria pela Prefeitura Municipal local, sem autorização dos órgãos ambientais competentes. TAC.

Depósito de entulho e aterro sanitário clandestinos, instalação irregular de um barracão de separação de lixo e ocupação de instalações da Casan por particulares, na rua Pontal de Jurerê, entorno da Esec Carijós.	245	PR/SC
Depósito de lixo, a céu aberto, dentro da APA de Cairuçu.	264	PRM/Angra dos Reis (RJ)
Derrubada de árvores e a realização constante de podas nas remanescentes, sem prévia autorização legal, ocorridos na Ilha de Fernando de Noronha.	263	PR/PE
Derrubada de diversas espécies de árvores nativas para construção do Centro de Visitantes do Parna do Iguaçu.	278	PRM/Foz do Iguaçu (PR)
Derrubada de imóvel localizado no loteamento denominado Setor Maranata Capãozinho, no interior da Flona de Brasília.	245	PR/DF
Desbarrancamento da saia de aterro à margem esquerda da estrada do Parna do Itatiaia, em razão das fortes chuvas ocorridas em janeiro de 2005.	263	PRM/Resende (RJ)
Desmatamento de área pertencente ao Parna da Serra da Mantiqueira, no Município de Paraty.	275	PRM/Angra dos Reis (RJ)
Desmatamento de Mata Atlântica, em área integrante da RPPN da Peninha, em Cachoeira.	242	PR/BA
Desmatamento de vegetação nativa e queimada na estrada do Sumidoro, no entorno da APA Petrópolis, no Município de Itaipava. TAC.	239	PRM/Petrópolis (RJ)
Desmatamento e construção, sem a devida autorização ambiental, na Rebio do Tingá.	278	PRM/São João do Meriti (RJ)
Desmatamento em área localizada no entorno do Parna da Serra dos Órgãos, próximo ao Município de Teresópolis.	274	PR/RJ
Desmatamento na APA do Morro da Pedreira, sem a devida autorização.	234	PR/MG
Desmatamento na APA Serra de Aratanha, na sua porção Morro da Munguba.	263	PR/CE
Desmatamento na Fazenda Calembe, parte dela inserida na Rebio das Araras.	259	PRM/Petrópolis (RJ)
Desmatamento na região da Costa da Lagoa, área do Parque Florestal do Rio Vermelho, em Florianópolis.	260	PR/SC
Desmatamento no Sítio Toca da malta, no interior da Parna Serra da Bocaina, no Município de Paraty.	255	PRM/Angra dos Reis (RJ)
Desmatamento no vale do rio Mutuca, em área remanescente de Mata Atlântica abrangida na APA Sul.	234	PR/MG
Desmatamento ocorrido em área próxima a entrada do Castelo Country Club, bairro Quitandinha, no interior da APA Petrópolis.	265	PRM/Petrópolis (RJ)
Desmatamento ocorrido em área próxima ao Parna Serra dos Órgãos.	274	PRM/São Gonçalo (RJ)
Desmatamento perpetrado pela empresa Habitasul, na região de Jurerê, próximo a Esec Carijós.	276	PR/SC
Desmatamento, corte de árvores e obras irregulares na APA de Petrópolis.	278	PRM/Petrópolis (RJ)
Desmatamento, queimada e construção irregular, localizado na Estiva Preta, nos limites do Parna da Serra da Bocaina, sem autorização	255	PRM/Angra dos Reis (RJ)

competente, no Município de Paraty.

Desmatamento, sem a devida licença, na localidade denominada Pontal do Atalaia, em área limítrofe à Resexmar de Araial do Cabo.	253	PRM/São Pedro da Aldeia (RJ)
Dragagem do Canal Macaé-Campos, no entorno do Parna da Restinga de Jurubatiba.	259	PRM/Macaé (RJ)
Entrada de particular na Área de Reserva Extrativista (Resex), sem autorização do órgão ambiental competente.	263	PRM/São Pedro da Aldeia (RJ)
Evento esportivo "Ecomotion/Pro", que utilizará como percurso trilhas localizadas em área pertencente aos Parnas Aparados da Serra e Serra Geral.	235	PRM/Caxias do Sul (RS)
Evento musical realizado no Parque Ana Dantas, localizado na Zona de Amortecimento da Rebio Tinguá.	261	PRM/São João de Meritim (RJ)
Execução de obras de conclusão da estrada Paraty/Cunha, sem a devidas licenças dos órgãos competentes, no Parna da Serra da Bocaina.	236	PRM/Angra dos Reis (RJ)
Existência de plano de manejo florestal sustentável incidente na Resex Terra Grande, no Município de Curralinho.	246	PR/PA
Exploração irregular mineral de "pedra da Lagoa Santa", na APA Carste Lagoa Santa, sem a devida licença ambiental.	254	PR/MG
Extração de espécies exóticas, de eucaliptos, do Parna de Ilha Grande.	278	PRM/Umuarama (PR)
Extração irregular de saibro na zona de amortecimento da Rebio do Tinguá.	253	PRM/São João de Meriti (RJ)
Falta de pessoal para realizar a fiscalização adequada da APA de Guapimirim.	234	PRM/São Gonçalo (RJ)
Fiscalizar as atividades de incorporação de áreas desapropriadas à Rebio do Jaru.	274	PR/RO
Fundação da plataforma "Ocean Yorktown" no entorno da Resexmar de Arraial do Cabo, sem a devida autorização, em cabo Frio.	272	PRM/São Pedro da Aldeia (RJ)
Implantação do plano de manejo do Parna do Superagüi.	244	PRM/Paranaguá (PR)
Implantação irregular do empreendimento "La Isla", no Saco do Fundo de Fora, na Ilha Comprida, na área de amortecimento da Esec de Tamoios.	237	PRM/Angra dos Reis (RJ)
Implementação de linha de transmissão pela empresa Transmissora Sudeste-Nordeste (TSN), no Parna da Chapada dos Veadeiros (PNCV), sem plano de manejo.	235	PR/GO
Implementação de loteamento clandestino no interior da APA Petrópolis, onde haveria ocorrido deslizamento de terra, causando graves prejuízos.	278	PRM/Petrópolis (RJ)
Incêndio na mata nativa da Flona do Araripe-Apodi.	274	PRM/Juazeiro do Norte (CE)
Incêndio que atingiu Rebio União, localizada nos Municípios de Rio das Ostras, Casimiro de Abreu e Macaé.	257	PRM/Macaé (RJ)
Inserção irregular de gado bovino em área de Unidade de Conservação Federal de Uso Sustentável, na localidade do Rio Aquiqui, no Município de Porto de Moz.	271	PRM/Altamira (PA)
Instalação de empreendimento na zona de amortecimento da Flona de Ipanema, no Município de Iperó.	234	PRM/Sorocaba (SP)
Instalação irregular de área de camping na APA Morro da Pedreira, na	266	PR/MG

Comunidade do Açude, no Município de Jaboticatubas.

Introdução ilegal de gado bovino e plantação de capim na RPPN Stoessel de Britto, no Município de Jucurutu.	276	PRM/Caicó (RN)
Invasão imobiliária na APA de Massambaba, no Município de Arraial do Cabo, principalmente nas regiões de Monte Alto, Praia Seca e Figueira.	276	PRM/São Pedro da Aldeia (RJ)
Invasão pelo MST do Núcleo Rural Alexandre de Gusmão, no interior da APA da Bacia do Rio Descoberto.	237	PR/DF
Invasões em terreno localizado em zona rural no interior de RPPN, no Município de Manaus.	275	PR/AM
Irregularidade nos procedimentos adotados pelo Ibama, quando à averbação de reserva legal.	262	PRM/Presidente Prudente (SP)
Irregularidades em construção no Parna da Serra da Bocaina, sem o devido licenciamento ambiental.	232	PRM/Angra dos Reis (RJ)
Irregularidades na construção de eco-resorts na APA de Marapendi.	241	PR/RJ
Irregularidades na damarcação da reserva legal do Projeto de Assentamento Alcobrás.	278	PR/AC
Irregularidades na execução de melhorias na BR 116 e construção de terceira faixa em trecho que corta o Parna da Serra dos Órgãos, sem a necessária regularização do licenciamento de todo o trecho concedido. TAC.	266	PRM/São Gonçalo (RJ)
Irregularidades no licenciamento das obras de construção de estrada e de três pontes, localizadas na APA Rio de Janeiro, no Município de Luís Eduardo Magalhães.	278	PRM/Barreiras (BA)
Irregularidades no processo de criação da Estação Ecológica da Mata Preta, no Município de Abelardo Luz.	234	PRM/Chapecó (SC)
Irregularidades no processo de criação de unidades de conservação no Estado do Paraná.	261	PRM/Guarapuava (PR)
Irregularidades por parte de servidores do Ibama/RO, que estariam ameaçando famílias a deixarem as terras onde moram, localizadas na divisa com a Rebio Jaru.	277	PR/RO
Leilão de madeira desvitalizada no interior da Rebio do Guaporé.	244	PR/RO
Licenciamento ambiental da Feira Popular da Rodoferroviária de Brasília, em área próxima ao Parna de Brasília.	256	PR/DF
Licenciamento ambiental da Vila Olímpica na Vila São José, na Região Administrativa de Brazlândia, no interior da APA da bacia do rio Descoberto.	240	PR/DF
Loteamentos irregulares na RPPN Vale Encantado Chachoeira dos Cristais, na Fazenda Terra dos Anões, localizada no Município de Alto Paraíso.	275	PR/DF
Manter sob guarda animais silvestres, um Tucanuçu e um pássaro preto, sem autorização do órgão ambiental competente.	235	PR/RJ
Manutenção e proteção de 20 (vinte) guaritas no Parna Serra da Capivara.	258	PR/PI
Morosidade por parte do Ibama na criação de Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs).	245	PR/RS
Movimentação de terras e construção na estrada Abel Ribeiro, nº 300, em Araras, nos limites da APA Petrópolis.	242	PRM/Petrópolis (RJ)
Movimentação de terras e construção na estrada União e Indústria, em Itaipava, na APA Petrópolis.	242	PRM/Petrópolis (RJ)
Nulidade da Portaria Conjunta do MMA, do Ibama do ICMBio nº 205,	261	PR/DF

de 17/07/08, que reestruturou a Câmara Federal de Compensação Ambiental (CFCA).		
Obras edificadas dentro da Estação Ecológica Juréia-Itatins, no Município de Iguapé.	244	PRM/Santos (SP)
Obras irregulares no interior da Estação Ecológica de Tamoios.	253	PRM/Angra dos Reis (RJ)
Ocorrência de improbidade administrativa e graves lesões ao erário da Flona Mário Xavier.	276	PR/RJ
Ocupação indevida de área da União, localizada na praia do Mito, em Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS), no Município de Guamaré.	273	PR/RN
Ocupação irregular da área de reserva legal no Projeto de Assentamento Timboré.	275	PRM/Araçatuba (SP)
Ocupação irregular de área situada na encosta da Floresta da Tijuca, atrás do Morro do Borel.	266	PR/RJ
Possível invasão da Resex Auati-Paraná por indígenas, no Município de Fonte Boa em Tabatinga.	245	PR/AM
Programa Fomento Florestal da Aracruz Celulose com plantações de eucaliptos, atingindo zona de amortecimento do Parna do Caparaó.	260	PR/ES
Projeto de instalação de hospedaria domiciliar em Fernando de Noronha.	249	PR/PE
Projeto de Loteamento industrial Cabiúnas, a ser implantado no entorno do Parna da Restinga de Jurubatiba.	259	PRM/Macaé (RJ)
Projeto de reforma dos Decretos Estaduais nºs 26.881/87 e 30.817/89, que declararam e regulamentam, respectivamente, a APA da região de Ilha Comprida.	245	PRM/Santos (SP)
Prolongamento irregular de aterro sanitário em área de unidade de conservação federal.	277	PRM/Presidente Prudente (SP)
Queima de madeira para produção de carvão, no interior do Parque Ecológico do rio Cocó, em Fortaleza.	245	PR/CE
Queimada na ZEPA Mata do Barro.	254	PR/PE
Realização de evento festivo dentro dos limites do Parna de Jericoacoara. TAC.	238	PRM/Sobral (CE)
Regularidade da arrecadação dos valores obtidos pelo Parque Nacional Chapada dos Veadeiros (PNCV) pela cobrança de ingresso dos visitantes em sua área.	261	PR/DF
Regularidade da Portaria nº 206, de 17/07/08 do MMA, que regulamenta o licenciamento ambiental municipal de atividades ou empreendimentos localizados em área urbana consolidada, situada em APAs.	266	PR/DF
Regularização de áreas desapropriadas para a criação do Parna da Serra do Itajaí.	265	PRM/Blumenau (SC)
Regularização fundiária do Parna da Serra da Bodoquena, abrangendo os Municípios de Bonito e Porto Murtinho.	260	PR/MS
Regularização fundiária do Parna Lagoa do Peixe e implementação do Plano de Manejo.	265	PR/RS
Remoção de vegetação, sem licença ambiental, no imóvel situado na rua Uruguai, Quitandinha, na APA Petrópolis.	240	PR/RJ
Repasse de recursos financeiros para a Universidade Federal do Amazonas, referente ao Projeto de Implementação da Cadeia de Recuperação de Áreas Alteradas no Amazonas (CCA), no âmbito do Projeto Corredores Ecológicos.	256	PR/AM

Situação de todas as Unidades de Conservação Federal no Estado de Santa Catarina.	261	PR/SC
Sobreposição de lotes provenientes da reforma agrária, dentre eles adquiridos em 1997, seguido de desmatamento de área de reserva legal.	271	PR/TO
Supostos riscos quanto à segurança para os usuários do bondinho no Parna de Ubajara.	272	PR/CE
Supressão de área de reserva legal no imóvel denominado "Fazenda Toledo", no Município de Divinópolis.	264	PR/TO
Supressão de árvores, arbustos e demais formas de vegetação, em área de Mata Atlântica, Parna Serra da Bocaina, no Município de Paraty.	263	PRM/Angra dos Reis (RJ)
Supressão irregular de vegetação no interior da APA Petrópolis.	253	PRM/Petrópolis (RJ)
Suspeita da ocorrência de práticas possivelmente ilícitas perpetradas por ONGs ligadas ao MMA, pela ocorrência de criação desenfreada e sem critério de várias Unidades de Conservação.	235	PR/SC
Termo de declaração referente ao pedido de autorização para a retirada de arame, cerca, madeira e telhas, deixados pelos ex-proprietários da Fazenda Rio Bonito, transformada reserva ambiental.	267	PRM/Altamira (PA)
Terraplanagem consistente em reforma de uma estrada e um platô, com consequente queima de vegetação, no entorno do Parna do Itatiaia, na APA da Serra da Mantiqueira. TAC.	238	PR/RJ
Umprimento de decisão judicial que determinou a desocupação no interior da Flona de Brasília.	259	PR/DF
Utilização privada de terrenos do Instituto Nacional de Surdos (Ines) e destruição da APA São José, em área da instituição.	249	PR/RJ
Veículo estacionado em área não permitida em Unidade de Conservação Integral, localizada no Parna de Jericoacoara.	248	PR/CE

4.1.1.14 58

Assunto	Ata nº	Origem
Alteração de local especialmente protegido em lei e construção em solo não edificável por parte do Condomínio Praia da Ferradurinha, na Praia da Ferradurinha, no Município de Armação dos Búzios.	265	PRM/São Pedro da Aldeia (RJ)
Ampliação e reforma de <i>deck</i> , sem autorização dos órgão competentes, na BR Rio – Santos, no local denominado Porto Frade, no Município de Angra dos Reis.	254	PR/RJ
Construção de barraca de madeira, para uso comercial, na praia de Cacimbinha, no Município de Tibau do Sul.	264	PR/RN
Construção de barraca de praia (<i>crocobeach</i>) em solo não edificável, na praia do futuro, em Fortaleza.	273	PR/CE
Construção de cais e quiosques em área de praia e costão rochoso, e despejo de esgoto doméstico na praia pelos proprietários da pousada Maria Bonita.	246	PRM/Angra dos Reis (RJ)
Construção de cais por particular, sem prévia autorização, em Paraty.	253	PRM/Angra dos Reis (RJ)
Construção de empreendimento sobre costão rochoso, situado na rua Projetada n. 487 e 5.011, no Município de Angra dos Reis.	253	PRM/Angra dos Reis (RJ)
Construção de heliponto sobre espelho d'água em frente ao Condomínio Portugal.	253	PRM/Angra dos Reis (RJ)
Construção de pousada no Morro do Farol, localizado na praia do Cal, no Município de Torres.	238	PR/RS

Construção de rampas de concreto em imóveis situados na praia de Geribá, no Município Armação de Búzios.	262	PRM/São Pedro da Aldeia (RJ)
Construção de residência na Baía da Ribeira, gerando acrescidos artificiais de marinha.	259	PRM/Angra dos Reis (RJ)
Construção de uma avenida na orla marítima com suposta incidência em área da União.	255	PRM/Ilhéus (BA)
Construção do Fórum do Tribunal de Justiça no Parque Poeta Manuel Bandeira na Ilha do Governador.	237	PR/RJ
Construção irregular de barraca na praia do Cumbuco, no Município de Caucaia.	236	PR/CE
Construção irregular de empreendimento na Ponta do Amaral, na ilha da Gipóia, sem as devidas licenças ambientais dos órgãos competentes, na Zona de Conservação da Vida Silvestre na APA dos Tamoios.	240	PRM/Angra dos Reis (RJ)
Construção irregular de marina na orla do balneário de Jurerê, em Florianópolis.	242	PR/SC
Construção irregular de quiosques na praia Alegre, no Município de Penha.	259	PRM/Itajaí (SC)
Construção irregular de quiosques na praia de Suarão.	248	PRM/Santos (SP)
Construção irregular de uma casa no Costão do Gravatá, no Município de Penha.	268	PRM/Itajaí e Brusque (SC)
Construção irregular de uma residência na praia da Lagoinha do Norte.	236	PR/SC
Construção irregular na confluência da Av. Beira Mar com a Rua Manoel Jacaré, em Fortaleza.	275	PR/CE
Construção irregular na Ponta do Calafete, na Praia Grande, em Angra dos Reis.	268	PRM/Angra dos Reis (RJ)
Construção irregular na praia do Juquehy em São Sebastião.	248	PRM/São José dos Campos (SP)
Construção irregular na praia Morro da Concha, localizada na Barra do Jucu, no Município de Vila Velha.	265	PR/ES
Construção irregular, sem a prévia autorização do órgão competente, na Enseada de Paraty-Mirim, no município de Paraty.	256	PRM/Angra dos Reis (RJ)
Construção não autorizada de <i>pier</i> marítimo sobre costão rochoso e espelho d'água.	263	PRM/Angra dos Reis (RJ)
Construções irregulares de decks e píeres no Condomínio "Village Ponta do Sapê", situado na Estrada do Contorno, e a obstrução do acesso à praia existente no local, no interior da APA de Tamoios, em Angra dos Reis.	260	PRM/Angra dos Reis (RJ)
Construções irregulares de quiosques na orla do Município de Penha, sem autorização da GRPU ou licença do órgão ambiental competente.	265	PRM/Itajaí (SC)
Construções irregulares na localidade denominada Ponta do Silva, em Ilha Grande, no Município de Angra dos Reis.	263	PRM/Angra dos Reis (RJ)
Cultivo de algas marinhas pela empresa denominada "Sete Ondas Biomar", na Ilha da Marambaia, no Município de Mangaratiba.	274	PRM/Angra dos Reis (RJ)
Desmatamento e construção irregular na praia da Concha, no Município de Itacaré.	271	PRM/Ilhéus (BA)
Exploração comercial da orla marítima do Município de Bertioga.	263	PRM/Santos (SP)
Funcionamento de barraca na praia da colônia de férias do Pecém, sem a devida licença ou autorização do órgão ambiental competente.	278	PR/CE
Implantação do Projeto de Gestão Integrada da Orla Marítima, no Município de Mata de São João.	239	PR/BA

Implantação do Terminal Pesqueiro Público do Rio de Janeiro, no bairro da Ribeira, na Ilha do Governador.	238	PR/RJ
Instalação irregular de quiosques na praia Brava, no Município de Armação de Búzios.	242	PR/RJ
Irregularidade sobre atos de ocupação ou de vandalismo em faixa de praia em Florianópolis.	268	PR/SC
Irregularidades na atividade de maricultura na região de Sambaqui, em Florianópolis.	240	PR/SC
Irregularidades na colocação de bóias e falta de fiscalização na atracação de embarcações no canal Bertiooga.	258	PR/SP
Irregularidades na construção de ciclovia na orla de Santos, na exploração da plataforma do Emissário Submarino de Santos pela iniciativa privada e na cobertura dos canais.	269	PRM/Santos (SP)
Irregularidades na construção do Centro de Monitoramento de Segurança, na praia do Forte, em Cabo Frio.	248	PRM/São Pedro da Aldeia (RJ)
Irregularidades na realização de obras de urbanização da "Terceira Praia" em Morro de São Paulo.	269	PRM/Ilhéus (BA)
Irregularidades na utilização do cais na Vila do Abraão, em Ilha Grande.	271	PRM/Angra dos Reis (RJ)
Irregularidades no licenciamento do Projeto de Reurbanização da Orla de Camburi, em Vitória.	245	PR/ES
Irregularidades nos quiosques situados na praia de Jurujuba.	245	PR/RJ
Macro-dragagem da Baía de Sepetiba, sem o devido EIA/Rima.	273	PR/RJ
Obra de ampliação de pousada em beira mar, no Município de Penha.	237	PRM/Itajaí (SC)
Ocupação irregular de quiosques na praia de Meaípe, no Município de Guarapari.	268	PR/ES
Ocupação irregular pela construção do quiosque denominado Pinheiro, na Avenida Milton Leite da Costa, nº 826, na praia de Canasvieiras.	277	PR/SC
Ocupações irregulares na praia Rasa, no Município de Armação dos Búzios.	269	PRM/São Pedro da Aldeia (RJ)
Ocupações irregulares de diversos estabelecimentos comerciais em área de marinha localizada na praia de Tabatinga, no Município de Caraguatatuba.	279	PRM/São José dos Campos (SP)
Pedido de rejeição do Projeto de Lei Municipal nº 067/2006, que pretende permitir comércio ambulante na orla da praia no Município de Bertiooga.	264	PRM/Santos (SP)
Projeto de Desenvolvimento de Comunidades Costeiras para exploração do cultivo de algas.	265	PR/CE
Projeto de Reurbanização da Orla de Piratininga.	237	PRM/Niterói (RJ)
Projeto de revitalização urbana da orla de Maracaípe, no Município de Ipojuca.	249	PR/PE
Remoção de saibro e pedras, bem como a retirada de bromélias, sem a devida autorização do órgão competente, para construção do Centro de Convenções, localizado na Ponta da Navalha – Saco Grande, no Município de Paraty.	273	PRM/Angra dos Reis (RJ)
Retirada e comercialização de corais, conchas, búzios e equinodermes, na Ilha dos Frades.	269	PR/BA
Viabilidade de construção de imóvel residencial em área de marinha, tendo em vista a celebração de TAC firmado entre o MPF, a prefeitura local, a Gerência de Patrimônio da União e o Ibama, sendo estabelecido que não mais seriam concedidos alvarás de construção em área de marinha, devendo ser priorizada a preservação ambiental e a utilização pública desses locais.	274	PRM/Itajaí (SC)

4.1.1.15 Outros 38

Assunto	Ata nº	Origem
Abandono de logradouros públicos e animais perambulando nas ruas de Parnaíba.	233 (1) 234 (3) 235 (1) 251 (1) 263 (1)	PR/PI
Aquisição supostamente irregular da empresa AGIP pela Petrobras.	271	PR/RJ
Atos de improbidade por parte da Administração do Ibama.	265	PR/RJ
Ausência de respostas, pelo Presidente da Feema, Sr. Axel Schmidt Graef, aos ofícios do MPF, no Procedimento PRM/Macaé.	260	PR/RJ
Compra de terras da floresta Amazônica, pela internet, com objetivo de internacionalizá-la.	233	PR/PR
Criação de bovinos na área localizada à rua Usina Jaboatão, próxima ao colégio Vila Rica.	263	PR/PE
Depósito de lixo em terrenos baldios, mutilação e derrubada de arbustos, condições precárias dos espaços públicos, entre outros.	233	PR/PI
Discussão sobre Agenda Positiva do Estado de Tocantins.	237	PR/TO
Empréstimo tomado pelo Governo estadual junto ao Banco Mundial, em que teriam sido dadas as florestas públicas como garantia.	275	PR/AC
Estado de conservação da Praça da Santa Casa de Misericórdia e outros logradouros públicos.	234	PR/PI
Estado de ruína de prédios na área da falida Moraes S/A, no Município de Parnaíba.	233	PR/PI
Extração de areia no rio Paraitinga, desmatamento na Pedra Macela e em áreas do Parna da Serra da Bocaina, e comercialização de pássaros, no Município de Cunha.	240	PRM/Guaratinguetá (SP)
Fechamento do escritório do Ibama no Município de Campina Grande.	277	PRM/Campina Grande (PB)
Inconformismo de servidor público federal pelo seu afastamento em cargo na Unidade de Gestão Ambiental da Universidade Federal de Santa Catarina.	246	PR/SC
Infestação de carrapato-estrela no <i>campus</i> da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, ocasionando risco de epidemia de febre maculosa.	261	PRM/Piracicaba (SP)
Irregularidades no desembarque e carregamento de trigo contaminado, que encontrava-se armazenado no Porto de Santos.	273	PRM/Santos (SP)
Irregularidades ocorridas em processo seletivo destinado ao provimento de cargos públicos atinentes aos quadros da Agência Nacional de Águas (ANA).	271	PR/RJ
Lei editada, sancionada e publicada, com eficácia plena, de internacionalização da Amazônia.	271	PR/AP
Licenciamento para o plantio de espécies exóticas – silvicultura – nas áreas pertencentes à Subseção Judiciária de Santa Cruz do Sul e Cachoeira do Sul	269	PRM/Santa Cruz do Sul (RS)
Observância das normas ambientais por parte do Banco da Amazônia (Basa), quando da concessão de crédito agrícola.	268	PR/AC
Omissão do Presidente do Ibama em fazer cumprir a Resolução Conama nº 258/99 pelas empresas fabricantes e importadoras de pneus novos.	232	PR/DF
Possíveis prejuízos às atividades de fiscalização, licenciamento ambiental, dentre outras, pela criação do ICMBio.	236	PR/RJ
Possíveis prejuízos na atuação do Ibama, em razão de medida que	270	PR/PB

visa conter despesas daquele órgão federal.

Possível conflito de competência entre o DNPM e a Semace para concessão de licenciamentos e autorizações.	278	PR/CE
Prática de atos atentatórios à preservação da biodiversidade e soberania nacionais, decorrentes de biopirataria.	271	PR/ES
Relatório Final da CPI destinada a investigar o tráfico ilegal de animais e plantas silvestres da fauna e flora brasileiras.	244	PR/SP
Situação dos projetos de piscicultura existentes no trecho do rio Paranapanema localizados nos municípios pertencentes a Subseção de Ourinhos, em especial quanto a necessidade de elaboração de EIA/Rima.	264	PRM/Ourinhos (SP)
Tráfico ilegal de animais e plantas silvestres da fauna e da flora brasileiras no Estado de Pernambuco.	262	PR/PE
Tráfico ilegal de animais e plantas silvestres da fauna e da flora brasileiras na área de atuação daquela PRM.	272	PRM/Santarém (PA)
Uso de tanques suplementares em caminhões de transporte de cargas.	239	PRM/Santos (SP)
Violação do Código Brasileiro de Trânsito no Município de Parnaíba.	234 (2)	PR/PI

4.1.2 Patrimônio Cultural 203

4.1.2.1 Arqueológico 12

Assunto	Ata nº	Origem
Acompanhamento da implantação e do desenvolvimento do "Programa Resgate Arqueológico", item 20 do TAC firmado, em razão da construção da UHE Sérgio Mota.	233	PRM/Presidente Prudente (SP)
Celebração do TAC entre o MPF e o Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC), o IPHAN o Instituto Brasileiro de Arqueologia (IAB) e os proprietários do imóvel localizado na Avenida XV de Novembro, n. 262, Caju, em Campos dos Goytacazes, referente a proteção do sítio arqueológico.	258	PR/RJ
Construção da rodovia GO 244, trecho Porangatu-entroncamento da GO 142, com possível prejuízos aos sítios arqueológicos.	276	PR/GO
Construção de açude no Município de Tauá em área que apresentava sítios arqueológicos já cadastrados no Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos.	271	PRM/Juazeiro do Norte (CE)
Construção de penitenciária de segurança máxima, em área com possível existência de sítio arqueológico, na localidade de Espigão da Pedra, no Município de Araranguá.	250	PRM/Criciúma (SC)
Construção de um contorno viário no Município de Mogi Mirim, ligando as rodovias SP-340 a SP-147, que estaria destruindo sítio arqueológico existente no local.	261	PRM/São João da Boa Vista (SP)
Destruição do Sítio Cerâmico Rio do Meio e Sambaqui do Campo do Jurerê II, pela implantação do empreendimento Jurerê Internacional.	269	PR/SC
Estudos Prévios ambientais na variável arqueológica das linhas de transmissão Blumenau-Itajaí e Joinville – São Francisco do Sul. TAC.	233	PR/SC
Lei Ordinária Estadual que estaria usurpando bens da União, sítios arqueológicos e pré-históricos, em confronto com a Constituição Federal.	238	PR/MT
Recomposição e proteção do Sítio Arqueológico Morro de Itapeva, localizado no Município de Torres.	237	PR/RS
Sítios arqueológicos impactados pelas obras do Açude Castanhão, no Município Alto Santo.	262	PRM/Limoeiro do Norte (CE)
TAC firmado entre o MPF, o IPHAN e a Eletrosul, objetivando a reparação/compensação de danos causados na implantação das Linhas de Transmissão Blumenau-Itajaí e Joinville-São Francisco do Sul, em respeito à legislação de proteção ao patrimônio arqueológico,	272	PRM/Joinville (SC)

no âmbito dos Estudos Prévios de Impacto Ambiental nas áreas respectivas.

4.1.2.2 Arquitetônico e Paisagístico 74

Assunto	Ata nº	Origem
Acompanhamento do processo de tombamento do Parque Municipal da Galheta, em Florianópolis.	274	PR/SC
Alienação de bens imóveis da RFFSA ao Município de Ribeirão Pires.	268	PRM/São Bernardo do Campo (SP)
Atividades de exploração comercial no Penhasco do Corcovado, no Parna da Tijuca.	271	PR/RJ
Colocação de toldo plástico na fachada de imóvel tombado na cidade de São Luís.	268	PR/MA
Conservação da Igreja do Bom Jesus da Coluna, localizada na Praça General Lamartine, s/nº, na Ilha do Fundão, no Rio de Janeiro.	264	PR/RJ
Conservação das construções no entorno da Prefeitura da Universidade Federal de Santa Catarina.	243	PR/SC
Conservação e manutenção do Chafariz Mestre Valentim, localizado no centro do Rio de Janeiro.	245	PR/RJ
Construção de duas mansardas na água posterior da edificação situada na Rua São José, nº 01, sem autorização, no Centro de Ouro Preto.	264	PR/MG
Construção de edifícios residenciais, sem a devida licença de instalação, no entorno do Parna da Tijuca.	259	PR/RJ
Construção de palco definitivo atrás da Igreja de Nossa Senhora da Pidade, bem tombada, para realização "Recifolia", desvirtuando o projeto original, no Município de Jaboatão dos Guararapes.	269	PR/PE
Construção de uma piscina para hidroterapia e de consultórios em imóvel localizado à rua Monsenhor Bacelar, Centro, n. 145, bem tombado, no Município de Petrópolis.	274	PRM/Petrópolis (RJ)
Construção irregular na Avenida João Pessoa nº 353, bairro Algodão, na praia do Forte, integrante do Conjunto Paisagístico do Município de Cabo Frio.	278	PRM/São Pedro da Aldeia (RJ)
Corte indiscriminado de árvores no interior do Museu Casa de Benjamin Constant, bem tombado, para implantação do projeto de ampliação.	278	PR/RJ
Demolição da "Casa de Comércio Leopoldina Schmitt", que estava para ser incluída no projeto Roteiros Nacionais de Imigração, localizada no bairro Belchior Alto, no Município de Gaspar.	238	PRM/Blumenau (SC)
Demolição da Estação Ferroviária de Éden, no Município de São João de Meriti.	243	PRM/São João de Meriti (RJ)
Desabamento de imóvel tombado situado à rua Félix de Bulhões, nº 8, Centro Histórico da Cidade de Goiás.	239	PR/GO
Desmatamento ilegal e remoção de luminárias centenárias devido à construção de guichês para cobrar a tarifa de acesso ao Santuário do Cristo Redentor.	260	PR/RJ
Desmatamento para abertura de estrada e implantação de loteamento irregular no bairro de Jacarepaguá, na zona de amortecimento do Parna da Tijuca.	250	PR/RJ
Deteriorização de alguns imóveis detentores de relevante valor cultural, no Município de Araquari.	235	PR/SC
Estado de conservação da "Casa da Fazenda da Babilônia", bem tombado, localizada no Município de Pirenópolis.	272	PRM/Anápolis (GO)
Estado de conservação da estação ferroviária do Município de Americana, bem tombado.	271	PRM/Piracicaba (SP)

Estado de conservação da Igreja do Bom Jesus, na cidade do Rio de Janeiro.	237	PR/RJ
Estado de conservação da Igreja Santa Luzia, situada à rua do Comércio, s/nº, no Município de Angra dos Reis.	237	PR/RJ
Estado de conservação da Pedra da Gávea, inserida no complexo do Parna da Tijuca.	264	PR/RJ
Estado de conservação de imóvel tombado situado à rua da Palma, nº 195, Quadra 110, na cidade de São Luís.	237	PR/MA
Estado de conservação de sobrado localizado na praça General Osório, no Município de Angra dos Reis.	241	PR/RJ
Estado de conservação do forro da sacristia do Seminário de Belém, bem tombado, no Município de Cachoeiro.	258	PR/BA
Estado de conservação do imóvel localizado na Rua Marechal Floriano nº 68, no Centro do Rio de Janeiro, onde funciona uma das unidades do Colégio Pedro II.	261	PR/RJ
Estado de conservação do Museu "Casa do Poeta Casimiro de Abreu", localizado no Bairro de São João, no 2º distrito do Município de Casimiro de Abreu.	268	PRM/Macaé (RJ)
Estado de conservação do prédio da Faculdade Nacional de Direito.	264	PR/RJ
Estado de conservação do prédio do Museu da Chácara do Céu, no Município de Santa Tereza.	264	PR/RJ
Estado de conservação e manutenção da Escola de Enfermagem Ana Neri, imóvel tombado, situada à rua Afonso Cavalcanti, nº 275, no Município de Cidade Nova.	236	PR/RJ
Estado de conservação e manutenção da Igreja da Candelária, na cidade do Rio de Janeiro.	274	PR/RJ
Estado precário de conservação do prédio do Museu Prudente de Moraes.	257	PRM/Piracicaba (SP)
Impedir o arruinamento de imóvel tombado, localizado à rua Ivo do Prado, no Centro Histórico da cidade São Cristóvão.	236	PR/SE
Incêndio ocorrido em imóvel tombado situado na Praça Tiradentes, em Ouro Preto. TAC.	278	PR/MG
Incêndio ocorrido na igreja Nossa Senhora do Carmo, no Município de Mariana.	261	PR/MG
Incêndio provocado pela utilização de fogos de artifício na Pedra da Gávea, localizada no Parna da Tijuca.	251	PR/RJ
Instalação de centro de esculturas de Franz Krajcberg no interior do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, com tombamento federal.	271	PR/RJ
Irregularidade no fechamento do acesso ao Museu da República pela praia do Flamengo.	242	PR/RJ
Irregularidades em obras de modificação, acréscimos de terreno, realizadas em imóvel tombado localizado à rua Marechal Deodoro, nº 17, em área que integra o conjunto histórico de Paraty.	236	PRM/Angra dos Reis (RJ)
Irregularidades em obras realizadas em imóvel tombado localizado à rua Dona Geralda, em área que integra o conjunto histórico de Paraty.	236	PRM/Angra dos Reis (RJ)
Irregularidades na guarda e conservação de imóvel tombado, localizado na Rua do Rosário nº 15, invasão de área pública sobre o córrego Pratinha, no Município de Pirenópolis.	267	PRM/Anápolis (GO)
Irregularidades na instalação da nova iluminação no Forte São Mateus, bem tombado, na praia do Forte, em Cabo Frio.	260	PRM/São Pedro da Aldeia (RJ)
Irregularidades nas obras realizadas no imóvel localizado na rua Marechal Santos Dias, s/nº, bem tombado, no Município de Paraty.	237	PRM/Angra dos Reis (RJ)
Irregularidades praticadas pela concessionária da estrada de ferro do Corcovado, de acesso ao Parna da Tijuca, causando perturbação ao sossego alheio e contrariam o decreto de tombamento.	260	PR/RJ
Modificação na fachada de imóvel, em tese tombado, situado no	242	PR/RJ

Conjunto Arquitetônico do Catete.		
Obra irregular em imóvel tombado, situado na rua do Amparo, nº 164, em Olinda.	261	PR/PE
Obra irregular no prédio da Santa Casa de Misericórdia, imóvel tombado, localizado no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal de Paraty. ACP.	237	PRM/Angra dos Reis (RJ)
Obra sem projeto aprovado, em imóvel tombado, no Município de Outro Preto	271	PR/MG
Obras irregulares em imóvel localizado à rua do Sol, nº 639, Carmo, no Município de Olinda.	249	PR/PE
Obras irregulares em imóvel localizado à rua Gragoatá, nº 56, em área tombada em Paraty.	249	PRM/Angra dos Reis (RJ)
Obras irregulares no Parque do Flamengo relacionadas aos Jogos Pan-Americanos de 2007.	240	PR/RJ
Obras irregulares realizadas em imóvel localizado à Rua Gragoatá, nº 56, pertencente ao acervo tombado de Paraty.	236	PRM/Angra dos Reis (RJ)
Paralisação de obra em imóvel tombado do Centro Histórico da Cidade de São Cristóvão.	269	PR/SE
Pouso e decolagem de aeronaves, sem autorização, na Pedra da Gávea e Pedra Bonita, nos limites do Parna da Tijuca.	241	PR/RJ
Praga chamada "erva de passarinho" danificando a vegetação do Parque Lage.	265	PR/RJ
Preservação do "Cine Palácio", que compõe o centro histórico tombado, em Joinville.	238	PRM/Joinville (SC)
Preservação do antigo depósito de locomotivas e conjunto residencial, da RFFSA e da Ferrovia Paulista S/A, bens tombados, nos Municípios abrangidos pela Procuradoria da República no Município de Araçatuba.	259	PRM/Araçatuba (SP)
Processo de tombamento da antiga sede da Fazenda Gama.	237	PR/DF
Processo de tombamento da Igreja Matriz Salvador do Mundo, em Olinda.	237	PR/PE
Processo de tombamento da Igreja Nossa Senhora da Vitória, localizada no Largo da Vitória.	237	PR/DF
Reforma não concluída em imóvel tombado, no Município de São Cristóvão.	263	PR/SE
Restauração da Casa do General Osório, bem tombado, no Rio de Janeiro.	263	PR/RJ
Restauração da Igreja da Nossa Senhora do Carmo, bem tombado, no Município de Angra dos Reis.	249	PRM/Angra dos Reis (RJ)
Restauração da Igreja Matriz São Vicente Mártir, monumento tombado, no Município de São Vicente.	266	PRM/Santos (SP)
Restauração do Solar da Imperatriz no Rio de Janeiro.	238	PR/RJ
Suposta violação e degradação do mausoléu do Barão e Visconde de Mauá, no Cemitério do Catumbi.	278	PR/RJ
Tombamento de edificações localizadas na Rua Doutor Gabriel dos Santos, no bairro de Santa Cecília.	238	PR/SP
Tombamento do imóvel e seus bens, situado à rua 1º de agosto, 802, centro do Município de Caxias.	246	PR/MA
Transferência da Estação Ferroviária de Sorocaba, imóvel da RFFSA, de importante valor histórico ao Município de Sorocaba.	261	PRM/Sorocaba (SP)
Uso incompatível, alteração do perfil topográfico original, instalação hidráulica danificada e inativa, pichações e revestimento danificado no Chafariz da Glória, bem tombado, situado no Bairro da Glória, no Rio de Janeiro.	275	PR/RJ
Utilização comercial, boate no andar superior, do imóvel n. 302, localizado na Rua Portugal, bem tombado, em São Luís.	267	PR/MA

Utilização de tenda de plástico móvel no "Bar e Restaurante Antigamente", prédio tombado. 249 PR/MA

4.1.2.3 Bens Móveis 13

Assunto	Ata nº	Origem
Desaparecimento de escultura de madeira representando o Cristo Crucificado, datada do Século XVIII da Igreja e Convento de Santo Antônio, bem tombado, situado no Município de Cairú, bem tombado.	261	PR/BA
Deslocamento da "Escultura do Caboclo" para cerimônia religiosa em terreiro de candomblé.	241	PR/BA
Furtos e roubos de peças históricas no Estado do Rio de Janeiro.	241	PR/RJ
Irregularidades na ostentação de bandeira norte-americana no curso de idiomas M.R. English Academy, tendo em vista a ausência da bandeira brasileira.	265	PR/RJ
Irregularidades praticadas pelas empresas Ferrovia Bandeirantes Ferroban, América Latina Construções Ltda. – All e FC Construções, consistente na retirada dos trilhos que liga as estações Jurubatuba a Evangelista de Souza, bem como o do ramal de Varginha.	233	PR/SP
Remessa dos autos à 5ª CCR.		
Leilão de estruturas de locomotivas, que estavam no Pátio da Estação Ferroviária Moóca em São Paulo, de propriedade da RFFSA, que, nos termos da Recomendação desta 4ª CCR, devem ter o prévio parecer do IPHAN, quanto à inexistência de valor cultural.	261	PR/SP
Recomendação da 4ª CCR acatada referente a irregularidades no registro especial de antiguidades, obras de arte, manuscritos, livros antigos ou raros.	248	PR/RJ
Regularidade na alienação de equipamentos da RFFSA.	247	PR/MG
	248	
Relação nominal das mercadorias transportadas pela empresa América Latina Logística – ALL entre a Argentina e o Brasil.	271	PR/RS
Reposição de peças sacras integrantes da Capela Sant'ana, anexa à sede da Fazenda Columbandê, situada no Município de São Gonçalo.	269	PRM/São Gonçalo (RJ)
Restaurações inadequadas de obras sacras, por pessoas sem habilidade técnica, nos Municípios de Florianópolis, Laguna e Itajaí.	264	PR/SC
Venda de uma escultura de soldado romano de "Aleijadinho", obra integrante do conjunto escultório "Passos da Paixão de Cristo".	249	PR/SP

4.1.2.4 Documental 2

Assunto	Ata nº	Origem
Comprometimento do acervo da Biblioteca e Arquivo Históricos do Museu Imperial, devido a condições inadequadas de armazenamento e necessidade de reforma.	279	PRM/Petrópolis (RJ)
Destinação e preservação do patrimônio documental dos órgãos públicos em processo de extinção e/ou privatização no Estado do Ceará.	275	PR/CE

4.1.2.5 Imaterial 3

Assunto	Ata nº	Origem
Celebração de festas do folclore nas escolas, visando principalmente, investigar a conduta dos estabelecimentos de ensino no tocante à celebração, da festa estrangeira "halloween", saci e demais festividades do folclore nacional.	260	PR/SE
Celebração de festas do folclore nas escolas, visando principalmente, investigar a conduta dos estabelecimentos de ensino no tocante à celebração, da festa estrangeira "halloween", saci e demais festividades do folclore nacional.	261	PR/MT
Descumprimento do regulamento do Campeonato Nacional Brasileiro.	249	PR/RJ

4.1.2.6 Paleontológico 10

Assunto	Ata nº	Origem
Apropriação irregular de um fóssil de possível mastodonte localizado na Fazenda Retiro, no Município de Pains.	253	PRM/Divinópolis (MG)
Comercialização de fósseis extraídos da região de Santana do Cariri.	269	PRM/Juazeiro do Norte (CE)
Descumprimento de mandamento legal que estaria sendo perpetrado pelo Museu de Geociências da USP e pelo Museu Geológico do Instituto Geológico, por não atenderem às solicitações do DNPM para apresentarem cópia integral do Livro de Tombo do material fossilífero que tinham em seu poder.	266	PR/SP
Extração irregular de fósseis de árvores petrificadas (dendrolites) na área de construção de rodovia que liga a cidade de São Pedro do Sul a Dilermando de Aguiar.	271	PRM/Santa Maria (RS)
Irregularidades na guarda de material fossilífero no Museu de Paleontologia de Monte Alto, no Município de Monte Alto.	236	PRM/Ribeirão Preto (SP)
Levantamento do Livro do Tombo do material fossilífero do Museu de Paleontologia e Estratigrafia da Unesp.	260	PRM/Piracicaba (SP)
Realização de audiências públicas de conscientização da população dos Municípios de Simões, Marcolândia e Fronteiras, na Bacia Sedimentar da Chapada do Araripe, visando a proteção do patrimônio fossilífero nacional naquele Estado.	279	PRM/Picos (PI)
Retirada de dendrolites de imóvel particular, na localidade de Vila Trevo. TAC.	234	PRM/Santa Maria (RS)
Sítios paleontológicos e pontos de maior incidência da prática extrativa de fósseis, não autorizada pelo DNPM, sendo um deles na área da bacia sedimentar do Araripe.	240	PRM/Serra Talhada (PE)
Venda de fósseis retirados da Chapada do Araripe, sem autorização do DNPM.	247	PR/SP

4.1.2.7 Sítios e Conjuntos Urbanos 72

Assunto	Ata nº	Origem
Alteração da legislação de ocupação dos lotes 6/1 e 6/5 do trecho 04 do Setor de Múltiplas Atividades Sul (SMAS), editada sem a participação ou conhecimento do Iphan.	261	PR/DF
Alterações na estação férrea de Caxias do Sul, comprometendo as características históricas do local.	278	PRM/Caxias dos Sul (RS)
Autorização de obras no polígono tombado, sem quaisquer orientações, no Município de Goiana.	241	PR/PE
Colocação de <i>outdoors</i> e engenhos publicitários fixos e com lâminas rotativas, instalados sem a devida autorização ou aprovação do IPHAN, em área tombada de Petrópolis.	261	PRM/Petrópolis (RJ)
Condições estruturais, de conservação e uso do espaço da Torre de TV, localizada no Eixo Monumental em Brasília.	257	PR/DF
Conservação de imóvel tombado que integra o conjunto arquitetônico das Casas do Catete. ACP.	238	PR/RJ
Construção de banheiro público pela Prefeitura Municipal de Olinda, no polígono tombado pelo Iphan.	258	PR/PE
Construção de boxes comerciais na área do entorno da Fortaleza de São José de Macapá, bem tombado.	251	PR/AP
Construção de estacionamento em área pertencente ao Conjunto Urbanístico de Brasília, na Avenida das Nações. TAC.	237	PR/DF
Construção de um edifício comercial denominado "Vivendas de Angra Construção e Incorporação Ltda", localizado no loteamento Portão de Ferro, em Paraty, em desacordo com a legislação.	239	PRM/Angra dos Reis (RJ)
Construção em desacordo com os padrões urbanísticos, na Rua Presidente Pereira, com fundos para a Avenida Roberto Silveira no Município de Paraty.	256	PRM/Angra dos Reis (RJ)

Construção irregular de empreendimento hoteleiro no distrito de Arraial D'Ajuda em área especialmente protegida, erigida a Monumento Nacional, com efeitos de tombamento.	235	PR/BA
Construção irregular e sinalização no entorno da antiga Casa de Câmara e Cadeia, bem tombado, no Município de Caucaia.	271	PR/CE
Construção irregular em imóvel localizado no entorno de conjunto arquitetônico tombado na cidade de Sabará.	272	PR/MG
Construção irregulares às margens do rio Paraíba do Sul, no entorno da Casa da Câmara e cadeia, bens tombados, no Município de São João da Barra.	250	PRM/Campos dos Goytacazes (RJ)
Construção no Bairro da Urca, na Ladeira São Sebastião, em frente ao Núcleo de Arte.	273	PR/RJ
Construções de alvenaria, obras de urbanização e pavimentação, em área denominada Acampamento Telebrasil, área tombada.	279	PR/DF
Controle e acompanhamento de imóveis tombados pelo IPHAN nos municípios que compõem a Subseção judiciária de Cruz Alta.	241	PRM/Cruz Alta (RS)
Demolição de diversos imóveis de valor histórico no Município de Fortaleza. TAC.	243	PR/CE
Demolição parcial de edificação pertencente ao conjunto urbano-paisagístico de Petrópolis, situada na Avenida Ipiranga, nº 820, onde está localizado o Colégio Ipiranga.	239	PRM/Petrópolis (RJ)
Desobediência à ordem judicial emanada em ACP, com pedido de liminar de suspensão temporária de qualquer processo licitatório ou de autorização de ocupação, construção e utilização na área denominada Setor de Clubes Esportivos Sul.	252	PR/DF
Dois acessos para transporte de automóvel na Superquadra Sudoeste 305, localizada no Setor Sudoeste.	256	PR/DF
Edificações irregulares em área de encosta, situada nas proximidades do Centro Histórico de São Francisco do Sul, área tombada, no Município de Joinville.	238	PRM/Joinville (SC)
Estado de conservação de alguns bens tombados pelo IPHAN na cidade de Goiás.	268	PR/GO
Estado de conservação de imóveis pertencentes ao conjunto tombado do Município São João Del Rei, em razão das atividades de mineração.	267	PR/MG
Estado de conservação do Passeio Público, situado à Rua do Passeio, s/nº, na cidade do Rio de Janeiro.	244	PR/RJ
Eventuais violações ao tombamento do Plano Piloto durante a construção do Metrô do Distrito Federal.	241	PR/DF
Execução do projeto de instalação de parquímetros na área do Centro Histórico de Cuiabá, sem análise e parecer do IPHAN.	257	PR/MT
Exploração de minério de ferro na Serra da Piedade, situada entre os Municípios de Caeté e Sabará, área objeto de tombamento.	237	PR/MG
Extinção de ACP, tendo por objeto a reparação de danos ao patrimônio cultural em razão de obras realizadas pelo Superior Tribunal Militar, em área tombada, na cidade de Brasília.	238	PR/DF
Implantação de empreendimento comercial urbanístico em lote situado no Setor de Múltiplas Áreas Sul, área tombada.	237	PR/DF
Implantação do estabelecimento denominado Policlínica de Caucaia, contíguo à área de bem tombado.	241	PR/CE
Implantação do projeto de cabeamento subterrâneo e instalação de nova rede elétrica no bairro histórico de Paraty.	252	PRM/Angra dos Reis (RJ)
Inadequações das restaurações promovidas pelo Projeto Monumenta no Centro histórico de Pelotas.	260	PRM/Pelotas (RS)
Irregularidades em algumas obras realizadas em área do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico de Manaus, sem autorização do IPHAN.	267	PR/AM
Irregularidades na construção do empreendimento imobiliário denominado "Vila Imperial", em razão do comprometimento da visibilidade do conjunto arquitetônico composto pelo Monumento à Independência, Casa do Grito, Museu Paulista da USP e Parque da	247	PR/SP

Independência.

Irregularidades na construção em área de vizinhança do conjunto tombado em Paraty, sem autorização do órgão competente.	233 238	PRM/Angra dos Reis (RJ)
Irregularidades na palicação de recursos do programa Monumenta pelo Município de Carapicuíba.	246	PR/SP
Irregularidades nas obras do Programa Monumenta na Praça São Francisco e Largo do Carmo, no Município de São Cristóvão.	276	PR/SE
Irregularidades no Plano Diretor do Município de Itabira.	237	PR/MG
Levantamento do estado de conservação e guarda dos bens tombados pelo IPHAN, no Município de Pirenópolis.	258	PRM/Anápolis (GO)
Não observância do Termo de Embargo conferido às obras executadas na rua José Viera Ramos, s/nº, na Faixa de Proteção ao Bairro Histórico de Paraty.	253	PRM/Angra dos Reis (RJ)
Necessidade de assinatura de TAC objetivando resguardar seu patrimônio histórico e cultural durante o período do carnaval de 2007.	274	PR/PE
Necessidade de limpeza, bem como da dragagem do canal na área fronteira, com a supressão do aterro que serve de estacionamento em bairro histórico de Paraty.	255	PRM/Angra dos Reis (RJ)
Obra irregular em imóvel situado à rua Beira Mar, nº 126, no bairro Ilha das Cobras, no Município de Paraty.	254	PRM/Angra dos Reis (RJ)
Obra irregular em imóvel situado à rua Cel. João de Souza leão, n. 173, centro, em Ipojuca.	254	PR/PE
Obra irregular em imóvel, em área tombada, localizado à Avenida Municipal, s/nº, Pontal, no bairro histórico de Paraty.	237	PRM/Angra dos Reis (RJ)
Obra irregular no imóvel situado na Travessa Ângelo Custódio nº 210, no entorno da Igreja de São João Batista, bem tombado, no Bairro Cidade Velha, no Município de Belém.	277	PR/PA
Obras de construção da Lâmina III do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, situado à rua Dom Manuel, vizinho de bem tombado.	249	PR/RJ
Obras irregulares em imóvel localizado à rua Mecânico José Português, próximo ao nº 131, no bairro São Cristóvão, sem autorização competente, em área tombada em Ouro Preto.	241	PR/MG
Obras irregulares nas imediações da Biblioteca Municipal Martinez de Aguiar, bem tombado.	250	PR/CE
Obras irregulares no imóvel localizado à rua Coronel Carvalho, 450, próximo a área tombada conhecida como Ruínas do Convento de São Bernardino de Sena e Capela dos Terceiros, inclusive o Cruzeiro Fronteiro.	257	PRM/Angra dos Reis (RJ)
Obras irregulares, sem autorização do IPHAN, em imóveis tombados no Município de Mucugê.	257	PRM/Jequié (BA)
Obras no entorno do imóvel situado na rua Dr. Francisco Corrêa, nº 1.114, Centro, supostamente de valor histórico e cultural, com sua destruição parcial.	276	PR/PE
Pintura de figuras decorativas coloridas por todo o pano das fachadas frontal e lateral de imóvel no Município de São João Del Rei.	239	PR/MG
Pinturas e letreiro com tamanho acima do permitido no prédio da agência da CEF, situado em área de preservação rigorosa na cidade de São Cristóvão, sem a devida autorização.	236	PR/SE
Possível depredação na Rua do Imperador, no Centro Histórico de Petrópolis, em função da realização dos desfiles de carnaval, que ocorreriam em 2009.	271	PRM/Petrópolis (SP)
Preservação do patrimônio durante o período do carnaval de 2007, e, posteriormente, no ano de 2008, na Cidade de Recife.	233	PR/PE
Preservação e revitalização da vila de garimpeiros localizada no Município de Andaraí.	248	PRM/Jequié (BA)
Projeto de construção de um prédio no pátio do Museu Nacional de Belas Artes (MNBA), sem autorização do IPHAN.	241	PR/RJ

Projeto Roteiros Nacionais de Imigração da região do Vale do Itajaí e à conservação do Arquivo Público Municipal de Blumenau.	269	PRM/Blumenau (SC)
Projetos de regularização de imóveis situados em áreas tombadas provenientes do programa Habite Regular, no Município de Antônio Prado.	259	PRM/Caxias do Sul (RS)
Proposta pelo MPF em face dos proprietários de imóvel localizado na rua do Catete, nº 146, Bairro Catete, integrante do Conjunto Arquitetônico de Casas do Catete, composto de 34 casas, tombado pelo IPHAN, objetivando a condenação dos réus a recuperar a integralidade dos danos causados ao mesmo.	233	PR/RJ
Realização do carnaval fora de época, "Portoalegria", na Avenida Jorge Teixeira, em Porto Velho. TAC.	238	PR/RO
Reforma em imóveis tombados em nível federal para alocar a sede do Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (IPAC).	261	PR/BA
Reformas irregulares efetuadas pelos proprietários em imóveis localizados em área tombada, em especial ao imóvel conhecido como "Velha Pensão Central", na cidade de Pirenópolis.	239	PR/GO
Regularidade da execução do Programa "Monumenta" no Estado de São Paulo, e eventual transferência de atribuições e responsabilidades do IPHAN a Estados e Municípios.	273	PR/SP
Regularidade da execução do Programa Monumenta no estado, especificamente em relação à intervenção em espaço público denominada "Pavimentação, inclusive para bonde".	254	PR/SP
Situação dos bens e sítios urbanos tombados pelo IPHAN em todo Estado de São Paulo.	239	PR/SP
Transferência de localização de imóveis edificados, com conotações históricas e culturais, originalmente no Município de Antônio Prado para a região denominada Caminho das Pedras, no Município de Bento Gonçalves.	267	PRM/Caxias do Sul (RS)
Verificar regularidade nas aprovações de projetos pelo Município de Paraty e a existência de eventuais construções irregulares, em desrespeito ao tombamento e respectivas restrições estabelecidas.	236	PRM/Angra dos Reis (RJ)

4.1.2.7 Outros 17

Assunto	Ata nº	Origem
Acompanhamento das diretrizes do IPHAN relativas a acessibilidade de portadores de deficiência física a sítios e edifícios que integram e/ou guardam patrimônio cultural brasileiro.	275	PR/TO
Acompanhamento do Projeto Patrimônio Cultural que visa fomentar o investimento em preservação por meio de diversos instrumentos fiscais de incentivo à cultura nas cidades da Circunscrição Judiciária de Santa Maria.	256	PRM/Santa Maria (RS)
Apurar suposta penúria em que se encontra o patrimônio cultural nos diversos Municípios localizados na sua Subseção, a fim de subsidiar eventual ação civil pública a ser ajuizada pela PR/DF.	249	PRM/Tupã (SP)
Danos causados em plantações pelo rebanho de bubalinos, na ilha da Conceição.	246	PRM/Santarém (PA)
Descumprimento da "cota tela", por parte das empresas exibidoras de audiovisuais, referente ao período de 1998/1999, estabelecida pela Lei nº 8.401/92.	239	PRM/Franca (SP)
Descumprimento da "cota tela", por parte das empresas exibidoras de audiovisuais, referente ao período de 1998/1999, estabelecida pela Lei nº 8.401/92.	240	PR/SP
Descumprimento da "cota tela", por parte das empresas exibidoras de audiovisuais, referente ao período de 1998/1999, estabelecida pela Lei nº 8.401/92.	264	PR/MS
Desempenho alcançado pela Lei <i>Rouanet</i> , durante o ano de 2004.	250	PR/BA
Implantação de aterro sanitário nas imediações da Fazenda Campos Novos, área de relevante interesse arqueológico, turístico,	255	PRM/São Pedro da

paisagístico, museológico e social.		Aldeia (RJ)
Irregulares as contas prestadas por empresa beneficiária da Lei de Apoio e Incentivo à Cultura.	274	PR/RJ
Irregularidades na aplicação de recursos públicos no financiamento do filme "Araguaya, Conspiração do Silêncio".	267	PR/DF
Irregularidades na contratação sem concurso público de servidor do IPHAN.	232	PR/RJ
Irregularidades ocorridas na extinta Fundação Nacional Pró-Memória, atual IPHAN, no período de 1982 a 1989, detectadas por ocasião do inventário da Fundação.	251	PR/RJ
Irregularidades perpetradas pelo diretor do Museu Villa-Lobos, consubstanciadas na prática dos mais variados atos de improbidades.	265	PR/RJ
Possíveis irregularidades existentes no Conselho Regional de Música do Estado do Rio de Janeiro.	266	PR/RJ
Situação dos bens integrantes do patrimônio cultural brasileiro nos municípios abrangidos pela PRM, com vistas a eventual proposição de ACP para a liberação de valores contingenciados destinados ao Fundo Nacional de Cultura, a partir de cada caso concreto.	279	PRM/Jaú (SP)
Suposta desídia da empresa ALL – América Latina Logística do Brasil S/A em cumprir solicitação do IPHAN, durante o inventário do patrimônio cultural ferroviário de Santa Catarina.	271	PRM/Joinville (SC)

4.1.3 Com Declínio de Atribuição 138

4.1.3.1 Meio Ambiente 134

4.1.3.1.1 Agrotóxicos e Produtos Perigosos 8

Assunto	Ata nº	Origem
Irregularidades na produção e comercialização do fertilizante "Produsolo MIB-New Centro Oeste AP", pela empresa Celera Indústria e Comércio de Produtos Químicos.	257	PR/MG
Comercialização irregular de fertilizantes pela empresa Celera Indústria e Comércio de produtos Químicos Ltda.	271	PRM/Uberaba (MG)
Acompanhamento do cumprimento de TAC firmado entre o MPF, MPE, MPT, o Município de Pernambuco, a Secretaria Estadual de Saúde e o Crea/PE, acerca da implementação de consórcio de municípios para o desenvolvimento de agricultura orgânica e comercialização de agrotóxicos.	274	PR/PE
Contaminação e uso desordenado de agrotóxicos por plantadores de cana-de-açúcar, na área da Barragem de Duas Unas.	271	PR/PE
Tombamento de caminhão transportando carga tóxica na rodovia Presidente Dutra, com eventuais reflexos no Ribeirão das Lajes, afluente do rio Guandu.	260	PR/RJ
Depósito de substância tóxica poluidora, nociva à saúde humana e ao meio ambiente, em desacordo com exigências legais.	271	PRM/São Gonçalo (RJ)
Contaminação do lençol freático com produtos cancerígenos por fábrica situada na Fazenda São Francisco, no Município de Paulínia.	269	PRM/Campinas (SP)
Existência de diversas torres de transmissão de sinais de telefonia celular localizadas em áreas residencial, hospitalar e escolar.	275	PRM/Santos (SP)

4.1.3.1.2 Área de Preservação Permanente 30

Assunto	Ata nº	Origem
Desmatamento em floresta com estágio inicial de regeneração, em propriedade particular, não deixando área de reserva legal, no Município de Eunápolis.	259	PRM/Eunápolis (BA)
Aterramento da Lagoa da Precabura e desmatamento de área próxima à sua margem.	279	PR/CE
Construção de prédio comercial às margens do riacho Nanci.	269	PR/CE

Ocupação irregular em área de restinga.	233	PRM/São Mateus (ES)
Exploração irregular de pedreira em APP, no ribeirão Palmital, no Município de Cláudio.	256	PRM/Divinópolis (MG)
Instalação irregular de depósito de lixo, em APP, sem autorização competente, o Município de Ribeirão.	260	PR/PE
Residência com estrutura de curral e criação de animais, em APP, no interior do Parque das Mangueiras, acarretando prejuízos em dissonância com os objetivos da unidade de conservação de proteção integral.	260	PR/PI
Corte ilegal de mata nativa em área de APP, localizada no bairro de Campo Grande.	275	PR/RJ
Cumprimento do TAC firmado entre o MPE/RJ, o Município de Angra dos Reis e os Srs. Marcelo Mattoso de Almeida e Ricardo Neves Zecchin, referente à construção irregular em APP e desmatamento de espécies da Mata Atlântica, na praia do Morcego, na Ilha da Gipóia.	249	PRM/Angra dos Reis (RJ)
Desmatamento de floresta em estágio médio e avançado de regeneração, e instalação de fornos de carvoaria.	260	PRM/Angra dos Reis (RJ)
Irregularidades no processo de licenciamento de marina, localizada às margens do rio do Frade.	278	PRM/Angra dos Reis (RJ)
Construção da Casa da Custódia no Município de Resende.	251	PRM/Resende (RJ)
Terraplanagem e soterramento de APP, situada entre os Municípios de Resende e Porto Real.	261	PRM/Resende (RJ)
Integridade do complexo de dunas existentes no Município de Nísia Floresta.	278	PR/RN
Construção do empreendimento denominado Dubai Resort Residencial, em APP, no Município de Capão da Canoa.	274	PR/RS
Desrespeito à legislação que prevê a preservação da faixa de no mínimo 500 metros ao longo de rios e cursos d'água, por parte da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, em relação ao Lago Guaíba.	250	PR/RS
Construção irregular às margens do rio Itajaí-Açu, no Município de Blumenau.	279	PRM/Blumenau (SC)
Construções realizadas em imóvel localizado em área não edificante, desrespeito ao recuo mínimo permitido pela legislação vigente.	261	PRM/Blumenau (SC)
Inadequada intervenção no Ribeirão Garcia em Santa Catarina.	261	PRM/Blumenau (SC)
Supressão de vegetação em APP, no Município de Guariruba.	233	PRM/Itajaí (SC)
Construção irregular de uma Unidade Prisional Avançada (UPA) na localidade denominada Itinguinha, em terreno na proximidade de nascentes de rios que desaguam em área de captação da Casan, no Bairro Vila Nova, Município de Barra Velha.	275	PRM/Joinville (SC)
Ocupação irregular às margens do rio Poxim, no bairro Capucho, no Município de Aracaju.	269	PR/SE
Ocupação irregular às margens do rio Poxim, no Município de São Critóvão.	274	PR/SE
Impacto da atividade da Petrobras nas imediações da Mata Boacica, especialmente em relação ao mananciais de água potável, no Município de Divina Pastora.	275	PR/SE
Regularidade da construção do Centro de Detenção Provisória em Jundiá, em APP.	264	PRM/Campinas (SP)
Implantação do núcleo habitacional Presidente Jânio Silva Quadros, em APP, localizada ao longo da Avenida Mariápolis.	279	PRM/Marília (SP)
Depósito indevido de entulho, amianto, borra de areia contaminado e outros detritos, em APP.	262	PRM/Piracicaba (SP)
Desmatamento de área de restinga para instalação de pátio de container em área localizada no bairro Parque São Luiz, em Cubatão.	271	PRM/Santos (SP)
Obras de terraplanagem e deposição de entulhos e terras em propriedade particular, situada próxima ao rio Paraíba do Sul.	260	PRM/São José os

Campos (SP)

Construção de presídio às margens do rio Surapuí, no Município de Capela do Alto. 260 PRM/Sorocaba (SP)

4.1.3.1.3 Desmatamento 13

Assunto	Ata nº	Origem
Desmatamento de área, localizada no sítio Formiga, sem a devida licença do órgão ambiental competente, no Município de Redenção.	276	PR/CE
Desmatamento na área situada na localidade de Jordão, no Município de Baturité.	260	PR/CE
Incêndio provocado por descuido com o forno do tipo trincheira implantado, na área compreendida entre os povoados Mingauá e Caraussanga, no Município de Caucaia.	249	PR/CE
Irregularidades nos procedimentos que visam a reposição florestal.	264	PR/CE
Corte de árvores para produção de carvão vegetal, no Município de Queluzita.	235	PR/MG
Uso de fogo em área agrícola, sem a devida autorização do órgão ambiental.	243	PR/PE
Armazenamento de lenha nativa, sem a devida licença do órgão ambiental competente.	266 269	PRM/Caruaru (PE)
Reflorestamento irregular na região do Município de Quatro Barras.	252	PR/PR
Averiguar a atribuição do Ibama para autorizar a queima controlada de palha de cana-de-açúcar, notadamente aquelas efetuadas no âmbito de atuação daquela Procuradoria da República.	274	PRM/Paranavaí (PR)
Desmatamento irregular na região de Vargem Grande, na Estrada da Boca do Mato.	235	PR/RJ
Retirada de árvores para a construção de obra em terrenos na cidade de Porto Alegre.	266	PR/RS
Licenciamento ambiental para obtenção de autorização de desmatamento junto a fazenda São Martinho.	248	PR/TO

4.1.3.1.4 Fauna 10

Assunto	Ata nº	Origem
Maus tratos a animais silvestres para fins comerciais pelas comunidades dos lagos Januari e Salvador, no Município de Iranduba.	263	PR/AM
Manutenção em cativeiro de uma Arara-macau piranga, sem a devida autorização do órgão ambiental competente, no Município de Canidé.	256	PR/CE
Transporte de 12 lagostas abaixo do tamanho permitido em lei.	250	PR/CE
Manutenção em cativeiro de dois canários da terra e um sanhaço, sem comprovação de origem legal.	266	PR/RJ
Manutenção em cativeiro de espécimes da fauna silvestre brasileira, sem autorização do órgão ambiental competente.	270 274	PR/RJ
Manutenção em cativeiro de um sanhaço do coqueiro, sem comprovação de origem legal.	266	PR/RJ
Apreensão de vários exemplares da fauna silvestre que se encontravam em gaiolas e viveiros em propriedade particular, no Município de Cardoso Moreira.	275	PRM/Itaperuna (RJ)
Comercialização de peixes provenientes de pesca proibida.	279	Prm/Itaperuna (RJ)
Irregularidades no comércio de pássaros silvestres, no Município de Itapuí.	239	PRM/Jaú (SP)

4.1.3.1.5 Geração e Transmissão de Energia 2

Assunto	Ata nº	Origem
----------------	---------------	---------------

Construção de usina termoeletrica sem licença ambiental e em área de proteção de mananciais, no Município de Camaragibe.	264	PR/PE
Projeto de implantação da PCH São Sebastião do Alto, no Município de São Sebastião do Alto.	261	PRM/Nova Friburgo (RJ)

4.1.3.1.6 Infra-Estrutura e Plantas Industriais 2

Assunto	Ata nº	Origem
Irregularidades na implantação de um projeto de cultivo de grãos no Município de Regeneração.	271	PR/PI
Licenciamento ambiental para construção de rodovia naquele Estado.	274	PR/TO

4.1.3.1.7 Ordenamento Territorial 8

Assunto	Ata nº	Origem
Invasão de área verde do Conjunto Residencial Colina do Aleixo.	247	PR/AM
Irregularidades no projeto EIA/Rima, visando novo parcelamento do solo na localidade Cana do Reino.	279	PR/DF
Implantação de condomínio residencial no interior de Reserva Ecológica Municipal, posteriormente enquadrada na categoria de Parque Estadual.	261	PR/MT
Irregularidades na criação de um loteamento denominado Bela Vista II, sem o devido projeto de saneamento, localizado na Praia de Ponta de Campina, no Município de Cabedelo.	266	PR/PB
Construção de um condomínio acima da cota de 60 e em área de Mata Atlântica.	258	PRM/Angra dos Reis (RJ)
Construção irregular do Condomínio Bosque de Muriqui, sem licença ambiental, em zona urbana do Município de Mangaratiba.	264	PRM/Angra dos Reis (RJ)
Implantação de loteamento na Rua Professora Júlia Massari, na cidade de Porto Real, com corte de árvores e fragmentos de mata.	261	PRM/Resende (RJ)
Implantação de projetos de loteamento sem a competente Licença de Instalação da Feema.	264	PRM/São Gonçalo (RJ)

4.1.3.1.8 Poluição 22

Assunto	Ata nº	Origem
Funcionamento irregular da Cerâmica São Carlos, localizada no Bairro Alto Alegre, na cidade de Rio Branco, sem a devida autorização ambiental.	273	PR/AC
Poluição e suposta mortandade de peixes na Lagoa Messejana.	255	PR/CE
Explosão ocorrida no estabelecimento denominado Indústria e Comércio de Pirotécnicos Mamadera Ltda., na cidade de Santo Antônio do Monte.	252	PR/MG
Vazamento na rede de esgoto contaminando o córrego Guabirola, no Município de Bueno Brandão.	252	PRM/Pouso Alegre (MG)
Depósito de lixo urbano às margens de açude, no Município de Soledade.	247	PR/PB
Acúmulo de dejetos no rio Sucuru e seus afluentes, provenientes dos esgotos e do matadouro público do Município de Sumé.	234	PRM/Campina Grande (PB)
Despejo de esgoto doméstico, inclusive com a retirada irregular de massame do solo da área, na reserva ambiental Mata do Louzeiro.	260	PRM/Campina Grande (PB)
Destinação final de embalagens vazias dos produtos de uso veterinário e domissanitário no Estado de Pernambuco.	271	PR/PE
Cumprimento do Código de Posturas pela Prefeitura Municipal de Parnaíba, que não exige dos proprietários de terrenos baldios que os mantenham limpos e capinados.	270	PR/PI
Danificar árvore centenária e manter sujeira e lixo nas ruas da cidade de Parnaíba.	264	PR/PI
Estado de conservação das ruas, especificamente da limpeza, em Parnaíba.	259	PR/PI
	269	

Poluição sonora e abusos de carros de som no Município de Parnaíba.	252	PR/PI
Poluição sonora em dois estabelecimentos comerciais.	235	PR/PI
Praças abandonadas, lixo expostos na rua, animais soltos transitando na rua, automóveis estacionados sobre calçadas, dentre outros, no Município de Parnaíba.	239	PR/PI
Realização irregular, no período da noite, de lavagem e manutenção mecânica do ônibus, por funcionários da empresa de transporte coletivo Glória Ltda., localizada na Avenida Paraná, no bairro de Boa Vista.	279	PR/PR
Averiguação se as unidades de frigoríficos da empresa Miolar Ltda. possuem licença ambiental regular para a atividade e se há captação de água subterrânea no exercício de suas atividades.	260	PRM/Francisco Beltrão (PR)
Funcionamento do Posto de Gasolina Bandeiras Ltda., sem a devida licença da autoridade ambiental competente.	262	PR/RJ
Despejar efluentes líquidos no rio Caceribu, no Município de Tanguá, que deságua na Baía de Guanabara.	279	PRM/São Gonçalo (RJ)
Contaminação por hidrocarbonetos dos terminais utilizados para carregamento de autotanques com produtos como diesel, álcool, gasolina e óleo combustível, das empresas Shell Brasil Ltda., ESSO Brasileiro de Petróleo Ltda. e BR Distribuidora.	265	PRM/Campinas (SP)
Ilícitos ambientais praticados por três grandes terminais petrolíferos: Paulínia, Cubatão e São Paulo, bem como eventos danosos em dois postos de abastecimento de combustível da região.	260	PRM/Santos (SP)
Poluição atmosférica que pode advir da possível instalação de uma usina de incineração de lixo na Baixada Santista.	278	PRM/Santos (SP)

4.1.3.1.9 Recursos Hídricos 3

Assunto	Ata nº	Origem
Terraplanagem destinada à construção de bueiros para drenagem de águas pluviais que, supostamente, ocasionou o soterramento de nascentes do igarapé do Mindu, em área verde do conjunto residencial castanheiras II, no bairro de São José III.	243	PR/AM
Recuperação da retenção das águas fluviais do TaguaParque, uma vez que no período chuvoso, os moradores das chácaras da ex-colônia agrícola Samambaia são atingidos.	275	PR/DF
Obra municipal de recuperação da lagoa das Damas.	269	PR/CE

4.1.3.1.10 Recursos Minerais 6

Assunto	Ata nº	Origem
Extração de saibro em desacordo com a Licença Ambiental, na Estrada Campo de Areia, Pechincha-Jacarepaguá. TAC.	260	PR/RJ
Extração de água mineral realizada pela empresa Agropecuária Águas de Saquarema Ltda.	264	PRM/São Pedro da Aldeia (RJ)
Exploração irregular de calcário, no Município de Bandeirantes de Tocantins.	251	PR/TO
Exploração irregular de calcário, no Município de Rio da Conceição.	260 279	PR/TO
Exploração irregular de calcário, no Município de Taguatinga.	271	PR/TO

4.1.3.1.11 Resíduos Sólidos 13

Assunto	Ata nº	Origem
Implantação de aterro industrial nas dependências da Empresa Central de Resíduos da Amazônia Ltda.(Cetram), em Manaus.	260	PR/AM
Instalação de depósito de resíduos em área residencial urbana, no Município de Divinópolis.	243	PRM/Divinópolis (MG)
Irregularidades na implantação de centro de tratamento de resíduos sanitários para deposição de resíduos urbanos e industriais, além de aterro industrial, em área localizada às margens da Rodovia Federal	266	PR/PE

BR 101.		
Sistema de esgotamento sanitário incompatível no Hospital Público Municipal Carozita Brito, em Ipojuca.	270	PR/PE
Falência do sistema de coleta de lixo do Município de Parnaíba.	234 (2) 261	PR/PI
Fiscalização de recebimento de lixo pelo aterro da Caximba.	261	PR/PR
Depósito irregular de resíduos sólidos, no Município de Cordeiro.	265	PR/RJ
Disposição dos resíduos sólidos urbanos produzidos pelo Município de Taquara.	279	PRM/Nova Hamburgo (RS)
Depósito de lixo do Município de Areia Branca na Serra Comprida, no entorno da Estação Ecológica de Itabaiana.	234	PR/SE
Irregularidades na desapropriação da área pertencente ao Engenho Central e na construção da estação de tratamento de esgoto, sem a devida realização do EIA.	264	PRM/Piracicaba (SP)
Atividade de depósito de lixo municipal em local e sob condições inadequadas.	251	PR/TO

4.1.3.1.12 Unidades de Conservação e Áreas Protegidas 12

<i>Assunto</i>	<i>Ata nº</i>	<i>Origem</i>
Desmatamento dos terrenos marginais, erosão e assoreamento de igarapés, que estaria inserido na APA do Tarumã, no Bairro (Comunidade) São Pedro.	260	PR/AM
Aterramento de lagoa, queimada e derrubada de árvores, vendas de terrenos, além de construções em APA no entorno da Lagoa da Itaperaoba, localizada na Av. Dedé Brasil, em Fortaleza.	269	PR/CE
Construção de uma cerca em APA da União, localizada na Avenida Atlântica, no bairro de Nova Barra.	234	PRM/São Mateus (ES)
Abertura irregular de estrada no interior da APA da Serra da Mantiqueira, mais especificamente no Parque Estadual Serra do Papagaio, no Município de Baependi.	256	PR/MG
Construção de um talude e de uma fossa séptica, por particular, no bairro Patarro, no Município de Itamonte, em área circundante à APA Serra da Mantiqueira.	259	PR/MG
Construção de um talude e de obras de terraplanagem na estrada Itamonte - Alagoa, no bairro Vila Julieta, no município de Itamonte, em área no entorno da APA da Serra da Mantiqueira.	266	PRM/Pouso Alegre (MG)
Desmatamento em área do entorno do Parque Estadual da Serra da Tiririca, possivelmente para construção de empreendimentos imobiliários.	274	PRM/Niterói (RJ)
Inexistência de gleba destinada à Reserva Legal na fazenda Cocão Brejinho, no Município de Lagarto.	250	PR/SE
Garantir a revogação dos artigos 19 e 20 e seus parágrafos, da Resolução n. 59/2008 da SMA/SP, que dispõe sobre a dispensa do acompanhamento dos monitores ambientais locais nas Unidades de Conservação de proteção integral do Sistema Estadual de Florestas do Estado de São Paulo.	260	PRM/Santos (SP)
Poda de figueira secular no Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira (PETAR), em São Paulo.	238	PRM/Santos (SP)
Poda de figueira secular no Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira (PETAR), em São Paulo.	264	PR/SP
Desmatamento ilegal na APA Serra do Lajeado.	249	PR/TO

4.1.3.1.13 Zona Costeira 1

<i>Assunto</i>	<i>Ata nº</i>	<i>Origem</i>
Irregularidades na construção da Avenida Beira Rio, em Itapecurum-Mirim.	234	PR/MA

4.1.3.1.14 Outros 4

Assunto	Ata nº	Origem
Irregularidades ambientais verificadas em operações fiscalizatórias realizadas no Triângulo Mineiro pelo Comitê Gestor de Fiscalização Ambiental Integrada.	278	PRM/Uberlândia (MG)
Ausência de manutenção e conservação das plantas cultivadas no canteiro central da Avenida São Sebastião, no Município de Parnaíba.	235	PR/PI
Danos a bens públicos na Cidade de Parnaíba.	275	PR/PI
Apurar eventuais danos ambientais ocorridos no programa de televisão "A Fazenda".	278	PRM/Sorocaba (SP)

4.1.3.2 Patrimônio Cultural 4

4.1.3.2.1 Arqueológico 1

Assunto	Ata nº	Origem
Construção de PCH na fazenda Dourado, no Município de Jaborandi, a qual poderá comprometer os sítios arqueológicos das regiões compreendidas entre os municípios de Posse, no Goiás, e Correntina, na Bahia.	271	PR/DF

4.1.3.2.2 Bens Móveis 1

Assunto	Ata nº	Origem
Preservação da locomotiva "Maria Fumaça", localizada no Município de Parnaíba.	244	PR/PI

4.1.3.2.3 Sítios e Conjuntos Urbanos 2

Assunto	Ata nº	Origem
Projeto de construção de ciclovia nos canais tombados do Município de Santos.	235 238	PRM/Santos (SP)

4.2 ARQUIVAMENTOS NÃO HOMOLOGADOS 260

(Recursos das decisões do colegiado)

4.2.1 Ao Conselho Institucional do Ministério Público Federal 4

4.2.1.1 Meio Ambiente 4

4.2.1.1.1 Área de Preservação Permanente 1

Assunto	Ata nº	Origem
Construções edificadas em APP do rio Piçarras, no Município de Itajaí.	268	PRM/Itajaí (SC)

4.2.1.1.2 Fauna 3

Assunto	Ata nº	Origem
Comercialização de 20 lagostas abaixo do tamanho permitido.	252	PR/CE
Comercialização de 4,5 kg de lagosta vermelha imatura com tamanho inferior ao permitido, na Praia da Taíba, no Município de São Gonçalo do Amarante.	256	PR/CE
Comercialização de 19,9 kg de lagostas de tamanho inferior ao permitido.	257	PR/CE

4.2.2 Às Procuradorias da República nos Estados e no DF 170

4.2.2.1 Meio Ambiente 151

4.2.2.1.1 Agrotóxicos e Produtos Perigosos 1

Assunto	Finalidade	Ata nº	Destino
Instalação de antena para exploração de telefonia móvel celular da banda "D" em parte da cobertura de imóvel, situado na Avenida Liberdade, no bairro de Carmo, no Município de Olinda.	Para que sejam Esclarecidas as questões acerca do cumprimento do acordo firmado na reunião.	235	PR/PE

4.2.2.1.2 Área de Preservação Permanente 44

Assunto	Finalidade	Ata nº	Destino
Acompanhamento do TAC firmado entre o MPF, MPE e R.N. Incorporações Ltda, em virtude de construção do empreendimento denominado Riviera da Ponta Negra, em APP.	Para que se oficie aos órgãos ambientais competentes, a fim de que informem se o Centro de Triagem do Ibama recebeu a reforma acordada no ajuste.	278	PR/AM
Aterro em APP, utilizando-se de sedimentos de dunas, em local próximo ao Parque do Cocó, decorrentes das obras de construção da Via Expressa.	Para as providências recomendadas na IT nº 133/09-4ª CCR.	269	PR/CE
Construção de um muro, em terreno de marinha, na praia de Iparana, na duna do Boi Choco, no Município de Caucaia.	Remeter à AGU ou ajuíze ação para a derrubada de muro construído por particular em terreno de marinha.	248	PR/CE
Construção de uma casa de alvenaria, em APP, às margens do açude São Mateus, no Município de Canindé.	Para prosseguimento e adoção das medidas	234 (3)	PR/CE
	Cabíveis para a	250 (2)	
	Recuperação dos danos ambientais.	256 (1)	
Construção de uma casa de alvenaria, em APP, às margens do açude São Mateus, no Município de Canindé.	Seja oficiado o Ibama e o Dnocs, a respeito da regeneração da APP objeto do PA e da realocação da família para área compatível com os parâmetros legais.	234	PR/CE
Construção de uma casa de alvenaria, em APP, às margens do açude São Mateus, no Município de Canindé.	Para as providências cabíveis no sentido da reparação do dano causado, mesmo que seja para firmar TAC de conduta de natureza educativa.	271	PR/CE
Desmatamento de APP, no Município de Redenção	Para que seja proposto TAC ou ajuizada ação com o fito de que o dano seja reparado.	249	PR/CE
Desmatamento de APP, no Município de Redenção	Para prosseguimento do feito e adoção de medidas pertinentes, nos termos do art. 18, inc. II, da Res. 87/006 do CSMPF.	253	PR/CE
Desmatamento e invasão em APP, às margens do açude Serafim Dia, no Município de Mombaça.	Prosseguimento do feito e a adoção das medidas pertinentes, nos termos do art. 18, inc. II, da Res. 87/006 do CSMPF.	252	PR/CE

Impedimento da regeneração natural de APP, às margens do açude São mateus, no Município de Canindé.	Seja oficiado o Ibama ou o Dnocs, questionando-se a cerca da regeneração da área objeto do presente procedimento, que deverá ser arquivado apenas após a verificação da recuperação ambiental.	234 (9) 253 (4) 256 (1)	PR/CE
Implantação do loteamento Sol e Vida, em área de dunas, na praia das Fontes, no Município de Beberibe.	Para que os órgãos ambientais esclareçam, por meio de dados técnicos, se as obras respeitaram as restrições impostas às APPs, nos termos do Código Florestal; que a Semace e a Prefeitura Municipal de Beberibe apresentem as licenças ambientais atualizadas do loteamento; bem como que a Semace e a Prefeitura Municipal de Beberibe prestem esclarecimento sobre as futuras intervenções mencionadas no relatório do Ibama/CE.	279	PR/CE
Obras de drenagem e terraplanagem e pavimentação pela empresa Construtora W2 Ltda., em área às margens do riacho Passaré.	Para encaminhamento ao MPE.	255	PR/CE
Ocupações e construções irregulares às margens da barragem do Trussu, no Município de Iguatu.	Para que se especifique as medidas adotadas quanto aos demais autuados, não relacionados nas informações sobre as Ações Cíveis Públicas que foram juntadas aos autos.	258	PR/CE
Abertura e manutenção de estrada com mais de cem metros de comprimento, abertura de platô e aração em APP de nascente. TAC.	Devida execução do TAC.	271	PR/MG
Construção de casa, garagem, restaurante e depósito, às margens de rio Aiuruoca e Ribeirão do Papagaio, no interior da APA da Serra da Mantiqueira, no Município de Aiuruoca.	Para que se aguarde a efetiva reparação do dano na esfera penal, a qual deve ser comprovada também no âmbito do PA.	267	PR/MG
Ocupação irregular de falésia e restinga, consideradas APPs, na Praia do Seixas, localizada no Município de João Pessoa.	Para que seja realizada nova vistoria no local dos fatos, visando avaliar a sua atual situação e dimensionar com precisão os danos ambientais eventualmente observados para que sejam adotadas as medidas cabíveis.	256	PR/PB
Aterramento de manguezal no Município de Imbiribeira.	Verificação do estado atual da área em questão.	269	PR/PE

Construção de um acesso na BR-116 a um posto de revenda de combustíveis situado em APP.	Para que seja informado acerca da recuperação ambiental.	237	PR/PR
Imóvel onde funcionava o antigo Cassino da Urca foi cedido ao Instituto Europeo di Desing (IED) para o desenvolvimento de atividades culturais, gerando alto impacto ambiental no bairro da Urca.	Ante a informação da existência do projeto de implementação de curso junto à GRPU/RJ, e pela possibilidade de prejuízo efetivo, para acompanhamento.	248	PR/RJ
TAC firmado entre o MPF (PRM/Resende), Ibama e o Sr. Fernando Moreira Diniz, devido à roçada de vegetação numa área de aproximadamente 300 m ² , na APP do rio Preto, situada no interior da APA da Serra da Mantiqueira e no entorno do Parna do Itatiaia.	Para observância do estabelecido na IT nº 066/08 – 4ª CCR.	235	PR/RJ
Construção de loteamento em área de manguezal e aterro na praia Lagoinha, na Cachoeira do Bom Jesus.	Para verificação exata do resultado.	239	PR/SC
Construção ilegal de muro em vegetação de restinga fixadora de dunas, na praia do Morro das Pedras, em Campeche.	Verificação se a área do condomínio em construção pertence a União e apuração da representação penal.	242	PR/SC
Danos em área de mangue, localizada nos fundos da Rádio Jovem Pan, estabelecida na rua Jaú Guedes da Fonseca, bairro de Coqueiros, no Município de Florianópolis.	Comprovação da cessação da conduta danosa ao meio ambiente, bem como a apuração do responsável para, caso ainda não ocorrido, proceda à reparação do dano.	265	PR/SC
Desmatamento no Parque Florestal da Galheta, em APP.	Para prosseguimento ao procedimento nos termos do Parecer da Floram.	253	PR/SC
Implantação de calçadão no entorno da Lagoa da Ponta das Canas, a qual se constitui em área de preservação permanente.	Informe sobre a existência de outros procedimentos administrativos tratando das demais irregularidades verificadas no autos, e em caso negativo, que se adotem as medidas cabíveis.	240	PR/SC
Matéria jornalística mencionando extração de areia do rio, despejo no entorno do mangue, além de construção de um galpão em área de manguezal, por construtora contratada pela Emurb.	Para que se esclareça quais as medidas adotadas para a solução da degradação efetivada, além de que sejam acompanhadas as providências que porventura venham a ser tomadas.	277	PR/SE

4.2.2.1.3 Desmatamento 13

Assunto	Finalidade	Ata nº	Destino
Processo de desapropriação e regularização fundiária do Seringal Extrema.	Inspeção "in loco".	248	PR/AC

Desmatamento e fabricação de carvão efetuada por carvoeiros dos Municípios de Canindé, Paramoti, Itatira e Santa Quitéria, com intuito de comercializá-lo em churrascarias de Fortaleza.	Para que seja solicitado aos órgãos ambientais competentes que informem e se necessário, promovam outra vistoria ao local, com a finalidade de apurar a existência de irregularidades.	233	PR/CE
Utilização de madeira nativa em atividade econômica (extração, depósito, beneficiamento e exportação) pelas empresas Indústrias de Madeiras Tropicana Ltda. e Theodor Nagel do Brasil Ltda em desacordo com a legislação ambiental.	Verificar se o Ministério Público Estadual adotou medidas no âmbito cível, no que se refere ao desmatamento descrito.	246	PR/ES
Corte de árvores nativas em propriedade particular, localizada em Soberbo, no Município de Liberdade.	Para prosseguimento.	255	PR/MG
Corte de árvores nativas, em propriedade particular, denominada Sítio Vargem da Índia, localizada no Município de Baependi.	Para prosseguimento.	257	PR/MG
Desmatamento ilegal de madeira na localidade Granja Muribara, no Município de Pedras de Fogo.	Para que sejam adotadas medidas eficazes para a recuperação da área degradada.	249	PR/PB
Desmatamento ilegal de Mata Atlântica em imóvel rural denominado "Granja Muribara, situado no município de Pedras de Fogo.	Para que sejam adotadas medidas eficazes para a recuperação da área degradada.	245	PR/PB
Apurar regularidade dos projetos de desapropriação e assentamento realizados pelo INCRA no estado de Pernambuco.	Adoção das medidas pertinentes.	239	PR/PE
Desmatamento de Mata Atlântica, em área situada no Loteamento Sinal Verde, Chácara Recanto Verde.	Para as providências judiciais ou extrajudiciais para recuperação da área degradada.	269	PR/PE
Recebimento de madeira serrada de diversas espécies, no período de 2004 e 2005, sem apresentação das devidas ATPFs.	Prosseguimento do procedimento administrativo, para que seja proposto TAC ou ajuizada ação.	249	PR/RS
Desmatamento irregular para construção do "Shopping Center Ilha Terceira", no bairro de Itacorubi.	Para comunicação do arquivamento ao representante, consoante dispõe o art. 17, 1º da Resolução n. 87/2007 do CSMPPF.	251	PR/SC
Desmatamento de Mata Atlântica em fazenda situada no Município de Rosário do Catete.	Para prosseguimento.	232	PR/SE
Extração irregular de madeira, sem nenhum controle dos órgãos ambientais responsáveis, na Fazenda São Francisco, situada no Município de Ananás.	Para que o Ibama seja ouvido e informe a real situação da área, com pedido de urgência em razão do tempo decorrido e da matéria em	278	PR/TO

questão ser de suma importância a floresta Amazônica.

4.2.2.1.4 Fauna 16

Assunto	Finalidade	Ata nº	Destino
Apreensão e comercialização de 20 lagostas miúdas.	Para que, ao menos, se certifique do cumprimento da multa imposta e, em caso negativo, firme TAC para cumprir medida equivalente.	233	PR/CE
Beneficiamento e comercialização de vinte quilos de lagostas sem casca.	Para que do fato resulte efetiva resposta por parte do MPF, dada a reiterada prática da pesca proibida na região.	247	PR/CE
Comercialização de lagostas inteiras, no período de defeso.	Sejam tomadas medidas contra o Restaurante Atlântico Sul.	269	PR/CE
Comercialização de lagostas imaturas em Fortaleza.	Recomendar à PR/CE que "nos procedimentos referentes à pesca Irregular, adote providências, como a assinatura de TACs, que estimulem atividades de educação ambiental direcionadas aos pescadores".	258 (2) 259 (1)	PR/CE
Conservação de lagostas vermelhas e verdes, abaixo do tamanho permitido.	Para as providências cabíveis no sentido da reparação do dano causado, mesmo que seja para firmar TAC de natureza educativa da comunidade local e respectivos incentivadores da prática predatória.	266 276	PR/CE
Representação da Comunidade Curral Velho em Acaraú que sobrevivem dos manguezais da região e enfrentam problemas com os proprietários de áreas que envolve a área, que almejam implantar viveiros de camarões.	Para desapensação dos procedimentos administrativos, adotando-se para cada um solução individual.	239	PR/CE
Viabilização da exportação de lagostas miúdas, cuja pesca e comercialização é proibida.	Para que o Procurador oficiante informe a Existência de PAs ou ICPs em trâmite sobre o assunto e ainda que tipo de medidas concretas estão sendo adotadas pelo MPF.	275	PR/CE
Manutenção irregular em cativeiro de pássaros da fauna silvestre brasileira, no Município de Santa Luzia.	Para prosseguimento	270	PR/MG
Permitir a pesca temporária de pequeno porte nas águas do Parna do Cabo Orange, a fim de possibilitar a subsistência digna da Colônia de	Para que sejam realizadas modificações no referido TAC, nos termos das informações Técnica e	235	PR/PA

Pescadores do Oiapoque.	Jurídica acostadas aos autos.		
Maus-tratos às aves, para a Cooperativa dos Criadores de Avestruzes do Nordeste – Coovestruz.	Nos termos do Enunciado nº 02/2009, o arquivamento de peças de informação autuadas somente para acompanhamento de processos judiciais não necessita da homologação da 4ª CCR.	263	PR/PE
Contrabando e comércio ilegal de animais silvestres.	Juntar aos autos cópias do TAC noticiado na promoção de arquivamento e do respectivo cumprimento.	234	PR/RJ
Manutenção em cativeiro, sem a devida autorização, de espécie de azulão.	Verificação junto ao Ibama, se o pássaro apreendido não se encontra entre aqueles ameaçados de extinção, o que atrairia a competência federal.	270	PR/RJ
Venda de espécimes da fauna silvestre brasileira, sem a devida permissão.	Para que a compra dos demais equipamentos sugeridos pela Fundação RioZoo passe a integrar o compromisso, ou adote-se outra medida, que compense, efetivamente, o dano causado.	234	PR/RJ

4.2.2.1.5 Geração e Transmissão de Energia 3

Assunto	Finalidade	Ata nº	Destino
Implementação das linhas de transmissão de energia elétrica Taquaruçu-Assis-Sumaré.	Seja determinada a comunicação do representante.	239	PR/SP
Possibilidade de supressão da Ilha Sussuapara, formada pelo lago artificial da UHE de Lajeado – Luís Eduardo Magalhães, localizada no Município de Palmas.	Para que se oficie a empresa responsável pelo reservatório objetivando esclarecer se foram adotadas as providências sugeridas pelo Ibama em 2004.	273	PR/TO
Questão da terra indígena situadas no local de instalação da UHE Tupiratins.	Para prosseguimento.	279	PR/TO

4.2.2.1.6 Infra-Estrutura e Plantas Industriais 3

Assunto	Finalidade	Ata nº	Destino
TAC referente a execução de medidas de prevenção e de reparação dos impactos ambientais causados pelas obras do empreendimento “Sistema Viário do Centro Turístico de Guadalupe”, nos Municípios de Tamandaré e de Rio Formoso.	Acompanhamento das medidas de cumprimento do TAC. Extração da cópia integral dos autos e remessa da documentação à Gerência Técnica da 4ª CCR, para análise técnica das medidas pactuadas, após o que,	252	PR/PE

	deverá ser o instrumento de acordo submetido à homologação.		
Construção de molhe de pedra para instalação de um posto de combustível para abastecer pequenas embarcações nas cercanias do local onde são produzidos ostras e mariscos, no distrito de Ribeirão da Ilha.	. Que a Floram informe acerca do cumprimento dos Autos de Infração nº 000490/1999 e nº 003963/2000, especialmente quanto a demolição da obra e demais sanções; . que a Fatma informe quanto ao cumprimento do Auto de Infração nº 02672/2000; . encaminhe-se cópia dos autos ao órgão competente a verificar a ocorrência de infração penal; . após, verificando-se inalterada a intervenção, propor Ação Civil Pública Ambiental para demolição e recuperação da área degradada.	241	PR/SC
Relatórios de fiscalização realizados pela CGU, referentes à execução de obras de recuperação de rodovias federais vinculadas ao Programa Emergencial de Trafegabilidade e Segurança nas Estradas.	Para arquivamento.	257	PR/SC

4.2.2.1.7 Ordenamento Territorial 4

Assunto	Finalidade	Ata nº	Destino
Desmatando de grande parte da Serra do Curral, com o intuito de construir prédios com cerca de 27 andares, no Município de Nova Lima.	Para que seja verificado se o empreendimento, que dista apenas 1.500 metros da Serra do Curral, tombada pelo IPHAN, não irá afetar sua ambiência ou visibilidade.	261	PR/MG
Irregularidades na implantação de loteamento em área de preservação ambiental, no Município de Vespasiano.	Para que se informe sobre a recuperação da área degradada.	279	PR/MG
Parcelamento irregular de propriedade particular localizada nas proximidades do bairro Popular "Lote Dez" no Município de Bocaina de Minas.	Para prosseguimento.	252	PR/MG
Irregularidades no licenciamento para construção de edifício hoteleiro situado na localiadde de Ingleses do Rio Vermelho no Município de Florianópolis.	Para que se cumpram as sugestões constantes na IT 118/09 – 4ª CCR, além da cobrança aos órgãos competentes para que cumpram as determinações legais relativas à APP de restinga e área de marinha.	260	PR/SC

4.2.2.1.8 Organismos Geneticamente Modificados 1

Assunto	Finalidade	Ata nº	Destino
Investigação da situação de plantios comerciais de OGMs no Estado do Ceará.	Para que seja oficiada a Delegacia do Ministério da Agricultura, bem como o Ibama acerca da existência de cultivos comerciais de OGMs no município de Juazeiro do Norte, bem como sobre o respeito às restrições estabelecidas pela legislação de biossegurança.	257	PR/CE

4.2.2.1.9 Patrimônio Genético 2

Assunto	Finalidade	Ata nº	Destino
Levantamentos realizados junto às autoridades alfandegárias referente aos "atos atentatórios à preservação da biodiversidade e soberania nacionais consistentes na apropriação de recursos biogenéticos e conhecimento de comunidades tradicionais, sem autorização estatal ou das comunidades detentoras destes conhecimentos e sem a repartição justa e equitativa de benefícios oriundos destes acessos e apropriações".	Para prosseguimento.	256	PR/BA
Remessa de duas cópias de ACPs ajuizadas pela PR/CE contra prática de atos atentatórios à preservação da biodiversidade e à soberania nacional.	Para adoção das medidas cabíveis.	239	PR/DF

4.2.2.1.10 Poluição 7

Assunto	Finalidade	Ata nº	Destino
Observância do disposto nas normas ambientais pelo empreendimento Usina Álcool Verde S/A. TAC.	Para o cumprimento das obrigações constantes no TAC e o encaminhamento do extrato para publicação.	273	PR/AC
Contaminação por mercúrio do rio Tartarugalzinho, decorrente de atividade garimpeira.	Para que, nos termos da IT n. 049/09 – 4ª CCR, sejam apuradas as responsabilidades do: Ibama, do Município, e do Estado.	251	PR/AP
Despejo de produtos químicos às margens da via pública do Município de Camaçari.	Para que seja oficiado o Centro de Recursos Ambientais, a fim de que informe sobre a situação atual e, especificamente, sobre as denúncias apresentadas pelos moradores do local.	244	PR/BA
Irregularidades na instalação de empresa, situada à rua Humberto Costa, na Barra do Jacuípe, no	Para que sejam solicitadas aos órgãos envolvidos informações acerca da real	258	PR/BA

Município de Camaçari.

localização dos terrenos dos Srs. Jorge Atta e Fernando Jorge e se a ocupação dessas áreas se enquadra nos casos excepcionais de intervenção ou supressão de APP conforme a Resolução Conama nº 369/2006.

Poluição atmosférica causada pela liberação de efluentes tóxicos por empresa produtora de agrotóxicos, no Município de Maracanaú.	Para prosseguimento das investigações, sugerindo-se especificamente: . Seja oficiada a Anvisa, para que informe os resultados da operação de fiscalização realizada em 23 de novembro na sede da empresa, e esclareça se os fatos apurados têm relação com as denúncias de poluição industrial que reiteradamente tem sido objeto de manifestações e denúncias pela população local, e . Seja oficiado o Ibama, para que manifeste-se sobre as repercussões ambientais das irregularidades apontadas pela Anvisa.	279	PR/CE
Funcionamento da Universidade Estácio de Sá sem Licença de Operação a ser emitida pelo Ibama.	Oficiar o Ibama e informar os motivos da infração.	241	PR/RJ
Contaminação do lago da UHE de Lajeado – Luís Eduardo Magalhães, nas proximidades das estações de tratamento de esgoto sanitário local, por lodo de tonalidade esverdeada.	Para que o Procurador oficiante tome as medidas que entender cabíveis para recomposição dos danos atuais e prevenção para futuros.	267	PR/TO

4.2.2.1.11 Recursos Hídricos 3

Assunto	Finalidade	Ata nº	Destino
Comercialização de água para consumo humano, sem autorização ou fiscalização dos órgãos competentes.	Para comunicação do arquivamento ao representante, consoante dispõe o art. 17, 1º da Resolução n. 87/2007 do CSMPF.	251	PR/CE
Retirada de águas dos reservatórios naturais das lagoas Opaia e Tabapuá, com rebaixamento do nível do espelho d'água.	Informe acerca da atual situação da área degradada.	234	PR/CE
TAC firmado entre as empresas Rossi Residencial S.A e Condor	Para que nos termos do Enunciado 01/2009 ¹ seja comprovado o	266	PR/RS

¹ Os Inquéritos Cíveis Públicos ou Procedimentos Administrativos, no âmbito dos quais tenha sido firmado Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta, deverão ser remetidos para homologação do arquivamento somente após o cumprimento das disposições do compromisso de ajustamento de conduta (art. 21, § 6º e § 8º)

Empreendimentos Imobiliários com os Ministérios Públicos Federal (PR/RS) e Estadual, objetivando a adoção de medidas para a preservação ambiental de aquífero existente na área em que seriam construídos os empreendimentos imobiliários pelas empresas compromissárias.

cumprimento do ajustado. Recomenda ainda, a publicação do extrato dos TACs firmados, em atendimento ao princípio da publicidade.

4.2.2.1.12 Recursos Minerais18

Assunto	Finalidade	Ata nº	Destino
Irregularidades na exploração de minas de ferro e ouro, envolvendo as empresas MMX Amapá Mineração Ltda. e Mineração Pedra Branca do Amapari Ltda.	Para informação da situação atual da questão.	279	PR/AP
Lavra clandestina de argila, no local denominado Sítio Ingá, no Município de Alto Santo.	Para nova diligência objetivando a obtenção pela origem, junto ao órgão ambiental estadual e o DNPM, informações mais detalhadas sobre a área afetada e a atividade nela executada, para melhor caracterizar o dano.	266	PR/CE
Retirada irregular de areia, sem a devida licença ambiental.	Para que seja oficiado o Ibama, a fim de que a autarquia informe se da atividade decorreram danos ambientais, e se positivo, que sejam adotadas medidas para a recomposição do dano.	260	PR/CE
Extração e comercialização de minérios, sem autorização dos órgãos ambientais competentes, pelas empresas Mineradora Areia Cristal Ltda. e BS Areia e Cascalho Ltda.	Para que seja solicitada nova vistoria no local a fim de apurar a regularidade da situação e a execução do PRAD.	245	PR/DF
Extração clandestina de granito na fazenda Cachoeira dos Lemos, no Município de Pedra do Indaiá, sem a devida autorização competente.	Para prosseguimento.	255	PR/MG
Extração de quartzo na "Fazenda Chácara", sem a devida licença, na zona rural de Cristália.	Para prosseguimento do feito e adoção de medidas pertinentes.	239	PR/MG
Extração de saibro, sem as devidas licenças ambientais, no interior da APA da Serra da Mantiqueira e no entorno do Parna do Itatiaia.	Para prosseguimento.	252	PR/MG
Irregularidades na paralisação de engarrafamento de três empresas da região com demissão de funcionários, bem como na demora para publicação do edital para novas empresas atuarem na exploração dos Parques de água	Verificar a possível ocorrência de dano ambiental na área em questão, e, em caso positivo, promover as diligências necessárias.	254	PR/MG

da Resolução 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal).

Caxambu, Cambuquira e Lambari, pela extinta Companhia Mineradora de Minas Gerais (Comig), atual Companhia de Desenvolvimento do Estado de Minas Gerais (Codemig).

Lavra irregular e clandestina de pó de pedra, brita e areia, em área que seria a titular dos direitos de exploração mineral, no Município de Belo Vale.	Colacionar aos autos cópia da ACP em trâmite na Justiça Federal que se confirme a semelhança de objeto com o PA.	270	PR/MG
Rompimento de barragem de contenção de minério na localidade de São Sebastião das Águas Claras, no Município de Nova Lima.	Para que se verifique o cumprimento do TAC.	235	PR/MG
Extração irregular de saibro em sítio na região de Agaraú, no Município de São José dos Pinhais.	Para prosseguimento do feito.	255 260	PR/PR
Extração irregular de areia, sem a devida autorização, no Município de Seropédica.	Para prosseguimento.	255	PR/RJ
Extração mineral de saibro, sem a devida licença do órgão ambiental competente, na localidade Estrela do Céu, no Município de Itaguaí.	Para que sejam oficiados os órgãos ambientais competentes objetivando que vistoriem a área degradada e, se for o caso, informem sobre as medidas necessárias À sua devida Recuperação.	276	PR/RJ
Extração irregular de basalto, no Município de Ipê.	Verificação do cumprimento da transação penal e a plena recuperação da área.	249	PR/RS
Licenciamento ambiental para exploração de calcário pela empresa Fujita Mineração Ltda, situada no Município de Rio da Conceição.	Para que seja oficiado o órgão ambiental estadual para que informe se a empresa apresentou o Laudo solicitado pelo Ibama, devendo também atestar se na área de influência do empreendimento existem cavidades naturais subterrâneas.	250	PR/TO
Licenciamento ambiental para exploração de calcário pela empresa SARP Mineração LTDA.	Para que seja informada a situação da ação penal movida contra a empresa SARP Mineração.	257	PR/TO
Extração mineral de areia do leito do rio Tocantins por duas dragas, à jusante da barragem da UHE de Lajeado – Luís Eduardo Magalhães, além do represamento ilegal de um riacho afluente do Tocantins, em Lajeado.	Para as diligências pertinentes.	275	PR/TO

4.2.2.1.13 Resíduos Sólidos 1

Assunto	Finalidade	Ata nº	Destino
Concentração de aves próximo a área de segurança aeroportuária, causando risco de acidentes com as aeronaves, em razão da instalação e operação de	Para que se verifique se Está sendo observada a Resolução Conama nº 04/1995, e na hipótese de	239	PR/SP

aterro sanitário urbano em área nada ter sido feito, que contígua a do aeroporto, pela Prefeitura sejam adotadas medidas de São José dos Campos. cabíveis.

4.2.2.1.14 Unidades de Conservação e Áreas Protegidas 32

Assunto	Finalidade	Ata nº	Destino
Falta de limpeza da rede de esgoto do Município de Santana, o qual estaria sendo despejado no rio Amazonas, e devido ao rompimento da tubulação do mencionado sistema de escoamento sanitário sobre a RPPN Revecon.	Para que os autos sejam apensados ao novo PA, dada a gravidade do fato, bem como sejam acompanhados todos os atos de reparação.	279	PR/AP
Ação de vândalos no interior do Parque Botânico do Ceará acarretando danos ao patrimônio e colocando em risco a integridade daqueles que o frequentam.	Para que seja diligenciado em que estágio, ou mesmo se fora concluída a obra em questão.	268	PR/CE
Construção do projeto denominado "Instituto de Educação", no entorno do Parque Ecológico do Rio Cocó.	Para adoção das medidas necessárias e suficientes à recuperação do dano ambiental e eventual responsabilização penal dos infratores.	233	PR/CE
Construção irregular no entorno do Parque Ecológico do Rio Cocó, sem autorização do órgão ambiental competente.	Para adoção das medidas cabíveis.	279	PR/CE
Desapropriações na Serra do Meruoca, para implementação do Parna do Meruoca, no Município de Sobral.	Para coleta de informação atualizada.	277	PR/CE
Desmatamento ocorrido em 2000, em área de preservação ambiental no município de Viçosa do Ceará.	Para que seja solicitada vistoria no local a fim de apurar a regularidade da situação.	272	PR/CE
Construção de obras em APA abrangendo solo hidromórfico, na Colônia Agrícola Vicente Pires, sem autorização do órgão competente.	Para prosseguimento.	232	PR/DF
Irregularidades ocorridas na RPPN Campo Alegre, localizada no Município de Alto Paraíso de Goiás.	. oficiar ao Ibama para que encaminhe a vistoria referida na exordial, bem como atualize as informações acerca; confirme se o auto de infração nº 378297-D, de 03/02/04, do Ibama/GO refere-se a intervenção em tela, se houve a quitação da multa e que medidas de compensação ou recomposição propõe; . oficiar ao Ibama para que informe se ainda persiste e quais medidas foram tomadas em razão da invasão da área da RPPN pela senhora Celiane Bianco, ocorrida no limite oeste da Fazenda Campo Alegre, na	249	PR/DF

divisa com a propriedade do espólio da família do Dr. Vicente Ferreira;
 . após a resposta, adotem-se as eventuais medidas cíveis e penais pertinentes;
 . juntem-se aos autos o AR ou correpondente ao cumprimento da notificação do arquivamento ao autor ou ao cumprimento da notificação do arquivamento ao autor ou repita-se a notificação no endereço indicado na exordial e às fls. 30 do anexo II.

Supressão de vegetação nativa, remoção de solo para construção de casas e promoção de erosão nas encostas da Chapada Contagem, área inserida na APA do Parna de Brasília.	Prosseguimento do feito e adoção das medidas pertinentes, nos termos do art. 18, inc. II, da Resolução 87/2006 do CSMPF.	253	PR/DF
Abertura de plataforma, por meio de movimentação de terra; construção de dois barramentos em série em outro curso d'água para criação de peixes, em propriedade particular, denominada Fazenda do Juca, localizada no interior da APA da Serra da Mantiqueira, no Município de Bocaina.	Para prosseguimento.	256	PR/MG
Abertura de um aterro no interior da APA da Serra da Mantiqueira, mais especificamente na Vila de Santo Antônio do Rio Grande, no Município de Bocaina.	Para prosseguimento.	257	PR/MG
Abertura irregular de estrada em propriedade particular, localizada no bairro Serra da Cangalha, no interior da APA da Serra da Mantiqueira, no Município de Aiuruoca.	Para prosseguimento.	255	PR/MG
Construção de chalé, em propriedade particular, localizada no bairro de Santa Clara, no Município de Bocaina.	Para prosseguimento.	256	PR/MG
Construção de um barramento de pedra em curso d'água para servir de abastecimento de água à Pousada das Araucárias, em propriedade particular, na Pousada Araucária, localizada no interior da APA Serra da Mantiqueira, no Município de Bocaina.	Para prosseguimento.	256	PR/MG
Construção de um imóvel residencial, em propriedade particular, localizada no Município de Bocaina.	Para prosseguimento.	256	PR/MG
Construção de um lago artificial, em área de manancial próximo ao rio das Flores, supostamente causando danos no entorno do Parna Itatiaia e no interior da APA da Serra da Mantiqueira.	Para as providências cabíveis no sentido da reparação do dano causado, mesmo que seja para firmar TAC	278	PR/MG

	de natureza educativa ou similar, apenas como sugestão, ou qualquer medida que entender cabível à espécie.			
Construção irregular no Loteamento Jardim Iracema, Visconde de Mauá, no interior da APA Serra da Mantiqueira, no Município de Bocaina.	Para prosseguimento.	256	PR/MG	
Danos ambientais em propriedade particular, situada no interior da APA Serra da Mantiqueira e também no Parque Estadual da Serra do Papagaio, localizada na Comunidade do Santo Daime e Serra da Ganjica, no Município de Baependi/MG.	Para prosseguimento.	256	PR/MG	
Desvio de curso e represamento de rio com a finalidade de exploração da atividade econômica da piscicultura, no interior da APA da Serra da Mantiqueira.	Para que se aguarde a efetiva reparação do dano na esfera penal, a qual deve ser comprovada também no âmbito do PA.	267	PR/MG	
Instalação de aterro em área de várzea, pela Prefeitura Municipal, localizada no interior da APA da Serra da Mantiqueira e no entorno do Parna do Itatiaia, no Município de Bocaina.	Para prosseguimento.	252	PR/MG	
Prática não autorizada de motocross em área de Reserva Permanente de Patrimônio Natural (RPPN), localizada na Fazenda Serra dos Garcias, no Município de Aiuruoca.	Para que, independente de ser uma servidão de passagem de fato ou de direito, se promova a ação competente visando a extinção dessa servidão, caso se comprove a existência de dano ambiental pelo uso desse caminho quer por pessoas ou animais, e de "uma estrada oficial, adjacente que serve à comunidade como um todo para acesso às cachoeiras e ao portal de entrada do parque", como afirma a representante, ou a imposição de limitações do uso da servidão, para que seja ali proibida, inclusive com os necessários avisos, a circulação de motocicletas, mormente para a prática de "motocross" na região.	272	PR/MG	
Queimadas em propriedade particular, localizada no interior da APA da Serra da Mantiqueira e no entorno do Parna do Itatiaia, no Município de Bocaina.	Para prosseguimento.	252	PR/MG	
Remoção de terra e reforma de estrada	Para prosseguimento.	259	PR/MG	

por particular, na localidade denominada "Hotel Casa da Montanha", no Município de Bocaina.			
Roçada e corte de árvores em propriedade particular, localizada no interior da APA da Serra da Mantiqueira e no entorno do Parna do Itatiaia, no Município de Bocaina.	Para prosseguimento.	252	PR/MG
Supressão de vegetação no interior da APA da Serra da Mantiqueira.	Para que se aguarde a efetiva reparação do dano na esfera penal, a qual deve ser comprovada também no âmbito do PA	267 279	PR/MG
Supressão de vegetação, em propriedade particular, denominada Fazenda Boa Vista, no município de Bocaina.	Para prosseguimento.	261	PR/MG
Terraplanagem, abertura de estrada e queimadas em propriedade particular, localizada no interior da APA da Serra da Mantiqueira e no entorno do Parna do Itatiaia, no Município de Bocaina.	Para prosseguimento.	252	PR/MG
Ocupações irregulares na Rebio do Jarú, desde 1995.	Para que o Procurador informe acerca da situação atual e se o restante das moradias que ainda permanecem no interior da Rebio são objeto dos outros procedimentos administrativos mencionados.	262	PR/RO
Desmatamento no Parna da Serra da Bocaiúva, na localidade denominada Sítio São Judas Tadeu, no Município de Paraty.	Constatação, mormente ante a informação de que o Ibama não vem cumprindo com o cronograma de trabalho acertado com a PR/RJ para fiscalização do Parna onde ocorreram os fatos.	265	PR/RJ
Irregularidades nas obras de implantação do Condomínio Residencial San Raphael em área inserida nos limites da APA Petrópolis, tal como a ausência de licença ou autorização dos órgãos ambientais.	Para que se verifiquem as condições atuais do empreendimento no tocante às recomendações – mitidas.	235	PR/RJ
Acompanhamento do combate ao incêndio florestal de grande abrangência, ocorrido em 1998, na Ilha do Bananal, que abriga o Parna do Araguaia.	Para prosseguimento do feito e adoção das medidas pertinentes.	255	PR/TO

4.2.2.1.15 Zona Costeira 2

Assunto	Finalidade	Ata nº	Destino
Construção de uma cerca e uma rampa nos limites da Base Aérea, localizada na praia de Tapera, no Município de Florianópolis.	Para diligências necessárias.	242	PR/SC
Construção irregular de um galpão e	À cientificação da	272	PR/SC

uma rampa de acesso a barcos em representante, inclusive para areias da praia de Sambaqui, em que possa manifestar-se perante o MPE, se for o caso.

4.2.2.1.16 Outros 1

Assunto	Finalidade	Ata nº	Destino
Irregularidades no Convênio nº 53/67, firmado pela Fundação Pró-Vita com o MMA, por intermédio do Fundo Nacional do Meio Ambiente (Fnma).	Por não caber análise revisional desta Câmara, e considerando já ter havido manifestação da 5ª Câmara quanto à questão da improbidade.	279	PR/RJ

4.2.2.2 Patrimônio Cultural 19

4.2.2.2.1 Arqueológico 1

Assunto	Finalidade	Ata nº	Destino
Ausência de prospecção arqueológica no licenciamento dos empreendimentos da Empresa Enguia Power Ltda., dedicada à produção de biodiesel, nos Municípios de Canto do Buriti e Alvorada do Gurguéia.	Para as providências cabíveis, com fulcro no art. 62, IV, da lei Complementar nº 75/93.	258	PR/PI

4.2.2.2.2 Arquitetônico e Paisagístico 9

Assunto	Finalidade	Ata nº	Destino
Demolição de edificação de interesse histórico na cidade de Fortaleza, sem autorização do órgão de proteção patrimonial.	Sugere a propositura de ACP pelo representante do MPF, com objetivo de obter a reparação pelos danos morais coletivos decorrentes da demolição de prédio com valor cultural, em processo de tombamento.	269	PR/CE
Investigação e apuração do acervo cultural específico do Dnocs.	Informe se a restauração do Solar Carvalho Mota foi concluída e se houve naquele local a implantação do Centro de Referência e Documentação do Semi-árido, com instalações adequadas para abrigar o acervo cultural do Dnocs.	279	PR/CE
Estado de conservação e preservação dos principais museus e acervos da Cidade de Goiás.	Sejam adotadas medidas mais precisas quanto à proteção dos museus e acervos históricos na Cidade de Goiás.	232	PR/GO
Alienação de imóvel pertencente à RFFSA, localizado na Av. Sete de Setembro, s/n, e imóveis descritos, localizados na Rua dos Ferroviários, entre as Ruas Maceió e Eng. Costa Barros-VI Oficinas, todos na Cidade de	Para que se oficie a Prefeitura de Curitiba acerca da existência de medidas para preservação das residências da Rua dos	275	PR/PR

Curitiba.	Ferrovários.		
Irregularidades em obra realizada no Instituto Benjamin Constant (IBC).	Para que seja providenciada a documentação relacionada.	279	PR/RJ
Irregularidades na administração de imóvel tombado pela Prefeitura, de propriedade do INPI, no Rio de Janeiro.	Apure a situação atual do mencionado bem no que diz respeito ao seu estado de conservação, tendo em vista que se trata de patrimônio público federal de interesse cultural.	232	PR/RJ
Irregularidades praticadas pela empresa Extra Boulevard, referentes à não conservação de imóvel supostamente tombado pelo IPHAN.	Para que seja verificado o estado de conservação do imóvel em questão e da antiga Vila Operária, o que pode ser feito através de requisição de vistoria ao IPHAN ou de análise técnica pelos analistas periciais da 4ª CCR.	261	PR/RJ
Processo de tombamento do Parque Municipal da Galheta em Florianópolis.	Coleta de informações atualizadas sobre o respectivo tombamento.	249	PR/SC
Desabamento de imóvel tombado na cidade de São Cristóvão.	Para que seja ajuizada ACP em face do IPHAN e do responsável pelo imóvel, com objetivo de obter a devida reparação pelo dano ocasionado ao patrimônio cultural brasileiro, e para que sejam apuradas as responsabilidades criminais pelo desabamento do imóvel.	276	PR/SE

4.2.2.2.3 Documental 2

Estado de conservação do acervo pertencente ao Museu Negra da Academia Estadual de Polícia Sílvia Terra, devido a incêndio ocorrido em 1989.	Para ciência do interessado.	256	PR/RJ
Vedação de acesso de pesquisadores da Associação Brasileira de Pesquisadores de História e Genealogia (Asbrap) a registros paroquiais pela Igreja Católica.	Prosseguimento do feito e adoção das medidas Cabíveis pelo órgão ministerial a fim de que, preservando-se a conservação dos Documentos sob a guarda da Diocese, seja permitido seu acesso aos pesquisadores, sendo eventuais encargos suportados pelo interessado.	235	PR/SP

4.2.2.2.4 Sítios e Conjuntos Urbanos 6

Assunto	Finalidade	Ata nº	Destino
---------	------------	--------	---------

Empreendimento imobiliário em desacordo com o tombamento federal da cidade de Brasília, localizado no SGAN 906. TAC.	Para que o IPHAN realize vistoria no local.	274	PR/DF
Obras de reforma da fachada em imóvel localizado no Centro Histórico de Belém, Travessa Padre Prudêncio, n. 359.	Para prosseguimento.	256	PR/PA
Colocação de asfalto na rua Manoel Borba, quando a pavimentação originária era pedra granítica, e ainda pelo desvio do trânsito, durante o período do Carnaval de 2006, que acarretou um intenso fluxo de veículos na citada rua, no Município de Olinda.	Seja solicitado aos órgãos competentes que promovam nova vistoria na localidade objeto da representação, a fim de se apurar a regularidade da situação, bem como, se for o caso, sejam tomadas medidas para pavimentação da área em questão.	232	PR/PE
Construções irregulares na vizinhança de bem tombado, no Município de Oeiras.	A fim de que sejam esclarecidas as medidas adotadas pela Procuradoria do IPHAN para proteção do patrimônio histórico e cultural.	272	PR/PI
Continuação de obras irregulares em imóvel localizado na rua Cel. Erundino Prado n. 167, no Centro Histórico de São Cristóvão, mesmo ter sido embargada pelo IPHAN.	Para que seja solicitada nova vistoria no local, a fim de apurar a regularidade da situação.	269	PR/SE
Demolição do imóvel situado na rua José de Alencar Cardoso, n. 473, no Centro Histórico de São Cristóvão, efetuada pela Prefeitura Municipal de São Cristóvão	Para que seja ajuizada ACP em face do IPHAN e do responsável pelo imóvel com objetivo de obter a devida reparação pelo dano ocasionado ao patrimônio cultural, e para que sejam apuradas as responsabilidades criminais pelo desabamento do imóvel.	271	PR/SE

4.2.2.2.5 Outros 1

Assunto	Finalidade	Ata nº	Destino
Possível tombamento de bens da extinta RFFSA que seriam leiloados.	Para as diligências pertinentes.	259	PR/PE

4.2.3 Às Procuradorias da República em Municípios 86

4.2.3.1 Meio Ambiente 77

4.2.3.1.1 Área de Preservação Permanente 13

Assunto	Finalidade	Ata nº	Destino
Extração de barro em APP, localizada na Fazenda São José, em Angra dos Reis.	Verificação da recuperação da área degradada.	260	PRM/Angra dos Reis (RJ)
Ocupação irregular em APP, localizada na praia de Palmas, no Município de Angra dos Reis.	Realização de nova vistoria para apurar o estágio atual em que se encontra a ocupação da praia de Palmas.	271	PRM/Angra dos Reis (RJ)

Desmatamento nas cabeceiras do rio Itajaí, no Município de Papanduva.	Esclarecimento sobre eventuais providências relacionadas à reparação do dano ambiental, se de fato houve.	238	PRM/Blumenau (SC)
Dimensões das áreas de preservação permanente da Fazenda Santa Rita do Pau Funcho, para fins de desapropriação para implantação de projeto de assentamento.	Ciência ao autor da representação, para o cumprimento das disposições do art. 17, §§ 1º e 3º da Resolução CSMPF nº 87/2006.	257	PRM/Campos dos Goytacazes (RJ)
Plantio e construção em APP, às margens do rio Paraíba do Sul.	Para que sejam solucionadas dúvidas apontadas quanto a área estar situada ou não em APP, e que sejam tomadas as devidas providências.	249	PRM/Campos dos Goytacazes (RJ)
Ocupação irregular da margem direita do rio Parnaíba, no Município de Barão de Grajaú.	Para as diligências pertinentes.	264	PRM/Caxias (MA)
Construções de duas casas e rampa em APP, localizadas à margem direita do rio Sapucaí, no Município de Restinga.	Para que sejam tomadas as providências cabíveis no sentido de se recuperar a área então degradada.	270	PRM/Franca (SP)
Edificações irregulares às margens do rio Piçarras, no Município de Itajaí.	Identificados os imóveis situados à margem do rio Piçarras, prossiga-se nas investigações em relação as demais construções ilegais.	249	PRM/Itajaí (SC)
Ocupação irregular e supressão de vegetação em APP, às margens do rio Iriry, no Município de Penha.	Para prosseguimento, oficiando-se a Gerência Regional do Patrimônio da União de Santa Catarina e Fatma à respeito da atual regularidade do empreendimento sob análise, bem como das medidas adotadas para a recuperação ambiental das áreas degradadas.	233	PRM/Itajaí (SC)
Desmatar florestas e demais formas de vegetação em área supostamente de preservação permanente, localizada em Figueira, no município de Arraial do Cabo.	Para que seja oficiada a Gerência Regional de Patrimônio da União para que informe a respeito e, assim, sejam tomadas as medidas possíveis.	257	PRM/Niterói (RJ)
Supressão de vegetação rasteira gramínea na Fazenda Retiro/Campestre, às margens do reservatório da UHE de Volta Grande, no Município de Igarapava.	Confirmação do ocorrido.	279	PRM/Ribeirão Preto (SP)
Desmatamento e queimada de vegetação, em estado de regeneração, às margens da lagoa da Jijoca, em região pertencente ao Parna de Jericoacoara, no Município de Jijoca de Jericoacoara.	Para que seja verificado se houve, efetivamente, a recomposição do dano, seja por meio da assinatura de TAC, seja pela regeneração natural, atestada pelo órgão federal do meio ambiente (art. 18, II, da Res. CSMPF 87/2006).	261	PRM/Sobral (CE)

Edificação às margens do reservatório da UHE de Volta Grande, no Município de Água Comprida.	♦ Que seja oficiado o Ibama e a Cemig para que se manifestem acerca do teor da informação técnica produzida pela 4ª Câmara, acerca da demarcação da APP, bem como para que elaborem Parecer sobre a extensão da ocupação da APP do reservatório da UHE Volta Grande; ♦ Seja oficiado o Ibama questionando-se acerca da lavratura de auto de infração ou abertura de PA referente à situação objeto do presente procedimento e do laudo de constatação elaborado por analistas ambientais deste órgão.	278	PRM/Uberaba (MG)
--	--	-----	------------------

4.2.3.1.2 Desmatamento 6

Assunto	Finalidade	Ata nº	Destino
Apreensão de madeiras mantidas em depósito, sem a licença competente e a nota fiscal, na localidade de Sertão do Taquari, no Município de Paraty.	Para prosseguimento.	259	PRM/Angra dos Reis (RJ)
Desmatamentos e a existência de fornos para produção de carvão vegetal, nos assentamentos do INCRA, no Estado de Santa Catarina.	Verificação da regularidade ambiental dos referidos licenciamentos, bem como se a produção de carvão nos respectivos assentamentos é atividade passível de ser licenciada, especialmente por tratar-se de Mata Atlântica. Em caso negativo, nada justifica a presença de fornos de carvão, evidenciado a necessidade de sua destruição.	264	PRM/Chapecó (SC)
Possível grilagem de terras por parte da Sociedade Empresária Brasil Holanda de Indústria S/A (Bralanda), na região do Vale Verde, no Município de Porto Seguro.	Para os devidos acompanhamentos.	260	PRM/Eunápolis (BA)
Irregularidade na concessão de licença ambiental para corte de vegetação, bem como para implantação do projeto do Joinville Esporte Clube (JEC), realizado pela Fatma.	Devida cientificação do representante.	232	PRM/Itajaí (SC)
Implantação de uma base florestal, pela empresa Votorantim Celulose e Papel S/A, com recursos do Bndes e com dispensa de licenciamento ambiental, na	Adoção das providências cabíveis.	259 275	PRM/São José dos Campos (SP)

cidade de Jacareí.

4.2.3.1.3 Fauna 3

Assunto	Finalidade	Ata nº	Destino
Pesca irregular, especialmente de sardinha pequena, pelos chamados "barcos caça-isca", na Baía da Guanabara.	Para prosseguimento.	242	PRM/Niterói (RJ)
Pesca de arrastão, nos rios Tapajós e Amazonas (Ituqui), por pescadores do Município de Óbidos, o que estaria prejudicando os pescadores artesanais de Santarém.	Para as providências cabíveis.	257	PRM/Santarém (PA)
Riscos na importação e criação da espécie exótica denominada Caramujo Africano (<i>Achatina fulica bowdich</i>).	Para prosseguimento.	249	PRM/Taubaté (SP)

4.2.3.1.4 Geração e Transmissão de Energia 1

Assunto	Finalidade	Ata nº	Destino
Licenciamento ambiental do empreendimento denominado Usina Termelétrica de Petrolina (UTE Petrolina).	Sejam requisitados e avaliados os relatórios de monitoramento, o cumprimento da Licença de Operação expedida e os documentos que comprovem a destinação final de resíduos sólidos.	247	PRM/Petrolina (PE)

4.2.3.1.5 Infra-Estrutura e Plantas Industriais 2

Assunto	Finalidade	Ata nº	Destino
Elaboração de TAC em face de irregularidades no processo de licenciamento ambiental da Plataforma semi-submersível SS-06, na Bacia de Campos.	Para prosseguimento do feito e adoção das medidas cabíveis.	247	PRM/Campos dos Goytacazes (RJ)
Ampliação do porto de São Sebastião.	Para ratificação da decisão de arquivamento ou o prosseguimento da investigação.	263	PRM/São José dos Campos (SP)

4.2.3.1.6 Ordenamento Territorial 4

Assunto	Finalidade	Ata nº	Destino
Aterro de um curso d'água e extração mineral irregular em razão dos trabalhos de terraplanagem, sem a devida autorização, para implantação de um loteamento, no Município de Morro da Fumaça.	Para as providências cabíveis no sentido da compensação do dano causado anteriormente à regularização do empreendimento.	272	PRM/Criciúma (SC)
Implantação do Projeto de Urbanização da Avenida José Temístocles de Macedo até a esquina com a rua dos Príncipes, com a fiscalização da Fatma e do Ibama.	Para o acompanhamento da implantação do Projeto de Urbanização, verificando-se a viabilidade ambiental e os reflexos em bens da União, terrenos de marinha e APPs federais.	247	PRM/Itajaí (SC)
Construção do Condomínio Costa dos Alcatrazes, em área de Mata Atlântica,	Para prosseguimento.	259	PRM/São José dos Campos (SP)

na praia do Jukehy, no Município de São Sebastião.

Implantação do loteamento denominado "Colibri", às margens do reservatório da UHE de Volta Grande, no Município de Água Comprida.	Para que sejam adotadas as sugestões indicadas pelo Ibama no Laudo de Constatação.	255	PRM/Uberaba (MG)
---	--	-----	------------------

4.2.3.1.7 Organismos geneticamente Modificados 1

Assunto	Finalidade	Ata nº	Destino
Experimento com eucalipto geneticamente modificado pela Suzano Papel e Celulose S. A., no Município de Angatuba/SP, anteriormente aprovado na edição do Comunicado nº 02, de 12/07/07, da CTNBio, que estabeleceu regras mais restritivas no que se refere à biossegurança dos experimentos.	Para que sejam oficiados os órgãos de fiscalização e a empresa Suzano Papel e Celulose, a respeito da necessidade de o campo experimental adequar-se, no que for possível, às exigências do Comunicado nº 02 da CTNBio, principalmente no que se refere à conclusão do experimento.	266	PRM/Sorocaba (SP)

4.2.3.1.8 Poluição 6

Assunto	Finalidade	Ata nº	Destino
Curtumes instalados dentro do distrito industrial de Patrocínio Paulista, bem como despejo de esgoto e lixo hospitalar no rio Sapucaí-Mirim.	Apuração da irregularidade mencionada nos autos do PA, ante a possibilidade de prática de atividade poluidora e de crime ambiental.	276	PRM/Franca (SP)
Lançamento clandestino de esgoto doméstico nos balneários do Município de Navegantes, bem como transferência de local do Torneio de Pesca de Arremesso, como medida a evitar lesões aos banhistas devido a anzóis perdidos na água.	Providências cabíveis.	262	PRM/Itajaí (SC)
Verificação se os veículos em circulação pelas rodovias federais que cortam Santa Catarina estão de acordo com os padrões estabelecidos pelo Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores (Procomve).	Apuração dos eventuais resultados alcançados com a utilização do equipamento pela PRF.	232	PRM/Joinville (SC)
Contaminação da Baía da Guanabara, em virtude do lançamento de chorume advindo do lixão do Aterro Morro do Céu, em Niterói.	Providências no sentido de intimar o Sr. Gerhard Sardo sobre a promoção de arquivamento.	241	PRM/Niterói (RJ)
Contaminação da represa de Furnas pelo lançamento de esgoto "in natura", mantida pelo Município de Cabo Verde.	Acompanhamento dos desdobramentos do Termo de Cooperação Técnica mencionado, que resultaria na elaboração de projeto básico de saneamento para o Município.	277	PRM/Passos (MG)
Contaminação por coliformes fecais nas águas do Reservatório da UHE de Mascarenhas de Moraes, na represa de Peixoto, no Município de Delfinópolis.	Para que seja acompanhado o processo de liberação de verba e a construção da ETE no	269	PRM/Passos (MG)

Município, com a cessação de lançamento de dejetos sem o devido tratamento na represa de Furnas.

4.2.3.1.9 Recursos Hídricos 3

Assunto	Finalidade	Ata nº	Destino
Exploração de águas subterrâneas provenientes do Aquífero Guarani, em Lins, por parte do empreendimento denominado "Hotel Quality Resort", Campestre Empreendimentos e Turismo Ltda.	Para providências.	233	PRM/Bauru (SP)
Crescimento de áreas destinadas ao plantio de cana de açúcar colocando em risco as nascentes do rio São Francisco, bem como proposta de alteração dos limites do Parna da Serra da Canastra.	Realização das diligências necessárias.	233	PRM/Divinópolis (MG)
Obra de engenharia na foz do rio Trancoso, no Município de Porto Seguro.	Promover a comunicação do arquivamento ao representante.	243	PRM/Eunápolis (BA)

4.2.3.1.10 Recursos Minerais 14

Assunto	Finalidade	Ata nº	Destino
Extração irregular de mineral para fabricação de cerâmica, pela empresa Olaria Santa Fátima, no Município de Quatá.	Para oficializar os órgãos ambientais competentes para que se manifestem sobre a necessidade do licenciamento ambiental.	276	PRM/Assis (SP)
Possível extração de argila sem licença do órgão ambiental competente. Cumprimento parcial do TCRA.	Para verificação da regularidade da situação.	272	PRM/Assis (SP)
Extração de argila às margens do rio Uruguai, em APP.	Acompanhamento do cumprimento do TAC.	243	PRM/Carazinho (RS)
Extração de saibro, basalto e argila, sem licença do órgão competente, no Município de Salvador do Sul.	Para providências.	260	PRM/Caxias do Sul (RS)
Extração irregular de basalto em propriedade particular em Linha Nova Turvo, no Município de Protásio Alves.	Prosseguimento do feito, a fim de que seja expedida recomendação ao DNPM/SC, para que passe a exigir o licenciamento ambiental prévio às outorgas de autorização de pesquisa ou de permissão/concessão de lavra.	248	PRM/Caxias do Sul (RS)
Extração irregular de granito, sem a devida autorização do DNPM e sem a devida licença ambiental.	Para prosseguimento do feito e adoção das medidas pertinentes.	278	PRM/Erechim (RS)
Lavra clandestina de argila, na localidade de Barroão, no Município de Bom Jesus da Lapa, em APP do rio São Francisco.	Para o prosseguimento do feito e adoção das medidas pertinentes.	260 (2)	PRM/Guanambi (BA)
Elaboração de TACs com a finalidade de regularizar as atividades de extração mineral, assim como investigação na região próxima a Santo Antônio de Pádua, pertencente ao Município de	Prosseguimento do feito.	259	PRM/Juiz de Fora (MG)

Pirapetinga, objetivando proibir a extração de recursos minerais de forma ilícita.

Extração de diamante sem a devida outorga de título minerário pelo DNPM e licença ambiental pelo órgão estadual competente, na Fazenda Rio Preto/Açafrão, zona rural do Município de Abadia dos Dourados.	Tratar a questão referente à recuperação do dano ambiental com o DNPM e pelo órgão ambiental, por ocasião de concessão de eventuais licenças.	256	PRM/Patos de Minas (MG)
Extração ilegal de areia na localidade denominada Unamar, no Município de Cabo Frio.	Para prosseguimento.	265	PRM/São Pedro da Aldeia (RJ)
Instalação e operação de empreendimento de exploração mineral de calcário, na divisa dos Estados de São Paulo e Paraná.	Oficiar ao Ibama, aos Ministérios Públicos e órgãos ambientais de São Paulo e do Paraná, além do DNPM, para que de tudo tomem conhecimento e se manifestem, cercando-se os representantes ministeriais de todas as informações possíveis, a fim de apurar devidamente a ocorrência de danos ambientais e à população local.	279	PRM/Sorocaba (SP)
Extração e tratamento de minerais, especificamente a lavra de areia no leito do rio Boi Morto, no Município de Aparecida.	Para que se verifique e aguarde o levantamento do possível dano ambiental e sua Devida reparação e compensação.	271	PRM/Sousa (PB)
Extração de areia e construções às margens do rio Grande, na localidade denominada "Fazenda São Geraldo", em Uberaba.	Realização das diligências mencionadas na IT 185/09 – 4ª CCR.	268	PRM/Uberaba (MG)

4.2.3.1.11 Resíduos Sólidos 3

Assunto	Finalidade	Ata nº	Destino
Existência de aterros sanitários clandestinos, com aval da Prefeitura de Passo de Torres, próximos a mata de <i>Pinus</i> , mananciais d'água e vegetação nativa.	Para que seja verificado junto aos órgãos ambientais competentes se os supostos aterros sanitários clandestinos situam-se no interior ou próximos à APA Federal.	278	PRM/Criciúma (SC)
Processos de coleta, beneficiamento e guarda dos rejeitos tóxicos produzidos pela empresa Removedora de Resíduos Souza Vidal Ltda.	Para juntada da inicial da ACP e, se possível, informações acerca da destinação dos resíduos oleosos objeto do transbordo.	236	PRM/Joinville (SC)
Ausência de fiscalização e controle dos órgãos públicos competentes quanto à comercialização de produto biológico para fins de tratamento de efluentes domésticos e industriais.	Oficiar à Anvisa, a fim de que informe sobre a potencialidade lesiva do produto biológico em questão.	244	PRM/Sorocaba (SP)

4.2.3.1.12 Unidades de Conservação e Áreas Protegidas 15

Assunto	Finalidade	Ata nº	Destino
Construção irregular no local denominado praia da Caixa de D'Aço, no interior do Parna Serra da Bocaina, em Paraty.	Para que seja oficiado o Parque para informar sobre o procedimento em análise.	255	PRM/Angra dos Reis (RJ)
Irregularidades na construção de duas casas de alvenaria com um muro de arrimo, bem como desmatamento e extração de pedra costeira, sem o devido licenciamento, situado no Saco de Mamanguá, reconhecido como APA, incluído na Reserva de Cairuçu, no Município de Paraty.	Para o respectivo arquivamento, pois conforme estabelece o Enunciado nº 02/2009, é desnecessário o envio à 4ª CCR de procedimentos instaurados com a exclusiva finalidade de acompanhamento de ações judiciais.	240	PRM/Angra dos Reis (RJ)
Reconstrução irregular de um barraco no interior do Parna da Serra da Bocaina em desrespeito a prévio Termo de Embargo.	Para que sejam tomadas as medidas cabíveis quanto à própria construção irregular no interior do Parna.	233	PRM/Angra dos Reis (RJ)
Incêndio ocorrido na Ilha Redonda em 1997, no interior do Parnamar de Abrolhos, no Município de Caravelas.	Para as providências cabíveis para que se obtenha a compensação do dano causado, mesmo que seja para firmar TAC de natureza assistencial ou educativa, a ser revertido para a unidade de conservação e preservação das espécies que nela vivem.	269	PRM/Eunápolis (BA)
Desatualização dos planos de manejo e de ação emergencial para o Parna do Monte Pascoal.	Requisitar ao ICMBio e à administração do Parna informações atualizadas a respeito do Plano de Manejo e ação emergencial.	260	PRM/Ilhéus (BA)
Construção de uma casa de alvenaria e madeira, nos limites do Parna da Serra da Canastra.	Para cumprimento do mandamento constitucional.	264	PRM/Passos (MG)
Construção irregular de dois taludes em área situada na APA Serra da Mantiqueira, no Município de Itamonte.	Para o devido prosseguimento.	279	PRM/Pouso Alegre (MG)
Acompanhar a ACP nº 2005.51.08.00561-7, ajuizada pela Associação da Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo (Aremac) em face da União, tendo como pano de fundo questões relativas à implantação da Unidade de Conservação.	Para o respectivo arquivamento, pois conforme estabelece o Enunciado nº 02/2009, é desnecessário o envio à 4ª CCR de procedimentos instaurados com a exclusiva finalidade de acompanhamento de ações judiciais.	238	PRM/São Pedro da Aldeia (RJ)
Irregularidades na reativação do antigo Centro de aviação Agrícola (Cavag), atualmente Centro de Mecanização e Aviação Agrícola, por estar inserido em área contígua à Flona de Ipanema.	Para que verifique se o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento efetivamente solicitou a Licença Ambiental para a reativação da escola de aviação agrícola na zona de amortecimento da Flona	260	PRM/Sorocaba (SP)

Ipanema.			
Processo de recuperação das áreas de mineração exploradas na Flona de Ipanema pelas empresas Holcim e Bunge Fertilizantes S.A.	O arquivamento do Presente PA deve ocorrer apenas após a integral recuperação da área degradada, quanto então, poderá ser atestada a ausência de medidas a serem adotadas pelo MPF.	274	PRM/Sorocaba (SP)
Importância da manutenção das chamadas Reservas Legais nas propriedades rurais, como subsídio para o ajuizamento de Adin em face do artigo 49 da Lei Federal n.º 11.428/2006, o qual impôs modificações na redação do Código Florestal Brasileiro.	a) Seja apurada junto ao Ibama a situação atual do Edital de Compensação 01/2006, tendo em vista a modificação na legislação que rege a matéria; b) Sejam adotadas as medidas judiciais ou extrajudiciais cabíveis para que a desoneração do dever do proprietário adeque-se às exigências legais; c) Seja reiterada por esta Câmara a solicitação de ajuizamento de Adin em face do § 6º do art. 44 do Código Florestal. d) Juntada da IT n. 76/09 – 4ª CCR, que versa sobre a importância da Reserva Legal.	260	PRM/Umuarama (PR)
Corte de vegetação nativa em propriedade particular situada no interior da APA da Serra da Mantiqueira.	Adoção das providências cabíveis ou promoção do arquivamento do feito.	259	PRM/Varginha (MG)
Danos ambientais no Vale da Santa Clara, Mirantão, no interior da APA da Serra da Mantiqueira e no entorno do Nordeste do Parna do Itatiaia, no Município de Bocaina.	Para prosseguimento.	260	PRM/Varginha (MG)
Queimada de vegetação nativa em propriedade particular situada no interior da APA da Serra da Mantiqueira.	Adoção das providências cabíveis.	259	PRM/Varginha (MG)
Supressão de vegetação no interior da APA da Serra da Mantiqueira.	Para que se aguarde a efetiva reparação do dano na esfera penal, a qual deve ser comprovada também no âmbito do PA.	267	PRM/Varginha (MG)

4.2.3.1.13 Zona Costeira 6

Assunto	Finalidade	Ata nº	Destino
Construção de casa de veraneio e cais, na Ilha de Imboassica, pertencente à Estação Ecológica de Tamoios, em Angra dos Reis.	Para que seja informado o número do PA, com sua necessária ementa e portaria de instauração.	260	PRM/Angra dos Reis (RJ)
Construções irregulares, extração de areia e privatização de área pública na	Para verificação da atual situação da praia Lopes	261	PRM/Angra dos Reis (RJ)

praia de Lopes Mendes.

Mendes e, em havendo irregularidades, adoção das medidas pertinentes.

Ocupação irregular na Ilha do Catimbau, localizada na Estação Ecológica de Tamoios, no Município de Angra dos Reis.	Para esclarecimentos quanto a efetiva desocupação da área pelo esbulhador, bem como verificação quando eventuais danos ocorridos em consequência do ato ilegal.	249	PRM/Angra dos Reis (RJ)
Excesso de visitação no recife marinho de Coroa Alta em Santa Cruz de Cabralia.	Prosseguimento do feito e adoção das medidas pertinentes.	255	PRM/Ilhéus (BA)
Edificações construídas à beira-mar, nas praias do Poá e Vermelha, no Município de Penha.	Para continuidade das investigações, oficiando-se inclusive aos órgãos ambientais e à SPU.	275	PRM/Itajaí (SC)
Ocupação irregular de terreno de marinha e supressão de vegetação litorânea protegida, no Município de Penha.	Para que se oficie aos Órgãos responsáveis, especificamente à Gerência Regional do Patrimônio da União (GRPU) e ao Ibama, a fim de que informem sobre a regularidade da construção objeto da representação.	259	PRM/Itajaí (SC)

4.2.3.2 Patrimônio Cultural 9

4.2.3.2.1 Arqueológico 1

Assunto	Finalidade	Ata nº	Destino
Descoberta de edificação com formato de pirâmide, com possível sítio arqueológico, localizado no Município de natividade da Serra.	Para as diligências pertinentes, nos termos do art. 18, I da Res. 87/2006-CSMPF, podendo, se assim concordar o procurador oficiante, ser feita nova análise técnica por analista pericial da 4ª CCR.	258	PRM/Taubaté (SP)

4.2.3.2.2 Arquitetônico e Paisagístico 3

Assunto	Finalidade	Ata nº	Destino
Problemas na rede elétrica e de infiltração na estrutura e conservação da Capela Nossa Senhora das Dores, no Município de Paraty.	Seja solicitado aos órgãos competentes que Promovam nova inspeção Na localidade objeto da apuração, a fim de se averiguar se foram tomadas as devidas providências acerca da contenção da maré, que conforme noticiado pela Diocese de Itaguaí, adentrou o imóvel no ano de 2005.	247	PRM/Angra dos Reis (RJ)
Estado de conservação da fábrica São Pedro da Alcântara, bem tombado. Firmatura de TAC.	Para acompanhamento do cumprimento do TAC.	248	PRM/Petrópolis (RJ)
TAC a ser firmado entre o MPF e o Sr. Antônio Francisco da Silva Tavares	Para que seja aditado o TAC, nos termos do	269	PRM/Petrópolis (RJ)

referente à obra executada no imóvel situado à Rua Montecaseros, 219, em desacordo com o projeto aprovado pelo IPHAN.

Parecer Técnico.

4.2.3.2.3 Bens Móveis 1

Intermediação pelo sítio da internet "Mercado Livre" da venda de bens que pertenciam ao patrimônio da extinta Rede Ferroviária Federal S/A (RFFSA).

Para que o membro do *Parquet*, encarregado da investigação, diligencie, junto ao mantenedor do sítio "Mercado Livre", no sentido de identificar os vencedores dos referidos bens móveis, bem como sejam estes chamados a comprovar a origem lícita de tais bens.

239

PRM/Bragança Paulista (SP)

4.2.3.2.4 Sítios e Conjuntos Urbanos 2

Construção de edificação multifamiliar denominado "Residencial Castelânea", com índices construtivos acima dos permitidos pelo IPHAN.

Para novas diligências observando-se a IT nº 262/08 – 4ª CCR.

233

PRM/Petrópolis (RJ)

Plantio de árvores na calçada da Rua Coronel Veiga pela Prefeitura de Petrópolis.

Para que seja exigido do IPHAN o estudo de compatibilidade entre as espécies plantadas e sua localização com a área tombada e seu entorno, bem como seja verificado se, entre as espécies, existe alguma que possa colocar em risco as calhas do rio.

245

PRM/Petrópolis (RJ)

4.2.3.2.5 Outros 2

Alterações estruturais e arquitetônicas do Museu Ferroviário, da Estação Ferroviária, Oficinas e Vilas Ferroviárias, bens tombados da extinta RFFSA, localizados em Bauru, bem como desmonte, destruição e desvios de bens arrendados pela América Latina Logística-ALL.

Para as diligências pertinentes.

260

PRM/Bauru (SP)

Demolição do "Casarão Sede da Sociedade Italiana de Beneficência" e do "Casarão da Família Negreiros"; da interrupção das pesquisas arqueológicas na "Gruta do Leão"; além do desmanche sumário do acervo do "Laboratório Professor Doutor Fernando Altenfelder Silva".

Para que sejam supridas as diversas lacunas apontadas na IT nº 047/09-4ª CCR.

247

PRM/Piracicaba (SP)

4.3 PROCEDIMENTOS CONVERTIDOS EM DILIGÊNCIA 76

4.3.1 À Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão 3

4.3.1.1 Meio Ambiente 3

4.3.1.1.1 Geração e Transmissão de Energia 1

Assunto	Ata nº	Origem
Descumprimento pelo Consórcio Investco S.A, do acordado quando da época da construção da UHE de Lajeado – Luís Eduardo Magalhães.	274	PR/TO
4.3.1.1.2 Outros 2		
Assunto	Ata nº	Origem
Deficiência no número de agentes de saúde, para fazer frente a um possível surto de Dengue.	253	PRM/Angra dos Reis (RJ)
Ocorrência de assédio moral nas dependências do Sindicato dos Servidores Públicos Federais – SINDSEP	269	PR/DF
4.3.2 À Gerência Jurídica da 4ª CCR 6		
4.3.2.1 Meio Ambiente 5		
4.3.3.2.1 Área de Preservação Permanente 1		
Assunto	Ata nº	Destino
Desmatamento em área de mangue na ilha de Manjubá, no Município de Maragogipe.	242	PRM/Ilhéus (BA)
4.3.3.2.2 Desmatamento 1		
Assunto	Ata nº	Destino
Emissão irregular de notas fiscais de venda de madeira.	245	PR/PR
4.3.3.2.3 Geração e Transmissão de Energia 1		
Assunto	Ata nº	Destino
Mudança dos ribeirinhos atingidos pela construção da UHE Sérgio Motta (Porto Primavera), no Município de Presidente Epitácio.	255	PRM/Presidente Prudente (SP)
4.3.3.2.4 Resíduos Sólidos 1		
Assunto	Ata nº	Destino
Fiscalização e controle dos órgãos públicos competentes quanto à comercialização de produto biológico para fins de tratamento de efluentes domésticos e industriais.	259	PRM/Sorocaba (SP)
4.3.3.2.5 Outros 1		
Assunto	Ata nº	Destino
Gestão de convênio celebrado entre a PM/MG e o Ibama, no que concerne às pendências relativas a repasses financeiros.	239	PR/MG
4.3.2.2 Patrimônio Cultural 1		
4.3.2.2.1 Bens Móveis 1		
Regularidade do leilão dos bens componentes da Coleção Jorge Amado e verificar se os mesmos integram o patrimônio cultural nacional.	273	PR/RJ
4.3.3 À Gerência Técnica da 4ª CCR 24		
4.3.3.1 Meio Ambiente 21		
4.3.3.1.1 Agrotóxicos e Produtos Perigosos 2		

Assunto	Ata nº	Origem
Acompanhamento da reavaliação pela Anvisa do ingrediente ativo Folpet, utilizado na agricultura.	263	PRM/Sorocaba (SP)
Acompanhar a reavaliação do ingrediente ativo CAPTAN, utilizado para fabricação de agrotóxicos.	262	PRM/Sorocaba (SP)

4.3.3.1.2 Área de Preservação Permanente 5

Assunto	Ata nº	Origem
Avanço de obra sobre a areia do rio Sergipe, em Barra dos Coqueiros.	272	PR/SE
Extração ilegal de madeira e realização de queimadas em área de Mata Atlântica, na região do Córrego de Sucuiuba, no Município de Santa Cruz de Cabralia.	259	PRM/Ilhéus (BA)
Implantação do Condomínio Náutico Recanto do Lago, à beira do reservatório da represa de Volta Grande.	265	PRM/Uberaba (MG)
Invasão de áreas de praia e supressão de vegetação, nas praias de Poá e Vermelha, no Município de Penha.	261	PRM/Itajaí (SC)
Ocupação irregular em APP, localizada na praia de palmas, no Município de Angra dos Reis.	247	PRM/Angra dos Reis (RJ)

4.3.3.1.3 Desmatamento 4

Assunto	Ata nº	Origem
Desmatamento na região de Virgem da Lapa, Araçuaí e Coronel Murta, atingindo os povos indígenas Pankararu, Aranaí Índio, Aranaí Caboclo e Pataxó.	235	PRM/Governador Valadares (MG)
Emissão irregular de notas fiscais de venda de madeira.	245	PR/PR
Plantações de eucalipto e pinus no Vale do Paraíba.	260	PR/SP
Regularidade do fornecimento de lenha para a empresa Bunge Alimentos S/A.	267	PRM/Barreiras (BA)

4.3.3.1.4 Fauna 3

Assunto	Ata nº	Origem
Irregularidades ou a ineficiência do sistema de transposição (elevador e escada de peixes) existente na UHE Sérgio Motta, no Município de Rosana.	277	PRM/Presidente Prudente (SP)
Prática turística de focagem e içamento de jacarés no rio Solimões.	276	PR/RO
Transporte de lagostas descaracterizada, sem carapaça, no Aeroporto Internacional Pinto Martins, em Fortaleza.	263	PR/CE

4.3.3.1.5 Geração e Transmissão de Energia 4

Assunto	Ata nº	Origem
Alegação de particular perante à Investco S.A., de não ter sido devidamente indenizada quando da construção da UHE Luís Antônio Magalhães.	279 (2)	PR/TO
Licenciamento ambiental da UHE Tupiratins.	271	PR/TO
Mudança dos ribeirinhos atingidos pela construção da UHE Sérgio Motta (Porto Primavera), no Município de Presidente Epitácio.	255	PRM/Presidente Prudente (SP)

4.3.3.1.6 Ordenamento Territorial 1

Assunto	Ata nº	Origem
Derrubada de mata nativa para implantação de um loteamento no Município de Cambuí.	247	PR/MG

4.3.4.1.3 Poluição 1

Assunto	Ata nº	Origem
Excesso de placas e <i>out doors</i> na estrada que liga os Municípios de Caxias do Sul e Gramado.	271	PR/RS

4.3.4.1.4 Zona Costeira 1

Assunto	Ata nº	Origem
Fiscalização de questões ambientais e pesqueiras no litoral do Estado do Ceará.	267	PR/CE

4.3.3.2 Patrimônio Cultural 3

4.3.3.2.1 Arqueológico 1

Assunto	Ata nº	Origem
Processo licitatório de contratação de empresa para implantação da ligação "Jardim das Colinas – Jardim das Indústrias – Pista Sul" ou "Via Oeste", pela possível presença de sítio arqueológico.	246	PRM/São José dos Campos (SP)

4.3.3.2.2 Arquitetônico e Paisagístico 2

Assunto	Ata nº	Origem
Irregularidades em obra realizada no Instituto Benjamin Constant (IBC).	269	PR/RJ
Matéria jornalística referente a derrubada de prédio histórico onde funcionou o Convento da Porciúncula, para a construção de estacionamento de ônibus da Viação Cidade Luz Ltda., no bairro de Parangaba.	244	PR/CE

4.3.4 Aos Grupos de Trabalho da 4ª CCR 1

4.3.4.1 Meio Ambiente 1

4.3.4.1.1 Outros 1

Assunto	Ata nº	GT	Origem
Crescimento de áreas destinadas ao plantio de cana de açúcar, colocando em risco as nascentes do rio São Francisco, bem como proposta de alteração dos limites do Parna da Serra da Canastra.	233	Acompanhamento Legislativo	PRM/Divinópolis (MG)

4.3.5 Às demais Câmaras 41

4.3.5.1 Meio Ambiente 41

4.3.5.1.1 Desmatamento 7

Assunto	Ata nº	Destino
Criação irregular de gado pela Agropecuária Basso Ltda.	239	2ª CCR
Funcionamento de fornos para produção de carvão vegetal, sem licença de operação, na vicinal Serra Grande, no Município de Pacajá.	264 (2) 269 (1)	2ª CCR
Funcionamento de fornos para produção de carvão vegetal, sem licença de operação, na vicinal Portel, no Município de Pacajá.	266	2ª CCR

Furto de madeira (*Pinus*) do Projeto de Reflorestamento nº IX, Área 276 2ª CCR
19, inserido dentro da APA do Planalto Central.

Transporte irregular de madeira, não licenciado por órgão ambiental, 264 2ª CCR
no Município de São Caetano.

4.3.5.1.2 Fauna 12

Assunto	Ata nº	Destino
Aprisionamento de animal da fauna silvestre, em época de reprodução, sem autorização do órgão competente.	232	2ª CCR
Atividade de mergulho, de forma intencional, com golfinhos rotadores, na APA de Fernando de Noronha.	257	2ª CCR
Atividades irregulares da Empresa Nordestina de Exportação Ltda. – Nordest Export.	245	2ª CCR
Comercialização de passeriformes silvestres nacionais, sem autorização legal.	260 261	2ª CCR
Pesca de lagosta com compressor de ar, no Município de Olinda.	258	2ª CCR
Pesca sem autorização do órgão ambiental competente, na região de Alta Floresta.	268	2ª CCR
Prática de mergulho e a entrada de embarcação na Baía dos Golfinhos, zona intangível do Parnamar de Fernando de Noronha, sem autorização do órgão competente.	268	2ª CCR
Prática de pesca subaquática em área proibida, praia do Sancho, em Fernando de Noronha.	263	2ª CCR
Prática de pesca subaquática, mediante emprego de equipamento não permitido, no período de defeso, no Parnamar de Fernando de Noronha.	258 (2)	2ª CCR
Desvio de conduta por servidor do Ibama, referente à situação dos animais no Zoológico do Paraíso Perdido Park.	259	5ª CCR

4.3.5.1.3 Ordenamento Territorial 1

Assunto	Ata nº	Destino
Financiamento da CEF acerca dos contratos já pactuados com imóveis irregulares do Condomínio Chácara Paraíso, no Município de Fortaleza.	266	5ª CCR

4.3.5.1.4 Patrimônio Genético 1

Assunto	Ata nº	Destino
Possível prevaricação e improbidade administrativa praticadas pelos membros do Conselho de Gestão do Patrimônio Genético.	260	5ª CCR

4.3.5.1.5 Recursos Hídricos 1

Assunto	Ata nº	Destino
Licenciamento ambiental da barragem Bandeira de Melo, localizada entre os Municípios de Itaetê e Boa Vista do Tupim.	275	6ª CCR

4.3.5.1.6 Recursos Minerais 1

Assunto	Ata nº	Destino
Exploração irregular de calcário pelas empresas Calcário Cristalândia Ltda. e Calta Calcário Taguatinga Ltda., tendo em vista o acervo espeleológico existente na região.	271	2ª CCR

4.3.5.1.7 Unidades de Conservação e Áreas Protegidas 4

Assunto	Ata nº	Destino
Desrespeito e obstáculo ao trabalho da equipe de apoio a fiscalização do Parnamar de Fernando de Noronha.	254	2ª CCR
Apuração de prática de crime de falsidade ideológica nos procedimentos de criação de unidades de conservação nos estados do Paraná e Santa Catarina.	269	5ª CCR
Elaboração e acompanhamento técnico de 8 projetos para manejo e criação de animais silvestres no entorno do Parna do Araguaia (PNA), localizado na Ilha do Bananal.	278	5ª CCR
Possível prejuízo ao erário decorrente do não recolhimento da cobrança de ingressos de entrada no Parna da Tijuca.	257	5ª CCR

4.3.5.1.8 Outros 14

Assunto	Ata nº	Destino
Supostos crimes ambientais praticados em diversas cidades da região do Médio Vale do Rio Itajaí-Açu.	277	2ª CCR
Tráfico de animais e plantas silvestres no Estado da Bahia	266	2ª CCR
Acumulação irregular de cargo público por Procuradora Federal do Ibama.	243	5ª CCR
Alienação de imóveis da União, sob a administração do exército Brasileiro.	236	5ª CCR
Gasto exorbitante de dinheiro público com passagens aéreas pela Anvisa.	235	5ª CCR
Irregularidades na ascensão equiparada para cargos de provimento efetivo no IPHAN.	259	5ª CCR
Irregularidades na nomeação de candidatos aprovados em concurso público realizado pelo TRT da 6ª Região.	241	5ª CCR
Irregularidades nas atividades da Polícia Rodoviária Federal no combate à importação irregular de mercadorias.	247	5ª CCR
Possível dificuldade encontrada pelos interessados em acessar edital para concessão de bolsas de estudos em diversas áreas, concedidas pela Fundação Biblioteca Nacional.	249	5ª CCR
Possível infração disciplinar de dois servidores do Ibama, consistente na participação e colaboração na realização de Rima para empresa particular prestadora de serviços de consultoria e auditoria ambiental.	270	5ª CCR
Prática de improbidade administrativa por servidores do Ibama, no Município de Japeri.	273	5ª CCR
Superfaturamento na aquisição de material utilizado em cirurgia ortopédica.	248	5ª CCR
Irregularidades cometidas pelo Comando do 8º Grupamento de Artilharia de Costa Motorizado do Exército contra moradores da Aldeia de Imbuhy.	236 247	6ª CCR

4.4 CONFLITO DE ATRIBUIÇÃO 3**4.4.4 Meio Ambiente 3****4.4.4.1 Agrotóxicos e Produtos Perigosos 1**

Reavaliação do ingrediente ativo do agrotóxico MSMA, em virtude da	Por caber à PRM a condução do PA e a	232	PRM/Bauru (SP)
--	--------------------------------------	-----	----------------

probabilidade de efeito nocivos à saúde dos aplicadores e da população.

adoção das medidas extrajudiciais ou judiciais, necessárias ao deslinde do feito.

4.4.4.2 Desmatamento 2

Assunto	Decisão	Ata nº	Destino
Descumprimento de acordo judicial na expropriação da fazenda Douradinho, no Município de Ituiutaba.	Pelo Conflito Negativo, vota pela fixação da atribuição ao órgão federal, no caso PR/MG, e pela conseqüente remessa dos autos àquele ofício para prosseguimento do feito.	245	PR/MG
Descumprimento de acordo judicial na expropriação do projeto de assentamento "Carro Quebrado", no Município de Arinos.	Pelo Conflito Negativo, vota pela fixação da atribuição ao órgão federal, no caso PR/MG, e pela conseqüente remessa dos autos àquele ofício para prosseguimento do feito.	245	PR/MG

4.5 DELIBERAÇÕES EM TERMOS DE AJUSTAMENTO DE CONDOTA 13

4.5.1 Meio Ambiente 12

4.5.1.1 Área de Preservação Permanente 3

Assunto	Ata nº	Destino
Homologação do TAC firmado entre o MPF e a Sr ^a . Maria das Dores Romualdo dos Santos, referente à ampliação de sua residência e impermeabilização do solo, em APP, ou seja, na margem esquerda do Córrego das Cruzes, na zona de amortecimento do Parna do Itatiaia.	243	PR/RJ
Homologação do TAC firmado entre o MPF e Marcelo Traça Gonçalves referente à aração por trator em APP, as margens do que foi considerado "um grande conjunto de nascentes difusas", devido à presença de vegetação de brejo, em propriedade particular situada no entorno do Parna do Itatiaia.	247	PRM/Resende (RJ)
Homologação do TAC firmado entre o PRM/Resende e o Sr. Nilson Nunes dos Santos, referente aos danos em área de nascente e curso d'água na APA da Serra da Mantiqueira e entorno do Parna de Itatiaia.	252	PRM/Resende (RJ)

4.5.1.2 Desmatamento 1

Assunto	Ata nº	Destino
Homologação do TAC firmado entre o MPF e Maderbel Produtos Agrícolas Ltda., referente ao funcionamento de quatros fornos para fabricação de carvão de eucalipto, sem o devido licenciamento	243	PRM/Itajaí (SC)

4.5.1.3 Geração e Transmissão de Energia 1

Assunto	Ata nº	Destino
TAC firmado entre o MPF e a CESP, com a finalidade de contribuir	232	PR/SP

para o levantamento de dados científicos que possam identificar a causa da mortandade de espécies de peixes durante a montagem de unidade geradora da UHE Sérgio Motta, bem como o rastreamento de cobre e mercúrio no rio Paraná, e o levantamento de potenciais fontes de poluição.

4.5.1.4 Recursos Minerais 2

Assunto	Ata nº	Destino
Homologação do TAC firmado entre o MPF e a Sra. Meiry Ruth Braga de Castro, referente à extração irregular de rochas à margem direita do rio Palmital, em APP, no entorno do Parna de Itatiaia.	250	PRM/Resende (RJ)
Homologação do TAC firmado entre o MPF, Sra. Maria de Lourdes Bressan Cantú e o Sr. Luciano Cantú, referente à extração de resíduos minerais, pedras para paralelepípedo e outras, sem licença ou autorização do órgão ambiental.	250	PRM/Joaçaba (SC)

4.5.1.5 Unidades de Conservação e Áreas Protegidas 4

Assunto	Ata nº	Destino
Homologação do TAC firmado entre o MPF (PRM/Resende) e o Sr. Edson Lafrendi, referente à recuperação de danos ambientais decorrentes de queimada em uma extensão de 06 hectares, dentro da APA da Serra da Mantiqueira e no entorno do Parna do Itatiaia.	243	PR/RJ
Homologação do TAC firmado entre o MPF e o Sr. Plínio de Mendonça Uchoa do Amaral, que trata de perfuração de poço artesiano (tubular profundo), sem autorização do órgão ambiental gestor do Parna Itatiaia.	250	PRM/Resende (RJ)
Homologação do TAC firmado entre o MPF (PRM/Resende) e o Sr. Fábio Lemes dos Santos, referente ao incêndio em floresta e de derrubada de mata ciliar em propriedade particular na zona de amortecimento do Parna Itatiaia e da APA da Serra da Mantiqueira.	234	PR/RJ
Homologação do TAC firmado entre o MPF, o Sr. Robert Henrique Bühler e a Sra. Helena Maria Bühler, referente a incêndio em uma área de mata em estágio inicial de sucessão na zona de amortecimento do Parna do Itatiaia e derrubada de mata ciliar em um córrego na mesma propriedade.	239	PR/RJ

4.5.2.1 Zona Costeira 1

Assunto	Ata nº	Destino
Não homologação do TAC a ser firmado entre o MPF, a Secretaria do Patrimônio da União, o Ibama e o Município de Passos de Torres, referente à construção do Terminal Pesqueiro, objetivando coibir a ampliação das edificações existentes, a construção de novas edificações no local e impor medidas de controle e mitigação dos danos ambientais ocasionados pela ocupação irregular às margens do rio Mampituba e, ao que consta, em terreno de marinha.	279	PRM/Criciúma (SC)

4.5.2 PATRIMÔNIO CULTURAL 1

4.5.2.1 Sítio e Conjuntos Urbanos 1

Assunto	Ata nº	Destino
Homologação do TAC firmado entre o MPF, o Município de Petrópolis e o IPHAN, referente à substituição da cor utilizada na pintura da Praça 14 Bis, localizada no Centro de Petrópolis.	258	PRM/Petrópolis (RJ)

4.6 OUTRAS DELIBERAÇÕES 50**4.6.2 Gratificação de Perícia 3**

Assunto	Ata nº	Origem
A Câmara deliberou, por unanimidade, deferir a Gratificação de Perícia à Analista Pericial em Biologia Isabel Cavalcante Waga, e ao Analista Pericial em Engenharia Florestal Joanildo Santiago de Souza, por executarem regularmente perícias de campo ou análise de documentos, fora do ambiente sede de trabalho.	234	4ª CCR
Designação da Analista Pericial em Engenharia Sanitária Ruth Rodrigues Tabaczinski e da Analista Pericial em Biologia Luciana Costa Nascimento, para recebimento da gratificação de perícia, quando executarem perícias de campo e análises de documentos, fora do ambiente de trabalho, na forma do disposto na Portaria PGR/MPU nº 290, de 12/06/07.	252	4ª CCR
Indicação do Analista Pericial em Biologia Evandro Cesar Bergel, para executar regularmente perícias de campo ou análise de documentos fora do ambiente da sede de trabalho, na forma do disposto na Portaria PGR/MPU nº 290/07.	250	PR/RS

4.6.3 Prorrogações de ICP e PA 19

Assunto	Ata nº	Origem
Autorização de 45 (quarenta e cinco) prorrogações de Inquéritos Cíveis, conforme disposto na Resolução CSMPF Nº 87/06.	232	4ª CCR
Autorização de 129 (cento e vinte e nove) prorrogações de Procedimentos Administrativos, conforme disposto na Resolução CSMPF Nº 87/06.	232	4ª CCR
Autorização de 135 (cento e trinta e cinco) prorrogações de Inquéritos Cíveis, conforme disposto na Resolução CSMPF Nº 87/06.	235	4ª CCR
Autorização de 191 (cento e noventa e uma) prorrogações de Procedimentos Administrativos, conforme disposto na Resolução CSMPF Nº 87/06.	235	4ª CCR
Autorização de 7 (sete) prorrogações de Inquéritos Cíveis, conforme disposto na Resolução CSMPF Nº 87/06.	239	4ª CCR
Autorização de 65 (sessenta e cinco) prorrogações de Procedimentos Administrativos, conforme disposto na Resolução CSMPF Nº 87/06.	239	4ª CCR
Autorização de 98 (noventa e oito) prorrogações de Inquéritos Cíveis, conforme disposto na Resolução CSMPF Nº 87/06.	246	4ª CCR
Autorização de 113 (cento e treze) prorrogações de Procedimentos Administrativos, conforme disposto na Resolução CSMPF Nº 87/06.	246	4ª CCR
Autorização de 12 (doze) prorrogações de Inquéritos Cíveis, conforme disposto na Resolução CSMPF Nº 87/06.	247	4ª CCR
Autorização de 3 (três) prorrogações de Procedimentos Administrativos, conforme disposto na Resolução CSMPF Nº 87/06.	247	4ª CCR
Autorização de 180 (cento e oitenta) prorrogações de Procedimentos Administrativos, conforme disposto na Resolução CSMPF Nº 87/06.	250	4ª CCR
Autorização de 33 (trinta e três) prorrogações de Inquéritos Cíveis, conforme disposto na Resolução CSMPF Nº 87/06.	252	4ª CCR
Autorização de 136 (cento e trinta e seis) prorrogações de Procedimentos Administrativos, conforme disposto na Resolução CSMPF Nº 87/06.	252	4ª CCR
Autorização de 21 (vinte e uma) prorrogações de Inquéritos Cíveis, conforme disposto na Resolução CSMPF Nº 87/06.	253	4ª CCR
Autorização de 25 (vinte e cinco) prorrogações de Procedimentos Administrativos, conforme disposto na Resolução CSMPF Nº 87/06.	253	4ª CCR
Autorização de 46 (quarenta e seis) prorrogações de Inquéritos Cíveis, conforme disposto na Resolução CSMPF Nº 87/06.	260	4ª CCR
Autorização de 1 (uma) prorrogação de Procedimentos Administrativos, conforme disposto na Resolução CSMPF Nº 87/06.	261	4ª CCR

Autorização de 22 (vinte e duas) prorrogações de inquéritos Cíveis, conforme disposto na Resolução CSMPF Nº 87/06.	263	4ª CCR
Autorização de 111 (cento e onze) prorrogações de inquéritos Cíveis, conforme disposto na Resolução CSMPF Nº 87/06.	274	4ª CCR

4.6.4 Consultas ao Colegiado e Outras Decisões 28

Assunto	Ata nº	Origem
A Câmara deliberou aprovar o novo <i>layout</i> da 4ª CCR, e estabeleceu que sejam tomadas as providências cabíveis no sentido da sua execução pela Secretaria de administração.	274	4ª CCR
A Câmara deliberou Oficiar aos Procuradores-Chefes das Procuradorias da República nos Estados e nas Regiões, sugerindo que os Representantes da 4ª CCR sejam designados por 2 anos, prorrogável por igual período.	234	4ª CCR
A Câmara deliberou pela não indicação de representante iniciativa referente a irregularidades na concessão de áreas aeroportuárias para exploração comercial, pela ausência de indicativo de ofensa a bem cultural ou ambiental.	249	5ª CCR
A Câmara deliberou pelo recebimento como pedido de análise prévia do TAC entre o MPF e o Grupo Bertin, e pela sua assinatura, desde que observados os termos do voto da relatora, sem prejuízo de outras sugestões.	252	PR/PA
A Câmara deliberou por não haver necessidade de designação de representante pela ausência de informações sobre a relevância da participação do MPF, para acompanhar a Comissão de Inquérito na Câmara Municipal de São Paulo, pela ausência.	249	PR/SP
A Câmara deliberou solicitar à Gerência Jurídica que agende reunião entre a 4ª e a 6ª Câmaras de Coordenação e Revisão do MPF, o Dr. Francisco Guilherme Vollstedt Bastos, a Dra. Luciana Loureiro Oliveira e o Dr. Peterson de Paula Pereira referente ao licenciamento da área de expansão urbana Noroeste, com violação do patrimônio cultural, religioso, ambiental e histórico do Santuário Sagrado dos Pajés, Terra Indígena do Bananal.	252	PGR
A Câmara deliberou tomar ciência da redistribuição do Procedimento MPF-PGR nº 1.00.000.007098/2008-36.	233	PR/SC
A Câmara deliberou tomar ciência do teor, com remessa à Gerência Técnica, do Ofício nº 1107/2008 – PR/SC/GABPC, referente à decisão proferida nos autos do P.ª 1.33.000.004023/2007-71 e cópia da Portaria PR/SC nº 364 de 09 de outubro de 2008.	233	PR/SC
A Câmara toma ciência da decisão do Conselho Institucional do Ministério Público Federal referente à regularização fundiária do Parna de Ilha Grande, por meio de compensação de Reserva legal, deliberando pelo retorno do Procedimento à PRR2.	260	PRR/2ª Região
A partir de julho de 2009 os atestados médicos apresentados pelos servidores da 4ª CCR devem ser submetidos à Coordenadora da Câmara.	256	4ª CCR
Ante à reiteração de Procedimentos Administrativos, a Câmara deliberou por recomendar à PR/CE que, nos Procedimentos referentes à pesca irregular, adote providências, como a assinatura de Termos de Ajustamento de Conduta, que estimulem atividades de educação ambiental direcionadas aos pescadores.	257	4ª CCR
Ante à reiteração de Procedimentos Administrativos, a Câmara deliberou por recomendar à PR/PE que, nos Procedimentos referentes à pesca irregular, adote providências, como a assinatura de Termos de Ajustamento de Conduta, que estimulem atividades de educação ambiental direcionadas aos pescadores.	258	4ª CCR
Aprovar o Enunciado n.º 01/2009 – 4ª CCR, com a seguinte redação: "Os Inquéritos Cíveis Públicos ou Procedimentos Administrativos, no âmbito dos quais tenha sido firmado Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta, deverão ser remetidos para homologação	234	4ª CCR

do arquivamento somente após o cumprimento das disposições do compromisso de ajustamento de conduta (art. 21, § 6ª e § 8ª da Resolução 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal)."		
Aprovar o Enunciado n.º 02/2009 – 4ª CCR, com a seguinte redação: "O arquivamento de peças de informação autuadas somente para acompanhamento de processos judiciais não necessita da homologação da 4ª Câmara de Coordenação e Revisão."	234	4ª CCR
Ciência da decisão do Conselho Institucional do MPF que deliberou restituir os autos à origem, referente a comercialização de lagostas durante o período de defeso, no Município de Tamandaré.	264	PR/PE
Ciência da decisão do Conselho Institucional do MPF que deliberou restituir os autos à origem, referente a adoção de medidas cíveis quanto à apreensão de lagostas miúdas, que eram comercializadas nas proximidades das barracas da praia do Futuro.	264	PR/CE
Ciência da deliberação do Conselho Institucional do Ministério Público Federal, que por maioria, deliberou pelo conhecimento e não provimento ao recurso de Embargos de Declaração sobre à Viabilidade Técnica de proposta de TAC realizada nos autos da ACP nº 99.008090-4, pela Empresa Habitasul, referente ao loteamento Jurerê Internacional.	259	PR/SC
Ciência do ofício 1485/2009 – DTTC/PR/SC, remetido pela Dra Analúcia Hartmann, que encaminha cópia do relatório de projeto de educação ambiental realizada com verbas do TAC firmado com a empresa Habitasul.	259	PR/SC
Consulta 4ª CCR nº 02/2009, formulada pelo Procurador da República no Município de varginha, sobre a disciplina jurídica das áreas de preservação permanente no entorno de reservatórios artificiais, tendo a Câmara deliberado por acatar o parecer da Relatora, que sustenta a inconstitucionalidade da lei estadual de Minas Gerais nº 18.023/2009, no que se refere à disciplina jurídica das áreas de preservação permanente no entorno de reservatórios de represas hidrelétricas. Deliberou ainda por: 1. Remeter o parecer, na forma de orientação, ao Procurador da República que encaminhou a consulta, bem como às Procuradorias da República no estado de Minas Gerais e 2. Representar ao Procurador – Geral da República solicitando a propositura de Ação Direta de Inconstitucionalidade em face da referida lei estadual.	260	PRM/Varginha (MG)
Deliberou por pleitear 10 vagas para participação de Membros do MPF no VI Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação, sendo 01 vaga para um Membro da 4ª CCR e 09 vagas para Membros do MPF que atuam em localidades onde há Unidades de Conservação Federais.	257	4ª CCR
Instituição do Grupo de Trabalho 4ª CCR – Amazônia Legal e pela extinção do Grupo de Trabalho 4ª CCR – Flora. Deliberou, também, propor ao Procurador-Geral da República a extinção da Força-Tarefa contra o desmatamento na Amazônia, objeto das Portarias PGR Nº 181, de 26/04/05 e PGR Nº 638, de 05/12/05.	252	PR/PA
O VIII Encontro Nacional da 4ª CCR será realizado em Fortaleza/CE, no período de 28 a 30 de setembro de 2009.	257	4ª CCR
Ofício nº 862/2009/5ª CCR, referente à indicação de membro vinculado à 4ª CCR para compor o GT <i>ad hoc</i> "Copa do Mundo", instituído pela 5ª CCR para apuração dos recursos públicos federais destinados à Copa do Mundo de 2014, ante à informação de que o GT já está constituído, tendo a Câmara deliberado, por ora, não indicar membro para compor o referido GT, sem prejuízo de designar representante para alguma atividade específica.	269	5ª CCR
Recomendação ao Ministério do Meio Ambiente, demonstrando a posição institucional contrária à compensação da Reserva Legal por área em Unidades de Conservação e pleiteando os dados de 1996, para fins de redução da reserva legal.	252	4ª CCR

Remessa aos seus Representantes nos estados de Ofício-Circular solicitando manifestação de interesse em compor o Grupo de Trabalho 3ª e 4ª CCR – Transgênicos e Agrotóxicos e representar o MPF como observador na CTNBio.	258	4ª CCR
Remessa do autos ao Dr. Domingos Sávio Dresh da Silveira, representante da Câmara na Procuradoria Regional da República na 4ª Região, sobre o impacto ambiental do Projeto Copa do Mundo de Futebol de 2014, especificamente à demolição do chamado “Complexo do Machado”, que abrange o Ginásio Poliesportivo Humberto Nesi, o kartódromo, o Centro Administrativo do estado, uma escola, uma creche e o denominado papódromo.	271	PR/RN
Requerimento apresentado aos Membros da 4ª CCR por LIWIL Construções e Empreendimentos Ltda., tendo a Câmara deliberado por remeter ofício ao empreendedor, esclarecendo que não é atribuição das Câmaras de Coordenação e Revisão manifestar-se no âmbito de Procedimentos Administrativos em Curso, para recomendar quaisquer providências, sem que haja solicitação do Procurador da República que preside o Procedimento. Por esta razão, deliberou, também, pela remessa do Requerimento apresentado ao Procurador da República lotado na PR/BA com atribuição no caso, para providências que este julgar cabíveis.	271	PGR
Solicita orientação nos trabalhos a serem desenvolvidos no enfrentamento das questões ambientais referentes à intervenção humana em APPs situadas no entorno de represas artificiais, notadamente resultantes de instalação de usinas hidrelétricas, tendo a Câmara deliberado por reiterar o disposto no Enunciado 01/2005 e aprovar o parecer da Dra Sandra Cureau na forma de guia a ser remetido às Procuradoras da República nos Municípios de Uberaba e Passos, que formularam a consulta. Assim como, disponibilizar o Parecer aprovado e as informações técnicas nele citadas no site da 4ª CCR e divulgá-lo aos representantes da Câmara nos estados.	259	PRM/Uberaba e PRM/Passos (MG)

5. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA GERÊNCIA JURÍDICA

A Gerência Jurídica da 4ª Câmara de Coordenação e Revisão, no exercício de 2009, prestou atendimentos aos Subprocuradores-Gerais da República integrantes da Câmara e aos Procuradores da República nos Estados e nos Municípios, destacando-se, entre suas atividades:

- ♦ Análise e elaboração de Informações Técnicas (IT) referentes a procedimentos administrativos, Ações Cíveis Públicas, projetos de lei, processos de licenciamento ambiental, e demais estudos ambientais e de patrimônio cultural;
- ♦ Assessoramento ao Grupo de Trabalho Acompanhamento Legislativo;
- ♦ Elaboração de estudos jurídicos sobre assuntos específicos para subsidiar a atuação do MPF;
- ♦ Elaboração de minutas de convênios com outras instituições;
- ♦ Elaboração de quesitos para ações de produção de provas;
- ♦ Participação em cursos e seminários;
- ♦ Participação nos Grupos de Trabalhos internos da 4ª CCR, buscando a padronização de rotinas e o estabelecimento de diretrizes e normas;
- ♦ Participação em reuniões técnicas com órgãos e entidades envolvidos com a questão ambiental e de patrimônio cultural;
- ♦ Resposta a consultas, elaborados por Procuradores, em procedimentos administrativos.

No exercício de 2009, com base em solicitações dos Subprocuradores-Gerais da República Membros desta Câmara bem como dos Procuradores da República nos Estados e nos Municípios, e Órgãos Governamentais correlatos, foram elaboradas 18 (dezoito) Informações Técnicas, sendo que, 6 (seis) foram elaboradas juntamente com a Gerência Técnica. Foram emitidas 6 (quatro) Notas Técnicas, sendo 2 (duas) juntamente com a Gerência Técnica.

Foram canceladas as Informações Técnicas de números 107 e 217, e as Notas Técnicas de números 014, 015 e 026.

Objetivando subsidiar a atuação dos Membros Titulares nas reuniões do colegiado foram elaborados 2.102 (dois mil, cento e dois) votos.

5.1	INFORMAÇÕES TÉCNICAS	TOTAIS
		18
5.2	NOTAS TÉCNICAS	7
5.3	PARECERES EM PAS, ICPS E TACS	2.102
5.4	OUTRAS ATIVIDADES	11
5.4.1	Apresentação de Palestras	1
5.4.2	Participação em Cursos, Congressos e Seminários	3
5.4.3	Participação em Reuniões em Brasília	5
5.4.4	Viagens a Serviço	2
5.5	AÇÕES PROPOSTAS PARA O PRÓXIMO EXERCÍCIO	

QUADRO DEMONSTRATIVO

INFORMAÇÕES TÉCNICAS																											18					
MEIO AMBIENTE	AC	AL	AM	AP	BA	CE	DF	ES	GO	MA	MG	MS	MT	PA	PB	PE	PI	PR	RJ	RN	RO	RR	RS	SC	SE	SP	TO	PGR	4ª CCR (*)	OUTROS ÓRGÃOS	TOTAL	
Agrot./Prod. Perigosos																															-	
APP											3								1					1							5	
Desmatamento											1													1							2	
Fauna																															-	
Geração e Transmissão de Energia Elétrica																															-	
IE e Plantas Industriais																															-	
Ord. Territorial																															-	
OGM							1																						1		2	
Poluição																															-	
Recursos Hídricos																1															1	
Recursos Minerais																													1		1	
Resíduos Sólidos																													1		1	
UC e Áreas Protegidas																			1				1						1		3	
Zona costeira																															-	
Outros																															-	
Subtotal	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	4	-	-	-	-	1	-	-	2	-	-	-	1	2	-	-	-	-	-	4	-	15
PATRIMÔNIO CULTURAL	AC	AL	AM	AP	BA	CE	DF	ES	GO	MA	MG	MS	MT	PA	PB	PE	PI	PR	RJ	RN	RO	RR	RS	SC	SE	SP	TO	PGR	4ª CCR	OUTROS ÓRGÃOS	TOTAL	
Arqueológico																															-	
Arquitetônico e Paisagístico					1																										1	
Bens Móveis																															-	
Documental																1															1	
Imaterial																															-	
Natural																															-	
Sítios e Conj. Urbanos																			1												1	
Outros																															-	
Subtotal	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3
TOTAL	-	-	-	-	1	-	1	-	-	-	4	-	-	-	-	2	-	-	3	-	-	-	1	2	-	-	-	-	-	4	-	18

Nota: (*) Sendo considerados procedimentos originários da 4ª CCR e dos seus Grupos de Trabalho.

No ano de 2009 ocorreram demandas do GT Agrotóxico e Transgênicos, e do GT Acompanhamento Legislativo.

NOTAS TÉCNICAS																															6
MEIO AMBIENTE	AC	AL	AM	AP	BA	CE	DF	ES	GO	MA	MG	MS	MT	PA	PB	PE	PI	PR	RJ	RN	RO	RR	RS	SC	SE	SP	TO	PGR	4ª CCR	OUTROS ÓRGÃOS	TOTAL
APP						1																									1
Desmatamento																						1									1
OGM																		1													1
Recursos Hídricos																							1							1	2
UC e Áreas Protegidas																													1		1
PATRIMÔNIO CULTURAL	AC	AL	AM	AP	BA	CE	DF	ES	GO	MA	MG	MS	MT	PA	PB	PE	PI	PR	RJ	RN	RO	RR	RS	SC	SE	SP	TO	PGR	4ª CCR	OUTROS ÓRGÃOS	TOTAL
Outros																													1		1
TOTAL	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	1	1	-	-	-	-	-	1	1	7

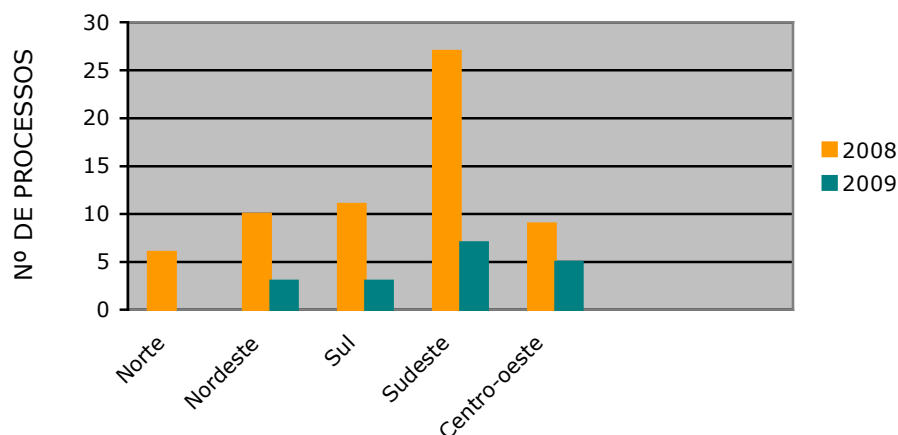
PARECERES EM PAS, ICPS E TACS																															2.102
-------------------------------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	-------

OUTRAS ATIVIDADES																															11
Apresentação de palestras																															1
Participação em Cursos, Congressos e Seminários																															3
Participação em Reuniões em Brasília																															5
Viagens a Serviço																															2

GRÁFICOS COMPARATIVOS

1. Atendimentos efetuados por Informações Técnicas

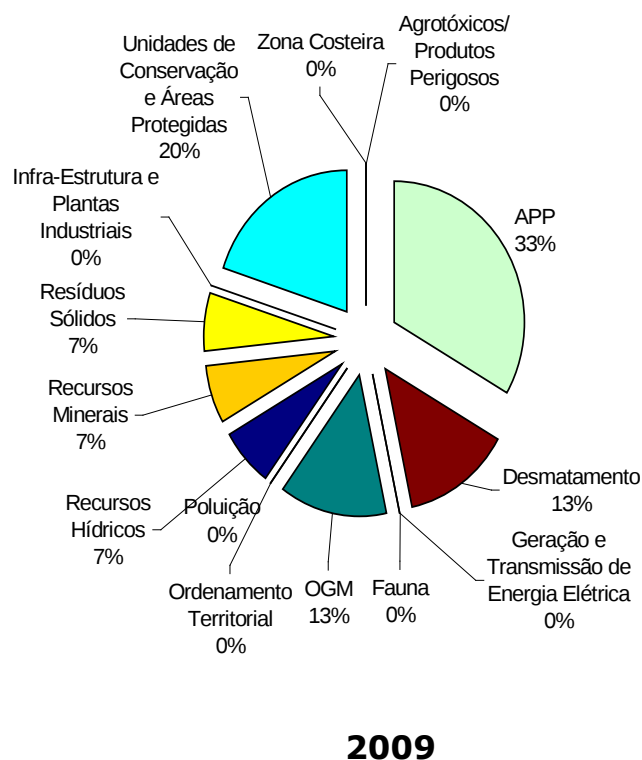
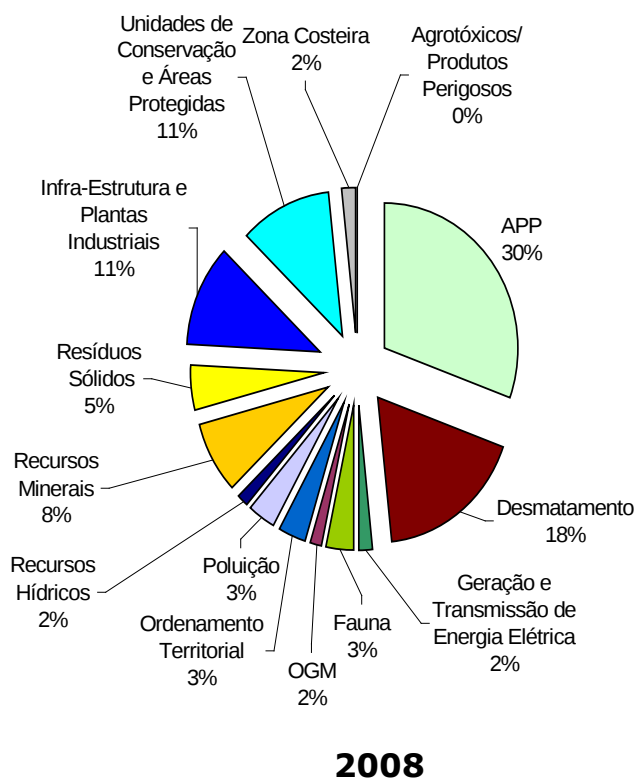
1.1 Por Região



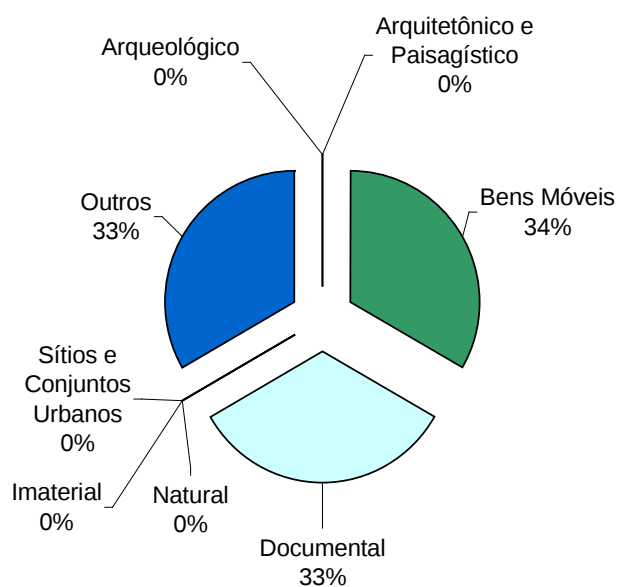
OBS: Os procedimentos originários da PGR, 4ª CCR e demais Câmaras de Coordenação e Revisão foram computados na região Centro-Oeste. Não computados os procedimentos de outros órgãos.

1.2 Por Área de Atuação

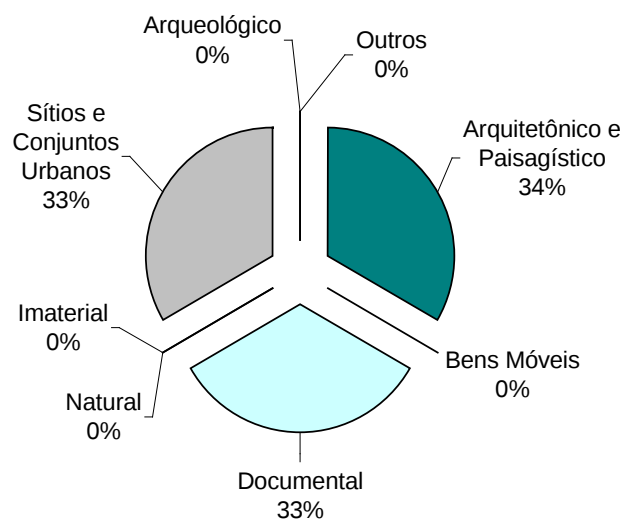
Meio Ambiente



PATRIMÔNIO CULTURAL



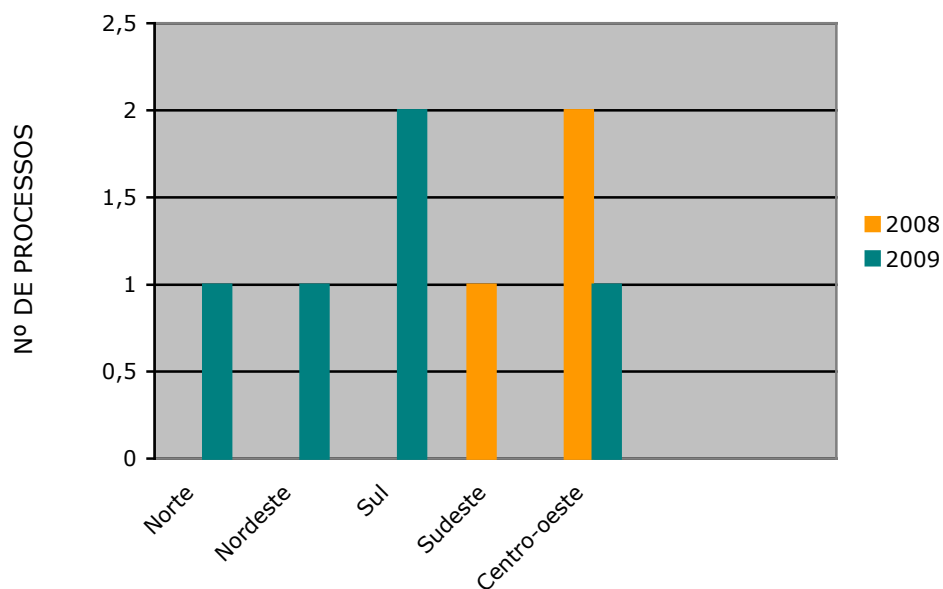
2008



2009

2. Atendimentos efetuados por Notas Técnicas

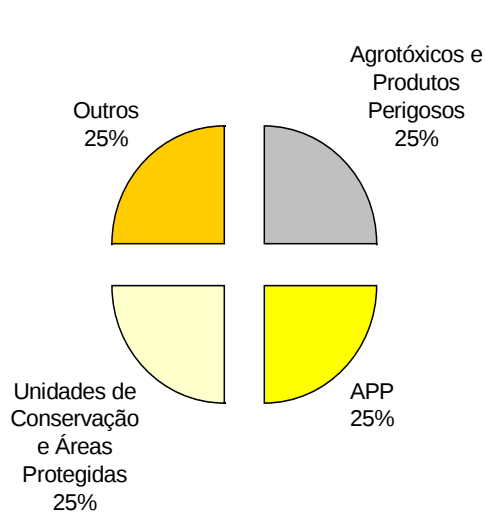
2.1 Por Região



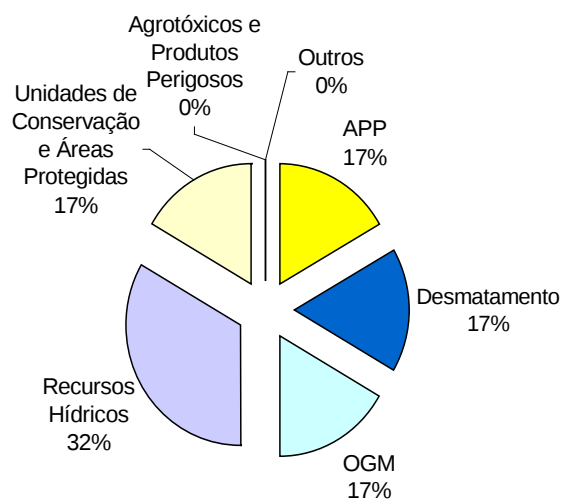
OBS: Os procedimentos originários da PGR e 4ª CCR foram computados na região Centro-Oeste.
Não incluídos os procedimentos de outros órgãos.

2.2 Por Área de Atuação

Meio Ambiente



2008

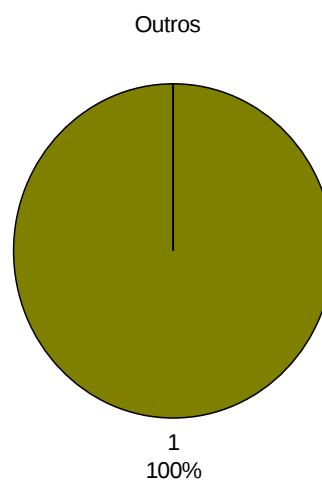


2009

Patrimônio Cultural

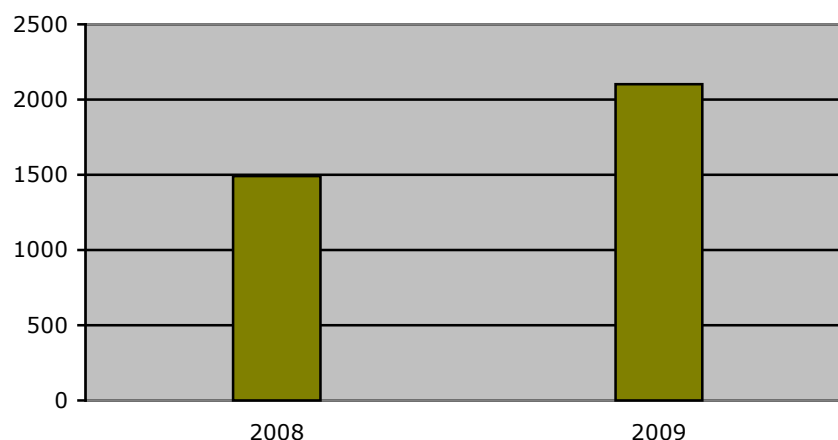
Não há ocorrências em 2008.

2008



2009

3. Pareceres em PAS, ICPS e TACS



5.1 INFORMAÇÕES TÉCNICAS 18

Assunto	IT no	Origem
TAC firmado entre o MPF (PRM/Resende) e o Sr. Mário da Graça Roiter, a recuperação de dano ambiental decorrente da reforma de uma estrada e de um platô, sem o devido licenciamento ambiental, bem como da queima de vegetação, na zona de amortecimento do Parna de Itatiaia e no interior da APA da Mantiqueira.	014	PRM/Resende (RJ)
ACP proposta pelo MPF referente à sobreposição de áreas de comunidade remanescente de quilombo e Unidade de Conservação de proteção integral. Possibilidade de conciliação de interesses mediante a criação de Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS).	017 ⁽¹⁾	PRM/Caxias dos Sul (RS)
Patrimônio documental da empresa Telpe Celular, privatizada em 1998.	082 ⁽¹⁾	PR/PE
Liberações planejadas no meio ambiente conduzidas pela empresa Bayer para subsidiar o procedimento de liberação comercial do arroz <i>liberty link</i> .	083 ⁽¹⁾	GT Agrotóxicos e Transgênicos
TAC cujo objeto é a recuperação de APP localizada na Fazenda Lago Azul.	087	PRM/Uberaba (MG)
Exploração dos recursos minerais e a atuação do MPF, tendo em vista que em vários procedimentos administrativos houve a declinação de atribuição ao Ministério Público Estadual.	093	4ª CCR
Projeto de lei da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) e perspectivas.	112 ⁽¹⁾	GT Acompanhamento Legislativo
TAC referente à substituição da cor utilizada na pintura da Praça 14 BIS, situada na esquina da Avenida Roberto Silveira com a Praça da Liberdade, Centro, em Petrópolis.	145	PRM/Petrópolis (RJ)
Ocupação irregular de área de Reserva Florestal no Condomínio Macedo Soares, no Loteamento Samambaia, no 2º Distrito de Petrópolis.	152	PRM/Petrópolis (RJ)
Possibilidade de a legislação estadual estabelecer parâmetros diferentes daqueles definidos pelo Conama, na disciplina jurídica das áreas de preservação permanente no entorno de reservatórios	176	PRM/varginha(MG)

artificiais.

TACs para regularizar ocupações em áreas de preservação permanente.	177	PRM/Uberaba (MG)
Recomendação referente à redução da Reserva Legal.	221	4ª CCR
Licenciamento ambiental do projeto de assentamento de reforma agrária implantado no imóvel Fazenda Iracema, no Município de Rubim.	243 ⁽¹⁾	PR/MG
Minuta de TAC a ser firmado entre o MPF, Companhia de Eletricidade do estado da Bahia (Coelba) e o Iphan, objetivando assegurar a instalação adequada de medidores de energia nos imóveis tombados ou declarados patrimônio histórico em nível municipal, estadual ou federal.	260	PR/BA
Implantação do projeto de revitalização e conservação da bacia hidrográfica do rio São Francisco em Pernambuco.	281	PR/PE
Composição da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança.	301	PRR 1ª Região

Não homologação do TAC a ser firmado entre o MPF, a Secretaria do Patrimônio da União, o Ibama e o Município de Passos de Torres, referente à construção do Terminal Pesqueiro, objetivando coibir a ampliação das edificações existentes, a construção de novas edificações no local e impor medidas de controle e mitigação dos danos ambientais ocasionados pela ocupação irregular às margens do rio Mampituba e, ao que consta, em terreno de marinha.	302 ⁽¹⁾	PRM/Criciúma (SC)
---	--------------------	-------------------

Atribuição do <i>parquet</i> federal para fiscalizar e adotar as medidas de recuperação ambiental em face do desmatamento de mata nativa, na localidade de São Gabriel, no Município de Forquilha.	313	PRM/Criciúma (SC)
--	-----	-------------------

Nota: ⁽¹⁾ Elaborada juntamente com a Gerência Técnica.

5.2 NOTAS TÉCNICAS 7

Assunto	NT nº	Origem
Construção de uma casa de alvenaria em APP, às margens do Açude São Mateus, localizado no Município de Canindé. Declínio de Atribuição.	03	PR/CE
Projeto de Irrigação Pontal, contratado através de Parceria Público Privada, na modalidade de concessão patrocinada.	04	TCU
Projetos de Lei nºs 1.448/09 e 1517/09 referentes ao Parna da Serra da Canastra.	12	GT Acompanhamento Legislativo
Resumo do conteúdo das principais palestras no IV Encontro do Ministério Público na Defesa do Patrimônio Cultural, realizado no período de 11 a 13 de março de 2009, bem como da Carta de Ouro Preto.	18 ⁽¹⁾	4ª CCR
Consulta do OEMA à regularização ambiental dos Projetos de Assentamento de Reforma Agrária do INCRA no Estado de Roraima. TAC.	45 ⁽¹⁾	PR/RR
Resposta de consulta sobre responsabilidade pela solicitação, junto ao órgão competente, de licenciamento ambiental para atividades produtivas que demandem irrigação desenvolvidas em assentamentos de reforma agrária.	49	PR/RS
Transação penal envolvendo transporte, comercialização e exportação de OGMs, pelo Porto de Paranaguá.	57	PRM/Paranaguá (PR)

Nota: (1) Elaborada juntamente com a Gerência Técnica.

5.3 PARECERES EM PAS, ICPS E TACS 2.102

5.4 OUTRAS ATIVIDADES 11

5.4.1 Apresentação de Palestras 1

Evento	Participante(s)^(*)	Período
Seminário sobre o Plano Decenal de Expansão de Energia e o tema da palestra foi "Aspectos Jurídicos do Planejamento Governamental na área de Energia".	1 (GJ)	1º de abril

(*) A informação em parênteses refere-se à função dos assessores e formação dos analistas: **GA** = Gerente Administrativo; **GJ** = Gerente Jurídico; **GT** = Gerente Técnico; **AP** - Analista Processual; **A** = Arqueologia; **ANT** = Antropologia; **AR** = Arquitetura; **B** = Biologia; **BB** = Biblioteconomia; **EA** = Engenharia Agrônoma, **EC** = Engenharia Civil; **ES** = Estagiários; **F** = Engenharia Florestal; **G** = Geografia; **GE** = Geologia; **Q** = Engenharia Química e **S** = Engenharia Sanitária.

5.4.2 Participação em Cursos/Congressos/Seminários 3

Assunto	Participante(s)^(*)	Local	Período
IV Encontro do Ministério Público na Defesa do Patrimônio Cultural, realizado pela Abrampa.	1 (AP) 2 (AR)	Ouro Preto/MG	11 a 13 de março
Curso sobre Termo de Ajustamento de Conduta em matéria ambiental, promovido pela 4ª CCR em parceria com a ESMPU.	1 (A/AG/BB/EC/GE/S) 2 (AR/F) 3(B ¹) 5 (AP)	Brasília/DF	9 e 10 de junho
VIII Encontro Nacional sobre Meio Ambiente e Patrimônio Cultural.	1 (GJ/GT/F ²) 2 (AP/AR ³ /GE ⁴) 3 (B) ²	Fortaleza/CE	14 a 16 de outubro

(*) A informação em parênteses refere-se à função dos assessores e formação dos analistas: **GA** = Gerente Administrativo; **GJ** = Gerente Jurídico; **GT** = Gerente Técnico; **AP** - Analista Processual; **A** = Arqueologia; **ANT** = Antropologia; **AR** = Arquitetura; **B** = Biologia; **BB** = Biblioteconomia; **EA** = Engenharia Agrônoma, **EC** = Engenharia Civil; **ES** = Estagiários; **F** = Engenharia Florestal; **G** = Geografia; **GE** = Geologia; **Q** = Engenharia Química e **S** = Engenharia Sanitária.

(1) Lotado na Procuradoria da República no Distrito Federal.

(2) Sendo um lotado na Procuradoria da República no Estado de São Paulo.

(3) Sendo um lotado na Procuradoria da República no Estado de Minas Gerais.

(4) Sendo um lotado na Procuradoria da República no Estado de Pernambuco.

5.4.3 Reuniões em Brasília 5

Assunto	Origem	Participantes^(*)	Local	Data
Avaliação Ambiental Integrada da bacia hidrográfica do rio Uruguai.	4ª CCR	1 (ANT/G/GE/S) 2 (AP/B/F) Representantes das Procuradorias da República nos Estados	PGR	29 de fevereiro
Reunião preparatória para a audiência pública da BR-319.	4ª CCR	1 (GJ/GT/EC/F/G) 2 (AP)	4ª CCR	2 de junho
Reunião preparatória para a audiência pública da BR-319.	4ª CCR	1 (GJ/GT/EC/F/G) 2 (AP)	4ª CCR	4 de junho
Audiência pública "Estradas na Amazônia: a questão da BR-319".	4ª e 6ª CCRs	1 (GJ/GT/AG/EC/F/G/GE)	ESMPU	8 de junho

Desenvolvimento do Planejamento Estratégico para a 4ª CCR.		4ª CCR	2 (B/S) 1 (GA/GJ/GT/B)	3ª CCR	7 de julho
--	--	--------	---------------------------	--------	------------

(*) A informação em parênteses refere-se à função dos assessores e formação dos analistas: **GA** = Gerente Administrativo; **GJ** = Gerente Jurídico; **GT** = Gerente Técnico; **AP** = Analista Processual; **A** = Arqueologia; **ANT** = Antropologia; **AR** = Arquitetura; **B** = Biologia; **BB** = Biblioteconomia; **EA** = Engenharia Agrônoma, **EC** = Engenharia Civil; **ES** = Estagiários; **F** = Engenharia Florestal; **G** = Geografia; **GE** = Geologia; **Q** = Engenharia Química e **S** = Engenharia Sanitária.

5.4.4 Viagens a Serviço 2

Assunto	Origem	Participantes (*)	Local	Data
Vistoria em fazendas de plantio de eucalipto, próximos à cidade de Luziânia.	PR/GO	1 (AP/EA/F)	Luziânia/GO	13 e 14 de março(**)
Reunião sobre o empreendimento Aquiraz Riviera.	PR/CE	1 (GT/GJ/B/G)	Fortaleza/CE	22 a 24 de abril

(*) A informação em parênteses refere-se à função dos assessores e formação dos analistas: **GA** = Gerente Administrativo; **GJ** = Gerente Jurídico; **GT** = Gerente Técnico; **AP** = Analista Processual; **A** = Arqueologia; **ANT** = Antropologia; **AR** = Arquitetura; **B** = Biologia; **BB** = Biblioteconomia; **EA** = Engenharia Agrônoma, **EC** = Engenharia Civil; **ES** = Estagiários; **F** = Engenharia Florestal; **G** = Geografia; **GE** = Geologia; **Q** = Engenharia Química e **S** = Engenharia Sanitária.

5.5 AÇÕES PROPOSTAS PARA O PRÓXIMO EXERCÍCIO

- ♦ Elaboração dos projetos de atividades acadêmicas propostos pela Câmara à ESMPU, baseada em consulta aos Grupos de Trabalho, sendo deliberado 9 atividades acadêmicas para o ano de 2010:

06 cursos de aperfeiçoamento:

1. Proteção ao Patrimônio Cultural e desafios para atuação do MPF;
2. Mediação e negociação de conflitos socioambientais;
3. Introdução ao Geoprocessamento - parceria com o IMAZON - a ser realizado em Belém;
4. Introdução ao Sensoriamento Remoto - parceria com o IMAZON - a ser realizado em Belém;
5. Gestão e Monitoramento Ambiental na Amazônia - parceria com o IMAZON - a ser realizado em Belém;
6. Monitoramento dos Planos de Manejo Florestais - parceria com o IMAZON - a ser realizado em Belém.

03 oficinas:

1. Atuação na proteção de áreas de preservação permanente;
 2. Regularização fundiária de unidades de conservação;
 3. Proteção do patrimônio cultural ferroviário móvel e documental.
- ♦ Supervisão das atividades acadêmicas realizadas pela ESMPU, bem como auxílio à Coordenação na elaboração da programação e conteúdo acadêmico;
 - ♦ Assessoramento jurídico aos Membros da Câmara na elaboração de pareceres em Procedimentos Administrativos, Inquéritos Cíveis Públicos, Termos de Ajustamento de Consuta e minutas de Recomendações.

6. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA GERÊNCIA TÉCNICA

A Gerência Técnica da 4ª Câmara de Coordenação e Revisão presta assessoria aos Subprocuradores-Gerais da República integrantes da Câmara e aos Procuradores da República nos Estados e nos Municípios, destacando-se, entre suas atividades, nas áreas de Meio Ambiente e Patrimônio Cultural:

- ♦ Apoio técnico para a elaboração da página eletrônica e outras atividades internas de interesse da 4ª CCR;
- ♦ Análise técnica de procedimentos administrativos referentes a: EIA/Rimas, ações civis públicas, termos de ajustamento de conduta, projetos de lei, processos de licenciamento ambiental, promoções de arquivamento, programas, projetos e demais estudos ambientais e de patrimônio cultural;
- ♦ Assessoramento ao Grupo de Trabalho Acompanhamento Legislativo;
- ♦ Consolidação do Relatório Anual de Atividades;
- ♦ Consolidação dos Relatórios Mensais de Atividades da equipe de Analistas, Analistas periciais e Assessores;
- ♦ Elaboração de estudos técnicos sobre assuntos específicos para subsidiar a atuação do MPF;
- ♦ Elaboração de quesitos para ações de produção de provas;
- ♦ Orientação de estágios.
- ♦ Participação em ações judiciais como assistentes técnicos indicados pelo MPF e acompanhamento de perícias judiciais;
- ♦ Participação em audiências públicas e judiciais;
- ♦ Participação em cursos, congressos e seminários;
- ♦ Participação em reuniões técnicas com órgãos e entidades envolvidos com a questão ambiental e o patrimônio cultural, especialmente no Conselho Nacional do Meio Ambiente – Conama;
- ♦ Participação nos Grupos de Trabalho da 4ª CCR fornecendo subsídios aos Membros;
- ♦ Participação e fornecimento de subsídios técnicos aos eventos organizados pela 4ª CCR ou por ela apoiados;
- ♦ Realização de vistorias e perícias;
- ♦ Subsídios técnicos para pronunciamentos dos Membros do MPF em eventos externos na área de meio ambiente e patrimônio cultural.

No ano de 2009, a Gerência Técnica elaborou 309 (trezentas e nove) Informações Técnicas, com base em solicitações dos Subprocuradores-Gerais da República Membros desta Câmara bem como dos Procuradores da República nos Estados e nos Municípios, sendo que, 6 (seis) foram elaboradas juntamente com a Gerência Jurídica.

Foram elaboradas 56 (cinquenta e seis) Notas Técnicas, sendo 2 (duas) elaboradas juntamente com a Gerência Jurídica.

Foram canceladas as Informações Técnicas de números 107 e 217, e as Notas Técnicas de números 014, 015 e 026.

6.1	INFORMAÇÕES TÉCNICAS	TOTAIS	309
6.1.1	Por Atividade Desenvolvida e Estado		
6.1.1.1	Análise de EIA/Rima e Correlatos		27
6.1.1.2	Análise de Procedimentos/Documentação Técnica		190
6.1.1.3	Análise e Acompanhamento de TAC		25
6.1.1.4	Participação em Processos Judiciais		37
6.1.1.5	Estudos sobre Temas Específicos		23
6.1.1.6	Relatório de Reunião		7
6.1.2	Por Assunto e Estado		
6.1.2.1	Meio Ambiente		248
6.1.2.1.1	Agrotóxicos e Produtos Perigosos		6
6.1.2.1.2	Área de Preservação Permanente		53
6.1.2.1.3	Desmatamento		22
6.1.2.1.4	Fauna		10
6.1.2.1.5	Geração e Transmissão de Energia		24
6.1.2.1.6	Infra-Estrutura e Plantas Industriais		22
6.1.2.1.7	Ordenamento Territorial		5
6.1.2.1.8	Organismos Geneticamente Modificados		2
6.1.2.1.9	Poluição		16
6.1.2.1.10	Recursos Hídricos		12
6.1.2.1.11	Recursos Minerais		19
6.1.2.1.12	Resíduos Sólidos		13
6.1.2.1.13	Unidades de Conservação e Áreas Protegidas		24
6.1.2.1.14	Zona Costeira		15
6.1.2.1.15	Outros		5
6.1.2.2	Patrimônio Cultural		61
6.1.2.2.1	Arqueológico		16
6.1.2.2.2	Arquitetônico e Paisagístico		19
6.1.2.2.3	Bens Móveis		8
6.1.2.2.4	Documental		4
6.1.2.2.5	Patrimonial		1
6.1.2.2.6	Sítios e Conjuntos Urbanos		12
6.1.2.2.7	Outros		1
6.2	NOTAS TÉCNICAS		56
6.2.1	Meio Ambiente		47
6.2.1.1	Agrotóxicos/Produtos Perigosos		1
6.2.1.2	APP		2
6.2.1.3	Desmatamento		2
6.2.1.4	Fauna		1
6.2.1.5	Geração e Transmissão de Energia Elétrica		12
6.2.1.6	Infra-Estrutura e Plantas Industriais		2
6.2.1.7	Ordenamento Territorial		4
6.2.1.8	Poluição		6
6.2.1.9	Recursos Hídricos		6
6.2.1.10	Recursos Minerais		1
6.2.1.11	Resíduos Sólidos		3
6.2.1.12	Unidades de Conservação e Áreas Protegidas		2
6.2.1.13	Outros		5
6.2.2	Patrimônio Cultural		9
6.2.2.1	Arqueológico		3
6.2.2.2	Arquitetônico e Paisagístico		2
6.2.2.3	Sítios e Conjuntos Urbanos		2
6.2.2.4	Outros		2

6.3 OUTRAS ATIVIDADES 244

6.3.1	Atendimentos Informais	4
6.3.2	Atividades Específicas para subsidiar atuação dos Membros	3
6.3.3	Ciclo de palestras – Difusor Ambiental	1
6.3.4	Demandas Específicas para subsidiar elaboração de Informação Técnica e Nota Técnica	11
6.3.5	Demandas Específicas para subsidiar elaboração de Informação Técnica e Nota Técnica	11
6.3.6	Participação em Cursos, Congressos e Seminários	23
6.3.7	Participação em Palestras	1
6.3.8	Reuniões Externas em Brasília	56
6.3.9	Reuniões Internas	56
6.3.10	Viagens a Serviço	78

6.4 AÇÕES PROPOSTAS PARA O PRÓXIMO EXERCÍCIO

QUADROS DEMONSTRATIVOS

INFORMAÇÕES TÉCNICAS

POR ATIVIDADE DESENVOLVIDA E ESTADO

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS/ ESTADO	AC	AL	AM	AP	BA	CE	DF	ES	GO	MA	MG	MS	MT	PA	PB	PE	PI	PR	RJ	RN	RO	RR	RS	SC	SE	SP	TO	PGR	4CCR (*)	TOTAL
EIA/Rima e Correlatos	-	-	2	-	-	7	-	-	1	1	1	-	-	1	-	-	-	-	8	-	3	-	1	-	-	2	-	-	-	27
Procedimentos/Docum. Técnica	-	-	-	2	23	11	18	5	5	5	14	-	-	8	9	1	-	4	22	-	2	-	21	10	1	23	-	1	5	190
Análise de TAC nos Estados	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	6	-	1	-	-	8	-	-	-	3	2	-	-	-	1	1	25
Processos Judiciais	-	-	1	-	1	5	3	4	-	2	1	-	-	-	3	1	-	3	3	-	-	-	7	2	-	1	-	-	-	37
Estudos Temas Específicos	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	1	-	-	1	-	1	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	1	17	23	
Relatório de Reunião	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	5	7
TOTAL	-	1	3	2	25	23	22	9	6	8	19	-	-	16	12	4	-	7	41	-	5	-	32	15	1	27	-	3	28	309

Nota: (*) Sendo considerados procedimentos originários da 4ª CCR e dos seus Grupos de Trabalho.

No ano de 2009 ocorreram demandas do GT Acompanhamento Legislativo, GT Agrotóxico e Transgênicos, GT Águas, GT Desmatamento na Amazônia, GT Patrimônio Cultural e GT Poluição por Resíduos Sólidos e Esgotos.

POR ASSUNTO E ESTADO

MEIO AMBIENTE	AC	AL	AM	AP	BA	CE	DF	ES	GO	MA	MG	MS	MT	PA	PB	PE	PI	PR	RJ	RN	RO	RR	RS	SC	SE	SP	TO	4CCR (*)	PGR	OUTROS ÓRGÃOS	TOTAL
Agrícolas/Produtos Perigosos	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1	1	-	-	1	-	-	-	-	1	-	1	-	-	-	-	6
APP	-	-	-	-	18	6	-	-	-	3	6	-	-	-	5	1	-	-	6	-	-	-	4	1	-	2	-	1	-	-	53
Desmatamento	-	-	-	1	1	1	2	1	-	-	2	-	-	10	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	-	-	1	-	-	22
Fauna	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	2	-	-	1	-	-	-	-	-	-	1	-	2	-	-	1	-	-	1	-	10
Geração e Transmissão de Energia Elétrica	-	-	-	-	-	3	3	-	2	2	2	-	-	-	1	-	-	1	3	-	3	-	2	-	-	-	-	1	1	-	24
Infra-estrutura e Plantas Industriais	-	-	2	-	-	1	-	-	1	-	1	-	-	-	-	-	2	11	-	-	-	1	1	-	1	-	1	-	-	22	
OGM	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	2
Ordenamento Territorial	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1	-	-	-	1	-	-	5	
Poluição	-	-	-	1	-	-	2	-	1	1	-	-	-	-	2	-	-	1	5	-	-	-	3	-	-	-	-	-	-	-	16
Recursos Hídricos	-	-	-	-	-	-	2	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	3	-	-	-	4	-	-	12	
Recursos Minerais	-	2	-	-	-	3	1	4	-	-	2	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	2	-	-	2	-	2	-	-	19	
Resíduos Sólidos	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	-	-	2	-	-	-	-	6	1	-	13	
UC e Áreas Protegidas	-	-	1	-	1	1	1	-	1	-	1	-	-	1	2	-	-	1	5	-	-	6	-	-	-	-	3	-	-	24	
Zona Costeira	-	-	-	-	2	2	-	1	-	2	-	-	-	1	2	-	-	2	-	-	-	-	3	-	-	-	-	-	-	15	
Outros	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	5
SUBTOTAL	-	2	3	2	22	19	14	9	5	8	17	-	-	14	13	2	-	5	39	-	4	-	24	13	-	7	-	23	3	-	248
PATRIMÔNIO CULTURAL	AC	AL	AM	AP	BA	CE	DF	ES	GO	MA	MG	MS	MT	PA	PB	PE	PI	PR	RJ	RN	RO	RR	RS	SC	SE	SP	TO	4CCR	PGR	MPDFT	TOTAL
Arqueológico	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1	-	-	1	-	3	1	1	4	-	2	-	1	16	
Arquitetônico e Paisagístico	-	-	-	-	-	1	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	3	-	-	-	-	1	-	9	-	1	-	-	19	
Bens Móveis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	6	-	-	-	-	8	
Documental	-	-	-	-	-	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	
Paleontológico	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1	
Sítios e Conjuntos Urbanos	-	-	-	-	2	-	3	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5	-	-	1	-	-	-	-	12	
Outros	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1	
SUBTOTAL	-	-	-	-	3	4	7	-	1	-	2	-	-	-	-	2	-	2	3	-	1	-	8	2	1	19	-	5	-	1	61
TOTAL	-	2	3	2	25	23	21	9	6	8	19	-	-	14	13	4	-	7	42	-	5	-	32	15	1	26	-	28	3	1	309

Nota: (*) Sendo considerados procedimentos originários da 4ª CCR e dos seus Grupos de Trabalho.

No ano de 2009 ocorreram demandas do GT Acompanhamento Legislativo, GT Agrotóxico e Transgênicos, GT Águas, GT Desmatamento na Amazônia, GT Patrimônio Cultural e GT Poluição por Resíduos Sólidos e Esgotos.

NOTAS TÉCNICAS

POR ASSUNTO E ESTADO

MEIO AMBIENTE	AC	AL	AM	AP	BA	CE	DF	ES	GO	MA	MG	MS	MT	PA	PB	PE	PI	PR	RJ	RN	RO	RR	RS	SC	SE	SP	TO	4CCR (*)	PGR	OUTROS ÓRGÃOS	TOTAL
Agrícolas/Produtos Perigosos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
APP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	2
Desmatamento	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2
Fauna	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1
Geração e Transmissão de Energia Elétrica	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	9	-	12
Infra-estrutura e Plantas Industriais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	2
OGM	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ordenamento Territorial	-	-	-	-	-	-	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4
Poluição	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	1	-	-	1	-	1	-	-	-	-	-	-	6
Recursos Hídricos	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	-	-	6
Recursos Minerais	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Resíduos Sólidos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-	3
UC e Áreas Protegidas	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	2
Zona Costeira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5	-	-	-	5
SUBTOTAL	1	-	-	-	1	1	4	1	-	-	2	-	1	-	-	1	-	1	3	2	1	-	2	3	2	1	-	11	9	-	47
PATRIMÔNIO CULTURAL	AC	AL	AM	AP	BA	CE	DF	ES	GO	MA	MG	MS	MT	PA	PB	PE	PI	PR	RJ	RN	RO	RR	RS	SC	SE	SP	TO	4CCR	PGR	OUTROS ÓRGÃOS	TOTAL
Arqueológico	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	3
Arquitetônico e Paisagístico	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2
Sítios e Conjuntos Urbanos	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	2
SUBTOTAL	-	-	-	-	1	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	2	-	-	-	-	2	-	-	9
TOTAL	1	-	-	-	2	1	6	1	-	-	2	-	1	-	-	1	-	1	5	2	1	-	2	5	2	1	-	13	9	-	56

Nota: (*) Sendo considerados procedimentos originários da 4ª CCR e dos seus Grupos de Trabalho.

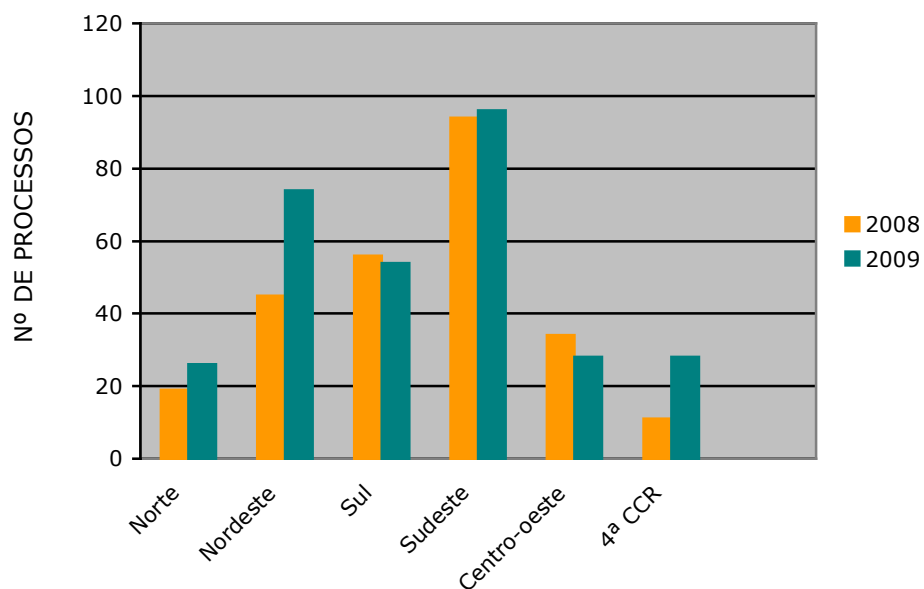
No ano de 2009 ocorreram demandas do GT Águas, GT Licenciamento de Grandes Empreendimentos e GT Patrimônio Cultural.

OUTRAS ATIVIDADES 244

GRÁFICOS COMPARATIVOS

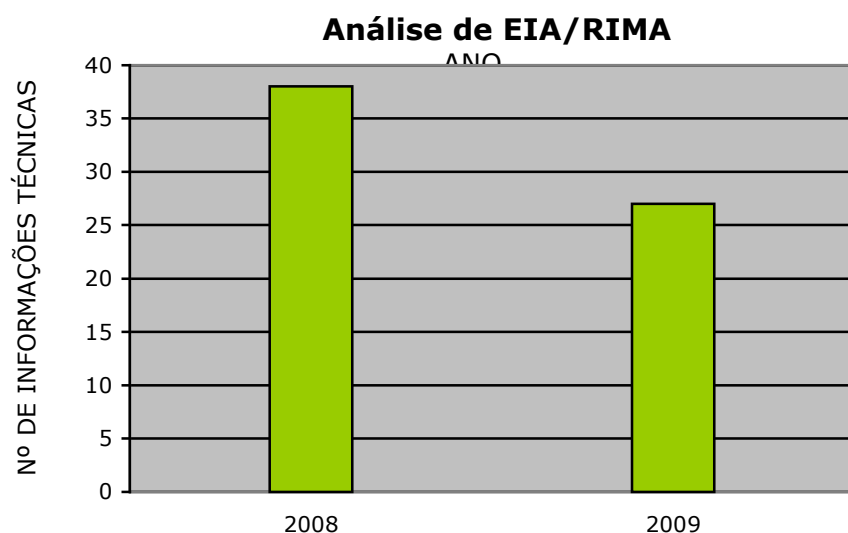
1. Atendimentos efetuados por Informações Técnicas

1.1 Por Região

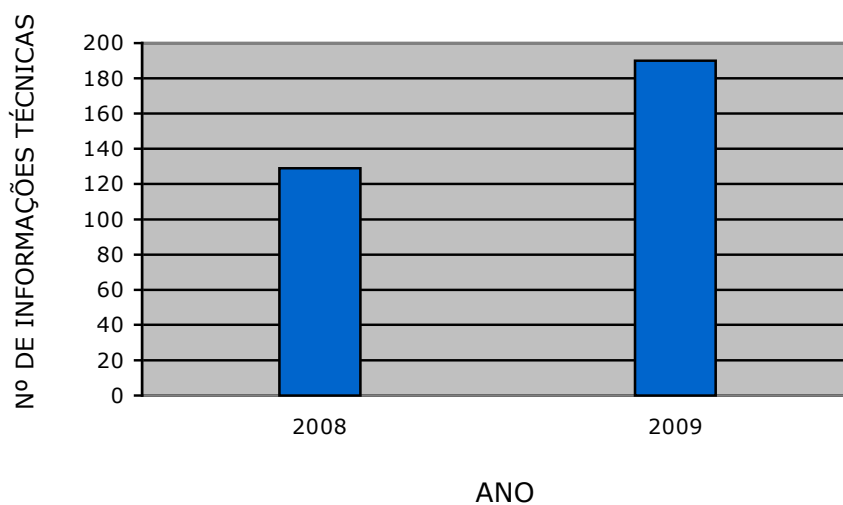


OBS: Os procedimentos originários da PGR foram computados na região Centro-Oeste.

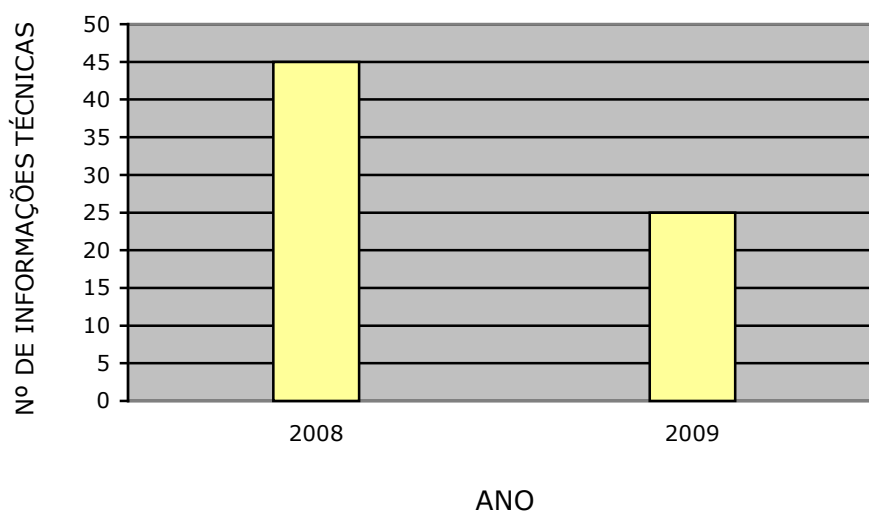
1.2 Por Atividades Desenvolvidas



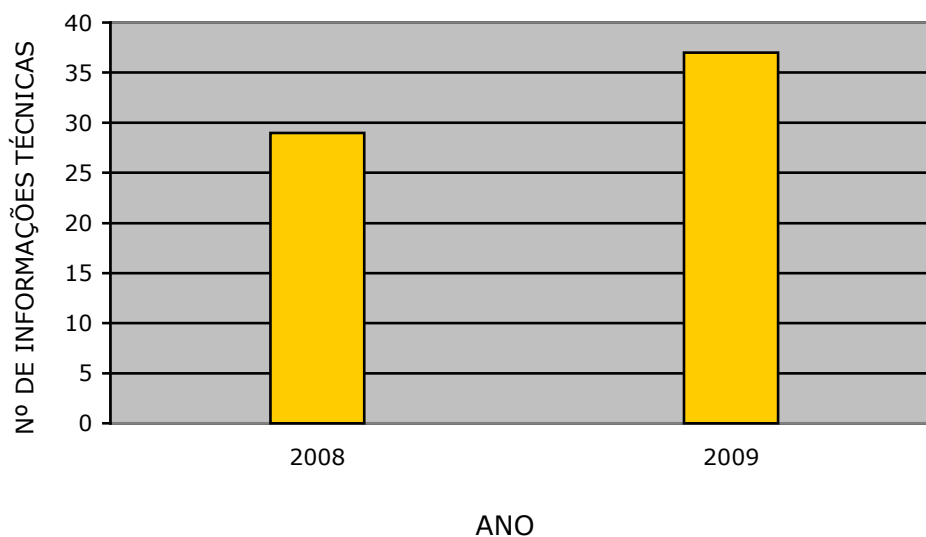
Análise de Procedimentos/ Documentação Técnica

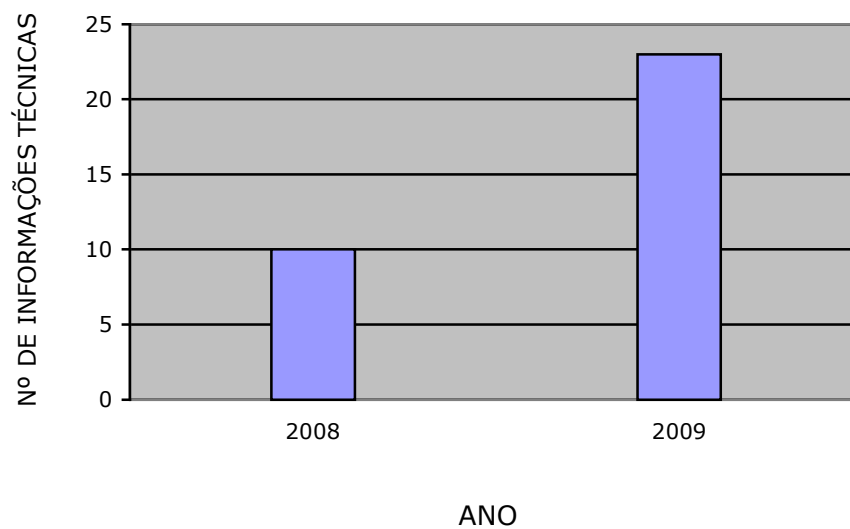
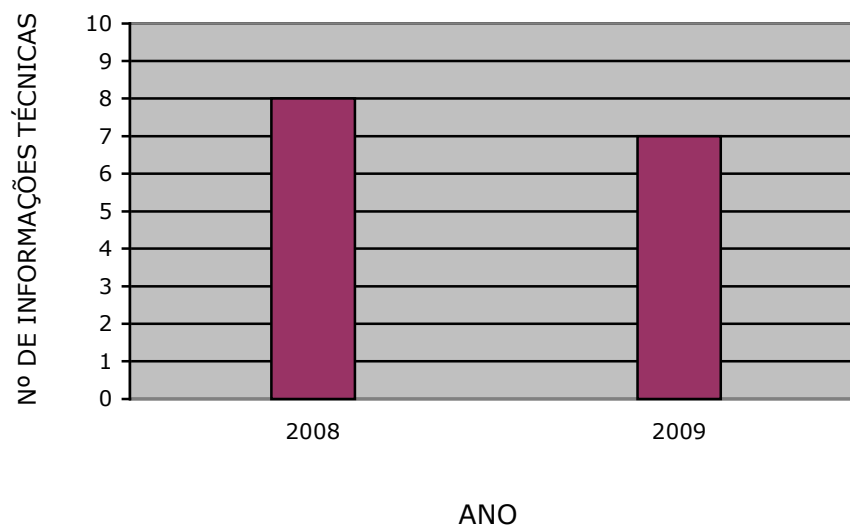


Análise de TAC nos Estados



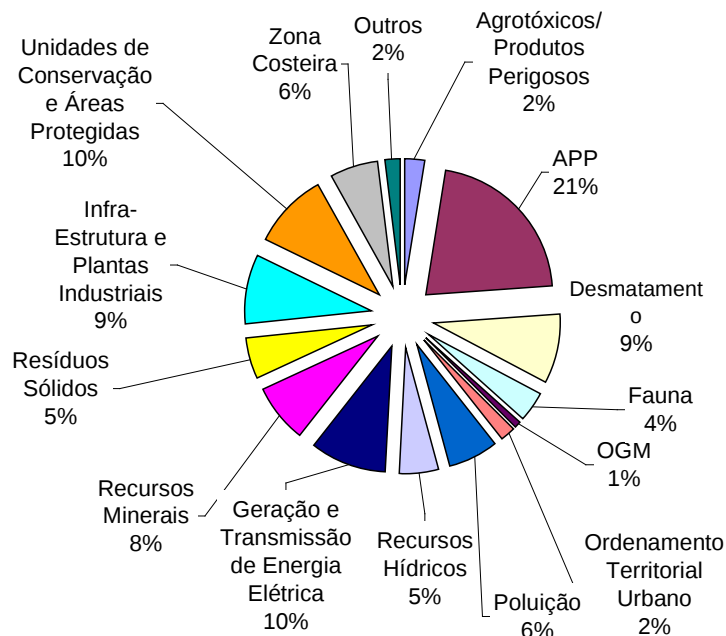
Participação em Processos Judiciais



Estudos sobre Temas Específicos**Relatório de Reunião**

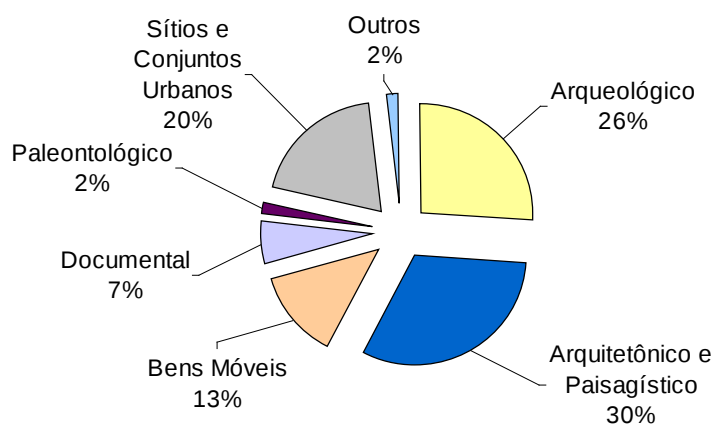
2.2 Por Assunto

Meio Ambiente



2009

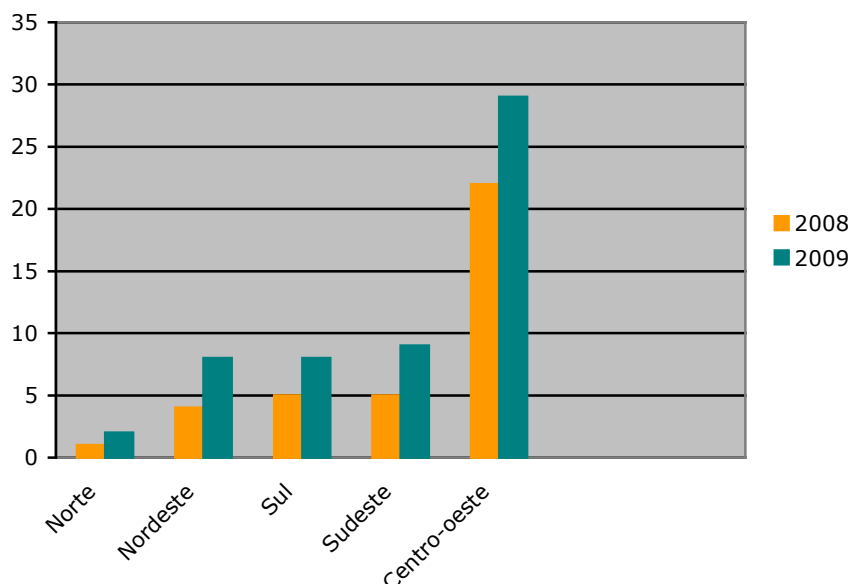
Patrimônio Cultural



2009

2. Atendimentos efetuados por Notas Técnicas

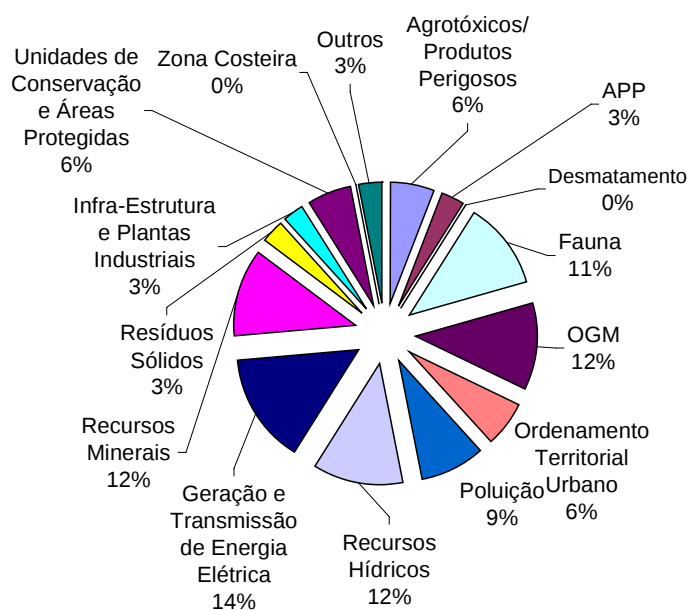
2.1 Por Região



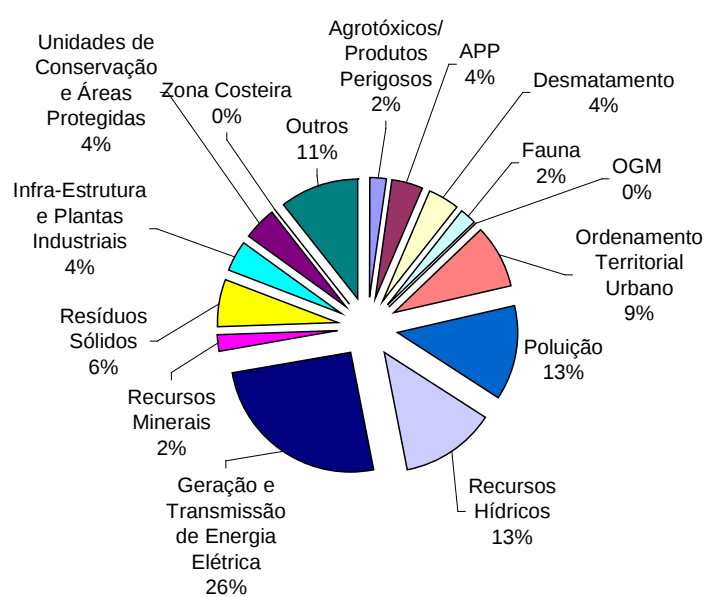
OBS: Os procedimentos originários da PGR, da 4ª CCR e Grupos de Trabalho da 4ª CCR foram computados na região Centro-Oeste.

2.2 Por Área de Atuação

Meio Ambiente

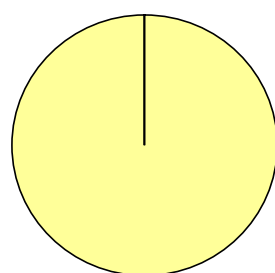


2008



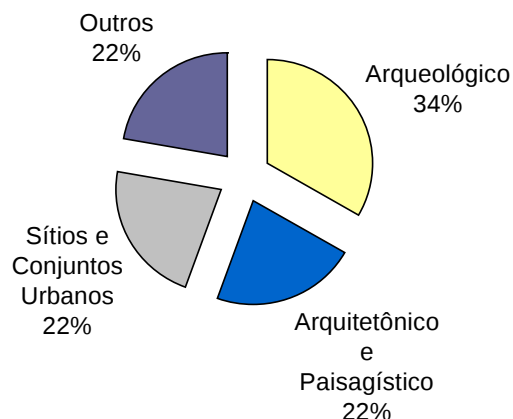
2009

Patrimônio Cultural



Arqueológico
100%

2008



2009

6.1 INFORMAÇÕES TÉCNICAS

6.1.1 Análise de EIA/Rima e Correlatos 27

Assunto	IT nº	Origem
EIA/Rima do empreendimento denominado Aeroporto de Farol de São Tomé, com ênfase nos aspectos biológicos.	013	PRM/Campos dos Goytacazes (RJ)
Construção de marina no Condomínio Ponta da Figueira, em Mangaratiba-RJ, sem as devidas licenças.	025	PRM/Angra dos Reis (RJ)
Análise do zoneamento e implicações urbanas e aspectos culturais na implantação de complexo siderúrgico e do terminal portuário no distrito de Santa Cruz, no Rio de Janeiro.	066	PR/RJ
Análise de componentes dos meios físico e biótico dos EIAs e de documentos pertinentes ao licenciamento ambiental da Usinas Termelétricas Pecém I e II do Complexo Industrial do Porto de Pecém.	068	PR/CE
- Termo de Referência	140	
EIA, Rima e informações complementares do APH de Barra do Pomba, a ser instalado no rio Paraíba do Sul, no Município de Cambuci.	073	PR/RJ
EIA/Rima dos empreendimentos denominados PCHs São Sebastião do Alto e Caju, assim como os Programas Básicos Ambientais (PBAs).	088	PRM/Nova Friburgo (RJ)
Licenciamento ambiental da Indústria de Papel e Celulose da empresa <i>International Paper</i> do Brasil Ltda., que tramita perante a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sema e o Instituto de Meio Ambiente Pantanal – IMAP – Complementação.	096	PRM/Três Lagoas (MG)
Análise da regularidade da construção do empreendimento multifamiliar Cumbuco Beach Sun, na praia de Cumbuco, no Município de Caucaia.	113	PR/CE
Questão do patrimônio arqueológico no licenciamento ambiental das obras de ampliação do Aeroporto Internacional de Viracopos, no Município de Campinas.	132	PRM/Campinas (SP)
- Resposta da Infraero em relação ao Patrimônio Arqueológico.	180	
Rima referente ao empreendimento Porto do Forno, instalado no Município de Arraial do Cabo.	143	PRM/São Pedro da Aldeia (RJ)

Reconstrução da BR -319:

- Audiência Pública "Estradas na Amazônia: a questão da BR 319", promovida pelas 4ª e 6ª CCRs.	149	PR/AM
- Análise técnica do EIA/RIMA para eventual proposição de ACP.	204	
EIA e PBA do projeto da UTE Porto do Itaqui e de documentos técnicos elaborados pelo Ibama e pelo empreendedor, relacionados ao processo de licenciamento ambiental do empreendimento.	154	PR/MA
EIA/RIMA do Centro de Tratamento de Resíduos de São Pedro da Aldeia.	174	PRM/São Pedro da Aldeia (RJ)
EIA/RIMA da UHE de Itumirim para manifestação em Audiência Pública.	178	PRM/Rio Verde (GO)
Análise biótica do Relatório Ambiental Simplificado (RAS) do projeto "Central Eólica Praia Formosa", no município de Camocim/Ceará.	202	PRM/Sobral (CE)
Documentos complementares ao Termo de Referência relativo ao Zoneamento Ambiental para atividade de mineração de areia no baixo curso do rio Jacuí.	218	PR/RS
Estudos ambientais prévios, consolidados em um Estudo de Avaliação Ambiental (EVA), e constatações feitas em vistoria, referentes ao empreendimento Taíba Beach Resort, localizado no Município de São Gonçalo do Amarante.	275	PR/CE
Análise do meio biótico dos Planos de Controle Ambiental (PCA) de Angra 1 e dos Depósitos de Rejeitos 1 e 2-A e de seus respectivos Estudos de Análise de Risco.	285	PRM/Angra dos Reis (RJ)
Análise do Procedimento e do EIA referente à construção da UHE Belo Monte, no rio Xingu.	294	PRM/Altamira (PA)
Estudo de Viabilidade Ambiental (EVA) e sobre Plano de Recuperação de Área Degradada (PRAD) apresentados pela empresa Industrial Técnica S/A (EIT), concernentes à degradação de vegetação fixadora de dunas ocorrida quando da construção da Escola Pública Municipal Professora Maria Odnira Cruz Moreira, no bairro Cidade 2000, em Fortaleza.	296	PR/CE
Resposta de documento técnico elaborado pela Geoconsult sobre as deficiências nos estudos ambientais prévios do Empreendimento "Balbino Beach & Resort", no Município de Cascavel.	307	PR/CE

6.1.2 Análise de Procedimentos/Documentação Técnica 190

Assunto	IT nº	Origem
Elaboração de relatório técnico acerca dos documentos juntados no procedimento licitatório do bem tombado denominado "Prédio do Ponto Chic – Parque da Luz".	002	PR/SP
Exame e elaboração de relatório técnico acerca dos documentos juntados no procedimento licitatório para restauro e conservação da Galilé e dos telhados da cúpula e da galilé da capela do Mosteiro da Imaculada Conceição da Luz (Museu de Arte Sacra).	003	PR/SP
Exame e elaboração de relatório técnico acerca dos documentos juntados no procedimento licitatório do bem denominado "Praça Coronel Fernando Prestes".	004	PR/SP
Exame e elaboração de relatório técnico acerca dos documentos juntados no procedimento licitatório para restauro e conservação do bem denominado "Casa do Administrador do Parque da Luz".	005	PR/SP
Exame e elaboração de relatório técnico acerca dos documentos juntados no procedimento licitatório para restauro e conservação do bem denominado "Coreto nº 1", integrante do Conjunto do Jardim da Luz, situado no bairro da Luz.	006	PR/SP
Exame e elaboração de relatório técnico acerca dos documentos juntados no procedimento licitatório para restauro e conservação dos	007	PR/SP

bens denominados “Coreto nº2” e “Ponto de Bondes”.

Processo de licenciamento ambiental dos aproveitamentos hidrelétricos do Fundão e Santa Clara, no rio Jordão, na bacia hidrográfica do rio Iguçu.	008	PRM/Guarapuava (PR)
Averiguação da autoria de escultura de soldado romano inicialmente atribuída a Aleijadinho.	010	PR/SP
Regularidade da instalação da rede de distribuição de gás natural feita pela empresa Comgás no sistema de Jaguariúna.	012	PR/SP
Reforma e ampliação do Museu Paulista da USP, localizado no Parque da Independência, Bairro do Ipiranga.	016	4ª CCR
Análise do Relatório Técnico “Caracterização Técnica e Viabilidade de Exploração de Areia em Novos Jazimentos no reservatório da UHE São Salvador”, no rio Tocantins.	018	PR/GO
Licenciamento ambiental da Plataforma Semi-submersível SS-06, na Bacia de Campos, ênfase nos aspectos biológicos.	019	PRM/Campos dos Goytacazes (RJ)
Termo Deliberativo entre o Ibama, o Ministério Público (Estadual e Federal) e a Prefeitura Municipal de Bragança Paulista, a fim de desencadear um plano de controle do javali e do javaporco1 (ambos da espécie exótica invasora <i>Sus scrofa</i>).	020	PRM/Bragança Paulista (SP)
Derramamento de óleo, em 2005, nas praias de São Luís.	023	PR/MA
Vistoria para verificar a situação dos escombros das casas demolidas e análise do relatório sobre a periculosidade desses escombros na Cidade dos Meninos, em Duque de Caxias.	024	PR/RJ
Interferência do empreendimento imobiliário Vila Imperial quanto à visibilidade e ambiência do Conjunto do Ipiranga.	026	PR/SP
Projeto de urbanização da Av. José Temístocles de Macedo, na orla marítima do Município de Balneário Piçarras.	027	PRM/Itajaí (SC)
Ocupações irregulares em trechos da orla da ilha de Atalaia, no Município de Salinópolis.	029	PR/PA
Ocupação de APP, às margens do reservatório da UHE de Volta Grande, no Município de Água Comprida.	030	PRM/Uberaba (MG)
Infestação da espécie exótica invasora <i>Limnoperna fortunei</i> , conhecida popularmente como mexilhão-dourado.	031	PR/DF
Ocupação irregular de falésia e restinga, APP urbana da praia do Seixas, em João Pessoa.	032	PR/PB
Projeto de revitalização em APP urbana, denominado Projeto Beira Rio, à margem do rio Piracicaba.	033	PRM/Piracicaba (SP)
Vistoria decorrente da extração ilegal de pedra no sítio arqueológico Complexo Malhada Grande, localizado no Município de Paulo Afonso.	034	PRM/Paulo Afonso (BA)
Vistoria em parte de um subtrecho da Ferrovia Norte-Sul, ao longo do rio das Antas, em Anápolis.	035	PRM/Anápolis (GO)
Acompanhamento das medidas de controle ambiental do Assentamento Agrícola Filhos de Sepé, locado na Fazenda Santa Fé, no Município de Viamão.	036	PR/RS
Ocupação de área de praia por edificações e barracas/palhoças, nas praias de Seixas e Penha, em João Pessoa.	037	PR/PB
Plano de corte/replanteio de eucalipto adjacente ao Parna do Pau-Brasil.	039	PRM/Ilhéus (BA)
Exploração de cipó-titica e cipó-cebolão nos Assentamentos de Reforma Agrária Lourenço e Carnot, no Município de Calçoene.	040	PR/AP
Licenciamento da construção do Complexo Administrativo do Distrito Federal, localizado num raio de 10 Km da ARIE JK, tendo em vista possível existência de sítio arqueológico na Área de Influência Direta (AID) do empreendimento.	041	MPDFT
Questão do patrimônio arqueológico no licenciamento ambiental do Terminal Portuário de Itapoá.	043	PRM/Joinville (SC)
Documentos referentes à UHE Foz do Chapecó.	044	4ª CCR
Irregularidades na extração de areia e cascalho no leito do rio Paraná, no Município de Paulicéia/SP.	045	PRM/Presidente Prudente (SP)

Demolição do "Casarão Sede da Sociedade Italiana de Beneficência" e do "Casarão da Família Negreiros"; da interrupção das pesquisas arqueológicas na "Gruta do Leão"; além do desmanche sumário do acervo do "Laboratório Professor Doutor Fernando Altenfelder Silva".	047	PRM/Piracicaba (SP)
Utilização da Convenção de Ramsar como possível instrumento a ser usado na busca de proteção dos mananciais da bacia hidrográfica do rio Gravataí.	048	PR/RS
Contaminação por mercúrio do rio Tartarugalzinho, decorrente de atividade garimpeira.	049	PRM/Macapá (AP)
Consequências do processo de modificação da parte interna do edifício administrativo da Estação da Luz que repercutiram na esfera penal.	051	PR/SP
Irregularidades no aproveitamento de material lenhoso nativo de Cerrado como matriz energética pela Bunge Alimentos, no Município de Luziânia.	052	PR/DF
Plano de Manejo da Estação Ecológica de Aracuri-Esmeralda, no Município de Muitos Capões.	053	PRM/Caxias do Sul (RS)
Irregularidades no registro de produto agrotóxico MENTOX 600 CE.	054	PR/SC
Ocupação irregular na implantação do Manaíra Shopping, na divisa dos Municípios de João Pessoa e Cabedelo.	057	PR/PB
Reunião referente à poluição causada pelo lançamento de efluentes da Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) de Brazlândia no rio Verde.	058 ⁽³⁾	PR/DF
Informações fornecidas pelo Movimento de Defesa de Porto Seguro a respeito de autorizações emitidas pelo Diretor da 9ª Sub-Regional do IPHAN.	059	PRM/Ilhéus (BA)
Alienação de bens pertencentes à extinta RFFSA.	060	PR/MG
Supressão de vegetação e ocupação irregular em APP, na Estrada da Vargem Grande, nº 3501, no bairro do Rócio, no Município de Petrópolis.	061	PRM/Petrópolis (RJ)
Alteração do projeto de engenharia da Rodovia Contorno Leste de Curitiba, possibilitando acesso à estrada de Borda do Campo, no Município de Quatro Barras.	062	PR/PR
Ocupação, aterro e deposição de rejeitos de rocha em APP da lagoa Sumidouro, no Município de Pedro Leopoldo.	063	PR/MG
Processo de licenciamento ambiental para extração mineral na área do Reservatório Eng. Sérgio Mota - UHE de Porto Primavera e seus arredores.	064	PRM/Presidente Prudente (SP)
Relatório de vistoria referente a medidas de controle ambiental e cumprimento da legislação em decorrência da implantação do Projeto de Assentamento Agrícola Filhos de Sepé do Incra.	069	PR/RS
Despejos de esgotos e lixo resultantes do funcionamento de bares e restaurantes na faixa de praia do Bessa, no Município de João Pessoa.	070	PR/PB
Despejos de esgotos e lixo resultantes do funcionamento de bares e restaurantes na faixa de praia do Poço, no Município de Cabedelo.	071	PR/PB
Empreendimento de carcinicultura em área vizinha de unidade de engorda de camarão marinho, constituída de viveiros, na comunidade Forte Velho, no Município de Santa Rita.	072	PR/PB
Plano de manejo do Parque Nacional das Emas (PNE), no Município de Mineiros.	074	PRM/Rio Verde (GO)
Vistoria técnica no local destinado à disposição final dos resíduos sólidos urbanos do Município de Alto Paraíso de Goiás.	078	PR/DF
Vistoria na área industrial da empresa Servatis, onde ocorreu o vazamento do inseticida <i>endosulfan</i> , em novembro de 2008.	079	PRM/Resende (RJ)
Mortandade de peixes de várias espécies, por ocasião da construção das ensecadeiras da UHE do Santo Antônio.	080	PR/RO
Manilhamento e aterro de APP da microbacia do rio Piabanha e	081	PRM/Petrópolis (RJ)

córrego Paulo Barbosa para implantação de campo de futebol, em Petrópolis.

Patrimônio documental da empresa Telpe Celular, privatizada em 1998.	082 ⁽¹⁾	PR/PE
Acompanhamento dos estudos para implantação de Mecanismo de Transposição de Peixes (MTP) na UHE Jaguará, no Rio Grande.	084	PRM/Uberaba (MG)
Projeto Básico de Engenharia das obras de complementação do Contorno de Volta Redonda, em decorrência de problemas técnicos do traçado da rodovia bem como o passivo ambiental constatado ao longo do mesmo.	085	PRM/Volta Redonda (RJ)
Compensação de Reserva Legal para fins de regularização Fundiária do Parna de Ilha Grande, localizado no Estado do Paraná.	086	PR/PR
Tratamento para evitar a mortandade de peixes no sistema de geração e Relatório Final de Monitoramento do elevador para peixes na área da UHE Funil no rio Grande. Complemento à IT 320/06.	089	PR/MG
Acompanhamento da reavaliação toxicológica do fungicida Epoxiconazol.	090	PRM/Bauru (SP)
Tombamento das "cavas de Ouro Históricas do Jaraguá", localizadas à margem da Rodovia Anhanguera.	091	PR/SP
Estudo do Componente Indígena (ECI) que integra o processo de licenciamento do AHE Monjolinho.	092	PRM/Erechim (RS)
Danos socioambientais provocados por dois empreendimentos, sob responsabilidade das seguintes empresas: Mineração Pedra Branca do Amapari/MPBA (extração de ouro) e Anglo Ferrous Brazil (minério de ferro), no Município de Pedra Branca do Amapari.	097	4ª CCR
Acompanhamento do acordo entre o Consórcio da UHE de Baguari e os pescadores do médio rio Doce.	098	PRM/Governador Valadares (MG)
Utilização de dejetos de suínos no tratamento de drenagem ácida de minas (DAM).	100 ⁽⁴⁾	PRM/Rio Verde (GO)
Interferências no patrimônio cultural decorrentes da duplicação da via L4 Norte e da construção dos acessos viários à ponte JK, em Brasília.	101	PR/DF
Projeto irregular de edificação multifamiliar denominada Costa Leste Residence, situada à rua Almirante Barroso, nº 123, no Município de Torres.	104	PR/RS
Levantamento e salvamento dos sítios arqueológicos atingidos pela UHE Mauá. Complementação.	108	PRM/Londrina (PR)
Acompanhar cumprimento do TAC em decorrência de notícias de inúmeros danos ambientais perpetrados pela Aracruz Celulose no Estado do Espírito Santo.	109	PRM/São Mateus (ES)
Resposta a quesitos referentes à implantação do projeto Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) na Avenida W3 em Brasília.	110	PR/DF
Aproveitamento industrial de águas minerais no Parque das Águas, pela Empresa de Águas São Lourenço Ltda./Nestlé do Brasil Ltda., no Município de São Lourenço.	114	PRM/Pouso Alegre (MG)
Projeto preliminar elaborado pelo IPHAN para Prevenção de Incêndios no Centro Histórico da cidade de Antônio Prado.	116	PRM/Caxias dos Sul (RS)
Acesso de pessoas portadoras de deficiência física a edificações integrantes do patrimônio cultural nacional na Cidade de Antônio Prado, pela transferência do Museu Municipal.	117	PRM/Caxias dos Sul (RS)
Irregularidades no licenciamento para construção de edifício hoteleiro situado em orla marítima e área de de restinga, no Município de Florianópolis.	118	PR/SC
Projeto de loteamento e desmatamento em área de Mata Atlântica, no Município de Cambuí.	119	PRM/Pouso Alegre (MG)
Estudos e análise da questão da preservação do acervo documental e mobiliário da extinta RFFSA, que se encontra no Estado de São Paulo.	121 ⁽²⁾ 122 ⁽²⁾ 123 ⁽²⁾ 198 ⁽²⁾	PR/SP

Empreendimentos imobiliários no bairro Ponta do Farol, orla do Município de São Luís.	125	
- Enrocamento Ponta da areia.	127	PR/MA
Inadequações das restaurações promovidas pelo Projeto Monumenta nos bens históricos do centro da cidade de Pelotas.	126	PRM/Pelotas (RS)
Obras irregulares em APP, área de mata ciliar do rio Uruguai.	129	PRM/Santa Rosa (RS)
Reavaliação toxicológica do ingrediente ativo de agrotóxico <i>Linurom</i> .	130	PR/DF
Aterramento de APP em local próximo ao Parque do Cocó, decorrentes das obras de construção da Via Expressa.	133	PR/CE
Possível ocupação, por andorinhas e pombos, de vãos no forro do teto e sob lajes dos edifícios da PGR.	134	PGR
Análise técnica de 14 (quatorze) Laudos Agrônômicos de Fiscalização elaborados pelo INCRA, especificamente pela Superintendência Regional de Santarém.	135	PRM/Santarém (PA)
Análise técnica de 02 (dois) Laudos Agrônômicos de Fiscalização elaborados pelo INCRA, especificamente pela Superintendência Regional de Santarém, no Município de Monte Alegre/PA.	137	PRM/Santarém (PA)
Lavra clandestina de argila, no Município de Alto Santo.	138	PR/CE
Proposta de Resolução do Conama sobre parâmetros básicos para definição de vegetação primária e dos estágios sucessionais secundários da vegetação de restinga na Mata Atlântica.	139	4ª CCR
Relatório técnico sobre os danos socioambientais associados às atividades das empresas de mineração Pedra Branca do Amapari e Anglo Ferrous Brazil.	153	4ª CCR
Irregularidades nas instalações da empresa Projet Comércio e Serviços Náuticos e nas propriedades residenciais particulares, em APP, localizadas na rua Humberto Costa, Barra do Jacuípe, em Camaçari.	155	PR/BA
Execução de painéis pelo artista plástico Francisco Galeno por ocasião da restauração da Igreja de Nossa Senhora de Fátima (Igrejinha).	158	PR/DF
Laudo Agrônômico de Fiscalização do Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS), situado do Município de Medicilândia, elaborado pelo INCRA.	159	PRM/santarém (PA)
Delimitação da área dos sítios arqueológicos destruídos pela construção do Condomínio Parque das Figueiras, no Município de Arroio do Sal.	161	PR/RS
Vistoria na área dos empreendimentos denominados "Condomínio Playa Vista" e "Condomínio Celebration" para verificação de possível sítio arqueológico, no Município de Xangri-lá.	162	PR/RS
Corte de árvores em área pertencente ao centro histórico de Antônio Prado.	163	PR/RS
Proposta para subsidiar o ordenamento do espaço marinho na enseada do Município de Porto Belo.	164	PRM/Itajaí (SC)
Rompimento da barragem para contenção de rejeitos oriundos da lavagem de bauxita, na Unidade São Francisco da Mineração Rio Pomba-Cataguases, no município de Mirai, em Minas Gerais.	165	PRM/Itaperuna (RJ)
Laudo Agrônômico de Fiscalização do Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) Brasília, situado nos Municípios de Altamira e Novo Progresso/PA, elaborado pelo INCRA.	167	PRM/Santarém (PA)
Considerações gerais sobre o fenômeno da erosão costeira, nas praias de Icarai, Pacheco e Iparana, até a barra do rio Ceará, no Município de Caucaia na região.	170	PR/CE
Demolição de edificação de interesse histórico na cidade de Fortaleza, sem autorização do órgão de proteção patrimonial.	171	PR/CE
Estudo intitulado Diagnóstico de Impactos Socioculturais e Econômicos da UHE Corumbá IV.	179	PR/DF
Relatório de desempenho ambiental elaborado pela Companhia	181	PRM/Volta Redonda

Siderúrgica Nacional (CSN).		(RJ)
Dano ao patrimônio arqueológico pela implantação do empreendimento "Estação de Tratamento de Esgoto de Piraju", no Município de Piraju.	182	PRM/Ourinhos (SP)
Solicitação da Aprover para realização de reunião conjunta com a Caesb e o Ibama, referente à poluição no rio Verde causada pelo lançamento de efluentes da Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) Brazlândia.	184	PR/DF
Ocupação irregular às margens do rio Grande.	185	PRM/Uberaba (MG)
Lauda Agrônomo de Fiscalização do Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) Nelson de Oliveira, situado no Município de Novo Progresso, elaborado pelo INCRA.	186	PRM/Santarém (PA)
Construção do Shopping Center Leblon na cidade do Rio de Janeiro.	187	PR/RJ
Vistoria na área de lavra da empresa BS Areia e cascalho Ltda, no Município de Cristalina.	188 ⁽³⁾	PR/DF
Irregularidades na exploração e na exportação do fruto da aroeira-vermelha, conhecido popularmente como pimenta-rosa.	190	PR/ES
Vistoria na RPPN fazenda Morro de Sapucaia e na Central de Disposição de Resíduos Sólidos Industriais Classe II e de Pré-Tratamento de Resíduos Sólidos de Serviços de Saúde, no Município de Sapucaia do Sul.	191 ⁽⁴⁾	PRM/Canoas (RS)
Vistoria no Museu de Arqueologia de Xingó (MAX), no Município de Canindé do São Francisco.	192	PR/SE
Ocupação irregular às margens da rodovia BR 040, km 81, após o túnel do Quitandinha, no Município de Duque de Caxias.	194	PRM/São João de Meriti (RJ)
Documentos acerca dos impactos sociais, econômicos e culturais, em decorrência da alteração da malha viária, em especial da estrada GO-425, no contexto da implantação da UHE Corumbá IV.	196	PR/DF
Decisão da CTNBio que tem por objetivo verificar o cumprimento das formalidades legais para a liberação comercial do Algodão OGM <i>Roundup Ready</i> , Evento 1445 tolerante a herbicida à base de glifosato da empresa Monsanto do Brasil LTDA.	197	PR/DF
Contraproposta à demolição de imóvel, supostamente situado em APP.	200	PRM/Varginha (MG)
Destinação e preservação do patrimônio documental dos órgãos públicos em processo de extinção ou de privatização no Estado do Ceará.	203	PR/CE
Investigação e apuração do acervo cultural específico do Dnocs.	205	PR/CE
Ocupação irregular de praia por barracas e outras edificações, na Vila dos Pescadores, na praia do Cumbuco, no Município de Caucaia.	206	PR/CE
Ocupação irregular por barracas de praia localizadas em terreno de marinha, APP e área tombada, na praia de Taperapuã, no Município de Porto Seguro:	207	PRM/Eunápolis (BA)
- Restaurante Macuco Ecológico	208	
- Barramares	209	
- Churrascaria do Gaúcho	210	
- Sued's Plaza	211	
- Axé Moi	212	
- Tôa Tôa	222	
- Caba Ponta Grande	223	
- Pop Seguro	224	
- Cabana Jubarte	225	
- Lokau Beach	226	
- Restaurante Kaiambá	227	
- Bahia Club Beach	228	
- Churrascaria e Restaurante do Paulo	229	
- Restaurante e Churrascaria Sabor Goiano	230	
- Restaustrante Cabana Área Beach	231	

- Bar da Praia		
Extração de rochas ornamentais no Distrito de Vila Paulista, Município de Barra de São Francisco.	193 201 289	PRM/Colatina (ES)
Extração de recursos minerais em APP, sem autorização do órgão ambiental competente.	195	PRM/Nova Friburgo (RJ)
Plano de Manejo das barracas da orla de Salvador e do Programa de Requalificação e Implantação das Barracas de Praia da Orla Atlântica de Salvador.	213	PR/BA
Quesitos para perícia judicial da ACP n.º 2008.61.12.014320-3, referente à ocupação de APP no entorno do reservatório da UHE Engenheiro Sérgio Motta.	233	PRM/Presidente Prudente (SP)
Construção do prosseguimento da Avenida Litorânea, interligando com a Avenida Carlos Cunha, em área de vegetação de manguezal, em São Luís.	235	PR/MA
Vistorias nos empreendimentos Alphaville 2, Greenville e Canal de Mussurunga, construídos ao longo da Avenida Luiz Viana Filho, Avenida Paralela, em Salvador.	237	PR/BA
Vistoria no Loteamento Ipiranga em APP, no Município de Imbé.	238 ⁽⁴⁾	PR/CE
Laudo Agrônomo de Fiscalização do Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) Mãe Menininha, situado no Município de Altamira, elaborado pelo INCRA.	242	PRM/Santarém (PA)
Licenciamento ambiental do projeto de assentamento de reforma agrária implantado no imóvel Fazenda Iracema, no Município de Rubim.	243 ⁽¹⁾	PR/MG
Duplicação da BR-101 (alça rodoviária), em trecho que contornará a cidade de Araranguá.	244	PRM/Criciúma (SC)
Lançamento de esgoto <i>in natura</i> na praia dos Anjos e na Prainha, pelo Município de Arraial do Cabo.	245	PRM/São Pedro da Aldeia (RJ)
Resposta a quesitos sobre classificação de águas minerais, de acordo com o Decreto-Lei nº 7.841/45.	247	PR/MG
Modelo de placa educativa elaborada pelo ICMBio com o objetivo de integrar os futuros TACs da PRM/Resende.	248	PRM/Resende (RJ)
Documentos técnicos: "Avaliação Química das Cinzas Leves e Pesadas Geradas na UTE Charqueadas"; "Caracterização e Classificação de Cinzas Geradas nas Atividades da Usina de Charqueadas, RS"; "Estudo Geofísico do Depósito de Rejeitos e Cinzas de Carvão CH20 - Capão da Roça- Município de Charqueadas/RS"; "Geofísica Aplicada pelo Método da Eletroresistividade em Depósitos de Rejeito de Carvão na Unidade Charqueadas - RS" e "Estudo e Avaliação do Impacto Ambiental das Águas Subterrâneas na Área do Aterro de Cinzas Passo da Cruz, São Jerônimo, RS".	251 268	PR/RS
Descaracterização do Palácio do Planalto, imóvel tombado, na sua reforma, pelo remanejamento de painéis de azulejos de autoria de Athos Bulcão.	252	PR/DF
Projeto de revitalização do Centro de Visitantes do Parna de Itatiaia.	253	PR/RJ
Vistoria na Igreja Matriz de Nossa Senhora do Pilar, a fim de avaliar as obras emergenciais executadas em 2004 pelo IPHAN.	254	PRM/São João do Meriti (RJ)
Vistoria no pátio ferroviário da estrada de Ferro madeira-Marmoré, supostamente causado por obras de ampliação da Avenida farquhar.	256	PR/RO
Níveis de ruídos causados por atividade exercida pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos(EBCT), no município de Carazinho.	257	PR/RS
Implantação do loteamento Sol e Vida, em área de dunas, na praia das Fontes, em Beberipe.	262	PR/CE
Destinação e preservação do patrimônio documental dos órgãos	263	PR/CE

públicos em processo de extinção e/ou privatização no Estado do Ceará.

Construção do gasoduto Brasil-Bolívia com supressão de vegetação característica de Mata Atlântica.	264 ⁽⁴⁾	PR/SC
Inventário florestal e da proposta de erradicação de espécies exóticas no interior e entorno do Parna da Lagoa do Peixe.	265	PR/RS
Irregularidades no aproveitamento do material lenhoso nativo de Cerrado como matriz energética pela Bunge Alimentos, no Município de Luziânia.	266	PR/DF
Relatório das medidas compensatórias e mitigadoras do passivo ambiental gerado no Complexo Portuário do Pecém.	269	PR/CE
Resposta do Centro de Assistência Toxicológica da Paraíba (Ceatox/PB) sobre a investigação do aumento do uso de herbicida glifosato nas culturas de soja transgênica RR (<i>Roundup Ready</i>) e sua repercussão sobre a saúde humana, animal e o meio ambiente.	272	PR/PB
Processo de planejamento e construção de ponte sobre o rio Paraíba do Sul, localizada na cidade de Campos dos Goytacazes.	273	PRM/Campos dos Goytacazes (RJ)
Acompanhar o TAC firmado entre o ICMBio e a Funcef, referente à instalação de píer para atender o complexo hoteleiro denominado Eco Resort de Angra, no interior da Esec de Tamoios.	274	PRM/Angra dos Reis (RJ)
Regularidade na emissão da Licença de Instalação referente à UHE Estreito.	276	PRM/Imperatriz (MA)
Vistoria no Museu de Arqueologia do rio Grande do Sul (Marsul), no Município de Taquara.	278	PRM/Novo Hamburgo (RS)
Ocupação de faixa de areia nas praias de Poá e Vermelha, no Município de Penha.	277	PRM/Itajaí (SC)
Projeto de Pesca e Ictiofauna elaborado pela Eletronorte, referente ao mecanismo de transposição de peixes, prioritariamente, escadas de peixes.	282	PR/PA
Descaracterização do conjunto arquitetônico do Instituto Benjamin Constant, em virtude da construção de um novo andar em um dos prédios do conjunto (prédio da Imprensa Braille) e da construção de um ginásio esportivo em seu terreno.	290	PR/RJ
Irregularidades no processo de remanejamento dos projetos de assentamento rural atingidos pela implantação do AHE de Batalha, nos Municípios de Cristalina/GO e Paracatu/MG.	291	PR/DF
Documentação complementar versando sobre a estabilidade do dique construído sobre o córrego São Jorge – arroio das Pedras, situado no Município de Sapucaia do Sul.	292	PRM/Canoas (RS)
Aterro de manguezal em área de estacionamento da casa de shows Forrock, no município de Cabedelo.	297	PR/PB
Vigilância e equipamentos anti-incêndio de museus situados dentro do perímetro tombado da Cidade de Goiás.	299	PR/GO
Verificação de atendimento de recomendação da PR/DF e análise de documentos encaminhados pelo Ibama referentes a indicação de algumas medidas de adequação de controle do registro e do manejo de animais abrigados no Cetas.	300	PR/DF
Implantação do empreendimento “Náutico Recanto do Lago”, situado às margens da represa de Volta Grande, no rio Grande.	304	PRM/Uberaba (MG)
Ocupação irregular de barracas instaladas na praia do Poço, no Município de Cabedelo.	305	PR/PB
Controle de qualidade da água na Estação de Tratamento do Município de Treviso.	312	PRM/Criciúma (SC)
Caça de controle do javali (<i>Sus scrofa</i>) em Municípios da Serra Gaúcha.	316	PRM/Caxias dos Sul (RS)
Pertinência de realização de perícia do acidente pela Contaminação do rio Paraíba do Sul em decorrência de incêndio na Thyssen Fundições S/A, em Barra do Piraí, ocorrido há 21 anos.	314	PR/RJ
Instalação do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj),	317	PRM/São Gonçalo

no Município de Itaboraí.		(RJ)
Vistoria dos sítios arqueológicos na APA Carste de Lagoa Santa.	318	PR/MG
Viabilidade de pedido de tombamento a nível federal da Vila Olímpica da Fonte Nova proposto pela Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia, Instituto dos Arquitetos do Brasil e DOCOMOMO Brasil, o qual restou indeferido pelo IPHAN.	320	PR/BA
Licença ambiental para atividade de perfuração marítima na Bacia de Campos.	321	PRM/São Pedro da Aldeia (RJ)
Práticas agrícolas inadequadas no cultivo de batata com danos aos Campos Sulinos, localizados no Município de Água Doce.	322	PRM/Joaçaba (SC)
Implantação do Condomínio Ilha do Itu em área pertencente a APA de Cairuçu, no Município de Paraty.	323	PRM/Angra dos Reis (RJ)
Nota: ⁽¹⁾ Elaborada juntamente com a Gerência Jurídica.		
⁽²⁾ Elaborada juntamente com Assessora Pericial em Arquitetura na PR/MG.		
⁽³⁾ Elaborada juntamente com Analista Pericial em Biologia lotado na PR/DF.		
⁽⁴⁾ Elaborada juntamente com Analista Pericial em Engenharia Sanitária na PR/RS.		

6.1.3 Análise e Acompanhamento de Termos de Ajustamento de Conduta dos Estados 25

Assunto	IT nº	Origem
Adequação ao TAC firmado entre o MPF (PRM/Resende) e Santo Estevão Mineração e Participações, em decorrência da exploração mineral de areia quartzosa nas proximidades do rio Paraíba do Sul, no Município de Quatis.	028	PRM/Resende (RJ)
Proposta de TAC a ser firmado entre o MPF, Ibama, o Instituto de Meio Ambiente do Estado de Alagoas – IMA, o DNPM e outros, com o objetivo de regularizar às atividades de aproveitamento mineral de argila e saibro no Estado de Alagoas.	075	PR/AL
TAC firmado entre o MPE/Marabá, a Siderúrgica Norte do Brasil (Sinobras) e o Ibama, referente a utilização ilegal de madeira nativa da Floresta Amazônica sem a reposição florestal exigida por lei.	095	PRM/Marabá (PA)
Proposta de compensação para TAC relativa à instalação do gasoduto no interior do Parque Estadual do Tainhas.	120	PRM/Caxias do Sul (RS)
Proposta de TAC a ser firmado entre o MPF e o frigorífico Bertin S/A, visando o estabelecimento de critérios ambientais nos seus procedimentos de compra de gado bovino.	128	PR/PA
Proposta TAC a ser firmado entre o MPF (PR/PA), o Estado do Pará e empresas frigoríficas, visando definição de critérios ambientais para a pecuária no estado do Pará.	136	PR/PA
Proposta de TAC a ser firmado entre a União Federal, o Município de Volta Redonda, o DNIT e a Construtora Queiroz Galvão S.A., referente a irregularidades no Conjunto Habitacional Vila Rica, pela implantação da Rodovia do Contorno de Volta Redonda, obra limdeira ao conjunto residencial.	147	PRM/Volta Redonda (RJ)
TAC referente ao uso de madeira nativa da floresta Amazônica como matriz energética.	150	PRM/Marabá (PA)
Questões afetas à biologia no TAC firmado entre o MPF e a Empresa Calsete Siderurgia Ltda., em aditamento ao TAC anteriormente firmado, em razão da construção irregular de drenos na Lagoa Grande, localizada município de Cordisburgo.	157	PR/MG
Cumprimento do TAC firmado entre o MPF, MPE/RJ, no Município de Nova Iguaçu, a Emlurb e a S.A Paulista de Construções e Comércio, em decorrência da construção/manutenção da Central de Tratamento de Resíduos de Adrianópolis (CTR), no Município de Nova Iguaçu.	169	PRM/São João do Meriti (RJ)
Termo de Compromisso Ambiental (TCA) firmado entre a Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luis Roessler (Fepam) e o	183	PRM/Caxias do Sul (RS)

Município de Canela, referente à proposta de recuperação de área degradada por resíduos sólidos urbanos.		
TAC a ser firmado entre o Ibama/PA e proprietários rurais em situação irregular junto ao licenciamento ambiental rural no Estado do Pará.	199	PR/PA
Análise das medidas pactuada no TAC celebrado entre a PR/PE e diversos órgãos envolvidos na implementação e no licenciamento ambiental do empreendimento "Sistema Viário do Centro Turístico de Guadalupe", nos Municípios de Tamandaré e de Rio Formoso.	215	4ª CCR
TAC firmado entre a PRM/Blumenau, Iphan e a Empresa Haco, referente à restauração da casa Haco.	216	PRM/Blumenau (SC)
Ocupação irregular na praia de Palmas, em ilha Grande, no Município de Angra dos Reis.	219	PRM/Angra dos Reis (RJ)
TAC a ser firmado referente à implantação de empreendimentos imobiliário e comercial em zona de recarga de aquífero.	234	PR/RS
TAC a ser firmado referente à adequação de Linha Férrea e de Pátio de Manobras, no Município de Barra Mansa.	236	PRM/Volta Redonda (RJ)
Licenciamento ambiental da linha de transmissão 345 kV Furnas-Pimenta II (LT2).	239	PRM/Passos (MG)
Anulação do Concurso Público do MMA para provimento de vagas para o cargo de Analista Ambiental no ICMBio, em 2008.	241	PRM/Marabá (PA)
Vistoria à rodovia do Contorno e ao Conjunto Habitacional Vila Rica, no Município de Volta Redonda, objetivando sanar dúvidas relativas à drenagem da rodovia para fins de celebração de TAC.	261	PRM/Volta Redonda (RJ)
Resposta a quesitos referentes a suspeita de infração nas especificações de edital de elaboração pela Petrobras, para realização de serviços para diagnóstico de áreas impactadas.	280	PR/RJ
Recomendação do MPF ao Plano Decenal de Energia Elétrica (PDE) com base na Audiência Pública promovida pelas 4ª e 6ª CCRs.	283	PGR
Não homologação do TAC a ser firmado entre o MPF, a Secretaria do Patrimônio da União, o Ibama e o Município de Passos de Torres, referente à construção do Terminal Pesqueiro, objetivando coibir a ampliação das edificações existentes, a construção de novas edificações no local e impor medidas de controle e mitigação dos danos ambientais ocasionados pela ocupação irregular às margens do rio Mampituba e, ao que consta, em terreno de marinha.	302 ⁽¹⁾	PRM/Criciúma (SC)
Reunião e vistoria para avaliação de cumprimento do TAC referente a poluição pelo rompimento da Barragem para contenção de rejeitos oriundos da lavagem de bauxita, da Unidade São Francisco da Mineração Rio Pomba-Cataguases, no Município de Mirai.	303	PRM/Itaperuna (RJ)
Documentação referente às exigências constantes no TAC firmado entre o MPF e a Chesf, denominado "Mapeamento das Áreas Inundáveis nas Margens do rio São Francisco no Trecho entre os reservatórios de Sobradinho e Itaparica – Setembro de 2008".	309	PRM/Petrolina (PE)

Nota: (1) Elaborada juntamente com a Gerência Jurídica.

6.1.4 Participação em Processos Judiciais 37

Assunto	IT nº	Origem
Elaboração de quesitos à Perícia Judicial referente a assédio econômico por parte de empresários do setor de turismo que estariam oferecendo vantagens econômicas, a comunidades ribeirinhas tradicionais da bacia do rio Unini, no Município de Barcelos.	011	PR/AM
Elaboração de quesitos para serem apresentados em prova pericial a ser realizada por especialista na área de química, com o objetivo de esclarecer cientificamente a intensidade e extensão do impacto ambiental decorrente da queima da palha de cana-de-açúcar na	015	PR/PR

região de Jacarezinho.

ACP proposta pelo MPF referente à sobreposição de áreas de comunidade remanescente de quilombo e Unidade de Conservação de proteção integral. Possibilidade de conciliação de interesses mediante a criação de Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS).	017 ⁽¹⁾	PRM/Caxias dos Sul (RS)
Quesitos à produção de prova pericial referente às obras de intervenção e adaptação executadas no edifício administrativo da Estação da Luz, localizado em São Paulo, com vistas à sua transformação em espaço destinado à celebração da Língua Portuguesa.	021 ⁽²⁾	PR/SP
Elaboração de quesitos e a indicação de assistente técnico no âmbito da ACP referente ao licenciamento ambiental para construção da Marina Norte (Terceiro Pier), em face do Município de Vitória, Iate Clube do Espírito Santo (ICES) e Ibama.	022	PR/ES
Laudo pericial judicial em área com ocorrência de corte ilegal de araucárias, árvore ameaçada de extinção, em Xanxerê.	038	PRM/Chapecó (SC)
ACP proposta pelo MPF em decorrência de degradação ambiental em formações vegetais de Mata Atlântica (floresta ombrófila densa e restinga) verificada no Sítio Ponta do Potimirim em Trancoso, no Município de Porto Seguro.	042	PRM/Eunápolis (BA)
ACP ajuizada pela ONG Projeto Mira-Serra contra Rio Grande Energia S.A, Jovvã Participações Ltda. e outros, contra danos ambientais promovidos na encosta Alto Padilha, em São Francisco de Paula.	046	PRM/Caxias do Sul (RS)
Elaboração de quesitos e a indicação de assistentes técnicos no âmbito da ACP em conjunto com o IPHAN, contra o Distrito Federal, que tem por objeto a realização de obras de manutenção e recuperação da Rodoviária do Plano Piloto.	050	PR/DF
Laudo Pericial que responde a quesitos relativos aos impactos ambientais devido à construção do canal Caboclo Bernardo, obra utilizada na condução da água captada no rio Doce para os Municípios de Aracruz e Linhares.	055	PR/ES
Análise técnica do tópico da perícia química da resposta da Univille, aos questionamentos da IT nº 197/2008 da PR/SC.	094	PRM/Joinville (SC)
Proposta de trabalho pericial para atestar os danos ambientais ocorridos em função da ampliação da pista do Aeroporto Afonso Pena em São José dos Pinhais. ACP.	103	PR/PR
Implantação do projeto Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) no Conjunto Urbanístico de Brasília.	111	PR/DF
Quesitos no âmbito da ACP nº 2007.71.07.006599-7 que trata da pavimentação das rodovias RS-429/SC-450.	115	PRM/Caxias do Sul (RS)
Proposta de honorários para resposta aos quesitos formulados em juízo e encaminhados ao perito judicial da ACP instaurada para investigar a implantação do Condomínio Mini-Granjas do Torto, em área do Parna de Brasília.	124	PR/DF
Laudo pericial judicial sobre impactos ambientais de empreendimento de carcinicultura da Destilaria Miriri S/A, na APA da Barra do Rio Mamanguape.	131 259	PR/PB
Quesitos relativos à avaliação dos impactos ambientais advindos da construção do canal Caboclo Bernardo, no Município de Aracruz.	141	PR/ES
Quesitos para instrução da ACP instaurada em consequência da ocupação urbana desordenada da zona de amortecimento do futuro Parque Estadual do Cocó.	142	PR/CE
Responsabilidade pela colocação de placas publicitárias nas fachadas de imóveis tombados no Município de Antônio Prado.	144	PRM/Caxias dos Sul (RS)
Alienação de imóveis da RFFSA em Curitiba.	146	PR/PR
Alienação de imóveis da RFFSA em Pernambuco.	151	PR/PE
Repota aos quesitos referentes à possibilidade de interrupção de	156	PRM/Erechim (RS)

enchimento do reservatório da UHE Monjolinho, bem como o seu esvaziamento e respectivas consequências.

Recuperação de área de extração artesanal de basalto, no Município de Flores da Cunha.	175	PRM/Caxias do Sul (RS)
Quesitos para perícia judicial na ACP referente à extração de cascalho na APA Serra da Ibiapaba, no Município de Tianguá.	189	PR/CE
Laudo Pericial Judicial sobre o loteamento "Jacaraty", em APP, no Município de São Luís.	214	PR/MA
Proposta de quesitos para a perícia judicial referente à extração de rochas ornamentais no Distrito de Vila Paulista, Município de Barra de São Francisco.	220	PRM/Colatina (ES)
Respostas aos quesitos apresentados aos peritos judicial e do Condomínio Village Itacoatiara, no Município de Niterói.	232	PRM/Niterói (RJ)
Laudo Pericial Judicial acerca da ocupação de espaço na zona costeira por estabelecimentos turísticos e outros.	240	PR/CE
Avaliação dos honorários periciais referente à ACP acerca do aterro e construção sobre o mar e sobre o costão rochoso, no Município de Angra dos Reis.	246	PRM/Angra dos Reis (RJ)
Acompanhamento de inspeção judicial referente à construção do Residencial Casa do Morro, em APP, no Município de São Luís.	270	PR/MA
Manifestação do Perito nomeado no âmbito da ACP que trata da extração clandestina de cascalho na APA da Serra da Ibiapaba, no Município de Tianguá.	279	PR/CE
Laudo pericial judicial sobre impactos ambientais da atividade de carcinicultura da Fazenda Galés, no Município de Santa Rita.	286	PR/PB
Análise de dados e informações de ictiofauna oriundas de instituições de pesquisa no Estado do Rio Grande do Sul.	287	PRM/caxias do Sul (RS)
Laudo de Exame elaborado no âmbito de Ação Penal, a respeito de exploração madeireira em volumes superiores aos previstos em três Planos de Manejo.	288	PRM/Juazeiro do Norte (CE)
Elaboração de quesitos e nomeação de assistente técnico pericial para atuar de ACP que o MPF move em face de Tatsumi Roberto Ebina, Flávio Mach Barreto, Sérgio Jacques de Moraes, Cristina Barreto e Brigitte Barreto, efetuarem lavra de minério de zinco pela Mineração Areiense S/A (Masa) em desacordo com a legislação ambiental, no local conhecido como Fazenda Saloba, no Município de Vazante.	310	PRM/Patos de Minas (MG)
Quesitos para produção de prova pericial na Ação Popular sobre planejamento, manutenção, conserto, restauração, conservação, preservação e proteção do prédio do Tribunal Regional Eleitoral, bem tombado, no Rio de Janeiro.	315	PR/RJ

Nota: (1) Elaborada juntamente com a Gerência Jurídica.

(2) Elaborada juntamente com Assessora em Arquitetura na PR/MG.

6.1.5 Estudos sobre Temas Específicos 23

Assunto	IT nº	Origem
Estudo sobre o Sistema Aquífero Guarani (SAG), para subsidiar atuação de membro no GT Águas da 4ª CCR.	001	PRM/São Miguel do Oeste (SC)
Minuta de projeto de lei, elaborada pelo DNPM, sobre os fósseis e depósitos fossilíferos brasileiros, acompanhamento da regulamentação do patrimônio paleontológico.	009	GT Patrimônio Cultural
Proposta de alteração de limites do Parna da Serra da Canastra e Criação de APA. Projetos de Lei nº1448 e nº1517/2007.	056	PRM/Passos (MG)
Análise do PL nº 6.479/06, que propõe a alteração dos limites do Parna da Serra do Pardo – PNSP e da Estação Ecológica da Terra do Meio – EETM, e avaliação breve dos limites propostos que implicam em prejuízo para áreas de alta relevância ambiental, com utilização	065	GT Acompanhamento Legislativo

de imagens do sensor TM5.

Zoneamento Ecológico-Econômico da área de influência da BR-163 (Cuiabá-Santarém), no Estado do Pará.	067	4ª CCR
Importância da manutenção das chamadas Reservas Legais nas propriedades rurais, como subsídio para o ajuizamento de Adin em face do artigo 49 da Lei Federal n.º 11.428/2006, o qual impôs modificações na redação do Código Florestal Brasileiro.	076	4ª CCR
Análise dos documentos que compõem o PA referente aos riscos associados à disposição inadequada de Resíduos Sólidos.	077	GT Poluição por Resíduos Sólidos e Esgotos
Liberações planejadas no meio ambiente conduzidas pela empresa Bayer para subsidiar o procedimento de liberação comercial do arroz <i>liberty link</i> .	083 ⁽¹⁾	GT Agrotóxicos e Transgênicos
Projeto de lei da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) e perspectivas.	112 ⁽¹⁾	GT Acompanhamento Legislativo
Método de Osmose Inversa - utilizado para a dessalinização de águas salgadas de mares e oceanos, assim como de águas continentais, incluindo as subterrâneas.	148	GT Águas
Caracterização flúvio-ambiental da região hidrográfica do rio uruguai.	160	GT Águas
Análise de proposta de decreto estadual que dispõe sobre áreas de reserva legal no Estado do Pará.	166	PR/PA
Análise do Decreto nº 6640/2008, que regula a proteção ao Patrimônio Espeleológico Brasileiro, especialmente no que concerne a danos ao patrimônio público e ao meio ambiente.	168	PR/DF
Audiência Pública a respeito do Projeto de Lei da Câmara n.º 45 de 2008, que dispõe do Patrimônio Cultural Subaquático Brasileiro.	249	GT Patrimônio Cultural
Identificação das violações de sítios arqueológicos por projetos do Programa Monumenta, bem como sugerir medidas a serem adotadas nas hipóteses em que forem confirmadas tais agressões.	250	GT Patrimônio Cultural
Elaboração de Norma para padronização dos documentos produzidos pela área técnica da 4ª CCR.	255	4ª CCR
Definição de linhas gerais para termo de referência de auditoria a ser realizada no âmbito dos termos de ajustamento de conduta (TAC) firmados entre o MPF/PA e frigoríficos, visando a regularização ambiental na cadeia da pecuária no estado do Pará.	258	GT Desmatamento na Amazônia
Agrotóxicos autorizados no Brasil e aqueles proibidos em outros países, bem como indicação dos que já estão em processo de reavaliação pela Anvisa.	267	PR/PE
Acompanhamento da elaboração do projeto da Norma Técnica da ABNT, que estabelece diretrizes para localização, projeto, implantação e operação de aterros sanitários de pequeno porte. participamos da última reunião da Comissão de Estudo	284	4ª CCR
Minuta de Resolução Conama relativa à definição de estágios sucessionais de campos de altitude no bioma Mata Atlântica.	293	4ª CCR
Acompanhamento do projeto de lei com proposta de revisão territorial do Parna da Serra da Canastra, localizado no Estado de Minas Gerais.	295	GT Acompanhamento Legislativo
Avaliação da viabilidade de doação de cartuchos de impressoras e tonners usados à Cooperativa de Reciclagem Trabalho e Produção (CORTRAP) para posterior revenda à empresa IZATECH - Informática, sediada em Goiânia, para remanufatura.	311	PGR
Informação sobre questão indígena para subsidiar decisão sobre esfera de competência.	319	4ª CCR

Nota: (1) Elaborada juntamente com a Gerência Jurídica.

6.1.6 Relatório de Reunião 7

Assunto	IT nº	Origem
Para tratar de assuntos referentes ao Programa de Gestão Ambiental da PGR - PGA e a implantação da Gestão Ambiental nos demais ramos do MPF.	099 ⁽²⁾	GT Poluição por Resíduos Sólidos e Esgostos
Memória da 1ª reunião do Grupo de Trabalho de revisão da Portaria MS nº 518/2004, referente à Norma de Qualidade da Água para Consumo Humano.	172	4ª CCR
Reunião para conhecer o trabalho realizado pela A ₃ P e discutir as possibilidades e vantagens de uma parceria para o desenvolvimento da Gestão Ambiental no MPF.	173 ⁽³⁾	GT Poluição por Resíduos Sólidos e Esgostos
Memória de reunião, com servidores da Secretaria de Patrimônio da União (SPU), para tratar do Plano de Manejo das Barracas da Orla de Salvador e do Programa de Requalificação e Implantação das Barracas de Praia da Orla Atlântica de Salvador.	271	PR/BA
Memória da 3ª reunião do Grupo de Trabalho de revisão da Portaria MS nº 518/2004 – Norma de Qualidade da Água para Consumo Humano.	298	4ª CCR
Reunião referente à continuidade dos estudos e análise da questão da preservação do acervo documental e mobiliário da extinta RFFSA que se encontra no Estado de São Paulo.	306 ⁽⁴⁾	PR/SP
Relatório de Atividades - 2009 do GT Poluição por Resíduos Sólidos e Esgotos.	308	GT Poluição por Resíduos Sólidos e Esgostos

Nota: (2) Elaborada juntamente com Técnica Administrativa da Seção de Gestão de Meio Ambiente da Secretaria de Administração da PGR (Seamb/SA).

(3) Elaborada juntamente com o Chefe da Seção de Gestão de Meio Ambiente (Seamb).

(4) Elaborada juntamente com Assessora Pericial em Arquitetura na PR/MG.

6.2 NOTAS TÉCNICAS 56

Assunto	NT nº	Origem
Memória da reunião da Comissão Especial do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana – CDDPH, ocorrida no dia 12/12/08, em São Paulo.	01	PFDC/PGR
Vistoria técnica a ser realizada na Igreja Matriz de Nossa Senhora do Pilar, a fim de verificar se as obras, feitas à revelia do juízo, foram executadas de acordo com as normas técnicas aplicáveis e se promoveram a recuperação total do bem tombado.	02	PRM/São João de Meriti (RJ)
Memória da reunião da Comissão Especial do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana – CDDPH, ocorrida no período de 19 a 22/01/09, em São Paulo.	05	PFDC/PGR
Resumo das propostas de trabalho já debatidas no âmbito do GT Águas.	06	GT Águas
Documento-síntese sobre as regiões hidrográficas brasileiras.	07	GT Águas
Considerações sobre tema áreas contaminadas, debatido em reunião da Câmara Técnica de Controle e Qualidade Ambiental do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama).	08	4ª CCR
Proposta para o Plano Decenal de Expansão de Energia (PDE) 2008/2017 - Síntese Informativa relacionada à Geração Térmica e	09	4ª CCR

Hídrica e aos impactos socioambientais.		
Resultados parciais de estudos sobre as causas de mortandade de peixes e eventuais prejuízos à qualidade do pescado proveniente do rio Paraná, na região de influência do AHE Sérgio Motta.	10	PRM/Presidente Prudente (SP)
Inspeção judicial no vazadouro à céu aberto (lixão), no município de São Francisco do Sul.	11	PRM/Joinville (SC)
Área de plantio de eucalipto da Veracel, em área no entorno de unidade de conservação, no Sul da Bahia.	13	PRM/Eunápolis (BA)
Reunião entre o MPF e o MPE/SE sobre incineração dos resíduos sólidos urbanos.	16	PR/SE
Memória da reunião da Comissão Especial do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana – CDDPH, ocorridas nos dias 26 e 27 de março de 2009, em São Paulo.	17	PFDC/PGR
Resumo do conteúdo das principais palestras no IV Encontro do Ministério Público na Defesa do Patrimônio Cultural, realizado no período de 11 a 13 de março de 2009, bem como da Carta de Ouro Preto.	18 ⁽¹⁾	4ª CCR
Relatório de Vistoria nos Parnas de Aparados da Serra e Serra Geral e na Comunidade São Roque, referente à sobreposição de áreas entre Território Quilombola e Unidade de Conservação de Proteção Integral.	19	PRM/Caxias do Sul (RS)
Licenciamento da construção do Complexo Administrativo do Distrito Federal, pela possível existência de sítio arqueológico na Área de Influência Direta (AID) do empreendimento.	20	MPDFT
Licenciamento ambiental para a exploração de uma jazida de minério de fosfato e urânio na localidade de Fazenda Itataia, no Município de Santa Quitéria.	21	PRM/Sobral (CE)
Memória da reunião da Comissão Especial do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana – CDDPH, ocorrida no dia de 30 de abril de 2009, em São Paulo.	22	PFDC/PGR
Estudos de complementação dos impactos sócio-ambientais da PCH Paranatinga II, com abrangência no Parque Indígena Xingu.	23	PR/MT
Análise do Programa de Desenvolvimento da Infra-Estrutura Turística de Santa Catarina. – Prodetur/SC.	24	PR/SC
Questão do Patrimônio Arqueológico no Licenciamento ambiental do Terminal Portuário de Itapoá.	25	PRM/Joinville (SC)
Proposta de Resolução do Conama sobre metodologia de restauração e recuperação de APP.	27	4ª CCR
Memória da reunião da Comissão Especial do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana – CDDPH, ocorrida no dia de 19 de maio de 2009, em Brasília.	28	PFDC/PGR
Irregularidades na aprovação de empreendimento hoteleiro no entorno imediato de bens tombados, na cidade de Salvador.	29	PR/BA
Projeto Básico para contratação de empresa para fornecimento de imagens de satélite para uso da 4ªCCR no subsídio das análises técnicas.	30	4ª CCR
Memória da reunião da Comissão Especial do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana – CDDPH, ocorrida no dia 9 de junho de 2009, em Brasília.	31	PFDC/PGR
Análise dos resultados físico-químicos e bacteriológicos de amostras dos efluentes líquidos do Hotel Alsene e da Pousada dos Lobos,	32	PRM/Pouso Alegre (MG)

Município de Itamonte.

Lançamentos de esgotos domésticos e efluentes industriais nas sub-bacias dos rios Gravataí e dos Sinos.	33	PR/RS
Vistoria à área do Projeto Beira Mangue e à área da praia do Vigorelli pela grande quantidade de sambaquis.	34	PRM/Joinville (SC)
Relatório acerca das experiências e fatos que verificamos na reunião da Comissão Nacional de Incentivo à Cultura (CNIC), no período de 18 a 20 de maio de 2009.	35	GT Patrimônio Cultural
Memória da reunião da Comissão Especial do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana – CDDPH, ocorrida no dia 30 de junho de 2009, em São Paulo.	36	PFDC/PGR
Memória da 1ª Reunião do grupo de Trabalho Interministerial “Cidade dos Meninos”.	37	PR/RJ
Contratação de empresa para fornecimento de imagens de satélite para uso da 4ªCCR no subsídio das análises técnicas.	38	4ª CCR
Síntese das principais características da Região Hidrográfica Atlântico Sudeste (nº 8), onde situa-se a bacia do rio Paraíba do Sul.	39	GT Águas
Derramamento de óleo e esgoto na Baía de Guanabara por embarcações que realizam o transporte hidroviário intermunicipal.	40	PR/RJ
Lançamento de esgoto em rede de drenagem pluvial, com possível contaminação da Lagoa Rodrigo de Freitas e praias marítimas da zona sul do Rio de Janeiro.	41	PR/RJ
Relatório de reunião entre os órgãos do Governo do Distrito Federal envolvidos com a questão da regularização do parcelamento INCRA VIII, situado na Região Administrativa de Brazlândia.	42	PR/DF
Análise do Estudo de Circulação das Águas, referente ao empreendimento “Marina Porto da Barra”, em Florianópolis.	43	PR/SC
Empréstimo junto ao Banco Mundial para garantia de pagamento as florestas públicas do Estado do Acre.	44	PR/AC
Consulta do OEMA à regularização ambiental dos Projetos de Assentamento de Reforma Agrária do INCRA no Estado de Roraima. TAC.	45 ⁽¹⁾	PR/RR
Memória de reunião do grupo de trabalho para elaboração do TAC referente ao parcelamento de solo denominado INCRA VIII, em Brazlândia.	46	PR/DF
Vistoria nas obras de reforma do Palácio do Planalto.	47	PR/DF
Relato da audiência pública na Câmara dos Deputados sobre a proibição do Endossulfam.	48	PR/PE
Memória de reunião do grupo de trabalho para elaboração do TAC referente ao parcelamento de solo denominado INCRA VIII, em Brazlândia.	50	PR/DF
Memória da reunião para a apresentação, ao MPF, da versão preliminar do relatório final elaborado pela Comissão Especial do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH), ocorrida em Brasília.	51	PFDC/PGR
Conceito de medida de mitigação apresentado no Relatório da Comissão Especial do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH).	52	GT Licenciamento de Grandes Empreendimentos
Denúncia de exposição humana a campos eletromagnéticos.	53	PR/SE
	54	
Memória da reunião acerca da malha viária, em decorrência da implantação da UHE Corumbá IV.	55	PR/DF
Ocupação da avenida Beira Rio, em Foz do Iguaçu, e indicação de assistente técnico de perito.	56	PRM/Foz do Iguaçu (PR)
Verificação do patrimônio cultural existente no Conjunto Arquitetônico e Paisagístico Vila Histórica de Mambucaba, no Município de Angra dos Reis.	58	PRM/Angra dos Reis (RJ)

Relatório de participação na Oficina sobre Sistemas de Informações e Vigilância em Desastres, organizada pelo Ministério da Saúde e a Fundação Osvaldo Cruz.	59	4ª CCR
Memória da reunião da Comissão Especial do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana – CDDPH, ocorrida nos dias 26 e 27 de novembro de 2009, em São Paulo.	60	PFDC/PGR
Reunião, com representantes da Fosfertil, para discussão de risco de contaminação da água subterrânea.	61	PRM/Uberaba (MG)
Parecer sobre a manifestação do Perito à avaliação do Laudo Pericial que responde a quesitos relativos aos impactos ambientais relacionados à construção do canal Caboclo Bernardo. Municípios de Aracruz e Linhares, Estado do Espírito Santo.	62	PR/ES
Memória da 4ª reunião do Grupo de Trabalho de revisão da Portaria MS nº 518/2004 – Norma de Qualidade da Água para Consumo Humano.	63	4ª CCR
Participação em reunião no edifício-sede da PR/RJ referente sobre o complexo Marina da Glória, no Município do Rio de Janeiro.	64	PR/RJ

Nota: ⁽¹⁾ Elaborada juntamente com a Gerência Jurídica.

6.3 OUTRAS ATIVIDADES 244

6.3.1 Atendimentos Informais 4

Assunto	Modalidade	Origem	Participante(s)^(*)
Análise da proposta de programação das campanhas de amostragem de água (pontos, parâmetros e períodos de coleta) no rio Verde/GO a ser realizada pela Caesb com o acompanhamento da Aprover.	Mensagem eletrônica	PR/DF	1 (B ¹ /S)
Avaliação de cursos propostos pela ONG Imazon ao GT Amazônia, na área de geoprocessamento e sensoriamento remoto.	Mensagem eletrônica	GT Amazônia Legal	1 (GE)
Avaliação de documentos técnicos e quesitos, com solução verbal, objetivando subsidiar a atuação do MPF no processo dos Autos nº 2006.38.14.007607-0, referente ao desmoronamentos no Bairro Sagrada Face, no Município de Manhuaçu.	Mensagem eletrônica e telefônica	PRM/Ipatinga	1 (GE)
Questionário referente ao estudo do Banco Mundial sobre Gerenciamento de Resíduos Sólidos no Brasil.	Mensagem eletrônica	GT Poluição por Resíduos Sólidos e Esgotos	2 (S)

(*) A informação em parênteses refere-se à função dos assessores e formação dos analistas: **GA** = Gerente Administrativo; **GJ** = Gerente Jurídico; **GT** = Gerente Técnico; **AP** = Analista Processual; **A** = Arqueologia; **AG** = Engenharia Agrônoma; **ANT** = Antropologia; **AR** = Arquitetura; **B** = Biologia; **BB** = Biblioteconomia; **EC** = Engenharia Civil; **ES** = Estagiários; **F** = Engenharia Florestal; **G** = Geografia; **GE** = Geologia; **Q** = Engenharia Química e **S** = Engenharia Sanitária.

⁽¹⁾ Analista Pericial em Biologia lotado na PR/DF.

6.3.2 Atividades Específicas para subsidiar atuação dos Membros 3

Assunto	Solicitação	Participante(s)^(*)
Análise da minuta de Resolução do Conama sobre Recuperação da APP.	Representante do MPF no Conama	1 (F)

Levantamento de dados sobre agrotóxicos para contribuir em palestra a ser proferida pelo Procurador da República solitante. Dr. Rafael Miron (PRM/Santa Maria) 1 (B)

Preparação da Recomendação decorrente da Audiência Pública sobre o Plano de Expansão de Energia. 4ª CCR 1 (F/Q)

(*) A informação em parênteses refere-se à função dos assessores e formação dos analistas: **GA** = Gerente Administrativo; **GJ** = Gerente Jurídico; **GT** = Gerente Técnico; **AP** = Analista Processual; **A** = Arqueologia; **AG** = Engenharia Agrônoma; **ANT** = Antropologia; **AR** = Arquitetura; **B** = Biologia; **BB** = Biblioteconomia; **EC** = Engenharia Civil; **ES** = Estagiários; **F** = Engenharia Florestal; **G** = Geografia; **GE** = Geologia; **Q** = Engenharia Química e **S** = Engenharia Sanitária.

6.3.3 Ciclo de Palestras – Difusor Ambiental 1

Evento	Participante(s) (*)	Data
"Impactos da reconstrução da Rodovia Manaus – Porto velho (BR-319)", proferida pelo pesquisador do INPA/AM, Philip M. Fearnside e da ONG Preserve à Amazônia.	1 (GJ/GT/AC/BB/G) 2 (S) 3 (AP) 4 (F) 6 (B) 6ª CCR: 1 (AE) 3 (ANT)	12 de fevereiro

(*) A informação em parênteses refere-se à função dos assessores e formação dos analistas: **GA** = Gerente Administrativo; **GJ** = Gerente Jurídico; **GT** = Gerente Técnico; **AC** = Assistente de Comunicação; **AP** = Analista Processual; **A** = Arqueologia; **AE** = Assessora em Economia; **AG** = Engenharia Agrônoma; **ANT** = Antropologia; **AR** = Arquitetura; **B** = Biologia; **BB** = Biblioteconomia; **EC** = Engenharia Civil; **ES** = Estagiários; **F** = Engenharia Florestal; **G** = Geografia; **GE** = Geologia; **Q** = Engenharia Química e **S** = Engenharia Sanitária.

6.3.4 Demandas Específicas para subsidiar elaboração de Informação Técnica e Nota Técnica 11

Assunto	Apoio à (ao)	Participante(s)^(*)
Análise do Laudo da Secretaria do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos (Semarh/GO) referente a uma coleta de água no rio Verde, ETE Brazlândia.	-	1 (B ¹ /S)
Apoio no uso de aparelho GPS de navegação.	Analistas Periciais em Arquitetura e Biologia	1 (GE)
Cadeia produtiva da pecuária e a garantia de critérios ambientais junto aos imóveis rurais fornecedores de gado.	-	1 (F)
Checagem, utilizando ARCVIEW, do perímetro do assentamento "Vai Quem Quer", do INCRA, no Estado do Pará.	Analista Pericial em Engenharia Agrônoma	1 (GE)
Elaboração de figura ilustrativa de loteamento próximo a praia do Campeche, em Florianópolis.	Assessor em Geologia	1 (GE)
Elaboração de mapa com dados coletados pela Analista Pericial em Arqueologia, com base em vistoria na região de Paulo Afonso, na Bahia.	Analista Pericial em Antropologia	1 (GE)
Elaboração de mapas com a localização de sítios arqueológicos na região de Xangri-lá no Rio Grande do Sul.	Analista Pericial em Arqueologia	1 (GE)
Estudos sobre a Estação da Luz em São Paulo.	-	1 (AR)
Geração de carta-imagem para subsidiar vistoria na região do Parna da Serra Geral.	Analistas Periciais em Antropologia e Engenharia Florestal	1 (GE)

Geração de mapa ilustrativo de vistoria na área do Parna da Serra Geral. Analistas Periciais em Antropologia e Engenharia Florestal 1 (GE)

Vistoria e estudo sobre a Estação da Luz em São Paulo. - 1 (AR)

(*) A informação em parênteses refere-se à função dos assessores e formação dos analistas: **GA** = Gerente Administrativo; **GJ** = Gerente Jurídico; **GT** = Gerente Técnico; **AP** = Analista Processual; **A** = Arqueologia; **AG** = Engenharia Agrônoma; **ANT** = Antropologia; **AR** = Arquitetura; **B** = Biologia; **BB** = Biblioteconomia; **EC** = Engenharia Civil; **ES** = Estagiários; **F** = Engenharia Florestal; **G** = Geografia; **GE** = Geologia; **Q** = Engenharia Química e **S** = Engenharia Sanitária.

(1) Analista Pericial em Biologia lotado na PR/DF.

6.3.5 Demandas Específicas sem elaboração de Informação Técnica e Nota Técnica 11

Assunto	Participante(s)^(*)
Apoio na instrução e acompanhamento do PA para aquisição de imagens de satélite de alta resolução pela PGR, com a verificação de adequação técnica de proposta da Space Imaging do Brasil, vencedora de Pregão de Registro de Preços do Ministério da Defesa.	1 (GE)
Assessoramento técnico para elaboração de pregão para aquisição de GPS.	1 (GE)
Atividades relacionadas a implementação do Termo de Cooperação MJ/SDE/FDD nº 001/2009 para implantação do Laboratório de Geoprocessamento na 4ªCCR: pesquisa de equipamentos e programas, tomadas de preço, elaboração de documentos, providências para execução do Projeto, levantamento de dados e ações necessárias para a alteração do Plano de Trabalho, entre outros.	1 (GT/AG/G) 2 (GE)
Elaboração de resposta ao memorando 602/2009-CLC/SA, sobre especificações técnicas de aparelhos solicitado pela 4ªCCR para efetuar medidas de profundidade em corpo d'água.	1 (GE)
Grupo de Trabalho sobre Padronização de Documentos Técnicos da 4ª CCR.	1 (B/BB/F/G/S/Q) 2 (AR)
Organização da II Semana do meio Ambiente da PGR.	1 (AR) 2 (B/F)
Pesquisa e estudo prévio sobre funcionamento, objetivos e composição da Comissão Nacional de Incentivo à Cultura (CNIC).	1 (AR)
Preparação de carta-imagem para subsidiar trabalho de campo na região do Arroio do Sal, RS.	1 (GE)
Providências para renovação do serviço de suporte técnico e atualização das licenças do programa ARCVIEW da 4ªCCR. PAs 1.00.000.013847/2007-83 e 1.00.000.004943/2008-11.	1 (GE)
Treinamento efetuado pelo Analista Pericial em Geologia Humberto Lima para a Analista Pericial em Arqueologia Sandra Amenomori para a realização de levantamento de perímetro e área com bússola profissional e trena.	1 (A/GE)
Treinamento para as Analistas Periciais em Biologia Mirtes Duarte, Iraildes Modesto, Isabel Waga e Luciana Costa Nascimento (PR/DF), para uso expedito de aparelho de posicionamento por satélite (GPS).	1 (GE)

(*) A informação em parênteses refere-se à função dos assessores e formação dos analistas: **GA** = Gerente Administrativo; **GJ** = Gerente Jurídico; **GT** = Gerente Técnico; **AP** = Analista Processual; **A** = Arqueologia; **AG** = Engenharia Agrônoma; **ANT** = Antropologia; **AR** = Arquitetura; **B** = Biologia; **BB** = Biblioteconomia; **EC** = Engenharia Civil; **ES** = Estagiários; **F** = Engenharia Florestal; **G** = Geografia; **GE** = Geologia; **Q** = Engenharia Química e **S** = Engenharia Sanitária.

6.3.6 Participação em Cursos, Congressos e Seminários 23

Evento	Participante(s)^(*)	Local	Período
IV Encontro do Ministério Público na Defesa do Patrimônio Cultural, promovido pela Abrampa.	1 (AP) 2 (AR)	Ouro Preto/MG	11 a 13 de março

Seminário "Acesso à água e ao esgotamento sanitário: a vulnerabilidade social no âmbito dos objetivos de desenvolvimento do milênio" – Programa das Nações Unidas pelo Desenvolvimento (PNUD)	2 (S)	Brasília/DF	7 de maio
Curso "Dams, Reservoirs and Earthquakes", ocorrido no Instituto de Geociências da Universidade de Brasília.	1 (GE)	Brasília/DF	18 e 19 de maio
Participação no Seminário 'Dynamic, Seismic and Fluid Structure in Dam Engineering' que ocorreu na Eletronorte.	1 (GE)	Brasília/DF	18 a 20 de maio
Palestra "Concrete Gravity Dams – Seismic and Fluid-Structure Aspects" – Prof. A. Chopra – University of California at Berkeley – USA, realizada na UnB.	1 (S)	Brasília/DF	29 de maio
Curso sobre Termo de Ajustamento de Conduta em matéria ambiental, promovido pela 4ª CCR em parceria com a ESMPU.	1 (A/AG/BB/EC/GE/S) 2 (AR/F) 3(B ¹) 5 (AP)	Brasília/DF	9 e 10 de junho
Curso "Avaliação Ambiental Integrada de Bacia Hidrográfica", realizado no Centro Universitário Feevale.	1 (GE)	Novo Hamburgo/RS	20 a 25 de julho
II Seminário de Resíduos de Serviços de Saúde do DF, promovido pelo Serviço de Limpeza Urbana (SLU) do GDF.	3 (S)	CREA/DF	30 de julho
XV Congresso Brasileiro da Sociedade de Arqueologia Brasileira.	1 (A)	Belém/PA	20 a 23 de setembro
25º Congresso Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental.	3 (S)	Recife/PE	20 a 26 de setembro
IX GREENMEETING – IX Encontro Verde das Américas.	1 (S)	Brasília/DF	15 a 17 de setembro
VII Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação.	1 (B/F)	Curitiba/PR	20 a 24 de setembro
Curso de Agrominerais, promovido pela Embrapa, Petrobrás, CNPq, entre outros.	1 (B)	Brasília/DF	25 a 27 de setembro
Vistoria na rodovia e no residencial Vila Rica a fim de sanar as dúvidas relacionadas à drenagem.	1 (EC/F)	Rio de Janeiro/RJ	30 de setembro a 2 de outubro
VIII Encontro Nacional sobre Meio Ambiente e Patrimônio Cultural.	1 (GJ/GT/F ²) 2 (AP/AR ³ /GE ⁴) 3 (B) ²	Fortaleza/CE	14 a 16 de outubro
Curso de extensão em "Geoprocessamento e Sensoriamento Remoto", sob condução técnica do Instituto de Geociências da UnB.	1 (AG/AR/EC/F/G) 2 (GE/S) 2 (B)	Brasília/DF	5 de outubro a 11 de novembro
Seminário sobre Políticas Públicas e Mudanças Climáticas, promovido pelo TCU.	1 (S)	Brasília/DF	10 de novembro
Curso de "Responsabilidade, Valoração e Quantificação de danos Ambientais", promovido	1 (AP/AR/F/GE/	Brasília/DF	10 a 12 de novembro

na ESMPU.

S)

Oficina sobre sistemas de informações e vigilância em desastres naturais.	1 (GE)	Rio de Janeiro/RJ	11 a 13 de novembro
Curso de "Cartografia e prática de uso de GPS", sob condução técnica da do Instituto de Geociências da UnB.	1 (F) 2 (A/AR/EC/S)	Brasília/DF	16 a 27 de novembro
	4 (GE)		
	5 (B)		
IV Seminário Brasileiro sobre "Áreas Protegidas e Inclusão Social", na UFPa.	1 (ANT)	Belém/PA	22 a 25 de novembro
IV Fórum Governamental de Gestão Ambiental na Administração Pública.	1 (S)	Brasília/DF	1º de dezembro
I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural.	1 (A) 2 (AR) ³	Ouro Preto/MG	13 a 17 de dezembro

(*) A informação em parênteses refere-se à função dos assessores e formação dos analistas: **GA** = Gerente Administrativo; **GJ** = Gerente Jurídico; **GT** = Gerente Técnico; **AP** = Analista Processual; **A** = Arqueologia; **AG** = Engenharia Agrônoma; **ANT** = Antropologia; **AR** = Arquitetura; **B** = Biologia; **BB** = Biblioteconomia; **EC** = Engenharia Civil; **ES** = Estagiários; **F** = Engenharia Florestal; **G** = Geografia; **GE** = Geologia; **Q** = Engenharia Química e **S** = Engenharia Sanitária.

(1) Lotado na Procuradoria da República no Distrito Federal.

(2) Sendo um lotado na Procuradoria da República no Estado de São Paulo.

(3) Sendo um lotado na Procuradoria da República no Estado de Minas Gerais.

(4) Sendo um lotado na Procuradoria da República no Estado de Pernambuco.

6.3.7 Participação em Palestras 1

Evento	Participante(s) (*)	Local	Período
"Zoneamento Ecológico-Econômico da Amazônia Brasileira – Processo Histórico e Situação Atual" - (AG/AR/B/F/S)	1	ESMPU	8 de junho
Dr. Roberto Vizenin, Chefe do Deptº. de Zoneamento Territorial – Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável do MMA.	2 (GE)		

(*) A informação em parênteses refere-se à função dos assessores e formação dos analistas: **GA** = Gerente Administrativo; **GJ** = Gerente Jurídico; **GT** = Gerente Técnico; **AP** = Analista Processual; **A** = Arqueologia; **AG** = Engenharia Agrônoma; **ANT** = Antropologia; **AR** = Arquitetura; **B** = Biologia; **BB** = Biblioteconomia; **EC** = Engenharia Civil; **ES** = Estagiários; **F** = Engenharia Florestal; **G** = Geografia; **GE** = Geologia; **Q** = Engenharia Química e **S** = Engenharia Sanitária.

6.3.8 Reuniões Externas em Brasília 56

Assunto	Origem	Participante(s) (*)	Outros Participantes	Local	Data
Poluição no rio Verde, em Goiás, por lançamento de efluentes da ETE Brazlândia/DF.	PR/DF	1 (S)	. Caesb . Aprover . Ibama	PR/DF	22 de janeiro
Reunião com o Diretor do Departamento de Patrimônio Material, a respeito de diretrizes e aspectos conceituais da arqueologia histórica.	IPHAN/DF	1 (A)		IPHAN/DF	23 de janeiro
Câmara Técnica de Controle e Qualidade Ambiental do Conama – proposta de Resolução sobre Áreas Contaminadas.	4ª CCR	1 (S)		Ibama	11 e 12 de fevereiro

Mosaico de Unidades de Conservação da Serra da Canastra. Projetos de Lei nº 1.517 e 1.448/2007.	PRM/Passos	1 (F/GE)	Consultor Legislativo Maurício Schneider.	Câmara dos Deputados	19 de fevereiro
Implantação do veículo leve sobre trilhos (VLT) na avenida W3, em Brasília.	PR/DF	2 (AR)		PR/DF	27 de fevereiro
Análise de documentação a respeito do patrimônio arqueológico no empreendimento do Complexo do Governo do Distrito Federal.	MPDFT	1 (A)		MPDFT	17 de março
Implantação do veículo leve sobre trilhos (VLT) na avenida W3, em Brasília.	PR/DF	2 (AR)		MPDFT	19 de março
Reunião no Conama sobre Recuperação de APP.	4ª CCR	1 (F)		Conama	2 de maio
Mineração de Ferro – Plano de Aproveitamento Econômico.	PR/MG	1 (GE)		DNPM	8 de abril
Água mineral.	PR/PA	1 (GE)		DNPM	13 de abril
Questões sobre a ETE São Jorge em Alto Paraíso.	PR/DF	1 (B ¹ /S)	Dra. Ana Paula Mantovani (PR/DF)	PR/DF	15 de abril
Tratar dos procedimentos e ACP relacionados ao Município de Alto Paraíso.	PR/DF	1 (B ¹ /S)	Dra. Ana Paula Mantovani (PR/DF) Romeu Reolon (Prefeito de Alto Paraíso)	PR/DF	16 de abril
Organização da II Semana do Meio Ambiente da PGR.	SA/SEAMB	1 (F) 2 (B)	Aristóteles Rodrigues de Araújo	SA/SEAMB	16 de abril
Câmara Técnica de Controle e Qualidade Ambiental do Conama – proposta de Resolução sobre Áreas Contaminadas.	4ª CCR	1 (S)		Conama	23 e 24 de abril
Qualidade da água do lago do AHE Corumbá IV.	PR/DF	1 (S)	Dra Ana Paula Montovani (PR/DF) Representantes: da Promotoria de Luziânia, do Ibama, Funasa, Corumbá Concessões, Caesb, Saneago e sociedade civil.	PR/DF	27 de abril
Discussão da proposta de curso de geoprocessamento e GPS para técnicos da 4ªCCR, nos termos do Plano de Trabalho do Termo de Cooperação MJ/SDE/FDD nº	4ª CCR	1 (G/AG) 2 (GE)	Prof. Paulo Roberto Meneses e Paulo Herinque Meneses da UnB.	UnB/ Instituto de Geociências	29 de abril

001/2009 para implantação do Laboratório de Geoprocessamento.

Implantação do Veículo Leve sobre Trilhos na avenida W3, em Brasília.	PR/DF	2 (AR)		MPDFT	5 de maio
Audiências Judiciais referentes a construções irregulares, localizados em APPs, na Zona de Amortização do Parna dos Lençóis Maranhenses.	PR/MA	1 (B)		10ª Vara da Justiça Federal	6 de maio
Estudos complementares de impacto socioambiental da PCH Paranatinga II.	PR/MT	1 (A/B/G)		Funai	6 de maio
Implantação do Veículo Leve sobre Trilhos na avenida W3, em Brasília.	PR/DF	1 (A) 2 (AR)		MPDFT	8 de maio
Implantação do Veículo Leve sobre Trilhos na avenida W3, em Brasília.	PR/DF	1 (A) 2 (AR)		MPDFT	11 de maio
eunião e visita técnica ao Laboratório de Geoprocessamento do Instituto Nacional de Criminalística do Departamento de Polícia Federal.	4ª CCR	1 (GT/AG/G) 2 (GE)		DPF/INC	13 de maio
Implantação do Veículo Leve sobre Trilhos na avenida W3, em Brasília.	PR/DF	1 (A) 2 (AR)		MPDFT	18 de maio
Reunião da Comissão Nacional de Incentivo à Cultura (CNIC).	GT Patrimônio Cultural	1 (AR/BB)		Ministério da Cultura/CNIC	19 de maio
Os direitos humanos dos atingidos por barragem.	PFDC/PGR	1 (ANT)		PGR/PFDC	19 de maio
Reunião Conama do GT APP de topo de morro e linha de cumeada.	4ª CCR	1 (F)		Ibama/DF	21 e 22 de maio
Discussão do Termo de Cooperação para implantação do Laboratório de Geoprocessamento na 4ªCCR, especificamente sobre a realização de curso de geoprocessamento para o corpo técnico da Câmara.	4ª CCR	1 (GT/AG/G) 2 (GE)	SGP: Waldelice A. O. Poncioni, Rosana Cavalcante e Vanessa Rezende Mendonça.	SGP/PGR	22 de maio
Reunião com equipe do Fundo de Defesa dos Direitos Difusos do Ministério da Justiça referente à alteração do Plano de Trabalho do Termo de Cooperação para implantação do Laboratório de Geoprocessamento.	4ª CCR	1 (AG/G) 2 (GE)	FDD: Nelson Campos, Gracivaldo José Ventura de Sousa	Ministério da Justiça/SDE	27 de maio

Audiências Judiciais referentes a construções irregulares, localizados em APPs, na Zona de Amortização do Parna dos Lençóis Maranhenses.	PR/MA	1 (B)		12ª Vara da Justiça Federal	27 de maio
Audiência pública "Estradas na Amazônia: a questão da BR-319".	4ª e 6ª CCRs	1 (GJ/GT/AG/AR/EC/F/G/G E) 2 (S) 3 (B)		ESMPU	8 de junho
Reunião com assessoria da Dra. Carolina Martins Miranda de Oliveira da PR/AM, sobre estratégia de atuação no PA da BR-319.	PR/AM	1 (B/EC/F/G/GE)		ESMPU	9 de junho
Oficina de trabalho para definir metodologia da AAE do Porto do rio Grande, no Rio Grande do Sul.	PRM/Rio Grande	1 (F)	Dra Anelise Becker (Procuradora da República)	MMA	25 e 26 de agosto
Análise de eventuais irregularidades no projeto de construção e reforma de barracas na orla marítima do Município de Salvador, com o objetivo de identificar possíveis danos ambientais provenientes da instalação e funcionamento dessas barracas.	PR/BA	1 (AR/AS)		MMA	31 de agosto
Ictiofauna do rio Xingu, objetivando subsidiar a análise do AHE Belo Monte.	4ª CCR	1 (F) 2 (B)	Dr. Mauro Ribeiro Ictiólogo da Recor/Ibge	Reserva Ecológica do Ibge - Recor	21 de agosto
Poluição do rio Verde devido a efluentes da ETE Brazlândia.	PR/DF	1 (S)		PR/DF	31 de agosto
Reunião e composição de GT para elaboração de TAC referente ao parcelamento de solo denominado INCRA VIII em Brazlândia, no Distrito Federal.	PR/DF	1 (F/S)		PR/DF	9 de setembro
Regularização do parcelamento Urbano Isolado INCRA 8, localizado em Brazlândia/DF.	PR/DF	1 (AR/F/S)	Ibram Caesb Codhab Seduma	PR/DF	23 de setembro
Proibição do uso do agrotóxico <i>Endossulfan</i> .	PR/PE	1 (S)		Câmara dos Deputados	29 de setembro
Regularização do parcelamento Urbano Isolado INCRA 8, localizado em Brazlândia/DF.	PR/DF	1 (AR/F/S)	Ibram ICMBio Caesb Codhab Seduma	PR/DF	1º de outubro

Regularização do parcelamento Urbano Isolado INCRA 8, localizado em Brazlândia/DF.	PR/DF	1 (AR/F/S)	Ibram ICMBio Caesb Codhab Seduma	PR/DF	7 de outubro
Coleta de subsídios para análise técnica sobre o Plano de Manejo das barracas da Orla de Salvador e do Programa de Requalificação e Implantação das Barracas de Praia da Orla Atlântica de Salvador.	PR/BA	1 (AR/S)		SPU/MPOG	17 de setembro
Instrução Normativa que regulamenta os procedimentos para reconhecimento de projeto de reassentamento de barragens.	PR/DF	1 (AG/G)		INCRA	28 de outubro
Regularização do parcelamento Urbano Isolado INCRA 8, localizado em Brazlândia/DF.	PR/DF	1 (AR/F/S)	Ibram Caesb Codhab Seduma	PR/DF	5 de novembro
Reunião com Dra. Ana Paula Mantovani, Iphan e Sec. Adm. Presidência da República acerca das Questões abordadas na IT nº 252/2009, ref. a obras de reforma e restauro do Palácio do Planalto.	PR/DF	1 (AR)	. Draª Ana Paula Mantovani (PR/DF) . IPHAN . Secretaria de Administração da Presidência da República	PR/DF	10 a 12 de novembro
Vistoria técnica ao Cetas/DF.	PR/DF	4 (B²)		Flona/DF	12 de novembro
Apresentar resultados de vistoria ao Cetas/DF e discutir possíveis desdobramentos da atuação do MPF.	PR/DF	1 (B)		PR/DF	18 de novembro
Pavimentação da via de acesso - Vila Basevi - Distrito Federal (a pedido do ICMBio)	PR/DF	1 (EC/S)		PR/DF	18 de novembro
3ª reunião do GT de revisão da Portaria MS nº 518/2004, referente à Norma de Qualidade da Água para Consumo Humano.	4ª CCR	1 (S)		Ministério da Saúde	25 e 26 de novembro
Direitos socioculturais e econômicos dos atingidos por barragens.	PFDC/PGR	1 (ANT)			26 e 27 de novembro
Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno de Reservatórios Artificiais, previsto na Resolução Conama	4ª CCR	1 (F/G)		Bando Mundial	30 de novembro

302/2002.

Vistória técnica ao Cetas/DF, para verificação da precariedade de recursos humanos e materiais.	PR/DF	3 (B ²)		Cetas/DF	1º de dezembro
Prática de caça predatória do javali em Municípios da Serra Gaúcha.	PR/RS	2 (B)		Cofau/Ibama	3 de dezembro
Verificação do atendimento das sugestões apresentadas na IT n. 291/09, bem como para verificar o status da aquisição da área para o reassentamento dos assentados atingidos pela implantação da AHE Batalha.	PR/DF	1 (AG/G)	Dr. Ana Paula Mantovani (PR/DF) Ibama, Incra e Furnas.	PR/DF	3 de dezembro
Alteração do Plano de Trabalho do Termo de Cooperação n. 01/2009-FDD/SDE/MJ.	4ª CCR	1 (AG/G)		Secretaria de Direito Econômico/Ministério da Justiça	3 de dezembro
4ª reunião do GT de revisão da Portaria MS nº 518/2004 – Norma de Qualidade da Água para Consumo Humano.	4ª CCR	1 (S)		Ministério da Saúde	7 de dezembro
Reassentamento dos assentados de projetos de assentamento do INCRA a serem atingidos pelo AHE Batalha.	PR/DF	1 (AG/G)		INCRA/DF	10 de dezembro

(*) A informação em parênteses refere-se à função dos assessores e formação dos analistas: **GA** = Gerente Administrativo; **GJ** = Gerente Jurídico; **GT** = Gerente Técnico; **AP** = Analista Processual; **A** = Arqueologia; **AG** = Engenharia Agrônoma; **ANT** = Antropologia; **AR** = Arquitetura; **B** = Biologia; **BB** = Biblioteconomia; **EC** = Engenharia Civil; **ES** = Estagiários; **F** = Engenharia Florestal; **G** = Geografia; **GE** = Geologia; **Q** = Engenharia Química e **S** = Engenharia Sanitária.

Nota: (1) Sendo um Analista Pericial em biologia da PR/DF, Habib Fraxe Neto.

(2) Sendo uma Analista Pericial em biologia da PR/Df, Luciana Nascimento.

6.3.9 Reuniões Internas 56

Assunto	Origem	Participante (s)^(*)	Outros Participantes	Local	Data
Discussão do Programa da Audiência Pública a ser promovida pelo MPF sobre o Plano Decenal de Expansão de Energia 2008-2017.	4ª CCR	1 (GJ/GJ/F/S/Q)		4ª CCR	28 de janeiro
Reunião preparatória para audiência pública sobre o Plano Decenal de Expansão de Energia.	4ª CCR e 6ª CCR	1 (ANT/F/Q/S)		PGR	18 de fevereiro
Aproveitamentos Hidrelétricos no rio Madeira.	PR/RO	1 (GT/A/ANT ¹ /B/F/G)	Coordenação: Coordenadoras da 4ª CCR e 6ª CCR	6ª CCR	10 de março
Implantação do Veículo Leve	PR/DF	2 (AR)		4ª CCR	10 de

sobre Trilhos na Avenida W3 em Brasília.					março
Reunião com a Aprover, para discutir os pontos de coleta no rio Verde/GO.	PR/DF	1 (B ² /S)		4ª CCR	11 de março
Recomendação do Conama sobre o percentual de Reserva Legal no entorno da BR-163.	4ª CCR	1 (F)	. Dr. Mario José Gisi . Drª Ana Cristina Bandeira Lins . Representantes do Governo do Estado do Pará, da Embrapa Amazônia Oriental, TCU.	PGR	12 de março
Reunião preparatória sobre os aproveitamentos hidrelétricos no rio Madeira.	PR/RO	1 (A/ANT ¹ /F/G)		6ª CCR	19 de março
Sistema Informatizado de solicitação de perícias.	4ª CCR	1 (GT/B)	Setor de Informática da PGR	4ª CCR	20 de março
Discussão sobre necessidade da realização de vistoria na área de implantação das UHEs do rio Madeira, em Rondônia.	4ª CCR	1 (GT/A/F/G/GE)		4ª CCR	2 de abril
Discussão sobre a IT referente aos riscos associados pela disposição inadequada de resíduos sólidos.	GT Poluição por Resíduos Sólidos e Esgotos	2 (S)	Membros do GT	4ª CCR	7 de abril
Organização da II Semana do Meio Ambiente da PGR.	SA/SEAMB	1 (AR/F) 2 (B)		4ª CCR	17 de abril
Sobreposição entre território quilombola e os Parnas de Aparados da Serra e de Serra Geral.	PR/RS	1 (ANT/F)	Coordenadora da 4ª CCR	4ª CCR	20 de abril
Organização da II Semana do Meio Ambiente da PGR.	SA/SEAMB	1 (AR/F) 3 (B)		4ª CCR	24 de abril
Discussão do Termo de Cooperação MJ/SDE/FDD nº 001/2009 para implantação do Laboratório de Geoprocessamento na 4ªCCR.	4ª CCR	1 (GT/G/AG) 2 (GE)	Sônia Côres, Carolina Caetano, e José Luciano Alves da Rocha.	PGR/SA/Coordenadoria de Controle e Execução Orçamentária e Financeira.	28 de abril
UTES Porto de Pecém I e II.	PR/CE	1 (GT/Q) 2 (B)		6ª CCR	25 de maio
Reunião Ordinária do Conama referente à Recomendação do Conama sobre o ZEE da BR-163.	4ª CCR	1 (F)		Ibama/DF	27 de maio
Reunião preparatória para a audiência pública da BR-319.	4ª CCR	1 (GJ/GT/EC/F/G)		4ª CCR	2 de junho

		2 (AP)			
Mineração no Município de Pedra Branca/AP.	PR/AP	1 (ANT/F/G)		4ª CCR	3 de junho
Reunião preparatória para a audiência pública da BR-319.	4ª CCR	1 (GJ/GT/EC/ F/G) 2 (AP)		4ª CCR	4 de junho
Apresentação dos Estudos Ambientais pela empresa MPX referentes a UTE Porto de Itaquí, na Ilha de São Luís.	PR/MA	1 (Q) 2 (B)		4ª CCR	16 de junho
Implantação do Sistema de solicitação de Perícias.	4ª CCR	1 (GT/B)		4ª CCR	1º de julho
Desenvolvimento do Planejamento Estratégico para a 4ª CCR.	4ª CCR	1 (GA/GJ/GT/ B)		3ª CCR	7 de julho
Implantação do Sistema de solicitação de Perícias.	4ª CCR	Todos os Analistas e Analistas Periciais da 4ª CCR		4ª CCR	8 de julho
Andamento do projeto para criação do Laboratório de Sensoriamento Remoto.	4ª CCR	1 (G/AG/GE)	Unidades da PGR: Cassiano Alves Karla Almeida (CLC/SA) Waldelice Silva (CRD) Albertino Lima (CEOF/SA)	PGR	15 de julho
Andamento do projeto para criação do Laboratório de Sensoriamento Remoto.	4ª CCR	1 (G/AG/GE)	Unidades da PGR: Cassiano Alves Karla Almeida (CLC/SA) Waldelice Silva (CRD) Albertino Lima (CEOF/SA)	PGR	22 de julho
Reunião com o pesquisador Rodrigo Studart Corrêa (PhD) para subsidiar a elaboração da IT que trata da extração de basalto em pedreira localizada no Travessão Riachuelo – Monte Bérico, no Município de Flores da Cunha.	PRM/Caxias do Sul	1 (AG/GE)		4ª CCR	27 de julho

Andamento do projeto para criação do Laboratório de Sensoriamento Remoto.	4ª CCR	1 (G/AG/GE)	Unidades da PGR: Cassiano Alves Karla Almeida (CLC/SA) Waldelice Silva (CRD) Albertino Lima (CEOF/SA)	PGR	29 de julho
Reunião com representante da ONG Conservation International no Brasil (CI) sobre a UHE Itumirim.	PR/GO	1 (S) 2 (B)	Dr. Mário Barroso Ramos Neto	4ª CCR	31 de julho
Acompanhamento do andamento do processo de aquisição de materiais/equipamentos e capacitação.		1 (AG/GE)			7 de agosto
Discussão sobre o andamento do projeto para a instalação do laboratório de geoprocessamento da 4ª CCR.	4ª CCR	1 (AG) 2 (GE)	Gilson Marinho (SRP) Karla Marlyer Silva (Coordenadoria de Logística e Contratos)	PGR	10 de agosto
Discussão sobre o andamento do projeto para a instalação do laboratório de geoprocessamento da 4ª CCR.	4ª CCR	2 (GE)	Gilson Marinho (SRP) Karla Marlyer Silva (Coordenadoria de Logística e Contratos)	PGR	19 de agosto
AHE Belo Monte. Ictiofauna do rio Xingu, para subsidiar análise do EIA do AHE Belo Monte.	4ª CCR	1 (S) 2 (B)	Dr. Mauro Ribeiro Ictiólogo da Recor/Ibge	4ª CCR	25 de agosto
Discussão sobre o andamento do projeto para a instalação do laboratório de geoprocessamento da 4ª CCR.	4ª CCR	1 (AG) 2 (GE)	Gilson Marinho (SRP) Karla Marlyer Silva (Coordenadoria de Logística e Contratos)	PGR	25 de agosto
Questões referentes ao gasoduto Brasil-Bolívia.	PR/SC	1 (ANT ¹ /B)		6ª CCR	2 de setembro
Preparação da programação do Curso de Valoração Ambiental com peritos da	4ª CCR	1 (GJ/GT/F)		4ª CCR	14 de setembro

Polícia Federal.						
Discussão dos critérios de seleção de servidores para os cursos de Introdução ao Geoprocessamento e de Introdução à Cartografia, Prática e Uso de GPS.	4ª CCR	1 (GT/AG/G/GE)		4ª CCR		15 de setembro
Acertos finais dos cursos de Introdução ao Geoprocessamento e de Introdução à Cartografia, Prática e Uso de GPS a serem ministrados aos servidores da 4ª CCR.	4ª CCR	1 (AG/GE)	Professores: Paulo Meneses, Paulo Henrique e Henrique Roige (Instituto de Geociências/UnB)	Instituto de Geociências/UnB		18 de setembro
Discussão dos problemas do processo de licenciamento da UHE Aimorés, tendo em vista a renovação da LO.	PRM/Governador Valadares	1 (GT/B/G/GE/S)	. Dr. Edilson Vitorelli Diniz Lima (PRM/Governador Valadares)	4ª CCR		18 de setembro
Renovação da LO da UHE Aimorés.	PRM/Governador Valadares	1 (B/G/GE)		4ª CCR		18 de setembro
Tratar dos cursos de Introdução ao Geoprocessamento e de Introdução à Cartografia, Prática e Uso de GPS.	4ª CCR	1 (AG/GE)	Oscar Justino (CRD/SGP)	SA/PGR		18 de setembro
Tratar dos trâmites necessários ao pagamento dos cursos de Introdução ao Geoprocessamento e de Introdução à Cartografia, Prática e Uso de GPS.	4ª CCR	1 (AG/GE)	Manoel Santos (Dicom/SA)	SA/PGR		18 de setembro
Discussão dos problemas do processo de licenciamento da UHE Aimorés, tendo em vista a renovação da LO.	PRM/Governador Valadares	1 (GT/B/G/GE/S)	. Dr. Edilson Vitorelli Diniz Lima (PRM/Governador Valadares) . Equipe do Ibama da área do Setor Elétrico.	4ª CCR		21 de setembro
Papel e ação da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ), em especial na Área Ambiental.	4ª CCR	1 (GT/F/GE/S) 2 (B)		4ª CCR		28 de setembro
Andamento das aquisições dos equipamentos e softwares para o Laboratório de Geoprocessamento da 4ª CCR.	4ª CCR	1 (G)	Cassiano Alves (Coordenadoria de Logística e Contratos da PGR)	4ª CCR		14 de outubro
Reconstrução da BR-319 – Manaus/AM – Porto Velho/RO.	PR/AM	1 (B/G)	Dra. Luciana Portal Gadelha (Procuradora da	4ª CCR		14 de outubro

				República no Estado do Amazonas)		
Andamento da implementação do Laboratório de Geoprocessamento da CCR.	da do de 4ª	CCR	1 (AG/G)	Francisco Araújo (Comissão Permanente de Licitação da PGR)	4ª CCR	16 de outubro
Andamento da implementação do Laboratório de Geoprocessamento da CCR.	da do de 4ª	CCR	1 (AG/G)	Michelle Lemes e Carla Silva (Coordenadoria de Logística e Contratos da PGR)	4ª CCR	16 de outubro
Apresentação da versão preliminar do relatório final elaborado pela Comissão Especial do CDDPH, ao GT Grandes Empreendimentos		PRM/Londrina	1 (ANT/F)		6ª CCR	21 de outubro
Discussão sobre a proposta de alteração dos limites do Parna da Serra da Canastra.		PRM/Passos	1 (G/GE)	. Dra. Mario Gisi (Subprocurador-Geral da República) . Drª Ludimila Junqueira Duarte Oliveira (PRM/Passos) . Representantes do Incra e DNPM.	PGR	3 de novembro
Andamento da implementação do Laboratório de Geoprocessamento da CCR.	da do de 4ª	CCR	1 (AG/G)		SA/CPL	4 de novembro
Assistência técnica no Pregão presencial 099/09, para aquisição de GPS de levantamento.		SA/CPL	1 (GE)		SA/PGR	4 de novembro
Tratar do reassentamento dos assentados de projetos de assentamento do INCRA a serem atingidos pelo AHE Batalha.		PR/DF	1 (AG/G)		INCRA	10 de novembro
120ª Reunião Conjunta das Subcomissões Setoriais Permanentes das Áreas Vegetal e Ambiental.		GT Transgênicos	1 (AG)		CTNBio	18 de novembro
Para tratar do prosseguimento das atividades do GT Transgênico.	do das GT	GT Transgênicos	1 (AG/B)		CTNBio	19 de novembro
Para tratar da IT que trata do processo de		PR/DF	1 (AG/G)		PR/DF	20 de novembro

remanejamento de projetos de assentamento devido a implantação do AHE de Batalha, no Municípios de Cristalina/GO e Paracatu/MG.

Andamento da 4ª CCR 1 (AG/G) SA/CPL 26 de novembro
implementação do
Laboratório de
Geoprocessamento da 4ª CCR.

Apresentação da monitoria e avaliação do plano de manejo da parte baixa do Parna de Itatiaia. PRM/Resende 1 (B/G) . Dra. Izabella Marinho Brant (PRM/Resende) 4ª CCR 14 de dezembro
. ICMBio

(*) A informação em parênteses refere-se à função dos assessores e formação dos analistas: **GA** = Gerente Administrativo; **GJ** = Gerente Jurídico; **GT** = Gerente Técnico; **AP** = Analista Processual; **A** = Arqueologia; **AG** = Engenharia Agrônoma; **ANT** = Antropologia; **AR** = Arquitetura; **B** = Biologia; **BB** = Biblioteconomia; **EC** = Engenharia Civil; **ES** = Estagiários; **F** = Engenharia Florestal; **G** = Geografia; **GE** = Geologia; **Q** = Engenharia Química e **S** = Engenharia Sanitária.

(1) Analista Pericial em Antropologia lotada na 6ª CCR.

(2) Analista Pericial em Biologia lotado na PR/DF.

6.3.10 Viagens a Serviço 78

Assunto	Origem	Participante(s) (*)	Local	Período
Reunião e vistoria na Cidade dos Meninos, em Duque de Caxias, referente à contaminação ambiental e humana.	PR/RJ	1 (S)	Rio de Janeiro/RJ	1º a 5 de janeiro
Vistoria no Complexo Malhada Grande.	PRM/Paulo Afonso	1 (A)	Paulo Afonso/BA	11 a 15 de janeiro
Reunião da Comissão Especial do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH).	PGR/PFDC	1 (ANT)	Rio de Janeiro/RJ	12 a 15 de janeiro
Derramamento de produto <i>endossulfan</i> no rio Paranaíba do Sul, pela Empresa Servatis.	PRM/Resende	1 (Q)	Resende/RJ	5 e 6 de fevereiro
Análise das consequências do processo de modificação da parte interna do edifício administrativo da Estação da Luz que repercutiram na esfera penal.	PR/SP	2 (AR) ²	São Paulo/SP	7 a 16 de fevereiro
Inspeção Judicial no Lixão do Município de São Francisco do Sul.	PRM/Joinville	1 (B ¹ /S)	São Francisco do Sul/SC	11 a 13 de fevereiro
Reunião da Comissão Executiva do Grupo de Trabalho sobre Águas.	GT Águas	1 (GE/S)	São Paulo/SP	13 e 14 de fevereiro
Condomínio Xangri-Lá Villas Resort e Condomínio La Plage, em área de preservação permanente no litoral norte do Rio Grande do Sul.	PR/RS	1 (B)	Xangri-Lá/RS	16 a 20 de fevereiro
Reunião técnica objetivando analisar o cumprimento de TAC pela CESP, referente à mortandade de peixes no	PRM/Presidente Prudente	1 (B)	Presidente Prudente/SP	17 e 18 de fevereiro

rio Paraná.				
Condomínio Las Palmas, em área de preservação permanente no litoral norte do Rio Grande do Sul.	PR/RS	1 (B)	Xangri-Lá/RS	18 de fevereiro
Condomínio Pacific Residence Club, em área de preservação permanente no litoral norte do Rio Grande do Sul.	PR/RS	1 (B)	Xangri-Lá/RS	18 de fevereiro
Condomínio Playa Vista, em área de preservação permanente no litoral norte do Rio Grande do Sul.	PR/RS	1 (B)	Xangri-Lá/RS	18 de fevereiro
Serviço de Tratamento de Esgoto Cloacal (ETE Figueirinha)	PR/RS	1 (B)	Xangri-Lá/RS	18 de fevereiro
Condomínio Atlântico Villas Club, em área de preservação permanente no litoral norte do Rio Grande do Sul.	PR/RS	1 (B)	Osório/RS	19 de fevereiro
Loteamento Ipiranga, às margens de corpo d'água.	PR/RS	1 (B)	Imbé/RS	19 de fevereiro
Análise do processo de modificação da parte interna do Edifício Estação da Luz e vistoria em documentos antigos localizados nos galpões da RFFSA.	PR/SP	2 (AR) ²	São Paulo/SP	3 a 7 de março
Vistorias no Empreendimento multifamiliar Cumbuco Beach Sun e em área ocupada por barracas irregulares na Vila dos Pescadores, ambas na praia de Cumbuco, no Município de Caucaia, e nas áreas atingidas por erosão marinha na praia do Icaraí, Pacheco e Iparana no Município de Caucaia.	PR/CE	1 (B/S)	Fortaleza/CE	9 a 14 de março
Análise das consequências do processo de modificação da parte interna do edifício administrativo da Estação da Luz que repercutiram na esfera penal.	PR/SP	2 (AR) ²	São Paulo/SP	16 a 21 de março
Gestão de resíduos sólidos; parcelamentos de solo: Loteamentos Novo Horizonte, Setor Planalto e São Jorge I e II, ambos no Município de Alto Paraíso de Goiás; Parcelamento de solo na Cidade Alta; Estação de tratamento de esgotos na Vila de São Jorge.	PR/DF	1 (B ³ /S)	Alto Paraíso/GO	18 a 20 de março
Vistoria na APA Carste de Lagoa Santa para apurar danos ambientais decorrentes de assoreamento do leito maior da Lagoa do Sumidouro.	PR/MG	1 (F)	Pedro Leopoldo (MG)	18 a 20 de março
Reuniões com os demais integrantes da comissão técnica instituída para realizar uma avaliação dos documentos técnicos	PR/BA	1 (AR)	Salvador/BA	20 a 22 de março

correspondentes ao processo de implantação do empreendimento hoteleiro "Hotel Hilton", no entorno de bens tombados no Município de Salvador.				
Reunião entre o MPF e MPE referente à proposta de incineração de resíduos sólidos urbanos apresentada pelos municípios para resolver o problema dos lixões	PR/SE	1 (S)	Aracaju/SE	22 a 24 de março
Vistoria técnica nos imóveis tombados Igreja do Rosário, no Município de Embu e Sobrado do Anhanguera, em Santana de Parnaíba.	PR/SP	2 (AR) ²	Santana de Parnaíba/SP	22 a 28 de março
Reunião sobre os aproveitamentos hidrelétricos no rio Madeira.	PR/RO	1 (A/ANT ⁴ /F/G)	Porto velho/RO	24 a 27 de março
Vistoria nas obras de duplicação da Rua Farquhar que atinge a área tombada do Complexo da Ferrovia Madeira Mamoré, das condições do acervo do Museu Ferroviário.	PR/RO	1 (A)	Porto Velho/RO	26 de março
Reunião da Comissão Especial do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH).	PGR/PFDC	1 (ANT)	São Paulo/SP	26 a 27 de março
Reuniões com os demais integrantes da comissão técnica instituída para realizar uma avaliação dos documentos técnicos correspondentes ao processo de implantação do empreendimento hoteleiro "Hotel Hilton", no entorno de bens tombados no Município de Salvador.	PR/BA	1 (AR)	Salvador/BA	29 de março a 1º de abril
Reunião do Grupo de Trabalho do Conama – Uso de resíduos industriais na fabricação de insumos agrícolas, realizada na Cetesb.	PRM/Santos	1 (S)	São Paulo/SP	31 de março a 4 de abril
Rediscussão/Revisão dos termos do TAC firmado entre a Sinobrás S/A e o Ibama.	PRM/Marabá (PA)	1 (F)	Marabá/PA	5 a 7 de abril
Prosseguir as atividades relativas com os demais integrantes da comissão técnica instituída para realizar uma avaliação dos documentos técnicos correspondentes ao processo de implantação do empreendimento hoteleiro "Hotel Hilton", no entorno de bens tombados no Município de Salvador.	PR/BA	1 (AR)	Salvador/BA	5 a 13 de abril
Vistoria no sítio arqueológico denominado Cavas de Ouro históricas do Jaraguá e reunião na	PR/SP	1 (A/GE)	São Paulo/SP	12 a 14 de abril

PR/SP.					
Vistoria referente à sobreposição entre território quilombola e os Parnas de Aparados da Serra e de Serra Geral.	PRM/Caxias do Sul	1 (ANT/F)	Cambará do Sul/RS	14 a 16 de abril	
Perícia Judicial para apurar danos ambientais decorrentes da ocupação irregular por barracas na Praia do Futuro, em Fortaleza.	PR/CE	1 (B/S)	Fortaleza/CE	14 a 17 de abril	
Vistoria na área da Casa Bandeirista do Itaim Bibi.	PR/SP	1 (A)	São Paulo/SP	15 de abril	
Projeto Santa Quitéria da Indústrias Nucleares do Brasil S/A (INB) para exploração de fosfato e urânio.	PRM/Sobral	1 (B/GE)	Fortaleza/CE	16 a 17 de abril	
Reunião da Comissão Especial do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH).	PGR/PFDC	1 (ANT)	São Paulo/SP	29 e 30 de abril	
Água Mineral São Lourenço.	PRM/Pouso Alegre	1 (GE)	Pouso Alegre e São Lourenço/MG	5 a 13 de maio	
Irregularidades no transporte e deposição de dejetos industrial na RPPN "Fazenda Morro do Sapucaia", no Município de Sapucaia do Sul.	PRM/Canoas	1 (B)	Porto Alegre/RS	6 a 8 de maio	
Estudos e análise da questão da preservação do acervo documental e mobiliário da extinta Rede Ferroviária Federal S/A (RFFSA), que se encontra no Estado de São Paulo.	PR/SP	2 (AR) ²	São Paulo/SP	10 a 17 de maio	
Vistoria na Mineração de ferro e ouro, pela contaminação de curso d'água, afetando comunidade ribeirinha local.	4ª CCR	1 (ANT/F)	Pedra Branca do Amapari/AP	25 a 29 de maio	
Audiência Pública referente à expansão do aeroporto de Viracopos.	PRM/Campinas	1 (A)	Indaiatuba/SP	27 a 31 de maio	
Estudos e análise da questão da preservação do acervo documental e mobiliário da extinta Rede Ferroviária Federal S/A – RFFSA que se encontra no Estado de São Paulo.	PR/SP	2 (AR) ²	Bauru e São Paulo/SP	1º a 6 de junho	
Acompanhar denúncias, encaminhadas ao CDDPH, e apresentar sugestões e propostas de ocorrências de violações de direitos humanos decorrentes da implementação de barragens no País	PGR/PFDC	1 (ANT)	São Paulo/SP	8 e 9 de junho	
Destruição de sítios arqueológicos em função das obras do Condomínio Parque das Figueiras.	PR/RS	1 (A)	Arroio do Sal/RS	23 a 26 de junho	
Acompanhar denúncias, encaminhadas ao CDDPH, e	PGR/PFDC	1 (ANT)	São Paulo/SP	29 de junho a 1º de julho	

apresentar sugestões e propostas de ocorrências de violações de direitos humanos decorrentes da implementação de barragens no País				
Participar de Audiência Pública para discutir a questão da certificação agroambiental referente à pecuária do bioma amazônico.	PR/PA	1 (F)	Belém/PA	2 e 3 de julho
Acompanhamento dos trabalhos de arqueologia que serão executados no Museu de Arqueologia do Xingó, na cidade de Canindé de São Francisco.	PR/SE	1 (A)	Canindé do São Francisco e Aracaju/SE	5 a 18 de julho
Vistoria de campo referente à extração de rocha ornamental.	PRM/Colatina	1 (GE)	Colatina e Barra de São Francisco/ES	7 a 17 de julho
Avaliação Ambiental Integrada de Bacia Hidrográfica.	4ª CCR	1 (GE)	Novo Hamburgo/RS	20 a 25 de julho
Vistoria na Casa do Brasão no Município de Paranaguá e reuniões em Curitiba.	PR/PR	2 (AR) ²	Curitiba e Paranaguá/PR	29 a 31 de julho
Vistoria em 16 estabelecimentos instalados irregularmente em terrenos de marinha e em área tombada.	PRM/Eunápolis	1 (AR/B)	Porto Seguro/BA	11 a 16 de agosto
Vistoria na Empresa BS Areia e Cascalho Ltda., devido a extração irregular de areia, no Município de Cristalina, em Goiás.	PR/DF	1 (B ⁵ /GE)	Cristalina/GO	12 de agosto
Vistoria nos empreendimentos Alphaville 2, Greenville e Canal de Mussurunga, construídos ao longo da Avenida Paralela em Salvador.	PR/BA	1 (AR/B)	Salvador/BA	17 a 21 de agosto
Participação em Inspeção Judicial e Audiência Pública na Zona de Expansão Urbana de Aracaju – Esgotamento sanitário e drenagem pluvial.	PR/SE	1 (S)	Aracaju/SE	26 a 28 de agosto
Participação em Audiências Públicas da UHE Belo Monte.	PRM/Altamira	1 (B/F/S)	Altamira e Vitória do Xingu/PA	11 a 15 de setembro
Recuperação da Igreja Matriz de Nossa Senhora do Pilar, em São João do Meriti, no Rio de Janeiro.	PRM/São João de Meriti	1 (AR)	Duque de Caxias/RJ	17 a 19 de setembro
Reunião da Comissão Executiva do GT Águas.	GT Águas	1 (GE)	Porto Alegre/RS	20 a 23 de setembro
Reuniões com a Prefeitura e vistorias no Lixão, em 5 Loteamentos em Alto Paraíso de Goiás e na Estação de Tratamento de Esgotos do Distrito de São Jorge.	PR/DF	1 (B ⁵ /S)	Alto Paraíso de Goiás/GO	21 a 23 de setembro
Visita técnica ao Parna da Serra da Canastra para avaliação expedita da ocupação e estado de preservação	GT Acompanhamento	1 (G/GE)	São Roque de Minas, São João Batista do	21 a 24 de setembro

ambiental, com vistas a subsidiar o acompanhamento de proposta de alteração dos seus limites.	Legislativo PRM/Passos		Glória, Capitólio, Vargem Bonita e Delfinópolis/M G	
Vistoria no Rodovia do Contorno e no residencial Vila Rica.	PRM/Volta Redonda	1 (EC/F)	Volta Redonda/RJ	30 de setembro a 2 de outubro
Inspeção judicial em edificação em APP, na Casa do Morro, na praia de São Marcos, em São Luís.	São Luís/MA	1 (B/GE)	São Luís/MA	6 e 7 de outubro
Vistoria no Museu de Arqueologia do Rio Grande do Sul.	PRM/Novo Hamburgo	1 (A)	Taquara/RS	6 a 8 de outubro
Organização durante a realização do VIII Encontro Nacional sobre Meio Ambiente e Patrimônio Cultural.	4ª CCR	1 (GA/BB/CC/C S)	Fortaleza/CE	13 a 17 de outubro
Vistoria da área de implantação do empreendimento Taíba Beach Resort, na praia de Taíba.	PR/CE	1 (B)	São Gonçalo do Amarante/ CE	16 de outubro
Vistoria no local de implantação da Escola Municipal Cidade 2000, em área de dunas.	PR/CE	1 (B)	Fortaleza/CE	16 de outubro
Inspeção judicial em edificação em APP, na Casa do Morro, na praia de São Marcos, em São Luís.	São Luís/MA	1 (B/GE)	São Luís/MA	16 e 27 de outubro
Reunião da Comissão Especial do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH).	PGR/PFDC	1 (ANT)	São Paulo/SP	16 a 18 de novembro
Vistoria na APA Carste de Lagoa Santa.	PR/MG	1 (A)	Belo Horizonte/MG	18 a 21 de novembro
Reunião do GT Licenciamento de Grandes Empreendimentos.	GT Licenciamento de Grandes Empreendimen- tos	1 (G)	São Paulo/SP	23 a 25 de novembro
Reunião com representantes da empresa Fosfértil para a apresentação de ações desenvolvidas pela empresa em função de uma ACP.	PRM/Uberaba	1 (AG) 2 (GE)	Uberaba/MG	23 a 25 de novembro
Reunião da Comissão Especial do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH).	PGR/PFDC	1 (ANT)	São Paulo/SP	26 e 27 de novembro
Atuar como assistente técnico na ACP referente à ocupação em APP, na UHE Porto Primavera.	PRM/Presidente Prudente	1 (F)	Presidente Prudente/SP	30 de novembro a 2 de dezembro
Cumprimento do TAC firmado em janeiro de 2007, que trata dos danos ambientais provocados pelo rompimento de uma barragem de rejeitos em Mirai.	PRM/Itaperuna	1 (B/F/S)	Itaperuna, cataguases e Mirai/MG	30 de novembro a 3 de dezembro
Vistoria no loteamento denominado Novo campeche II.	PR/SC	1 (GE)	Florianópolis/ SC	30 de novembro a 4 de dezembro
Continuidade dos estudos e análise da questão da preservação do acervo documental e mobiliário da extinta	PR/SP	2 (AR) ²	São Paulo/SP	1º a 5 de dezembro

RFFSA que se encontra no Estado de São Paulo.

Vistoria no sítio arqueológico denominado Cavas de Ouro históricas do Jaraguá.	4ª CCR	1 (A/GE)	São Paulo/SP	9 a 11 de dezembro
Reunião junto ao GRPU, IPHAN, INEA, Município do Rio de Janeiro e EBX, referente ao Complexo Marina da Glória no Rio de Janeiro.	PR/RJ	1 (EC)	Rio de Janeiro/RJ	14 e 15 de dezembro
Vistoria nas obras, em fase de licitação, para construção de um complexo para sediar a Copa do Mundo de 2014 e demolição do Estádio da Fonte Nova.	PR/BA	1 (AR)	Salvador/BA	14 a 16 de dezembro

(*) A informação em parênteses refere-se à função dos assessores e formação dos analistas: **GA** = Gerente Administrativo; **GJ** = Gerente Jurídico; **GT** = Gerente Técnico; **AP** = Analista Processual; **A** = Arqueologia; **AC** = Asssistente de Comunicação; **AG** = Engenharia Agrônoma; **ANT** = Antropologia; **AR** = Arquitetura; **B** = Biologia; **BB** = Biblioteconomia; **CC** = Chefe de Cartório; **CS** = Chefe de Secretaria; **EC** = Engenharia Civil; **ES** = Estagiários; **F** = Engenharia Florestal; **G** = Geografia; **GE** = Geologia; **Q** = Engenharia Química e **S** = Engenharia Sanitária.

Nota: (1) Analista Pericial em biologia da PR/SC, Ítalo Lopes Borges.

(2) Assessora Pericial em arquitetura da PR/MG, Cláudia Márcia freire Lage.

(3) Analista Pericial em biologia da PR/DF, Habib Fraxe Neto.

(4) Analista Pericial em antropologia da 6ª CCR/MPF, Maria Fernanda Paranhos de Paula e Silva.

(5) Analista Pericial em Biologia da PR/DF, Luciana Costa Nascimento.

6.4 AÇÕES PROPOSTAS PARA O PRÓXIMO EXERCÍCIO

- ◆ Capacitação de servidores, por intermédio da realização de cursos específicos, objetivando o aperfeiçoamento do corpo de Analistas Periciais e melhor atendimento das demandas de análises recebidas.
- ◆ Provimento de cargos efetivos na Carreira de Analista Pericial na 4ª CCR e nos estados, vinculados funcionalmente à 4ª CCR, para as seguintes especialidades: Antropologia (1), Arquitetura (5), Biologia (10), Engenharia Agrônoma (1), Engenharia Florestal (12), Engenharia Química (2), Engenharia Sanitária (9), Geologia (4), Sociologia (1).
- ◆ Aquisição de equipamentos:
 - Atualmente possuímos duas licenças do software ArcGis 9.2 e uma licença do software ENVI 4.3, ambas poderosas ferramentas de análise espacial e geográfica, o primeiro para visualização, alteração e criação de dados e mapas temáticos, e o segundo para tratamento e manipulação de imagens de satélite. Para que essas ferramentas funcionem da melhor forma possível, com otimização de tempo e recursos, elas necessitam de computadores com uma maior capacidade de armazenamento e processamento do que os atualmente disponíveis na 4ª CCR (Pentium 4 HT 3 Ghz e 512 Mb de RAM). Atualmente esses programas tem seu funcionamento limitado pelo baixo poder de processamento dos nossos computadores. Portanto, faz-se necessário a aquisição de computadores com a configuração recomendado pelos fabricantes dos programas: CPU Superior a 1.0 Ghz, Memória de 1 GB ou superior, Swap superior a 500 MB, Espaço em disco superior a 1.2 GB (Disco Rígido superior a 200 GB) .
- ◆ Aquisição de software:
 - Aquisição e instalação do software *CorelDRAW*, ferramenta destinada para desenho vetorial e para *design* gráfico, objetivando atender as demandas dos encontros promovidos pela 4ª CCR, bem como a edição e a transformação de imagens e fotografias na elaboração de Informações Técnicas.
- ◆ Celebração de Convênios:

- convênios com órgãos governamentais que atuam na área de sensoriamento remoto objetivando o acesso da 4ª CCR ao acervo de imagens de satélite.
- convênios com laboratórios para realização de análises físico-químicas e microbiológicas da água objetivando melhor fundamentar as informações técnicas produzidas por essa 4ª CCR relativas à qualidade da água.

7. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA GERÊNCIA ADMINISTRATIVA

A Gerência Administrativa, unidade da 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF, incumbida de prover, através das unidades específicas do MPF, apoio administrativo e de comunicação necessárias ao funcionamento da Câmara, sofreu, em junho, uma reestruturação. Portanto, a Gerência Administrativa ficou dividida em dois Núcleos: Apoio Administrativo e Apoio ao Colegiado.

Conforme deliberado na 255ª Reunião Ordinária, o Apoio ao Colegiado tem como objetivo secretariar o Colegiado em suas atividades como, por exemplo, cadastrar, distribuir e controlar os trâmites dos Procedimentos Administrativos e Inquéritos Cíveis Públicos. Em 2009 o Núcleo, em Conjunto com a Coordenadoria de Desenvolvimento de Sistemas da Procuradoria-Geral da República, trabalhou na segunda etapa do desenvolvimento do Sistema de Gerenciamento e Controle Processual próprio da 4ª CCR, para registro e controle de Procedimentos Administrativos e Inquéritos Cíveis Públicos que serão submetidos à função revisional do Colegiado.

O Núcleo de Apoio Administrativo tem como principais objetivos:

- ♦ acompanhamento diário de matérias jornalísticas sobre os temas de atuação e de interesse da Câmara, a saber: imprensa nacional, *site* da PGR, Jornal do Brasil, Correio Braziliense, *sites* de órgãos afins, entre outros;
- ♦ assessoramento à Coordenação da Câmara em matérias referentes à imprensa;
- ♦ atualização sistemática do acervo fotográfico;
- ♦ controle e orientação sobre o uso de linhas telefônicas, materiais e equipamentos disponíveis, segundo as normas vigentes;
- ♦ elaboração, confecção e distribuição de matérias referentes à Câmara de Meio Ambiente e Patrimônio Cultural;
- ♦ elaboração da previsão de gastos com material, viagens, capacitação e outros necessários ao funcionamento da 4ª CCR;
- ♦ elaboração de matérias jornalísticas e informativas, para inclusão na página da 4ª CCR;
- ♦ elaboração de ofícios, portarias e demais correspondências e atos necessários ao funcionamento da Câmara ou decorrente de suas atividades;
- ♦ elaboração do *clipping* da 4ª CCR para os membros e analistas da Câmara, e para membros do MPF nos estados e municípios;
- ♦ gerenciamento do conteúdo da página da 4ª CCR na *internet*;
- ♦ inclusão de informações na Base de Dados de Inteiro Teor do MPF – diretório da 4ª CCR, assim como orientação sobre tal procedimento às Procuradorias nos estados e municípios;
- ♦ organização e suporte aos eventos – cursos, encontros, seminários e outros - promovidos pela 4ª CCR ou executados em parceria com órgãos afins;
- ♦ organização do arquivo das correspondências e dos procedimentos da 4ª CCR;
- ♦ participação e cobertura jornalística em eventos correlatos aos temas afins da Câmara.
- ♦ pedidos de execução dos serviços de confecção de carimbos, placas internas de identificação, placas de inauguração, prismas, molduras e revelação de filmes fotográficos, com as devidas especificações;
- ♦ provimento, registro e controle de transporte, diárias e passagens a serviço;

- ♦ provimento de material permanente e de consumo;
- ♦ provimento de recursos humanos;
- ♦ publicação de documentos (atas, portarias e outros) na imprensa oficial;
- ♦ recebimento, conferência, registro, distribuição interna e expedição dos documentos e processos;
- ♦ recebimento e organização de informações sobre a concessão de Gratificação da Atividade Pericial, para remessa mensal à Secretaria-Geral do MPF;
- ♦ registro, processamento e elaboração de relatório de informações estatísticas, de acordo com o disposto na Resolução CSMPPF Nº 87/06.

O Núcleo de Apoio ao Colegiado tem como principais objetivos:

- ♦ Controlar os documentos recebidos na Câmara com vistas a serem julgados pelo Colegiado, o que inclui cadastrar, distribuir e controlar os trâmites dos Procedimentos Administrativos (PAs) e Inquéritos Cíveis Públicos (ICPs).

De forma a agilizar essa rotina, o Núcleo de Apoio ao Colegiado em Conjunto com a Coordenadoria de Desenvolvimento de Sistemas da Procuradoria-Geral da República, trabalhou em um projeto que durou cerca de 2 anos, cujo objetivo era o desenvolvimento de um Sistema de Gerenciamento e Controle Processual, próprio da 4ª CCR, para registro e controle de PAs e ICPs, a serem submetidos à função revisional do Colegiado.

- ♦ Inclusão no sistema desenvolvido acima citado, os PAs e ICPs da 4ª CCR;
- ♦ Inclusão, na Base de Dados de Inteiro Teor do MPF, no diretório da 4ª CCR, dos votos relatados por Membros do Colegiado em todas as reuniões realizadas em 2009, além do levantamento de todos os Procedimentos que tiveram suas decisões de arquivamento não homologadas pela 4ª CCR;
- ♦ Organização da agenda, elaboração de pautas e atas de reuniões ordinárias do colegiado;
- ♦ Participação como apoio do Grupo de Trabalho 4ª CCR – Planejamento Estratégico na elaboração de questionários, relatórios e outros documentos;
- ♦ Secretariar as reuniões do Colegiado da 4ª CCR.

A Gerência Administrativa possui 2 (dois) funcionários que pertencem à empresa contratada pelo MPF, para execução de serviços gerais de apoio e um estagiário.

Cabe destacar que a sobrecarga de trabalho associada ao elevado índice de movimentação de pessoal tem implicado constantes adaptações nos horários de trabalho da equipe.

7.1 ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

7.2 OUTRAS ATIVIDADES

7.2.1 Participação em Cursos, Congressos e Seminários

7.2.2 Viagens a Serviço

7.3 AÇÕES PROPOSTAS PARA O PRÓXIMO EXERCÍCIO

7.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

QUADROS DEMONSTRATIVOS

1. Núcleo de Apoio Administrativo

Documentos Expedidos

Mês/Ano	Quantidade
Janeiro	117
Fevereiro	190
Março	170
Abril	187
Maio	270
Junho	286
Julho	272
Agosto	251
Setembro	307
Outubro	313
Novembro	371
Dezembro	151
TOTAL	2.885

Fonte: Sistema FÊNIX

Observação: Não inclui procedimentos

Procedimentos Administrativos Expedidos

Mês/Ano	Quantidade
Janeiro	164
Fevereiro	18
Março	235
Abril	605
Maio	222
Junho	190
Julho	202
Agosto	162
Setembro	243
Outubro	287
Novembro	176
Dezembro	193
TOTAL	2.697

Fonte: Sistema FÊNIX

Documentos Recebidos

Mês/Ano	Quantidade
Janeiro	281
Fevereiro	219
Março	497
Abril	484
Maio	440
Junho	422
Julho	433
Agosto	407
Setembro	372
Outubro	323
Novembro	274
Dezembro	264
TOTAL	4.416

Fonte: Sistema FÊNIX

Procedimentos Cadastrados	202
---------------------------	-----

Fonte: Sistema FÊNIX

Documentos Autuados	181
---------------------	-----

Fonte: Sistema FÊNIX

2. Núcleo de Apoio ao Colegiado

Reuniões Ordinárias	48
---------------------	----

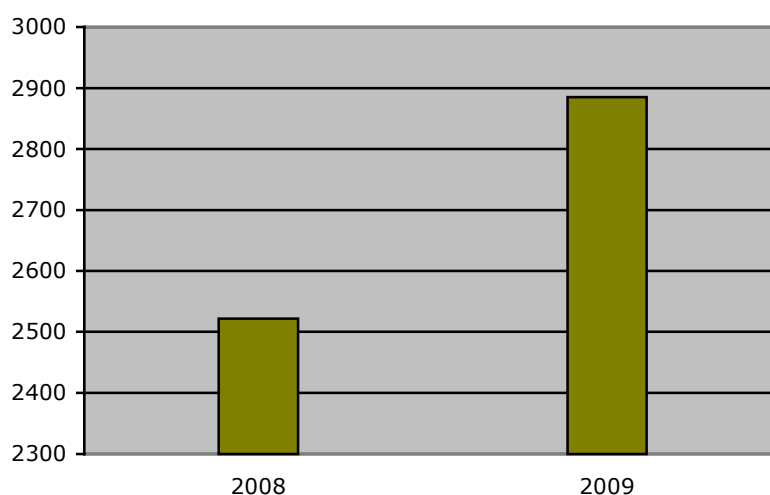
Procedimentos Cadastrados e Distribuídos	1.459
--	-------

Procedimentos expedidos nos termos das decisões do Colegiado	2.075
--	-------

GRÁFICOS COMPARATIVOS

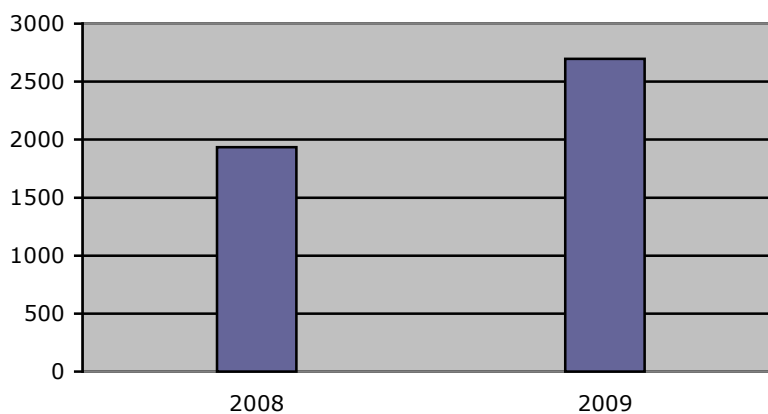
1. Núcleo de Apoio Administrativo

Documentos Expedidos

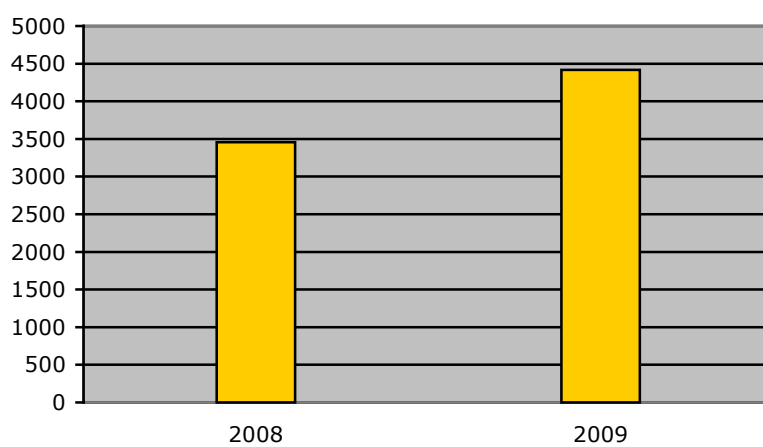
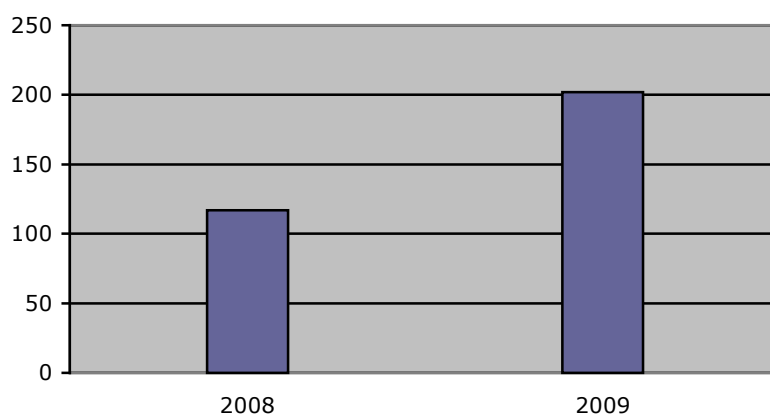
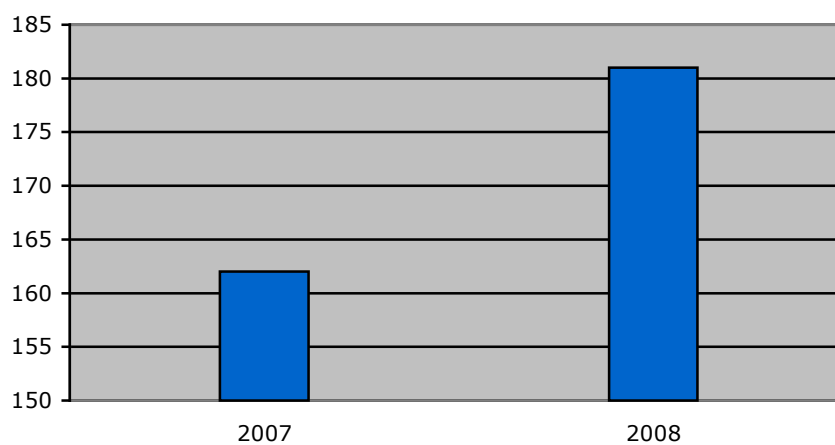


ANO

Procedimentos Administrativos Expedidos

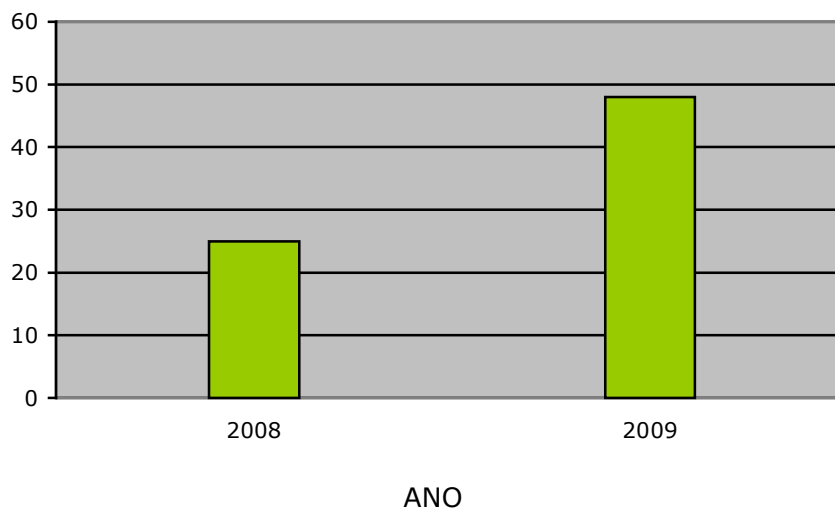


ANO

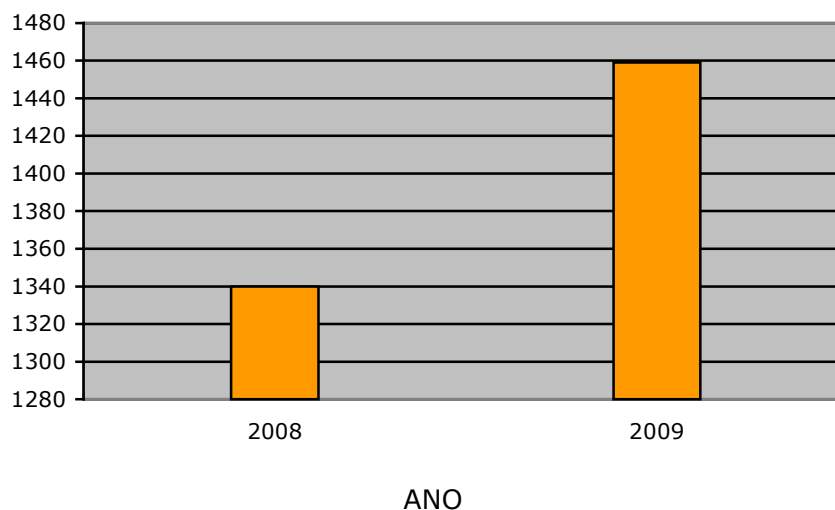
Documentos Recebidos**Procedimentos Administrativos Cadastrados****Documentos Autuados**

2. Núcleo de Apoio ao Colegiado

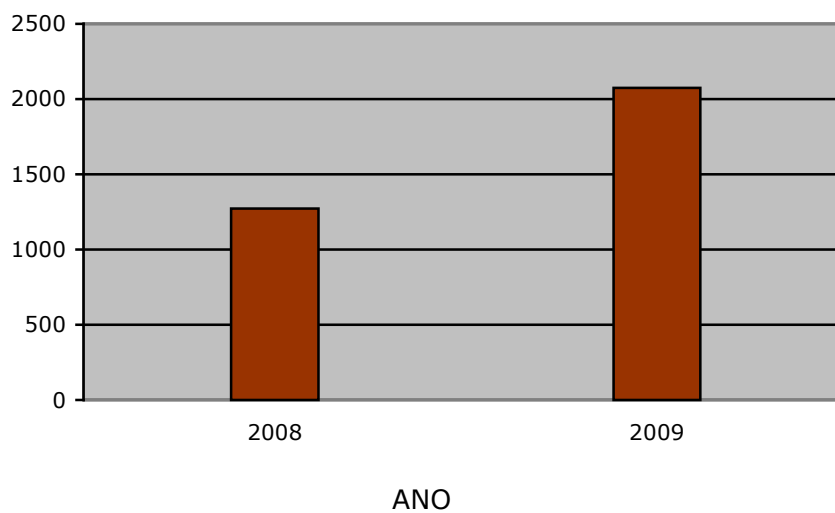
Reuniões Ordinárias



Procedimentos Cadastrados e Distribuídos



Procedimentos expedidos nos termos das decisões do Colegiado



7.1 ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

- ♦ Cobertura jornalística no III Curso de Direito Ambiental, realizado em São Paulo, no mês de setembro;
- ♦ Definição da matriz fotográfica e obtenção de autorização para sua utilização oficial;
- ♦ Edição, em conjunto com a ESMPU, da publicação eletrônica Revista da Águas;
- ♦ Elaboração das estatísticas de que trata a Resolução CSMPF Nº 87/06;
- ♦ Elaboração do relatório referente às determinações contidas na Resolução CSMPF Nº 87/06, entregue à Coordenação e apresentado ao colegiado da Câmara;
- ♦ Execução das atividades de registro e controle das informações remetidas à 4ª CCR por força das disposições contidas na Resolução CSMPF nº 87/06;
- ♦ Identificação de demandas da 4ª CCR para a composição do orçamento anual do MPF;
- ♦ Identificação de demandas da 4ª CCR pendentes perante outros órgãos públicos e realização das respectivas cobranças;
- ♦ Organização das informações para fins de pagamento da Gratificação Pericial aos Analistas da 4ª CCR, indicados pelas unidades e aprovados pelo Colegiado da Câmara;
- ♦ Organização do VIII Encontro Nacional de Meio Ambiente e Patrimônio Cultural, realizado nos dias 14, 15 e 16 de outubro de 2009, em Fortaleza/CE, incluindo as seguintes atividades: elaboração do pré-projeto, suporte à elaboração do programa, definição de especificações para contratação do estabelecimento, elaboração de convites a palestrantes, autoridades e membros participantes, inscrições, pedidos de passagens, controle de traslado, concepção das peças de divulgação, elaboração e expedição de certificados de participação; obtenção de patrocínio, recursos audiovisuais, material de expediente, entre outros;
- ♦ Proposta de confecção do novo *layout* da Câmara e acompanhamento da aprovação pelo Colegiado;
- ♦ Racionalização do espaço disponível no arquivo virtual "G", com vistas ao melhor aproveitamento e organização das informações.
- ♦ Suporte à organização e execução das seguintes audiências públicas: Plano Decenal de Expansão de Energia (2008-2017), Futuro das Florestas no Brasil e Construção da Rodovia BR-319. Bem como, apoio a Audiência Pública realizada em parceria com a 6ª CCR: Debate dos Impactos socioambientais da construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte;
- ♦ Suporte à organização e execução do curso sobre Termo de Ajustamento de Conduta, realizado com o apoio da ESMPU;
- ♦ Suporte à organização e execução do curso sobre Valoração dos Danos Ambientais, realizado com o apoio da ESMPU;

7.2 OUTRAS ATIVIDADES 9

7.2.1 Participação em Cursos, Congressos e Seminários 7

Evento	Participante(s)^(*)	Local	Período
VII Congresso Internacional de Direito Ambiental.	GA	São Paulo/SP	16 de setembro
Curso de BrOffice.org – Cal 2.1, realizado na Esaf. – 2009.	3 (TA)	Brasília/DF	Setembro
Curso de BrOffice.org – Writer 2.1, realizado na Esaf. – 2009.	2 (TA)	Brasília/DF	Setembro
IV Curso de Redação Oficial e Língua Portuguesa, realizado no MPF.	1 (TA)	Brasília/DF	Outubro
Curso de extensão em Gestão Orçamentária e Financeira no Setor Público, realizado na ESMPU e FGV.	1 (CC)	Brasília/DF	Dezembro
Curso de Extensão de Competências Gerenciais, realizado na ESMPU e FGV.	1 (CC/TA)	Brasília/DF	Dezembro
Curso de Novo Acordo Ortográfico e Redação Oficial.	1 (CC/TA)	Brasília/DF	Outubro

(*) A informação em parênteses refere-se à função do servidor: **GA** = Gerente Administrativo; **AC** = Assistente em Comunicação; **CC** = Chefe de Cartório; **CS** = Chefe de Secretaria; **TA** = Técnico Administrativo.

7.2.2 Viagens a Serviço 2

Assunto	Origem	Participante(s)^(*)	Local	Período
Cobertura jornalística do II Curso Internacional de Direito Ambiental.	PRR 3ª Região	1 (AC)	São Paulo/SP	12 a 14 de setembro
Organização durante a realização do VIII Encontro Nacional sobre Meio Ambiente e Patrimônio Cultural.	4ª CCR	1 (GA/BB/CC/CS)	Fortaleza/CE	13 a 17 de outubro

(*) A informação em parênteses refere-se à função dos assessores e formação dos analistas: **GA** = Gerente Administrativo; **AC** = Assistente de Comunicação; **BB** = Bibliotecária; **CC** = Chefe de Cartório; **CS** = Chefe de Secretaria.

7.3 AÇÕES PROPOSTAS PARA O PRÓXIMO EXERCÍCIO

7.3.1 Núcleo de Apoio ao Colegiado:

- ♦ Conclusão do projeto, em conjunto com a Coordenadoria de Desenvolvimento de Sistemas da Procuradoria-Geral da República, referente ao desenvolvimento do Sistema de Gerenciamento e Controle Processual próprio da 4ª CCR, para registro e controle de Procedimentos Administrativos e Inquéritos Cíveis Públicos que serão submetidos à função revisional do Colegiado.

7.3.2 Núcleo de Apoio Administrativo:

- ♦ Organização do IX Encontro Temático de Meio Ambiente e Patrimônio Cultural;
- ♦ Revisão dos procedimentos elaborados no exercício anterior;
- ♦ Aperfeiçoamento das atividades administrativas de modo a otimizar a execução do trabalho.

7.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A despeito de todas as dificuldades decorrentes da elevação do volume de trabalho e da significativa taxa de movimentação de servidores (saídas, licenças etc.), o exercício terminou com a formalização do ingresso de dois novos Técnicos Administrativos, fato que aliado às mudanças de rotina introduzidas, tais como o recebimento das informações relativas à Resolução 087/06 por meio de relatório trimestral pelas Procuradorias, permitirá maior agilidade e racionalidade no trabalho.

Destaca-se, também, que a implantação, pela Secretaria de Tecnologia da Informação, do sistema de elaboração de agenda, atas e demais documentos relativos às reuniões ordinárias da Câmara, prevista para o primeiro trimestre de 2009, representa o atendimento de um pleito antigo da gerência e será um instrumento que garantirá maior rapidez e segurança às rotinas do Cartório, com a minimização do tempo para elaboração das atas, deliberações e publicação dos atos.

Cabe mencionar, mais uma vez, que a utilização de mais de um sistema (Fenix e ARP) para controle de documentos e processos exige a alimentação de ambos, além do retrabalho, aumenta a probabilidade de falhas. A implantação do Sistema Unificado de Informações do Ministério Público Federal reduzirá essas dificuldades.

No que diz respeito a despesas, as ações da Gerência Administrativa, com o apoio da Coordenadora da 4ª CCR, continuam sendo norteados pela política de contenção de gastos da atual gestão. Exemplos: intensificação do uso de meio eletrônico para remessa de informações internas, requisição de informações complementares e transmissão de informações relativas às atividades que envolvem a Resolução CSMPF Nº 87/06; impressão de relatórios em frente e verso e em papel reciclado; uso de material reciclado na confecção dos impressos; as parcerias firmadas com patrocinadores como ABRAMPA E ANPR para cobertura de despesas com eventos, além da contratação de serviços de hospedagem, alimentação e suporte logístico para realização dos eventos da Câmara, que implica a não-concessão de diárias, tem permitido economizar recursos, especialmente na rubrica diárias. O uso de aparas de papel como bloco de recado e rascunho, também tem-se revelado fator de economia e estímulo ao hábito de reciclar poupando recursos.

8. ATIVIDADES NO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO DE COORDENAÇÃO

8.1 EVENTOS PROMOVIDOS

8.1.1 AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

8.1.1.1 Plano Decenal de Expansão de Energia 2008/2017

Foi realizada no próximo dia 18 de fevereiro, em Brasília a audiência pública sobre o Plano Decenal de Expansão de Energia 2008/2017, elaborado pelo Ministério das Minas e Energia. O evento, que ocorreu no auditório JK, da Procuradoria Geral da República, em Brasília, das 13h30 às 18h30, foi promovido pela 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF (Meio Ambiente e Patrimônio Cultural) e pela 6ª CCR (Índios e Minorias).

O Plano Decenal de Expansão de Energia é um documento de planejamento que tem como objetivo estimar a necessidade de energia para os próximos dez anos e avaliar a construção de novos empreendimentos para geração de energia.

Com quase 800 páginas, o plano demanda a análise de diversas questões técnicas como os impactos ambientais em unidades de conservação devido à construção de usinas hidrelétricas.

Participaram da audiência a Coordenadora da 4ª CCR, Drª Sandra Cureau; a Coordenadora da 6ª Câmara; Drª Deborah Duprat, a Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão, Drª Gilda Carvalho; Dr. João Akira Omoto, Coordenador do Grupo de Trabalho Licenciamento Ambiental de Grandes Empreendimentos da 4ª CCR; e os seguintes representantes dos órgãos governamentais: o Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia, Altino Ventura Filho; o Presidente da Empresa de Pesquisa Energética, Maurício Tomalsquim; a Secretária de Mudanças Climáticas do Ministério do Meio Ambiente, Suzana Khann, e o Assessor da Coordenação-Geral de Patrimônio Indígena e Meio Ambiente da Fundação Nacional do Índio, Eduardo Vieira Barnes. O doutor em Planejamento de Sistemas Energéticos pela Universidade Estadual de Campinas e Professor Associado no Instituto de Eletrotécnica e Energia da Universidade de São Paulo, Célio Bermann, e o doutor em Développement Economique et Social pela Université Paris e Professor Titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Carlos Vainer, foram convidados para apresentar o tema como especialistas no assunto.

A audiência foi dividida em dois momentos. Inicialmente, representantes dos órgãos governamentais apresentaram um panorama do documento, diretrizes e prioridades da política energética, a relação do plano com as mudanças climáticas, a importância da participação da população indígena nas etapas do licenciamento. Na segunda parte especialistas em energia fizeram exposições sobre as opções e contradições do plano, os conflitos socioambientais, os fundamentos da política energética, a dificuldade de articulação entre os Ministérios no que se refere à implantação dos empreendimentos de geração de energia no país e, principalmente, que o PDE não pode ameaçar o meio ambiente.

No debate representantes do Movimento dos Atingidos por Barragem, Fórum de meio ambiente do setor elétrico, Organizações Não-Governamentais nacionais e internacionais questionaram os aspectos socioambientais do PDE e trouxeram alternativas e críticas à matriz energética do Brasil já que a proposta do governo prevê uma expansão tímida da participação de fontes alternativas na matriz brasileira. Todos os representantes da sociedade civil destacaram a necessidade do

Governo Federal de ampliar o debate com a sociedade sobre a matriz energética brasileira e de propiciar meios efetivos de consulta e participação.

Programação

13h30 – Abertura

Dra. Sandra Cureau

Subprocuradora-Geral da República
Coordenadora da 4ª Câmara

Dra. Deborah Duprat

Subprocuradora-Geral da República
Coordenadora da 6ª Câmara

Dra. Gilda Carvalho

Subprocuradora-Geral da República
Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão

Dr. João Akira Omoto

Procurador da República no Município de Londrina
Coordenador do Grupo de Trabalho Licenciamento de Grandes Empreendimentos da 4ª CCR.

13h45 – Exposições Órgãos Governamentais

Planejamento da Política Energética no Brasil - (20 min)

Altino Ventura Filho
Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia.

O Plano Decenal de Expansão de Energia - (40 min)

Maurício Tomalsquim
Presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE)

Plano Decenal de Expansão de Energia: licenciamento ambiental, impactos em unidades de conservação e relação com o Plano Nacional de Mudanças Climáticas - (15 min)

Izabela Teixeira
Secretária-Executiva do Ministério do Meio Ambiente

Impactos de empreendimentos para geração de energia em Terras Indígenas - (15 min)

Eduardo Vieira Barnes – Coordenador Geral de Políticas para Populações Indígenas da Fundação Nacional do Índio (Funai)

15h35 – Exposições Especialistas

Política Energética: as opções e contradições do Plano Decenal de Expansão de Energia - (30min)

Célio Bermann
Universidade de São Paulo

Conflitos Socioambientais e empreendimentos de geração de energia no Brasil - (30 min)

Carlos Vainer
Universidade Federal do Rio de Janeiro

16h50 – Impactos Ambientais e Sociais do Plano Decenal de Expansão de Energia

Palavra aberta para intervenções dos participantes.

18h10 – Conclusões e encerramento

Recomendação

O MPF fez recomendação sobre o Plano Decenal de Expansão de Energia ao Ministério de Minas e Energia. O documento recomenda a efetiva participação da sociedade no processo de elaboração do PDEE; a utilização, na avaliação socioambiental, de dados primários e secundários de outras fontes do governo, da área acadêmica e da sociedade civil e não apenas dos dados relativos ao setor elétrico; a compatibilização do plano nas demais políticas setoriais do Governo Federal, sobretudo na área ambiental e voltadas aos povos indígenas e comunidades tradicionais, incluindo as questões relacionadas aos direitos humanos como saúde, moradia, alimentação adequada, educação, desenvolvimento urbano e outras.

A recomendação destaca, ainda, que as políticas setoriais de expansão de energia elétrica sejam objeto de avaliação por meio da Avaliação Ambiental Estratégica, com a devida publicidade, e que suas conclusões sejam incorporadas pelo setor. Por fim, recomenda a exclusão da previsão que consta no plano de edição de normativos que viabilizem a implantação de empreendimentos com impactos extremamente significativos como propõe a Empresa de Pesquisa Energética.

ÍTEGRA

RECOMENDAÇÃO CONJUNTA N.º 01/09 4ª e 6ª CCR e PFDC/MPF

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por meio das Subprocuradoras da República que esta subscrevem, Coordenadoras da 4ª e da 6ª Câmaras de Coordenação e Revisão e Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão, no exercício das atribuições previstas nos artigos 6º, inciso XX e 8º, incisos II e VIII da Lei Complementar n.º 75/93, conforme atribuição delegada pelo Procurador-Geral da República, na forma do art. 8º, § 4ª da mesma Lei e considerando:

1. A realização, pelo Ministério Público Federal, de Audiência Pública para debater o Plano Decenal de Expansão de Energia 2008-2017, na data de 18 de fevereiro de 2009, com a participação de representantes do Ministério do Meio Ambiente, do Ministério de Minas e Energia, da Fundação Nacional do Índio – Funai, organizações da sociedade civil, movimentos sociais e do meio acadêmico;
2. As diversas questões suscitadas pelos participantes da Audiência Pública, entre as quais:
 - a) A ausência de participação da sociedade civil no processo de elaboração do Plano Decenal de Expansão de Energia 2008-2017, uma vez que o único mecanismo de participação utilizado pelo Ministério de Minas e Energia (a consulta pública) efetivou-se apenas em 24 de dezembro de 2008, quando novo plano (2009 – 2019) deveria estar sendo divulgado;
 - b) A constatação de que a análise dos Impactos Socioambientais do Sistema Elétrico que consta do PDE 2008 – 2017 é deficiente e incompleta, pois baseou-se tão somente em informações fornecidas por empresas do setor elétrico, em questionário aplicado pela Empresa de Pesquisa Energética, excluindo a participação das populações impactadas e de todos os outros segmentos sociais, fato que impede a consideração das análises ali apresentadas como aptas a direcionar as opções do governo;
 - c) O fato de que o Plano Decenal de Expansão de Energia, diversas vezes caracterizado pelos representantes do Ministério de Minas e Energia como um "plano de obras" não incorpora a totalidade das perspectivas estratégicas previstas no Plano Nacional de Energia 2030, especialmente no que se refere à eficiência e à diversificação da matriz energética;
 - d) A dicotomia existente entre diferentes Planos Governamentais e o Plano Decenal de Expansão de Energia, destacando-se a incongruência da expansão de termelétricas com a necessidade de diminuição das emissões

de gases do efeito estufa, prevista no Plano Nacional de Mudanças Climáticas, coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente e;

- e) A preocupação com a proposta exposta no PDE para que, no caso de empreendimentos identificados como de impactos muito significativos e com “potencial de atraso em relação às datas de entrada em operação previstas” e aqueles identificados como de impactos extremamente significativos, o Ministério de Minas e Energia apresente exposição de motivos justificando a importância estratégica dos empreendimentos, seguido de diretrizes e recomendações que assegurem não apenas a sua continuidade, mas que “garantam a sua viabilização” (*sic*) e com a sugestão da Empresa de Pesquisa Energética de que a implantação desses empreendimentos seja assegurada por dispositivo normativo.

E, ainda:

3. A evidente necessidade de criar mecanismos formais que garantam a participação ampla e efetiva da sociedade brasileira e de outros órgãos governamentais na elaboração do Plano Decenal de Expansão de Energia e nos processos de decisão a ele subjacentes, em respeito ao Princípio Democrático;
4. O caráter pluricultural da sociedade brasileira e as desigualdades sociais existentes, bem como o dever constitucional de que esta realidade seja levada em conta na elaboração das políticas públicas, para que seja respeitada a diversidade sociocultural e reduzidas as desigualdades sociais;
5. Que a metodologia aplicada pela Empresa de Pesquisa Energética para a realização da Avaliação Ambiental Integrada (AAI) não foi devidamente aprovada e reconhecida pelo Ministério do Meio Ambiente e demais órgãos governamentais ambientais participantes do processo de discussão;
6. Que a Avaliação Ambiental Integrada não substitui a Avaliação Ambiental Estratégica (AAE), instrumento de planejamento adequado para a avaliação ambiental de políticas, planos e programas de desenvolvimento;
7. Que as complexas mudanças geradas pelas obras de infra-estrutura para oferta de energia, notadamente de energia hidrelétrica, ao mesmo tempo sociais, econômicas, culturais, territoriais, políticas e ambientais, requerem do poder público a máxima atenção no sentido de avaliar riscos de violações de direitos humanos e evitá-los;
8. Que o planejamento energético e as possíveis consequências sociais adversas de suas escolhas e empreendimentos interessam aos setores responsáveis pelas políticas públicas fundamentais para a promoção e a proteção dos direitos humanos, tais como as políticas públicas de saúde, educação, reforma agrária, alimentação e desenvolvimento urbano, entre outros;
9. O disposto no art. 6º da Convenção 169 sobre Povos Indígenas e Tribais da Organização Internacional do Trabalho, segundo o qual os governos deverão, com boa-fé e de maneira apropriada às circunstâncias: “a) consultar os povos interessados, mediante procedimentos apropriados e, particularmente, através de suas instituições representativas, cada vez que sejam previstas medidas legislativas ou administrativas suscetíveis de afetá-los diretamente; (...) b) estabelecer os meios através dos quais os povos interessados possam participar livremente, pelo menos na mesma medida que outros setores da população e em todos os níveis, na adoção de decisões em instituições efetivas ou organismos administrativos e de outra natureza responsáveis pelas políticas e programas que lhes sejam concernentes”;
10. O dever de respeito à Constituição Federal, especificamente, neste caso, ao princípio fundamental da dignidade da pessoa humana, estabelecido em seu art. 1º, inciso III, ao direito à informação, previsto no art. 5º, inciso XIV, aos direitos sociais tais como o direito à saúde, ao trabalho à moradia, à proteção da maternidade e da infância, estabelecidos no art. 6º e seus incisos, ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, garantido pelo art. 225 e ao direitos dos povos indígenas, assegurados no art. 231 e
11. Que, por determinação constitucional, é função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de

relevância pública aos direitos assegurados na Constituição Federal, promovendo as medidas necessárias a sua garantia.

RESOLVE RECOMENDAR AO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA QUE:

1. Sejam utilizados mecanismos eficientes que garantam a participação pública no processo de elaboração do Plano Decenal de Expansão de Energia (2009-2018) e que estes sejam previamente estabelecidos e divulgados, especificando-se também a forma de incorporação das questões apresentadas pelos interessados;
 2. A metodologia de elaboração do Plano Decenal de Expansão de Energia seja regulamentada, incluindo-se os mecanismos de participação da sociedade brasileira em sua elaboração;
 3. A avaliação socioambiental seja realizada a partir de dados primários e secundários provenientes, também, de outras fontes do próprio governo, da área acadêmica e da sociedade civil e não apenas se restrinja àquelas relativas ao setor elétrico;
 4. O Plano Decenal de Expansão de Energia seja compatibilizado com as demais políticas setoriais do Governo Federal, especialmente aquelas da área ambiental e voltadas aos povos indígenas e comunidades tradicionais e que esta compatibilização seja explicitada em seu conteúdo;
 5. A compatibilização intersetorial e a avaliação acima mencionadas incluam as políticas públicas relacionadas aos direitos humanos, saúde, moradia, alimentação adequada, educação, desenvolvimento urbano, acesso à água, dispensando a devida atenção aos direitos da criança e do adolescente, da pessoa idosa, das mulheres e das pessoas com deficiência;
 6. As políticas setoriais de expansão de energia elétrica sejam objeto de avaliação por meio da Avaliação Ambiental Estratégica (AAE), com a devida publicidade, e que suas conclusões sejam efetivamente incorporadas pelo setor;
 7. Seja excluída do Plano Decenal de Expansão de Energia, a previsão da edição de dispositivos normativos ou legais excepcionais destinados a viabilizar a implantação de empreendimentos com impactos extremamente significativos, nos termos do que propõe a Empresa de Pesquisa Energética.
- Solicitamos, por fim que, em atendimento ao disposto no art. 8º, § 5º, da Lei Complementar 75/93 sejam informadas, no prazo de 20 dias, as medidas adotadas por esse Ministério em relação ao aqui recomendado.
- Brasília, 09 de março de 2009.

Sandra Cureau

Subprocuradora-Geral da República
Coordenadora da 4ª CCR

Deborah Macedo Duprat de Britto Pereira

Subprocuradora-Geral da República
Coordenadora da 6ª CCR

Gilda Pereira de Carvalho

Subprocuradora-Geral da República
Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão

8.1.1.2 Construção da BR-319 na Amazônia

A 4ª CCR (Meio Ambiente e Patrimônio Cultural) e a 6ª CCR (Índio e Minorias) promoveram, em parceria com a Escola Superior do Ministério Público da União, no dia 8 de junho, audiência pública sobre as "Estradas na Amazônia: a questão da BR 319", na Escola Superior do MPU.

Na abertura a Suprocuradora-geral da República e coordenadora da 4ª CCR, Sandra Cureau, ressaltou que, sobre a BR- 319 - rodovia que vai ligar Manaus a Porto Velho -, a questão tem sido objeto de preocupação do MPF pelo menos desde 2005, quando foi ajuizada a primeira ação civil pública para garantir a realização do licenciamento ambiental da obra. A subprocuradora-geral da República, coordenadora da 6ª CCR, Deborah Duprat, destacou que a audiência é uma oportunidade de reflexão sobre empreendimentos em áreas de grande concentração de florestas, parques e comunidades. O Subprocurador-geral da República, Mario Gisi, também acrescentou que a audiência pública surgiu da duvidosa transparência no âmbito do procedimento do licenciamento da BR-319. A audiência teve como objetivo expor o empreendimento e analisar os impactos sociais e ambientais da pavimentação da rodovia que liga Manaus a Porto Velho.

Participaram da audiência órgãos do governo, Organizações não-governamentais, especialistas e representantes da sociedade civil. No total, mais de 50 pessoas participaram da audiência pública.

Durante a audiência foram feitas exposições de especialistas:

- ✓ A Universidade Federal do Amazonas (UFAM) representada pelo professor Alexandre Rivas, também coordenador do estudo de impacto ambiental da BR-319, trouxe mapas e destacou que uma estrada na região teria pouco impacto porque ela já existe;
- ✓ Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), representado por Miguel Sousa, disse que a pavimentação da BR-319 é uma obra do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do governo. "A viabilidade social, econômica e ambiental são compatíveis para a restauração da estrada", finalizou;
- ✓ Rosa Mago do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (IBAMA), destacou o licenciamento ambiental da BR-319 e ressaltou a pavimentação, reconstrução, manutenção de trechos da BR-319;
- ✓ Planos para desenvolver e estabelecer unidades de conservação na região foi o tema abordado pelo Instituto Chico Mendes (ICMBio), o que demanda análise das condições da rodovia;
- ✓ A Fundação Nacional do Índio (Funai), representada por Gabriel Pedrozanni, ressaltou os índios isolados da região e a falta de manifestação de outros índios que também serão afetados;
- ✓ Para Phillip Fearside, do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), a construção da rodovia traz mais impactos do que benefícios. O representante da Organização Conservação Estratégica, Leonardo Fleck, afirmou que não há alcance de benefício social suficiente que justifique o empreendimento de forma ambiental e econômica.

Ao final da audiência, as principais questões como o EIA se basear num cenário de governança ambiental inexistente na região, a falta de estudo de viabilidade econômica e as inúmeras irregularidades em relação aos estudos indígenas foram salientadas como ponto de atuação do MPF.

8.1.1.3 Futuro das Florestas no Brasil

O Futuro das Florestas no Brasil foi discutido em audiência pública realizada no dia 2 de dezembro, na Procuradoria-Geral da República, em Brasília. Diversos setores da sociedade estavam representados e todos tiveram espaço para manifestar suas opiniões. Compuseram a mesa de abertura a Coordenadora da 4ª CCR, Sandra Cureau, seu substituto, Mário Gisi, o Ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Antônio Herman Benjamin, os Deputados federais Aldo Rebelo e Sarney Filho, o Pesquisador do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon) Paulo Barreto e o Coordenador do Instituto Socioambiental (ISA), Raul Silva Telles.

A Coordenadora da 4ª CCR abriu o evento, falando sobre os diversos projetos de lei que estão em trâmite no Congresso Nacional buscando alterar a legislação ambiental vigente. De acordo com ela, o Ministério Público Federal (MPF) tem acompanhado os debates com preocupação, já que aspectos centrais desses projetos representam retrocessos, como a flexibilização das normas de preservação permanente. Para a coordenadora da 4ª CCR, o Código Florestal é uma tradição jurídica, coerente com a responsabilidade do Brasil, e seus princípios foram acolhidos pela Constituição Federal. “Meio ambiente ecologicamente equilibrado é direito de todos”, defendeu.

O Subprocurador-Geral da República Mário Gisi relatou do papel do Ministério Público de representar diversos setores da sociedade, que pediram a realização da audiência já que não estavam se sentindo representados nas discussões sobre os projetos de lei. Segundo ele, a legislação ambiental existe estabelecendo obrigações há muitos anos, com tolerância grande para implementação, e o MP busca seu cumprimento.

De acordo com o Ministro Antônio Herman Benjamin, do STJ, o debate parlamentar até agora tem sido fragmentado. Para o ministro, a questão principal é saber se é preciso ou não haver uma reforma do Código Florestal e ele acredita que sim, para incorporar todos os pontos positivos do debate que já dura mais de dez anos. Ele apresentou princípios da perspectiva jurídica para servirem como pano de fundo para o debate: o primeiro é deixar claro que a reforma do Código não é para facilitar ou ampliar o devastamento de florestas; o segundo é fazer clara separação entre regras para o passivo ambiental, que estabeleçam compromisso com as florestas existentes.

O princípio 3, segundo o Ministro, é o tratamento diferenciado entre rural e urbano. Para ele, não faz sentido juntar o urbano e o rural em texto legal que trata do Código Florestal. O quarto princípio seria dar tratamento diferenciado também entre o pequeno e o grande produtor. O princípio 5 seria de ampliar o uso dos instrumentos econômicos para casar com os mecanismos de comando e controle; o 6, de estabelecer sanções rigorosas para o desmatamento. O último princípio citado pelo ministro foi o de fortalecimento da gestão estadual.

O Deputado Aldo Rebelo, relator da Comissão Especial instalada na Câmara para fazer a reforma do Código Florestal, defendeu os pequenos produtores, que, segundo ele, sentem-se desprotegidos pela legislação e pelos órgãos públicos. Ele criticou o termo de compromisso proposto no Pará pelo MPF a criadores de gado e frigoríficos para adequar as atividades do setor à lei ambiental, porque entende que o acordo abaixa o preço da arroba do boi. E também falou que o Brasil não deve adotar agenda ambiental de outros países do mundo, considerando a luta comercial entre agricultura dos países ricos e dos países em desenvolvimento.

O deputado também acrescentou que a discussão do Código Florestal deve considerar duas preocupações: a preocupação social que veja no meio ambiente um patrimônio do processo civilizatório brasileiro e o interesse nacional. Para ele, a globalização pode ter sentido e valor como ideologia, mas o mundo continua sendo dividido entre interesses, culturas e valores.

O Deputado Sarney Filho defendeu o uso inteligente da terra, usando avanços do conhecimento científico. Ele disse acreditar que a natureza vive sem o homem, mas o homem não pode viver sem ela. Para o deputado, essa visão marca um posicionamento de ação no Congresso diferente do pensamento do deputado Aldo Rebelo. Segundo afirmou, o Brasil construiu uma legislação moderna, que está vivendo um momento de instabilidade, já que tramitam cerca de 30 projetos de lei buscando alterar o Código Florestal. Ele vê alguns deles como tentativa de flexibilização no sentido de possibilitar ampliação do desmatamento e não

recuperação das áreas devastadas. De acordo com o deputado, uma das propostas visa regularizar todos os desmatamentos ocorridos até 2001. Para ele, é preciso construir um modelo econômico baseado na sustentabilidade.

Já o pesquisador Paulo Barreto, do Imazon, explicou que o momento de turbulência em relação à questão florestal tem a ver com o valor da lei, que está sendo desrespeitada e o Brasil está tentando ficar mais civilizado. De acordo com ele, o MPF tem tido papel importante nisso. O pesquisador destacou que a ideia de diferenciar pequeno produtor do grande é importante, por causa da capacidade que cada um deles tem para cumprir a lei.

O coordenadora do ISA, Raul Telles, apresentou a visão do processo de modificação da legislação florestal desde a sociedade civil. Ele explicou que o Código Florestal foi uma inovação na época em que foi criado, no ano de 1934, porque não havia nenhum outro no mundo que partisse das mesmas premissas.

Ele mostrou uma imagem com áreas do país onde existe passivo ambiental que precisa ser recuperado, principalmente onde está concentrada a população brasileira. Para resolver o problema, segundo ele, é preciso assumir que esse é um problema de todos (produtores rurais e sociedade em geral) e compartilhar o ônus da conservação/recuperação. O coordenador sugeriu caminhos como o de atualizar o Código Florestal ao século XXI, mantendo seus princípios mas ajustando seus instrumentos, e fazer ajustes como equiparar populações tradicionais a agricultores familiares para efeito da lei, definir metas de conservação por bacias, coibir novos desmatamentos em todos os biomas e oferecer prêmios e incentivos a quem conserva.

8.1.2 ENCONTRO NACIONAL

8.1.2.1 VIII Encontro Nacional sobre Meio Ambiente e Patrimônio Cultural

Realizou-se na Cidade de Fortaleza, no período de 14 a 16 de outubro o VIII Encontro Nacional sobre Meio Ambiente e Patrimônio Cultural, onde Procuradores da República de todo o Brasil, que atuam nesta área, reuniram-se para debater pontos críticos ligados às questões mais relevantes no país sobre esses temas.

A abertura contou com a presença da coordenadora da 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF, subprocuradora-geral da República Sandra Cureau, o membro da 4ª CCR, subprocurador-geral da República Mário Gisi e o procurador-chefe da Procuradoria da República no Ceará, Alexandre Meireles Marques. Na ocasião, os presentes conferiram a palestra da professora do Departamento de Medicina da Universidade Federal do Ceará Raquel Maria Rigotto, que falou sobre modelo de desenvolvimento e questão ambiental no Brasil. Segundo ela, entre 1890 a 1990, a produção industrial cresceu 40 vezes e a poluição do ar quintuplicou.

A palestra sobre áreas de preservação permanente e atuação do MPF gerou amplo debate no encontro. A Procuradora da República no Município de Passos, em Minas Gerais, Ludmila Junqueira Duarte, falou da necessidade de unidade de conservação do Parque Nacional da Serra da Canastra. Segundo ela, a educação ambiental é fundamental para que a população saiba da importância da unidade de conservação, afinal o conflito entre as várias atividades existentes na Serra da Canastra deve passar por um critério de inclusão/exclusão a ser definidos órgãos governamentais em debate.

De acordo com o Procurador da República em Altamira, no Pará, Rodrigo Timóteo Costa e Silva, o MPF já ajuizou 13 ações contra os grileiros que invadiram a Estação

Ecológica Terra do Meio e o Parque Nacional Serra do Pardo.

Já o Procurador da República no Estado do Ceará, Alessandro Sales Wilsckson, falou sobre a proteção da zona costeira e a implantação de empreendimentos turísticos. Ele explicou sobre como o MPF/CE vem lidando com as licenças ambientais liberadas pelos órgãos estaduais e municipais. Uma das questões mais complicadas ainda é a ocupação da zona costeira na praia do Futuro por barracas. Após análise pela Justiça Federal, por meio de um laudo do perito e com a avaliação de peritos do MPF, a definição da retirada das barracas deve ser prevista ainda este ano.

Em Santa Catarina, a Procuradora da República Analúcia Hartmann, relatou sobre a necessidade de evitar o desmatamento das planícies para evitar as últimos problemas com inundações no estado.

8.1.2.1 Participantes

Membros

Adrian Pereira Ziemba

Procurador da República no Estado de Goiás

Alessander Wilckson Cabral Sales

Procurador da República no Estado do Ceará

Alexandre Meirelles Marques

Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado do Ceará

Alexandre Silva Soares

Procurador da República no Estado do Maranhão

Álvaro Lotufo Manzano

Procurador da República no Estado de Tocantins

Ana Cristina Bandeira Lins

Procuradora da República no Estado de São Paulo

Ana Paula mantovani Siqueira

Procuradora da República no Distrito Federal

Analúcia de Andrade Hartmann

Procuradora da República no Estado de Santa Catarina

Anselmo Henrique Cordeiro Lopes

Procurador da República no Estado do Acre

Antônio Carlos Marques Cardoso

Procurador da República no Estado do Amapá

Bruno baiocchi Vieira

Procurador da República no Estado de Alagoas

Caroline Rocha Queiroz

Procuradora da República no Estado da Bahia

Clarisier Azevedo Cavalcante de Moraes

Procuradora da República no Município de Caicó

Daniel César Azeredo Avelino

Procurador da República no Estado do Pará

Darcy Santana Vitibello

Procuradora Regional da República – 3ª Região

Domingos Sávio Dresch da Silveira

Procurador Regional da República – 4ª Região

Elisandra de Oliveira Olímpio

Procuradora da República no Estado do Espírito Santo

Emerson kalif Siqueira

Procurador Regional no Estado do Mato do Sul

Fátima Aparecida de Souza Borghi

Procuradora Regional da República – 3ª Região

Flávio de Carvalho Reis

Procurador da República no Município de Macaé

Jaqueline Ana Buffon

Procuradora da República no Município de Novo Hamburgo

João Akira Omoto

Procurador da República no Município de Londrina

João Bosco Araújo Fontes Júnior

Procurador Regional da República – 5ª Região

José Augusto Torres Potiguar

Procurador da República no Estado do Pará

José Guilherme Ferraz da Costa

Procurador da República no Estado da Paraíba

Juliano Baggio Gasperin

Procurador da República no Município de Tabatinga

Lara Marina Zanella Martínez Caro

Procuradora da República no Município de uruguaiana

Lauro Coleho Júnior

Procurador da República no Município de São Gonçalo

Leonardo Carvalho de Cavalcante Oliveira

Procurador da República no Estado do Piauí

Lívia nascimento Tinôco

Procuradora da república no estado de Sergipe

Ludmila Junqueira Duarte Oliveira

Procuradora da República no Município de Passos

Lyana helena Joppert Kalluf Pereira

Procuradora da República no Município de Campo Mourão

Marcia Brandão Zollinger

Procuradora da República no Estado do Mato Grosso

Maria Soares Camelo Cordioli

Procuradora Regional da República – 1ª Região

Maurício Ribeiro Manso

Procurador da República no Estado do Rio de Janeiro

Mirian R. Moreira Lima

Procurador da República no Estado de Minas Gerais

Nádia Simas Souza

Procuradora da República no Estado de Rondônia

Raquel Cristina Rezende Silvestre

Procurador da República no Município de Uberaba

Ricardo Kling Donini

Procurador da República no Município de Blumenau

Rodrigo Timoteo da Costa e Silva

Procurador da República no Município de Altamira

Rosane Cima Campiotto

Procurador da República no Estado de Minas Gerais

Thiago Lacerda Nobre

Procurador da República no Município de Jales

Wilson Rocha de Almeida Neto

Procurador da República no Estado da Bahia

Zani Cajueiro Tobias de Souza

Procuradora da República no Estado de Minas Gerais

Servidores da 4ª CCR

Aurélío Rodrigues de Loiola Júnior

Analista Pericial em Arquitetura

Cincinato Teixeira de Siqueira Neto

Analista Processual

Clauber Moraes Pachêco

Analista Pericial em Biologia

Jorge Cravo Barros

Assessor - Geologia

José Dias Pereira

Biólogo

Lauro Antônio Cunha Barbosa

Analista Processual

Marcos Cipriano Cardoso Garcia

Gerente Administrativo

Maria Rita Reis

Gerente Jurídica

Servidores lotados na PR/PE

Fábio Murilo Meira Filho

Analista Pericial em Geologia

Servidores lotados na PR/MG

Cláudia Márcia Freire Lage

Assessora Pericial em Patrimônio Cultural - Arquitetura

Gizela Barbosa do Nascimento

Analista Pericial em Arquitetura

Servidores lotados na PR/SP

Adriana Oliva

Analista Pericial em Engenharia Florestal

Sandra Dias Costa

Analista Pericial em Biologia

Apoio servidores da 4ª CCR

Soraia Pereira Pessoa

Gerente Administrativo

Gustavo Ferreira Souza

Chefe de Cartório

Luciana Adele Maria Bucci

Analista em Documentação

Miguelina Pereira Pinheiro

Chefe de Secretaria

Apoio servidores da PR/CE

Alexandre Nuvens

Técnico de Apoio Especializado

Antônio Vieira

Técnico de Apoio Especializado

Emerson Silva

Técnico de Apoio Especializado

Luiz Silva

Técnico de Apoio Especializado

Epifânio Luna Júnior

Técnico de Apoio Especializado

Francisco de Oliveira Filho

Técnico de Apoio Especializado

Francisco Bezerra

Técnico de Apoio Especializado

Pabuel Braga

Técnico de Apoio Especializado

Rafaely Nunes

Técnico Administrativo

Raimundo de Moraes

Técnico de Apoio Especializado

Cléria Nunes

Assessorade Comunicação

Janmiel Bastos

Técnico de Transporte

José P. C. Reus

Técnico de Transporte

8.1.2.1 Programação

Quarta-feira, 14 de outubro de 2009

18h – Abertura

Dra. Sandra Cureau

Subprocuradora-Geral da República

Coordenadora da 4ª CCR

Dr. Mário José Gisi

Subprocurador-Geral da República

Membro da 4ª CCR

Dr. Alexandre Meirelles Marques

Procurador-Chefe na Procuradoria da República no Estado do Ceará

19h – Palestra de Abertura – Modelo de Desenvolvimento e a questão ambiental no Brasil.

Raquel Maria Rigotto

Professora Dra Raquel Maria Rigotto
Universidade Federal do Ceará

Quinta-feira, 15 de outubro (Quinta-feira)

9h – Áreas de Preservação Permanente e atuação do MPF

Álvaro Lotufo Manzano

Procurador da República em Tocantins

Raquel Cristina Rezende Silvestre

Procuradora da República no Município de Uberaba

Thiago Lacerda Nobre

Procurador da República no Município de Jales

10h – Debates

10h30 – Intervalo

11h – Unidades de Conservação: atuação do MPF

1º Caso: Parque Nacional da serra da Canastra

Ludmila Junqueira Duarte de Oliveira

Procuradora da República no Município de Passos

2º Caso: Unidades de Conservação da Terra do Meio no Pará

Rodrigo Timóteo Costa e Silva

Procurador da República no Município de Altamira

12h – Debates

12h30 – Intervalo

14h – Casos exemplares na defesa do meio ambiente e patrimônio cultural

1. Desmatamento na Amazônia e pecuária

Daniel César Azeredo Avelino

Procurador da República no Estado do Pará

2. Proteção da Zona Costeira e implantação de empreendimentos turísticos

Alessander Wilckson Cabral Sales

Procurador da República no Estado do Ceará

3. Legislação estadual de meio ambiente e a flexibilização da legislação ambiental

Analúcia Hartmann

Procuradora da República no Estado de Santa Catarina

15h30 – Debates

16h – Intervalo

16h30 – Casos exemplares na defesa do meio ambiente e patrimônio cultural

(continuação)

4. Registro especial dos antiquários e leiloeiros

Lívia Nascimento Tinôco
Procuradora da República no Estado de Sergipe

5. Proteção do patrimônio cultural ferroviário

Zani Cajueiro Tobias
Procuradora da República no Estado de Minas Gerais

18h – Debates

Sexta-feira, 16 de outubro (Sexta-feira)

9h – Introdução ao planejamento estratégico e discussões em Grupos de Trabalho

1. Casos exemplares na defesa do meio ambiente e patrimônio cultural: recomendações para a replicação de ações.
2. Áreas de Preservação Permanente
3. Unidades de Conservação
4. Planejamento Estratégico da 4ª CCR

18h – Deliberações e encerramento

8.2 GRUPOS DE TRABALHO

Foram instituídos com o objetivo de discutir temas de interesse nacional, de modo a oferecer subsídios técnico-jurídicos e sugerir planos, metas e estratégias de atuação para os membros do MPF em todo o país, visando aprimorar a atuação dos mesmos e garantir mais uniformidade e coerência à atuação do Parquet no trato de questões semelhantes.

Cada um dos Grupos de Trabalho (GTs) foi inicialmente integrado por um número variável, não limitado, de Procuradores da República que atuavam na área ambiental e de patrimônio cultural, conforme o caso, contando com o assessoramento de um Analista Pericial lotado na 4ª CCR, denominado Apoio Técnico, sendo que pela Portaria 4ª CCR nº 003, de 12 de maio de 2009, foi uniformizada a forma de atuação dos Grupos de Trabalho da Câmara.

Atualmente, estão em atuação 10 (dez) Grupos de Trabalho no âmbito da 4ª CCR.

Pela Portaria 4ª CCR nº 013, de 19 de junho de 2009, foi instituído o Grupo de Trabalho Amazônia Legal e extinto o Grupo de Trabalho Flora.

Objetivando formular proposta para atuação da Câmara foi constituído, pela Portaria nº 014, de 29 de junho de 2009, o Grupo de Trabalho Planejamento Estratégico.

No âmbito do Grupo de Trabalho Licenciamento de Grandes Empreendimentos, foi instituído pela Portaria 4ª CCR nº 09, de 24 de abril de 2009, o Sub-Grupo Energia Nuclear.

8.2.1 Denominação

1 – Acompanhamento Legislativo

Coordenador: Mário José Gisi
Subprocurador-Geral da República

1.1 – Acordos e Convenções Internacionais em Meio Ambiente e Patrimônio Cultural

Coordenador: Ricardo Kling Donini
Procurador da República no Município de Blumenau

2 – Águas

Coordenadora: Sandra Akemi Shimada Kishi
Procuradora Regional da República – 3ª Região

3 – Amazônia Legal

Coordenador: Daniel César Azeredo Avelino
Procurador da República no Estado do Pará

4 – Fauna

Coordenador: Adilson Paulo Prudente do Amaral Filho
Procurador da República no Estado de São Paulo

5 – Licenciamento de Grandes Empreendimentos

Coordenador: João Akira Omoto
Procurador da República no Município de Londrina/PR

5.1 – Energia Nuclear

Coordenador: Fernando Amorim Lavieri
Procurador da República no Município de Angra dos Reis

6 – Patrimônio Cultural

Coordenadora: Ana Cristina Bandeira Lins
Procuradora da República no Estado de São Paulo

7 – Planejamento Estratégico

Coordenador: Mário José Gisi
Subprocurador-Geral da República

8 – Poluição por Resíduos Sólidos e Esgotos

Coordenador: Anderson Lodetti Cunha de Oliveira
Procurador da República no Município de Francisco Beltrão

9 – Transgênicos

Coordenadora: Fátima Aparecida de Souza Borghi
Procuradora Regional da República – 3ª Região

10 – Zona Costeira

Coordenadora: Analúcia de Andrade Hartmann
Procuradora da República no Estado de Santa Catarina

8.2.2 Reuniões Realizadas

	<i>Local</i>	<i>Data</i>	<i>Número de Participantes</i>		
			<i>Membros</i>	<i>Convidados</i>	<i>Analistas/Assessores(*)</i>
ACOMPANHAMENTO LEGISLATIVO					
TRATADOS, ACORDOS E CONVENÇÕES INTERNACIONAIS	-	-	-	-	-
ÁGUAS	PRR/3ª Região	13 de fevereiro	4		1 (GE/S)
	Skype ⁽¹⁾	18 de junho	5		1 (GE)
	PR/RS	20 a 3 de setembro	5 14 ²	ANA: Superintendência de Porto Alegre Ibama: Diretoria de Águas/DF	1 (GE)

AMAZÔNIA LEGAL	4ª CCR	24 de agosto	7		1 (F)
	4ª CCR	25 de agosto	7	9h – Ibama 10:30h – ABIN ⁽³⁾ Sipam ⁽⁴⁾ MDA ⁽⁵⁾ 14h – ABIEC ⁽⁶⁾ Abrafigo ⁽⁷⁾ e grandes frigoríficos do País. 16h – Febraban ⁽⁸⁾	1 (F)
	PR/PA	10 de novembro	7	14h – Bndes 17h – Procuradoria do Ibama 18h – Plataforma Bndes	1 (F)
	PR/PA	11 de novembro	7	16 h – ONG Repórter Brasil	1 (F)
FAUNA	-	-	-	-	-
LICENCIAMENTO DE GRANDES EMPREENDIMENTOS	4ª CCR	18 de fevereiro	8		1 (GJ/GT/ANT/F)
	PRR/3ª Região	30 de maio	7		-
	4ª CCR	2 de outubro	2		1 (F)
	4ª CCR	3 de outubro	2		1 (F)
	4ª CCR	3 de outubro	2	MMA	1 (F)
ENERGIA NUCLEAR	4ª CCR	20 de março	6		1
	4ª CCR	1º e 2 de outubro	6	Emiko Okuno ⁽⁹⁾ e Anselmo Salles Paschoa ⁽¹⁰⁾	-
PATRIMÔNIO CULTURAL	4ª CCR	18 de fevereiro			1 (BB) 2 (ARQ) ⁽¹¹⁾
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	3ª CCR	14 de agosto	5		1 (GA/GJ/GT)
	3ª CCR	18 de agosto	6		1 (GA/GJ/GT/CC)
	3ª CCR	25 de agosto	5		1 (GA/GJ/GT)
	3ª CCR	09 de setembro	6		1 (GA/GJ/GT/CC)
	3ª CCR	16 de setembro	6		1 (GA/GJ/GT/CC)
	3ª CCR	6 de novembro	6		1 (GA/GJ/GT/CC)
	3ª CCR	3 de dezembro	6		1 (GA/GJ/GT/CC)

POLUIÇÃO POR RESÍDUOS SÓLIDOS E ESGOTOS	SA/PGR	6 de abril		Secretário de Administração da PGR e funcionários da SA.	1 (S)
	3ª CCR	7 de abril	3		1 (S)
TRANSGÊNICOS	4ª CCR	18 de fevereiro	3		1 (B)
	3ª CCR	15 de abril	3		1 (B) e 1 (AG)
	4ª CCR	13 de maio	4	3	1 (B) e 1 (AG)
	4ª CCR	17 de junho	3	2	1 (B)
ZONA COSTEIRA	4ª CCR	25 de março	4	-	1 (B/GE)

(*) A informação em parênteses refere-se à função dos assessores e formação dos analistas: **GA** = Gerente Administrativo; **GJ** = Gerente Jurídico; **GT** = Gerente Técnico; **AP** = Analista Processual; **A** = Arqueologia; **AG** = Engenharia Agrônoma; **ANT** = Antropologia; **AR** = Arquitetura; **ARQ** = Arquivista; **B** = Biologia; **BB** = Biblioteconomia; **CC** = Chefe de Cartório; **EC** = Engenharia Civil; **ES** = Estagiários; **F** = Engenharia Florestal; **G** = Geografia; **GE** = Geologia; **Q** = Engenharia Química e **S** = Engenharia Sanitária.

- (1) Utilização do Programa Skype (reunião virtual).
- (2) Procuradores da República que atuam na bacia hidrográfica do rio Uruguai.
- (3) Agência Brasileira de Inteligência.
- (4) Sistema de Proteção da Amazônia.
- (5) Ministério de Desenvolvimento Agrário.
- (6) Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes.
- (7) Associação Brasileira de Frigoríficos.
- (8) Federação Brasileira de Bancos.
- (9) Professor do Departamento de Física Nuclear da USP.
- (10) Professor do Departamento de Física da PUC-Rio e ex-Diretor de Rádio-Proteção, Segurança Nuclear e Salvaguarda da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN).
- (11) Analistas em Documentação da área de Arquivística da PGR lotados, respectivamente, na Coordenadoria de Comunicações Administrativas da Secretaria de Administração e no Memorial do MPF na Coordenadoria de Comunicação e Informação Jurídica da Secretaria Geral.

8.2.3 Atividades Desenvolvidas

8.2.3.1 Acompanhamento Legislativo

➤ COMPOSIÇÃO

Membros Titulares

Mário José Gisi - Coordenador
Subprocurador-Geral da República

Antônio Edílio Magalhães Teixeira
Procurador Regional da República – 5ª Região

Eliana Peres Torelly de Carvalho
Procuradora Regional da República – 1ª Região

Membros Suplente

Paulo Vasconcelos Jacobina

Procurador Regional da República – 1ª Região

Apoio Técnico

Lauro Antônio Cunha Barbosa

Analista Processual

4ª CCR/PGR

8.2.3.1.1 Tratados Internacionais em Meio Ambiente e Patrimônio Cultural

➤ COMPOSIÇÃO

Membros Titulares

Ricardo Kling Donini - Coordenador

Procurador da República no Município de Blumenau

Marcello Paranhos de Oliveira Miller

Procurador da República no Estado do Rio de Janeiro

Durante o ano de 2009 o Sub-GT Tratados Internacionais e Meio Ambiente e Patrimônio Cultural realizou análise dos tratados internacionais objeto de seu estudo, afim de elaborar guia de orientação para atuação dos colegas quanto ao cumprimento dos tratados do governo brasileiro, tendo realizado uma reunião durante o ano. Ressalta-se que são mais de 20 tratados.

➤ CONTATOS COM OUTROS ÓRGÃOS

- Contatos com representantes do Ministério das Relações Exteriores e da Assessoria Internacional do MMA, para tratar de questões envolvendo os tratados internacionais.

➤ ORGANIZAÇÃO DE EVENTO

- Foram tomadas medidas para organização de um seminário sobre o cumprimento dos tratados internacionais para os Membros do MPF, que foi adiado em função de problemas de calendário com os países participantes.

➤ PROPOSTAS PARA 2010

- Até março, finalizar a primeira parte do Guia de Orientação, com as informações relativas às obrigações constantes do texto do tratado, sendo até agosto, a proposta de finalização da segunda parte, relativa às obrigações constantes das decisões das conferências das partes dos respectivos tratados;
- Realização do seminário sobre o cumprimento dos tratados internacionais para os Membros do MPF, preferencialmente no primeiro semestre do ano;
- Até agosto, obter informações do governo brasileiro acerca das medidas tomadas para cumprimento dos tratados internacionais objeto de análise por este Sub-GT.

8.2.3.2 Águas

➤ COMPOSIÇÃO

Membros Titulares

Sandra Akemi Shimada Kishi – Coordenadora

Procuradora Regional da República – 3ª Região

Alexandre Camanho de Assis

Procurador Regional da República – 1ª Região

Maria Rezende Capucci

Procuradora da República no Município de São Miguel D'Oeste

Rodrigo da Costa Lines

Procurador da República no Município de Volta Redonda

Membros Suplentes

Gustavo de Carvalho Guadanhin

Procurador da República no Município de Paranavaí

Adriana Zawada Melo

Procuradora da República no Estado de São Paulo

Apoio Técnico

Jorge Cravo

Assessor em Geologia

4ª CCR/PGR

Sheila Telles Meyer

Analista Pericial em Engenharia Sanitária

4ª CCR/PGR

➤ DELIBERAÇÕES EM REUNIÕES REALIZADAS

- Reunião realizada no dia 13/02/10 para apresentação e discussão das atividades elencadas no planejamento estratégico para o biênio 2009/2010, oportunidade em que, em síntese, foram deliberadas as seguintes questões:
 - a) Mediante palestra pelo convidado Dr. Wilde Cardoso Gontijo Junior, Mestre em Recursos Hídricos e funcionário da Agência Nacional de Águas (ANA) sobre as atividades e os programas na área de gerenciamento e despoluição hídrica e informações e dados encaminhados previamente pelo Analista Técnico Sr. Jorge Cravo, definiu-se como objeto de atuação prioritária das atividades itinerantes do GT, a Bacia do Rio Uruguai. O Dr. Wilde forneceu ao GT compêndios e livros publicados pela ANA, ficando anotada a sugestão para a criação de uma biblioteca virtual com disponibilização de material no site da 4ª CCR- GT Águas e a indicação de um link para o site da ANA na página virtual do GT Águas;
 - b) Para a criação da biblioteca virtual, cuja finalidade é disseminar a cultura da água e outras informações às diversas procuradorias do Brasil, haverá o empenho de todos os integrantes do GT em reunir o material necessário, como exemplo: meios de acesso à doutrina, jurisprudência, teses, textos, referências bibliográficas, pesquisas realizadas e quaisquer outras informações úteis ao assunto águas.
 - c) Todos os membros do GT passarão a lançar contribuições para a Revista de Águas, bem como foi reafirmada a necessidade de se realizarem reuniões periódicas, ficando definido que a cada 4 meses será agendada uma reunião presencial, intercalada por uma reunião virtual pelo sistema *Skype*, esta com periodicidade bimestral;
 - d) Foi elaborada a reestruturação do planejamento estratégico para o GT

Águas num plano de ação para o biênio 2009/2010, considerando o planejamento minutado inicialmente pelo Dr. Alexandre Camanho e Maria Rezende Capucci;

- e) Restou definido que o Inquérito Civil nº1.00.000.012903-2005-09 (Integração da Gestão das Bacias Hidrográficas com as dos Sistemas Estuarinos) distribuído ao Dr. Walmor Moreira (ex-membro do GT Águas) fica redistribuído ao Dr. Gustavo Guadanhin, para análise de possível arquivamento e que o Inquérito Civil, também distribuído ao Dr. Walmor Moreira (PA nº 1.00.000.012904-2005-45) sobre a "Implantação do Sistema Nacional de Recursos Hídricos", pela identidade de objeto, será apensado ao IC distribuído à Dra. Sandra Kishi para acompanhar a implementação do sistema de gerenciamento de recursos hídricos.
- Em 18/06/09 foi realizada a primeira reunião virtual, pelo sistema *Skype*, em que resumidamente foram definidas as seguintes providências:
 - a) Expedição de ofício à Coordenadora da 4ª CCR/ MPF, Dra. Sandra Cureau, para indicação do Dr. Alexandre Camanho para figurar como Membro Titular do GT Águas;
 - b) Proposição de datas para o desenvolvimento das atividades itinerantes em força tarefa na Bacia do Uruguai com previsão para realização de reunião em 21/09/2009, em cidade daquela Bacia Hidrográfica;
 - c) Manutenção de contato prévio com os Procuradores da República que atuam na região da Bacia do Uruguai e contato com entidades e órgãos que poderiam reunir-se com o GT Águas, por exemplo, Agencia Nacional de Aguas, integrantes de Comitês de Bacias e outros.
- Reunião presencial em 14/08/09, em que sinteticamente se definiu:
 - a) o ingresso da Dra. Adriana Zawada Melo e do Dr. Rodrigo da Costa Lines, como novos membros do GT Águas, bem como a expedição de ofícios à 4ª CCR para formalização desta nova composição;
 - b) Revisão dos pontos do planejamento estratégico proposto para o biênio 2009/2010 com apresentação dos objetivos e projetos a serem alcançados de forma integrada e coordenada;
 - c) Divisão e compartilhamento de tarefas entre os Membros do GT para realização de contato prévio com os Procuradores da República integrantes de cada PRM instalada nos município da Bacia do Uruguai para se dar início às atividades itinerantes;
 - d) Definida a data de 21 e 22 de setembro de 2009 para realização da reunião na sede da Procuradoria da República de Porto Alegre/RS;
 - e) Proposta a criação de um manual de atuação funcional em recursos hídricos;
 - f) Sugerida a expedição de ofícios através da 4ª CCR, para convite aos Procuradores da República que irão participar da reunião em 21 e 22/09/2009, bem como expedição de ofícios através da Coordenação do GT Águas para solicitação de apoio logístico para o implemento do evento (estadias, deslocamentos, disponibilidade de espaço físico, etc) e contato com a Agencia Nacional de Águas para indicar um especialista na área da questão de bacia hidrográfica para a exposição de palestra na ocasião.
 - g) Para a atividade elencada no item "d" da reunião realizada em 13/02/2009, isto é, contribuições dos procuradores membros do GT à

Revista de Águas coordenada pelo Dr. Alexandre Camanho, ficou definido que, na seguinte ordem, os Procuradores Gustavo de Carvalho Guadanhin, Maria Rezende Capucci, Sandra Kishi, Adriana Zawada Melo e Rodrigo da Costa Lines seriam responsáveis pela estruturação de ao menos 2 (duas) edições, juntamente com Dr. Camanho.

- Realização em 21 e 22 de setembro da reunião para início das atividades itinerantes e em força tarefa na Bacia Hidrográfica do Rio Uruguai, com presença dos membros de PRM's da região, palestra do Dr. Wilde Cardoso Gontijo Junior, Representante da ANA, e do Dr. Jorge Cravo, Membro do GT Águas e Dra. Ana Paula Ferreira – Assessora Jurídica do IBAMA. Na oportunidade foram estabelecidas como propostas para 2010:
 - a) realização de audiência pública em março de 2010, em Porto Alegre/RS, para traçar estratégias de atuação e implementação de Comitê de Bacia Hidrográfica do Uruguai, com apoio de estudos em pareceria da ONG Metroplan e levantamento de todas as ações realizadas pela ANA no que tange ao Rio Uruguai.
 - b) proposta de reunião entre os membros a ser realizada em fevereiro de 2010, dia e local a definir, possivelmente virtual, através do Skipe.
 - c) Definida a indicação do Dr. Ivan Claudio Marx e da Dra. Lara Marina Zanella Martinez Caro, Procuradores da República da PRM Uruguiana/RS, para atuação como "*longa manus*" do GT Águas, os quais voluntariamente se propuseram a atuar como representantes das questões hídricas na Bacia do Rio Uruguai, frente ao GT – Águas, agilizando e otimizando trocas de informações e providências em relação a atuação itinerante naquela bacia.

➤ PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2009/2010

- Debates para se elaborar um programa especial de monitoramento das questões hídricas na cidade do Rio de Janeiro, considerando a realização das Olimpíadas de 2016;
- Desenvolver as tarefas relacionadas abaixo, à luz do planejamento estratégico do GT Águas;
 - poluição hídrica: para cada Bacia Hidrográfica preparar um guia de procedimentos, anexando dados e informações sobre a bacia;
 - implantação de comitês de bacias hidrográficas de Rios Federais;
 - incentivo às fontes de financiamento visando à efetiva gestão dos recursos hídricos nessa bacia.

➤ REVISTA ELETRÔNICA

- A Revista das Águas publicou duas edições no ano de 2009.

➤ TRABALHOS TÉCNICOS

- Caracterização hidrológica e impactos ambientais: perda das características físico-químicas e biológicas da Bacia Hidrográfica do Rio Uruguai.
- Caracterização flúvio-ambiental da região hidrográfica do Sudeste: rio Paraíba do Sul.

8.2.3.3 Amazônia Legal

➤ COMPOSIÇÃO

Membros Titulares

Daniel César Azeredo Avelino – Coordenador
Procurador da República no Estado do Pará

Anselmo Henrique Cordeiro Lopes
Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado do Acre

Carolina Martins Miranda de Oliveira
Procuradora da República no Estado do Amazonas

Membros Suplentes

Felipe Fritz Braga
Procurador da República no Estado do Mato Grosso do Sul

Mário Lúcio de Avelar
Procurador da República no Estado do Mato Grosso

Marco Antônio Delfino de Almeida
Procurador da República no Município de Dourados

Marco Otávio Almeida Mazzoni
Procurador da República no Município de Cachoeiro de Itapemirim

Apoio Técnico

Thiago Guimarães Mundim
Analista Pericial em Engenharia Floretal

➤ DELIBERAÇÕES EM REUNIÕES REALIZADAS

Pelo fato do GT ter sido instituído em meados de 2009, foram realizadas apenas duas reuniões.

- Discussão sobre as auditorias a serem realizadas no Pará: existe uma associação, construir critérios iniciais com os parceiros.
- Em Audiência Pública divulgar os resultados da auditoria no Estado do Pará.

➤ PROPOSTAS

- Foco inicial: Projeto: Madeira na Copa do Mundo e nas Olimpíadas.
 1. pecuária: extensão para toda a amazônia, acompanhar o tac já firmado: auditoria (incluir queimadas), fiscalizar desdobramentos: decreto de compensação;
 2. Acompanhamento da cadeia produtiva;
 3. Zoneamento Econômico-Ecológico: monitorar os Decretos;
 4. Propor ações contra grandes infratores;
 5. Infraestrutura e apoio na área da Amazônia Legal no MPF: mostrar com questão técnica a ausência;
 6. Financiamento do desmatamento: bancos e acionistas;
 7. Incentivos: Fundo da amazônia: ex.: Noruega. Já tem normativo. Assentamento?
 8. Ponto de saída da matéria-prima: concentrar a fiscalização: ex.: marinha, etc;
 9. Fiscalização via-satélite: plano de manejo? Incra? Terra indígena? Polícia e Ibama: possuem sistema de Geo- Monitoramento do corte seletivo;

10. Incra: TCU, CGU: marcar reunião;
11. Unidades de Conservação: casa civil manda para todos os ministérios inclusive no minas e energia. Convenção internacional da biodiversidade da ECO-92. OEA. Alterar a decisão do conselho superior. Acompanhar os foruns de acompanhamento. Fundo da Noruega;
12. Queimadas: saúde pública, Cptec, Inpe, Deter, parceria polícia federal;
13. Código Florestal: acompanhamento;
14. Cana-de-açúcar;
15. Soja;
16. Consumidor: madeira, soja, cana-de-açúcar, gado;
17. Sisflora, planos de manejo;
18. Estrutura da ICMBio;
19. Grilagem e regularização fundiária;
20. Educação ambiental.

➤ PROCEDIMENTOS PARA ATINGIR AS PROPOSTAS

▪ Item 1: pecuária

- a) Reunião com a Associação Brasileira de Supermercados, na qual a Abras não se mostrou disposta a trabalhar de forma conjunta;
- b) Elaboração do Termo de Referência de auditoria ambiental com base na metodologia de controle das ISO 14010 e 14011, a ser realizada, com os prováveis parceiros: INPI, iniciativa privada, Funda Amazônia, Embaixada Britânica, USP, UFPa e TCU. Para tal buscou-se parceiros para o financiamento com bancos e institutos privados e montagem de um *site* para acompanhamento da auditoria;
- c) Elaboração do TAC do Mato Grosso e aperfeiçoamento do TAC do Pará a ser aplicado na Amazônia Legal;
O TAC será assinado com o Marfrig (atua em MT, MT do Sul, RGSUL, São Paulo e Rondônia) e Independência (atua em Mato Grosso, RO, MG, MS, GO);
Reunião com o Governo do Estado Pará acordando pela alteração do Decreto de compensação nos pontos críticos identificados pelo GT;
- d) Reunião com o MAPA objetivando trabalhar com a rastreabilidade (pela vacinação), na o Ministério apresentou dificuldades em qualquer trabalho conjunto;
- e) Reunião com a Receita Federal para tentar ver se no Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR) apresenta os números dos bois para a rastreabilidade, tendo órgão informdo que no Pará não há esses dados. Então, Foi expedido ofício e está sendo aguardada a resposta;
- f) Contactar a ABCZebu de Uberaba que faz a rastreabilidade com eficiência para adotarmos uma metodologia inclusive para a auditoria.

▪ Item 2: Acompanhamento da cadeia produtiva

- a) Realizada reunião o grupo Repórter Brasil e apresentada proposta de parceria;
- b) Parceria a ser implementada na tentativa de desenvolver metodologia para outros produtos: madeira, cana, soja; bem como para pesquisar doutrina e jurisprudência "dumping social".

▪ Item 3: Zoneamento Econômico-Ecológico: monitorar os Decretos

- a) Expedido ofício, sem resposta, para agendar reunião com o MMA objetivando saber como está o desenvolvimento do cronograma para os Estados;
- b) Parcerias para acompanhar as áreas nas audiências públicas.

▪ Item 4: Propor ações contra grandes infratores

- a) Expedido ofício ao Ibama solicitando a lista dos maiores infratores por Estado. Com base na lista encaminhada será realizada uma linha de corte e solicitada cópia dos autos de infração;
 - b) Montar uma equipe de inteligência com o Sistema de Proteção da Amazônia (Sipam) e Agência Brasileira de Inteligência (Abin) de forma a identificar as grandes infrações recentes e os verdadeiros infratores para evitar ação contra “laranjas”, possível utilização do exército.
- Item 5: Infraestrutura e apoio na área da Amazônia Legal no MPF: mostrar com questão técnica a ausência de apoio técnico no MPF para a PGR
- a) Participação do apoio técnico do GT, Analista Pericial em Engenharia Florestal Thiago Mundim, em uma missão de campo da pecuária, pelo fato do GT ter deliberado pela participação de técnicos nos principais eventos do setor agropecuário, especialmente nos grandes eventos, onde a questão ambiental é sempre debatida. Posteriormente haveria a divulgação de resumos executivos dos principais pontos.
- Item 6: Financiamento do Desmatamento: bancos
- a) O convênio em vigor no Pará será ratificado pela 4ª CCR e pelos Membros do GT;
 - b) Realizada reunião em com o Bndes em novembro de 2009;
 - c) Buscar os acionistas dos envolvidos no financiamento. Se for capital aberto é possível o acesso via CVM;
 - d) Solicitação de dados gerais de financiamento ao Bacen principalmente para saber quanto é privado;
 - e) Oficiar a Federação Brasileira de Bancos (Febraban) solicitando o nome dos contatos de cada banco para o setor;
 - f) Contactar o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) que teria uma série de compromissos;
 - g) Solicitar auditoria ao TCU, CGU sobre o financiamento.
- Item 7: Fundo da Amazônia
- a) Realização de reunião com o Bndes sobre o Fundo da Amazônia e sobre a pecuária, realizada em novembro, possibilitando uma ideia inicial do funcionamento do Fundo;
 - b) Contactar o Fórum Amazônia Sustentável;
 - c) Oficiar solicitando o normativo do fundo.
- Itens 8 e 9: Fiscalização com inteligência
- a) Identificar pontos de saída de matéria-prima: para usar a Marinha na fiscalização por exemplo;
 - b) Agendar um curso para os procuradores e para o setor técnico da 4ª CCR sobre uso da tecnologia do Sipam;
 - c) Solicitar à ASSPA que busque no Sipam todo o banco de dados existente, objetivando montar uma força-tarefa de fiscalização com inteligência: ABIN, Ibama, entre outros;
 - d) Como o Sipam está iniciando um novo voo na região, será efetuado contato com todos os membros da Amazônia Legal para que apresentem demandas específicas de imagem a serem repassadas pelo GT ao Sipam;
 - e) Buscar no Sipam equipe e metodologia para monitoramento dos planos de manejo;
 - f) Buscar parcerias com o Serviço Florestal.
- Itens 10: Incra, TCU, CGU: marcar reunião
- a) O TCU é interessante pela auditoria do Incra (aspectos patrimoniais e ambientais) bem como pelo fato de também auditar o Bndes (o que possibilita uma melhoria, via TCU, da análise de risco ambiental do Bndes);

- b) Parceria com o Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon) para monitoramento de todos os assentamentos na Amazônia;
- c) Marcar reunião com o TCU que tem a Secex só de meio ambiente agora. (Verificar financiamentos, auditoria, Incra, Amazônia, Unidades de Conservação, estrutura de órgão públicas).
- Item 11: Unidades de Conservação
 - a) Elaborar metodologia específica de atuação;
 - b) Requisitar ao MMA as Unidades de Conservação já encaminhadas para a Presidência, propostas de criação da região da Amazônia com data, e oficiar a Casa Civil para prestar esclarecimentos sobre a situação delas;
 - c) Elaborar uma representação junto ao Conselho Superior para mudar sua decisão;
 - d) Marcar reunião com a Organização dos Estados Americanos (OEA) para explicar a eles o funcionamento do Ministério Público e tentar mudar a idéia deles.
- Item 12: Queimadas

Desenvolvimento da seguinte metodologia:

Antes de se adotar qualquer recomendação ou ação judicial devem ser abertos inquéritos civis, adotando, entre outras, as seguintes diligências:

- a) Oficiar ao órgão ambiental estadual, indagando sobre o quantitativo total anual de autorizações de queima expedidas no Estado, dos últimos cinco anos, e solicitando esclarecimentos sobre os critérios utilizados para as expedição dessas autorizações;
- b) Oficiar ao ICMBio, para que informe se, nos planos de utilização das Unidades de Conservação federais, há prevista a possibilidade de uso do fogo;
- c) Oficiar o Ibama, indagando se tem expedido autorizações para uso do fogo em Unidades de Conservação federais, solicitando também as mesmas informações previstas no item 1 acima;
- d) Elaborar estudo sobre a progressão de queimadas no Estado nos últimos cinco anos, por meio do *site* <http://www.dpi.inpe.br/proarco/bdqueimadas/>. Não esquecer de incluir os 24 satélites disponíveis no *site*.
- e) Oficiar à Polícia Federal, requisitando inquéritos policiais sobre queimadas (com base inicial nos dados do *site* acima) ocorridas em áreas federais (Unidades de Conservação federais e lotes de assentamentos sem título definitivo). Colocar no ofício áreas mínimas, em hectares, para investigação, a fim de não se gastar energia em pequenas queimadas (de até 3 hectares) realizadas exclusivamente para a agricultura familiar de subsistência;
- f) Entrar em contato com a Promotoria de Meio Ambiente do Estado, a fim de colher informações sobre o trabalho deles no combate às queimadas, buscando trabalho integrado. Se for o caso, obter cópia de peças de inquéritos já instruídos pelo MP Estadual;
- g) Requerer informações da Defesa Civil estadual sobre eventuais danos humanos, sociais, econômicos e ambientais decorrentes de queimadas nos últimos cinco anos (em especial no ano de 2005);
- h) Oficiar às secretarias estaduais e municipais de saúde, solicitando informações sobre a demanda de serviços públicos de saúde nos períodos de queimadas (geralmente, julho a outubro) e sobre a incidência de doenças respiratórias nesses períodos. Solicitar essas informações em forma de histórico comparativo dos últimos cinco anos;
- i) Manter contato com autoridades acadêmicas locais, para que forneçam substrato científico sobre dados meteorológicos que indiquem riscos de grandes queimadas em cada ano (essas informações podem ser utilizadas para se recomendar, em cada ano, a suspensão das emissões

- de autorização de uso do fogo);
- j) Oficiar aos órgãos estaduais e municipais de assistência técnica rural para que discriminem políticas públicas dirigidas à substituição do uso do fogo em práticas agropastoris;
- k) Oficiar às secretarias estaduais e municipais de educação para que informem sobre as medidas concretas de educação ambiental adotadas, com foco para a prevenção e proscrição de queimadas.
- Item 14: Cana-de-acúcar
 - a) A partir do TAC assinado entre o MPF e a Álcool Verde do Acre, adotar os princípio e critérios da mesa do etanol sustentável e utilizá-los para contatar os parceiros no Brasil da iniciativa para futura formulação de TACs;
 - b) Agendar reunião com o Sindicato dos Empregados do Comércio (Sindicom).
- Item 16: Consumidor: madeira, soja, cana-de-açúcar, gado
 - a) O Coordenador do GT irá contactar a 3ª CCR para montarmos uma estratégia;
 - b) Firmar parceria com o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC) que está se reunindo com os supermercados para tratar a questão;
 - c) Reunião com a Associação Brasileira de Supermercados (Abras) para tratar da pecuária que está mais avançado;
 - d) Marcar reunião com a Secom.
- Item 17 – Sisflora, planos de manejo
 - a) Ver com Imazon o monitoramento. Possibilidade de realização de um curso de capacitação.
- Item 18 – Estrutura do ICMBio
 - a) Montar estratégia de ação.
- Item 19 – Grilagem e regularização fundiária
 - a) Encaminhamento juntamente com o trabalho já realizado na 5ª CCR.
- Item 20 – Educação Ambiental
 - a) Tentar buscar parceiros para campanhas de educação nos Estados de forma coordenada.
 - b) As secretarias estaduais e municipais de educação devem ser oficiadas para que apresentem planos de educação ambiental, em cumprimento ao art. 225, § 1º, VI, da Constituição da República, assim indagar sobre metas semestrais e acompanhar o cumprimento dessas metas.
- **PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS EXTERNOS**
 - Encontro em São Paulo, com bancos, frigoríficos, supermercados, pecuaristas discutindo o problema. Várias iniciativas e sugestões foram apresentadas:
 - a) Reporter Brasil que comanda o pacto pelo trabalho escravo:
 - ✓ vai dar informação sobre a cadeia produtiva da madeira e da carne;
 - ✓ vai passar contatos de auditoria como a price e outros;
 - ✓ vai ajudar nesse trabalho com os bancos;
 - ✓ vai ajudar na fiscalização e a buscar financiamento do TAC;
 - b) Bndes:

- ✓ Pode financiar a auditoria.
- c) Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola:
 - ✓ Tem grande experiência em rastreamento de madeira e tem interesse em ajudar.
- d) National Wildlife:
 - ✓ Tem interesse em participar da fiscalização.
- e) Malcolm Forest:
 - ✓ Cuida de um grupo de grandes investidores e quer repassar todas as informações para seus clientes. Seu foco é saber a nossa atuação sobre grandes empresas para repassar aos seus clientes.
- f) Nove Terra:
 - ✓ Empresa privada que presta serviço no mundo todo de rastreabilidade. Possui prego para madeira, todo tipo de chip para gado que em média custa R\$ 3,00 por cabeça. Pode ser usada na auditoria, por exemplo, colocar o chip nos municípios que mais desmatam.
- g) CEBDC- ONG:
 - ✓ Trabalha com todos os bancos privados na política de financiamento.
- h) Jair Smith:
 - ✓ Setor de inteligência do Ibama, indicado para montarmos o esquema de inteligência de fiscalização e resolvermos problemas amplos nas autuações e na lista de embargos.
- i) Associated Press:
 - ✓ Importante meio de comunicação dos Estados Unidos no meio dos negócios. Tem interesse em divulgar mais o nosso trabalho pois os concorrentes, como a bloomberg, já fizeram na pecuária.
- j) IDEC:
 - ✓ Fechamos parceria para trabalhar juntos nesse caso da informação da cadeia ao consumidor.
- k) Banco Real:
 - ✓ Interesse em reunir com o GT, assim como o Bradesco, Bndes, Santander.

8.2.3.4 Fauna

➤ COMPOSIÇÃO

Membros

Adilson Paulo Prudente do Amaral Filho – Coordenador
Procurador da República no Estado de São Paulo

Carlos Alberto de Carvalho Vilhena Coelho
Procurador Regional da República – 1ª Região

Anaiva Oberst Cordovil
Procuradoria Regional da República da 2ª Região

Apoio Técnico

Carlos Alberto de Sousa Correia

Analista Pericial em Biologia

➤ REUNIÕES COM OUTROS ÓRGÃOS:

- O Coordenador do GT, na condição de representante do Ministério Público Federal junto à Comissão Técnica de Fauna da Carteira de Conservação da Fauna e dos Recursos Pesqueiros Brasileiros – Carteira Fauna Brasil, participou de todas as reuniões realizadas pela Comissão, nos dias 6 de março, 26 de junho e 16 de outubro de 2009.

➤ PROJETOS IMPLEMENTADOS:

- Divulgação da carteira Fauna Brasil

Dando cumprimento ao compromisso assumido no acordo de cooperação técnica que criou a Carteira Fauna Brasil, o coordenador do GT-Fauna participou dos seguintes eventos:

- ✓ Encontro Internacional de Direito Ambiental na Amazônia (EIDAM), realizado em Macapá, entre os dias 4 e 6 de março de 2009, na condição de palestrante;
 - ✓ IX Congresso Brasileiro do Ministério Público de Meio Ambiente, realizado no Enotel Porto de Galinhas, em Ipojuca, entre os dias 28 e 30 de abril de 2009, também como palestrante; e
 - ✓ Seminário “Guarda Doméstica de Animais Silvestres e Destinação dos Recursos da Transação Penal”, realizado pela Escola de Magistrados da Justiça Federal da 3ª Região, no dia 15 de junho de 2009, no auditório da própria Escola, em São Paulo/SP, na condição de debatedor.
- condição de representante do Ministério Público Federal junto à Comissão Técnica de Fauna da Carteira de Conservação da Fauna e dos Recursos Pesqueiros Brasileiros – Carteira Fauna Brasil, participou de todas as reuniões realizadas pela Comissão, nos dias 6 de março, 26 de junho e 16 de outubro de 2009;

8.2.3.5 Licenciamento de Grandes Empreendimentos

➤ COMPOSIÇÃO

Membros Titulares

João Akira Omoto – Coordenador

Procurador da República no Município de Londrina

Anelise Becker

Procuradora da República no Município de Rio Grande

Daniella Dias de Almeida Sueira

Procuradora da República no Município de São Pedro da Aldeia

Maria Luiza Grabner

Procuradora Regional da República – 3ª Região

Membros Suplentes

Heitor Alves Soares

Procurador da República no Estado de Rondônia

Jaqueline Ana Buffon

Procuradora da República no Município de Santa Cruz do Sul

Paulo Thadeu Gomes da Silva

Procurador Regional da República – 3ª Região

Apoio Técnico

Denise Christina de Rezende Nicolaidis

Analista Pericial em Engenharia Florestal

4ª CCR/PGR

8.2.3.5.1 Energia Nuclear

➤ **COMPOSIÇÃO**

Membros Titulares

Fernando Amorim Lavieri – Coordenador

Procurador da República no Município de Angra dos Reis

Izabella Marinho Brant

Procuradora da República no Município de Resende

Caroline Rocha Queiroz

Procuradora da República no Estado da Bahia

Membros Suplentes

Gisele Elias de Lima Porto Leite

Procuradora da República no Estado do Rio de Janeiro

Flávia Galvão Arruti

Procuradora da República no Município de Ilhéus

Ramiro Rockenbach da Silva Matos Teixeira de Almeida

Procurador da República no Estado do Mato Grosso do Sul

➤ **REUNIÕES**

Foram realizadas duas reuniões com as deliberações mais importantes a seguir transcritas:

▪ Dia 20 de março

- a) Instituição do Grupo de Trabalho e coleta de subsídios junto à Comissão Nacional de Energia Nuclear e das Centrais Elétricas Brasileiras S/A (Eletrobrás).

▪ Dias 1º e 2 de outubro

- b) O GT realizou reunião com a presença dos Professores Emiko Okuno, do Departamento de Física Nuclear da USP e Anselmo Salles Paschoa, do Departamento de Física da PUC-Rio e ex-Diretor de Rádio-Proteção, Segurança Nuclear e Salvaguarda da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN). Após a reunião, considerando as informações sobre a intenção do executivo federal de promover a expansão do programa nuclear brasileiro e a construção de novas usinas termonucleares, o grupo encaminhou à 4ª CCR sugestão de contratação de analista especializado em radioproteção.

8.2.3.6 Patrimônio Cultural

➤ COMPOSIÇÃO

Membros Titulares

Ana Cristina Bandeira Lins - Coordenadora
Procuradora da República no Estado de São Paulo

Lívia Nascimento Tinôco
Procuradora da República no Estado de Sergipe

Zani Cajueiro Tobias de Souza
Procuradora da República no Estado de Minas Gerais

Membros Suplentes

Eduardo Barragan Serôa da Motta
Procurador da República no Estado de Santa Catarina

Fernanda Alves Oliveira
Procuradora da República no Município de Passo Fundo

Antônio Arthur Barros Mendes
Procurador da República no Município de São João Del Rei

Colaboradores

Walter Claudius Rothenburg
Procurador Regional da República – 3ª Região

José Adércio Leite Sampaio
Procurador Regional da República – 1ª Região

Apoio Técnico

Cláudia Márcia Freire Lage
Assessora em Arquitetura
Procuradoria da República em Minas Gerais

➤ REUNIÕES COM OUTROS ÓRGÃOS

- Audiência Pública no dia 2 de setembro, no Senado Federal, para discutir o Projeto de Lei da Câmara n.º 45 de 2008, que "Dispõe sobre o Patrimônio Cultural subaquático brasileiro e revoga os arts. 20 e 21 da Lei n.º 7.542, de 26 de setembro de 1986, com redação dada pela Lei n.º 10.166, de 27 de dezembro de 2000.

8.2.3.7 Planejamento Estratégico

➤ COMPOSIÇÃO

Membros Titulares

Mario José Gisi
Subprocurador-Geral da República

Lindôra Maria Araújo
Subprocuradora-Geral da República

Eliana Péres Torelly de Carvalho
Procuradora Regional da República – 1ª Região

Maria Soares Camelo Cordioli

Procuradora Regional da República – 1ª Região

Ana Cristina Bandeira Lins

Procuradora da República no Estado de São Paulo

João Akira Omoto

Procurador da República no Município de Londrina

8.2.3.8 Poluição por Resíduos Sólidos e Esgotos

➤ **COMPOSIÇÃO**

Membros Titulares

Anderson Lodetti Cunha de Oliveira - Coordenador

Procurador da República no Município de Joaçaba

Ricardo Kling Donini

Procurador da República no Município de Blumenau

Tatiana Pollo Flores

Procuradora da República no município de São João do Meriti

Membros Suplentes

Cláudio Valentim Cristani

Procurador da República no Município de Joinville

Jefferson Aparecido Dias

Procurador da República no Município de Marília

Pedro Antônio de Oliveira Machado

Procurador da República no Distrito Federal

Apoio Técnico

Amy Vasconcelos de Souza

Analista Pericial em Engenharia Sanitária

4ª CCR/PGR

➤ **AÇÕES DESENVOLVIDAS NO ÂMBITO DOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS DO GT**

PA Nº 1.00.000.011017/2005-50 - Risco associado à disposição inadequada de resíduos sólidos.

- Elaborada a IT nº 77-09/4ª CCR, pela Analista Pericial em Engenharia Sanitária, Dalma Maria Caixeta, contendo subsídios para atuação dos membros do GT em relação a áreas degradadas pela disposição inadequada de resíduos sólidos.

PA Nº 1.00.000.011016/2005-13 - Controle da poluição em áreas litorâneas.

- Após contato com membro do GT Zona Costeira, que tem procedimento semelhante a este que tramita no GT Poluição por Resíduos, o responsável pelo procedimento foi informado que está sendo elaborado um manual para atuação em zona costeira. Referido manual abordará todas as questões relativas à atuação do MPF em zona costeira, incluindo poluição por esgotos e outras formas.

Em razão disso, as providências no referido procedimento foram sobrestadas.

PA Nº 1.00.000.011001/2005-47 - Gestão Ambiental na Administração Pública Federal / Agenda A₃P.

- Oficiado a Coordenação da 4ª CCR, solicitando a análise da conveniência de interceder, junto à Secretaria Geral do MPU, no sentido de normatizar no âmbito do Ministério Público Federal (ou até mesmo do MPU) a obrigatoriedade da adoção de coleta seletiva solidária nos moldes do Decreto nº 5.940/2006, que obrigou os órgãos da Administração Pública Federal Direta e Indireta a adotar o sistema de coleta seletiva dos resíduos sólidos gerados, entregando-os à cooperativa de catadores para fins de reciclagem;
- Oficiado o Diretor da empresa Xerox do Brasil, solicitando informações a cerca da compatibilidade de impressão em folhas de papel reciclado nas impressoras XEROX ou se está prática causa danos e diminui a vida útil do equipamento. A empresa respondeu que não há nenhuma restrição quanto ao uso de papel reciclado em suas impressoras, desde que sejam de boa qualidade;
- Oficiado o Coordenador do GT Fauna – 4ª CCR/MPF, Dr. Adilson Paulo Prudente do Amaral Filho, informando que o GT Poluição por Resíduos Sólidos e Esgotos, com referência ao PA Nº 1.00.000.011001/2005-47 - Gestão Ambiental na Administração Pública Federal / Agenda A₃P, não atuará na questão referente às colisões de aves no edifício sede da Procuradoria Geral da República, que vem causando danos à fauna local. Tal decisão foi tomada na reunião do dia 07 de abril, quando o GT foi informado pelos Analistas Periciais em Biologia - 4ª CCR, Mirtes Magalhães Duarte e Carlos Alberto de Sousa Correia, da existência de medidas já adotadas no âmbito do Grupo de Trabalho Fauna, razão pela qual se decidiu cientificar seus integrantes da decisão de não atuar no caso e evitar possível conflito de atribuições;
- Oficiado o Presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - CMADS da Câmara dos Deputados, Dr. Roberto Rocha, solicitando informações dos resultados da audiência pública, realizada para discussão dos critérios para a adoção de licitações sustentáveis pela Administração Pública na aquisição de madeira e outros bens utilizados;
- Encaminhamento de ofício circular pela Coordenação da 4ª CCR para todas as Procuradorias da República nos Estados e Municípios, para disponibilizar na *homepage* das unidades do Ministério Público Federal, um link com o "Programa de Gestão Ambiental" da PGR (<http://pga.pgr.mpf.gov.br/>), tanto na internet quanto na intranet, como um passo inicial para expandir a gestão ambiental a todas as unidades do MPF;
- Oficiado o Coordenador-Geral do Departamento de Economia e Meio Ambiente - DEMA do Ministério do Meio Ambiente – MMA, Dr. Shigueo Shiki, solicitando informações acerca do andamento da proposta do decreto presidencial que visa regulamentar a Lei 8.666/93, no sentido de obrigar a Administração Pública Federal a adotar critérios sustentáveis nas licitações públicas;
- Arquivado o PA A3P com relação ao tema "implementação da coleta seletiva solidária" e instauração de novo PA para acompanhamento da gestão ambiental na PGR e implementação de gestão ambiental em todo o MPF.

PA Nº 1. 00.000.005060/2006-67 – Acesso dos municípios a recursos

públicos para financiamento do sistema de tratamento de resíduos sólidos, rede coletora e tratamento de esgotos sanitários.

- Foi expedido o ofício 501/2009, para o Secretário Executivo do Ministério das Cidades, em 31.03.09, requisitando informações sobre linhas de crédito para elaboração de projetos na área de saneamento pelos municípios, bem como outros meios de acesso pelos Municípios a recursos de saneamento;
- Na mesma data foi encaminhado o ofício 503/2009 ao Secretário Nacional de Saneamento Ambiental, também questionando sobre linhas de crédito para projetos de saneamento dos municípios;
- Encaminhado o ofício 898/09, em 5 de junho de 2009, para o Presidente da Funasa, questionando quais os meios voltados para o financiamento em municípios com menos de 50 mil hab na área de saneamento, além de linha de crédito para projetos dos municípios na área do financiamento. Como este ofício não obteve resposta, foi reiterado e aguarda resposta.

PA Nº 1.00.000.004993/2006-37 – Acompanhamento de questões relativas ao registro de distribuidoras e postos de revenda de combustíveis na Agência Nacional de Petróleo - ANP, bem como seu licenciamento ambiental e monitoramento.

- Setor de informática da PRM de São João do Meriti/RJ está realizando o cruzamento dos dados fornecidos pela ANP com aqueles recebidos dos órgãos ambientais estaduais, em relação ao número de postos de combustíveis licenciados, para identificação de irregularidades do ponto de vista ambiental e de atuação da ANP. O levantamento já foi concluído para quatro Estados da Federação.

PA 1.00.000.0111052007-13 - Verificar e acompanhar as questões relativas aos problemas referentes à drenagem de águas pluviais.

- Oficiado o Secretário Executivo do Ministério das Cidades solicitando informações acerca da existência de linhas de crédito para ações voltadas para a revitalização/renaturalização de corpos hídricos e diagnóstico dos sistemas de drenagem dos municípios, assim como, se ainda são adotadas políticas de incentivo à canalização dos cursos d'água;
- Apoio técnico do GT está concluindo a versão final da Informação Técnica que trará subsídios para atuação dos membros do GT no sentido de coibir a canalização dos corpos hídricos e incentivar a revitalização/renaturalização dos mesmos.

➤ **ATIVIDADES DESENVOLVIDAS**

- Acompanhamento da implantação do Programa de Gestão Ambiental nas unidades do Ministério Público Federal;
- Elaborada a IT 284-09/4ª CCR, pelo apoio técnico do GT, Analista Pericial Amy Vasconcelos de Souza, referente à análise do projeto da Norma da ABNT que estabelece diretrizes para localização, projeto, implantação e operação de Aterros sanitários de pequeno porte; com o objeto de fornecer subsídios para atuação dos membros do GT na questão;
- Oficiado o Procuradoria da República no Rio de Janeiro, Dr. Maurício Ribeiro Manso, encaminhando a IT 284-09/4ª CCR e solicitando informações acerca das medidas já adotadas no procedimento administrativo/inquérito civil em curso nessa Procuradoria da República;
- Oficiado o Diretor Geral da Associação Brasileira de Normas Técnicas –

ABNT, Dr. Ricardo Rodrigues Fragoso, solicitando a análise dos apontamentos, críticas e sugestões feitas na IT 284-09/4ª CCR e indicação dos apontamentos, sugestões e críticas que serão aceitos, com a indicação das alterações que serão promovidas no texto da norma técnica, e os que serão rejeitados, de forma fundamentada;

- Instaurado procedimento administrativo com a finalidade de verificar as medidas que estão sendo adotadas pelo CONAMA, IBAMA e pelos órgãos ambientais estaduais visando obrigar os distribuidores e fabricantes de garrafas plásticas tipo “pet” a serem responsáveis pela poluição por resíduos sólidos que causam ao meio ambiente;
- Instaurado procedimento administrativo com a finalidade de acompanhar a implementação das medidas previstas na Resolução nº 401/2008 do CONAMA, relativas à mitigação e eliminação da poluição causada por pilhas e baterias, seja por meio de alteração nos elementos químicos de sua composição, seja por meio da destinação final adequada;
- Instaurado o procedimento administrativo com a finalidade de acompanhar a implementação das medidas previstas na Resolução nº 416/2009 do CONAMA, relativas à mitigação e eliminação da poluição causada por pneumáticos oriundos de importação, fabricação e distribuição no mercado nacional, especialmente decorrente da destinação final inadequada;
- Instaurado procedimento administrativo referente a suinocultura, a avicultura e a criação de bovinos em cativeiro, bem como a atividade empresarial de abate e beneficiamento da carne animal, com a finalidade de buscar a definição de parâmetros técnicos a serem adotados em nível nacional para garantir que o licenciamento ambiental das atividades referidas evitem a poluição ambiental;
- Elaboração do Plano Estratégico do GT para 2010.

➤ **PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS EXTERNOS**

- Participação do apoio técnico do GT no 25º Congresso Nacional de Engenharia Sanitária e Ambiental, em Recife/PE, no período de 21 a 25/09/2009;
- Participação do apoio técnico do GT no IV Fórum Governamental de Gestão Ambiental na Administração Pública, promovido pelo Ministério do Meio Ambiente – MMA, realizado no dia 01 de dezembro, em Brasília.

➤ **PROPOSTAS PARA 2010**

- Encaminhamento de minuta de portaria ao Procurador Geral da República, que visa instituir, no âmbito do MPU, coleta seletiva solidária, nos moldes do Decreto 5.940/2006, que instituiu na Administração Pública Federal;
- Realização do V Fórum Governamental de Gestão Ambiental na Administração Pública (Fórum da A3P), no auditório JK da PGR;
- Visita ao Projeto de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (aproveitamento de biogás em aterro sanitário), em Belo Horizonte/MG, conforme convite enviado pelo Consórcio ASJA, a ser agendada para o início do ano de 2010;
- No âmbito do PA Poluição em áreas litorâneas, será realizada interface com o GT Zona Costeira para auxiliar na elaboração de manual de atuação;
- No âmbito do PA Áreas degradadas serão agendadas reuniões com a FUNASA e a Diretoria de Qualidade Ambiental do MMA, para tratar dos procedimentos que estão sendo adotados para inventariar as áreas degradadas por resíduos sólidos e esgotos e as medidas para recuperação

ambiental;

- No âmbito do PA pocilgas, aviários e matadouros serão solicitadas informações ao CONAMA e aos órgãos ambientais dos Estados e DF acerca dos critérios e parâmetros para licenciamento ambiental de atividades de criação e beneficiamento de bovinos, suínos, aves e seus derivados. Também serão solicitadas informações ao MAPA acerca do volume de criação e industrialização de bovinos, suínos e aves por Estado;
- No âmbito do PA relativo à destinação adequada de pneus inservíveis será agendada reunião para o próximo encontro do GT com a direção da ANIP (Associação Nacional da Indústria de Pneumáticos), para verificar o cumprimento do art. 7º da Resolução CONAMA nº 416/2009;
- No âmbito do PA relativo à composição e destinação adequada de pilhas e baterias serão solicitadas informações ao IBAMA acerca do cumprimento do disposto nos art. 3º, III, §2º, §4º e art. 6º, parágrafo único da Resolução CONAMA nº 401/2008. Também serão solicitadas informações às indústrias acerca dos procedimentos de gerenciamento, coleta e destinação que estão sendo adotados, especialmente os previstos no art. 3º, §3º e art. 4º, art. 19, art. 20 e art. 21 da resolução;
- No âmbito do PA garrafas plásticas tipo “pet” será proposta a atuação dos membros, no sentido de estimular a adoção de medidas para a implementação da logística reversa aos fabricantes e distribuidores das referidas embalagens, em moldes semelhantes ao que foi feito em algumas ações civis públicas promovidas pelas PRMs de Campinas e Marília. Para tanto, serão solicitadas informações da representante do MPF junto ao CONAMA sobre o assunto, assim como, dos órgãos estaduais do meio ambiente a respeito da obrigatoriedade da logística reversa no processo de licenciamento das atividades de fabricação de pets ou das indústrias de bebidas que a utilizam como embalagem;
- Encaminhamento do “kit de atuação” do PA de Postos de Combustíveis com minuta de recomendação, de portaria de instauração de ICP, inicial de ação civil pública e proposta de denúncia e suspensão condicional do processo pelo crime do art. 56 da Lei 9.605/98;
- Divulgação na página do GT dos atos e conteúdos dos procedimentos administrativos abertos (despachos, ofícios, etc);
- Solicitação à informática de criação de grupo de e-mail do GT Resíduos, tendo como participantes os membros do GT, titulares e suplentes;
- Análise técnica das melhores soluções de gestão adotadas nas unidades do MPF, com o objetivo de implementação de um modelo de Programa de Gestão Ambiental - PGA para os Ministérios Públicos, que deverá conter plano de metas e cronograma de implantação;
- No âmbito do PA Drenagem será entregue, pelo apoio técnico do GT, a versão final da Informação Técnica, no sentido de coibir a canalização dos corpos hídricos e incentivar a revitalização/renaturalização dos mesmos. Os membros do GT irão propor a obrigatoriedade de elaboração de termos de referência a fim de que os recursos direcionados para a drenagem pluvial, no âmbito federal, sejam empregados de forma sustentável. Nesse sentido, seriam propostos dois termos de referência: a) Termo de Referência para drenagem sustentável, com revitalização/renaturalização dos cursos d’água; b) TR para canalização de cursos d’água, nos casos comprovados por estudos técnicos geológicos de que o talude é instável e o volume de chuvas significativo, mas que contemple formas sustentáveis de intervenção nos taludes de acordo com a moderna engenharia ambiental. Também será realizada uma reunião com o Ministério das Cidades e Ministério da Integração Social para debater e recomendar a adoção dos dois termos de referência para os projetos futuros;
- No âmbito do PA Recursos para Financiamento de Obras de Saneamento

será encaminhado ofício à Funasa solicitando informações dos requisitos necessários para o financiamento de projetos e obras de saneamento básico nos municípios, com a indicação dos beneficiados no ano de 2009.

➤ REUNIÕES COM OUTROS ÓRGÃOS

- Reunião realizada, no dia 06 de abril de 2009, com o Secretário da Administração, Dr. Leopoldo Klosovsky Filho, o Chefe da Seção de Gestão de Meio Ambiente/SEAMB/Secretaria da Administração - SA, Aristóteles Araújo, e a Técnica Administrativa da Seção de Gestão de Meio Ambiente - SEAMB/SA, Primonata Silva Brilhante Telles, para tratar de assuntos referentes ao Programa de Gestão Ambiental da PGR/PGA e a implantação da gestão ambiental nos demais ramos do MPF;
- Reunião realizada, no dia 02 de julho de 2009, com o Gerente da A₃P e da Conferência do Meio Ambiente/MMA, Dr. Geraldo Vitor de Abreu, e o Chefe da Seção de Gestão de Meio Ambiente - SEAMB/Secretaria da Administração - SA, Aristóteles Rodrigues Araújo, para conhecer o trabalho realizado pela A₃P e discutir as possibilidades e vantagens de uma parceria, por meio da adesão à Agenda A3P, para o desenvolvimento da Gestão Ambiental no MPF.

8.2.3.9 Transgênicos

➤ COMPOSIÇÃO

Membros Titulares

Fátima Aparecida de Souza Borghi - Coordenadora
Procuradora Regional da República – 3ª Região

Maria Soares Cordioli Camelo
Procuradora Regional da República – 1ª Região

Bruno Baiocchi Vieira
Procurador da República no Estado de Alagoas

Rosane Cima Campiotto
Procuradora da República no Estado de São Paulo

Membros Suplentes

Ana Carolina Previtalli Nascimento
Procuradora da República no Estado de São Paulo

Pablo Coutinho Barreto
Procurador da República no Estado de Sergipe

Mona Lisa DuarteAbdo Aziz Ismail
Procuradora da República no Estado de Pernambuco

Apoio Técnico

Alessandro Filgueiras da Silva
Analista Pericial em Biologia
4ª CCR/PGR

➤ AÇÕES DESENVOLVIDAS

- Reunião com representantes do Ministério do Meio Ambiente para tratar do zoneamento de OGMs;
- Em 24 de setembro foi designada nova composição para o GT, pela Portaria nº 19, que apartir de então vem sendo dada continuidade a suas

atividades, com envio de ofício ao Sindicato nacional da Indústria de Produtos para a Defesa Agrícola (Sindag), Associação Nacional de Defesa Vegetal (Andef) e Secretaria de Defesa Agropecuária, requerendo diversas informações sobre produção e consumo de agrotóxico, sendo que os dois primeiros órgãos já apresentaram respostas;

- Discussão sobre diversas decisões da CTNBio, com destaque para o projeto de resolução que visa revogar a obrigatoriedade da avaliação de risco à saúde humana e animal e de monitoramento pós-liberação comercial do Organismo geneticamente Modificado (OGM).

➤ PARTICIPAÇÃO EM AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

- Audiência Pública para liberação comercial do Arroz Libert Link, evento LL Rice 62, Bayer CropScience (Tolerante ao herbicida Glufosinato de Amônio);

➤ PARTICIPAÇÃO EM FÓRUM NACIONAL

- Tendo em vista a estreita relação entre os temas “transgênicos” e “agrotóxicos”, a Coordenadora do GT passou a integrar, como representante da 4ª CCR do MPF, o Fórum Nacional de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos, no qual foi escolhida Vice-Coordenadora, bem como requereu a inclusão do tema “agrotóxico” no referido GT.

8.2.3.10 Zona Costeira

➤ COMPOSIÇÃO

Membros Titulares

Analúcia de Andrade Hartmann - Coordenadora
Procuradora da República no Estado de Santa Catarina

Alessander Wilckson Cabral Sales
Procurador da República no Estado do Ceará

Elisandra de Oliveira Olímpio
Procuradora da República no Estado do Espírito Santo

Fernanda Alves de Oliveira
Procuradora da República no Município de Passo Fundo

Apoio Técnico

Luciana Sampaio
Analista Pericial em Arquitetura
4ª CCR/PGR

9. Recomendações Expedidas e Enunciados

9.1 RECOMENDAÇÕES EXPEDIDAS

No exercício da atribuição delegada à Coordenadora da 4ª CCR pelo Procurador-Geral da República, foram expedidas 7 (sete) Recomendações:

- ✓ **Recomendação 4ª CCR 01/09 – 4ª CCR/MPF, de 14/01/09:** Expedida ao Ministério de Minas e Energia que prorrogue o prazo de consulta pública do Plano Decenal de Expansão de Energia 2008-2017 até 30 de março de 2009, ou em prazo compatível para que sejam ofertados comentários por parte dos órgãos públicos e pela sociedade civil organizada, bem como divulgue em jornais de grande circulação em todo o país o período de consulta e os meios pelos quais a população poderá ter acesso ao referido Plano.
- ✓ **Recomendação 4ª CCR 02/09 – 4ª CCR/MPF, de 16/04/09:** Expedida ao Instituto Brasileiro de Recursos Naturais Renováveis e Meio Ambiente (Ibama) para que adote providências para conferir a devida publicidade ao EIA/Rima da rodovia BR-319, anteriormente à realização das audiências públicas, por meio de jornais de circulação nacional, estadual e local, internet e “em campo”, na área de influência direta do empreendimento, a fim de permitir a participação informada da população a ser atingida (inclusive indígena).
- ✓ **Recomendação 4ª CCR 03/09 – 4ª CCR/MPF, de 16/04/09 :** Expedida ao Ministério do meio Ambiente para que adote providências para conferir a devida publicidade ao EIA/RIMA da rodovia BR-319, anteriormente à realização das audiências públicas, por meio de jornais de circulação nacional, estadual e local, internet e bem como em locais próximos e de fácil acesso às comunidades locais, na área de influência direta do empreendimento, a fim de permitir a participação informada da população a ser atingida (inclusive indígena).
- ✓ **Recomendação 4ª CCR 04/09 – 4ª CCR/MPF, de 09/04/09:** Expedida ao Ministério da Ciência e Tecnologia, para que providencie a designação dos especialistas em agricultura familiar (titular e suplente), já indicados pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, promova a designação dos demais especialistas tão logo lhe sejam encaminhadas as indicações pelos Ministros de Estado competentes e em atendimento ao disposto no art. 8º, § 5º, da Lei Complementar 75/93 que sejam informadas, no prazo de 10 dias, as medidas adotadas por esse Ministério em relação ao aqui recomendado.
- ✓ **Recomendação 4ª CCR 05/09 – 4ª CCR/MPF, de 29/04/09:** Expedida ao Ministério do Meio Ambiente para que adote os procedimentos necessários para indicar, com a maior brevidade possível, o especialista titular em meio ambiente, escolhido a partir de lista tríplice elaborada por organizações da sociedade civil e em atendimento ao disposto no art. 8º, § 5º, da Lei Complementar 75/93 que sejam informadas, no prazo de 10 dias, as medidas adotadas por esse Ministério em relação ao aqui recomendado.
- ✓ **Recomendação 4ª CCR 06/09 – 4ª CCR/MPF, de 01/07/09:** Expedida ao Ministério do Meio Ambiente para que não expeça qualquer tipo de ato administrativo que corrobore a redução da Reserva Legal, permitida na forma do art. 16, § 5º da Lei 4.771/65, somente para fins de recomposição, em áreas desmatadas em período posterior a 25 de julho de 1996, data de entrada em vigor da Medida Provisória 1.511/96.
- ✓ **Recomendação 4ª CCR 07/09 – 4ª CCR/MPF, de 01/07/09:** Expedida ao Ministério do Meio Ambiente para que abstenha-se de proferir decisão sobre a viabilidade ambiental do empreendimento e, portanto, expedir qualquer licença ambiental até que sejam cumpridas todas as condicionantes estabelecidas no Relatório Final do Grupo de Trabalho instituído pelo Ministério do Meio Ambiente.

9.2 ENUNCIADOS

Considerando a necessidade de colaborar para a unidade na atuação do Ministério Público Federal, a 4ª Câmara adotou 5 (cinco) enunciados no ano de 2009:

✓ **Enunciado 01, de 09/03/09:**

Os Inquéritos Cíveis Públicos ou Procedimentos Administrativos, no âmbito dos quais tenha sido firmado Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta, deverão ser remetidos para homologação do arquivamento somente após o cumprimento das disposições do compromisso de ajustamento de conduta (art. 21, § 6º e § 8º da Resolução 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal)."

✓ **Enunciado 02, de 09/03/09:**

O arquivamento de peças de informação autuadas somente para acompanhamento de processos judiciais não necessita da homologação da 4ª Câmara de Coordenação e Revisão.

✓ **Enunciado 03, de 19/06/09:**

Nos termos do art. 171, V, da Lei Complementar n.º 75/93, as decisões de arquivamento dos Procedimentos Administrativos ou Inquéritos Cíveis Públicos, que tratam de Meio Ambiente e Patrimônio Cultural, fundamentadas no declínio de atribuições ao Ministério Público Estadual, devem ser submetidas à homologação da 4ª Câmara de Coordenação e Revisão – Meio Ambiente e Patrimônio Cultural, nos autos originais, para exercício do poder revisor e terão prioridade na análise.

✓ **Enunciado 04, de 03/09/09:**

A inexistência de tombamento não caracteriza a ausência de valor cultural, uma vez que o tombamento tem valor meramente declaratório quanto a este aspecto. Assim, mesmo na ausência de tombamento, deve o Ministério Público Federal atuar para a preservação do bem, inclusive, se necessário, através da propositura de ação judicial que declare o seu valor cultural.

✓ **Enunciado 05, de 03/09/09:**

A inexistência de tombamento federal, por si só, não configura fundamento para justificar o declínio de atribuições para o Ministério Público Estadual, pois o tombamento é ato apenas declaratório do valor cultural e pode ser realizado pelas três esferas de poder (municipal, estadual e federal)."